

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JACKELINE GONÇALVES OSÓRIO

CIDADANIA ROMPIDA: A COBERTURA MIDIÁTICA RELIGIOSA
DURANTE UM PROCESSO ELEITORAL

GOIÂNIA
2017

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

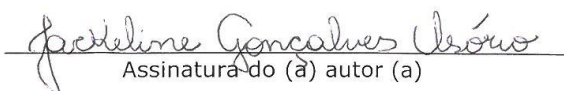
Nome completo do autor: Jackeline Gonçalves Osório

Título do trabalho: Cidadania rompida: a cobertura midiática religiosa durante um processo eleitoral

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do (a) autor (a)

Data: 17/05/2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JACKELINE GONÇALVES OSÓRIO

**CIDADANIA ROMPIDA: A COBERTURA MIDIÁTICA RELIGIOSA
DURANTE UM PROCESSO ELEITORAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação como requisito para obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania. Linha de Pesquisa: Mídia e Cidadania. Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Signates Freitas

GOIÂNIA
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Gonçalves Osório, Jackeline

Cidadania rompida: a cobertura midiática religiosa durante um
processo eleitoral [manuscrito] / Jackeline Gonçalves Osório. - 2017.
clxx, 170 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Signates Freitas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós
Graduação em Comunicação, Goiânia, 2017.
Anexos.

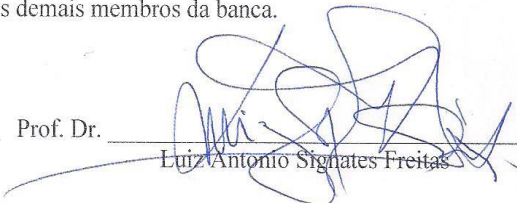
1. Mídia. 2. Cidadania. 3. Religião. 4. Política. 5. Rádio. I. Antonio
Signates Freitas, Luiz, orient. II. Título.

CDU 007

ATA 09/2017

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, a partir das quatorze horas e trinta minutos, na Sala 7 da Faculdade de Informação e Comunicação, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação de Mestrado de JACKELINE GONÇALVES OSÓRIO, intitulada **“Cidadania rompida: a cobertura midiática religiosa durante um processo eleitoral”**. A banca examinadora foi composta pelos professores doutores Luiz Antonio Signates Freitas (orientador/FIC/UFG), Ângela Teixeira de Moraes (FIC/UFG) e Flávio Munhoz Sofiati (PPGS/UFG). Após a arguição, os membros da banca se reuniram em sessão secreta para concluir a avaliação e definir o parecer final da dissertação, que foi APROVADA. Por fim, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e pelos demais membros da banca.

Prof. Dr.  (Presidente)
Luiz Antonio Signates Freitas

Profa. Dra. 
Ângela Teixeira de Moraes

Prof. Dr. 
Flávio Munhoz Sofiati

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Geraldo Gonçalves Osório, que no meio do percurso dessa jornada me deixou. Sou grata por ter me ajudado a chegar até aqui, por ter escutado minhas explicações dos textos do mestrado mesmo não entendendo do que se tratava, por me mostrar que o estudo é para sempre, assim como o verdadeiro amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o verdadeiro mestre dos mestres. A conclusão dessa etapa é só uma parte pequena do cuidado Dele com a minha vida. Minha enorme gratidão a minha mãe Eva, amante da leitura que sempre me incentivou e acreditou em mim. Aos meus irmãos Kellyson e Giselly que sempre apoiaram minhas ideias. Aos meus cunhados Paulo Henrique e Sheyla que colaboraram para que tudo ocorresse bem. Agradeço aos meus sobrinhos Leandra, Davi, Kiara e Theo por estragarem minhas canetas, por sujarem meus papéis, por rabiscarem meus textos, pois vocês me fizeram enxergar o mundo de uma forma mais doce.

Jamais seria ingrata de esquecer meus amigos que tanto me ajudaram a concluir esta pesquisa, Greicy, Fábria, Bruna, Polly, Vangi e etc., muito obrigada por tudo. Minha eterna gratidão aos professores do mestrado que tanto me fizeram evoluir: vocês são demais! Em especial, agradeço ao meu orientador professor Luiz Signates, que tem o coração maior do mundo e que tanto me ajudou nos estudos e na vida. Espero que esse primeiro contato seja apenas o início de uma grande jornada de estudo e trabalho. Tenho orgulho de ter sido sua orientanda.

Um agradecimento específico e com os olhos cheios de lágrimas de emoção ao meu esposo Welliton Carlos por um dia ter sonhado comigo. Obrigada pelo apoio emocional e intelectual. Você é meu maior incentivador, inspiração de ideias e poesia. Te amo!

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Capes por possibilitarem a elaboração desta pesquisa e também a banca de defesa e qualificação por ter aceitado o convite para a avaliação do meu trabalho.

“A Ciência sem a Religião é manca,
a Religião sem a Ciência é cega”.

Albert Einstein

(Ideas and Opinions, 1995)

RESUMO

A pesquisa em questão visa compreender a dinâmica da comunicação produzida por emissoras de rádio que realizam programação religiosa durante período eleitoral. Esta investida metodológica foi produzida a partir da análise de conteúdo tendo em vista a observação de questões como a garantia de direitos e os interesses das denominações religiosas quando realizam procedimentos de comunicação.

Palavras-chave: Mídia. Cidadania. Religião. Política. Eleição. Rádio. Legislação.

ABSTRACT

The research in question aims to understand the dynamics of the communication produced by radio stations that carry out religious programming during the electoral period. This methodological approach was based on the analysis of content in order to observe issues such as the guarantee of rights and the interests of religious denominations when carrying out communication procedures.

Keywords: Media. Citizenship. Religion. Politics. Election. Radio. Legislation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Programas e inserções selecionadas para análise	95
Quadro 2 – Unidade de Análise – Áudio 1 (Luiz Alberto)	101
Quadro 3 – Unidade de Análise – Áudio 2 (Luiz Alberto)	103
Quadro 4 – Unidade de Análise – Áudio 2 (professor Cavalcante)	103
Quadro 5 – Unidade de Análise – Áudio 2 (professor Cavalcante)	104
Quadro 6 – Unidade de Análise – Áudio 2 (professor Cavalcante)	106
Quadro 7 – Unidade de Análise – Áudio 3 (Pastor Adilson)	107
Quadro 8 – Unidade de Análise – Áudio 3 (Ouvinte Ivani Moraes/pastor Adilson)	108
Quadro 9 – Unidade de Análise – Áudio 3 (pastor Cristovão)	110
Quadro 10 – Unidade de Análise – Áudio 3 (advogado e pastor Lucas)	111
Quadro 11 – Unidade de Análise – Áudio 3 (apresentador Luiz Alberto)	112
Quadro 12 – Unidade de Análise – Áudio 3 (pastor Adilson)	113
Quadro 13 – Unidade de Análise – Áudio 3 (pastor Cristovão)	114
Quadro 14 – Unidade de Análise – Áudio 4 (Laerte Júnior)	115
Quadro 15 – Unidade de Análise – Áudio 4 (padre Jesus Flores)	116
Quadro 16 – Unidade de Análise – Áudio 5 (padre Jesus Flores)	117
Quadro 17 – Unidade de Análise – Áudio 6 (apresentador Robson Alves)	118
Quadro 18 – Unidades de Análises – Áudio 7 (Luiz Alberto)	119
Quadro 19 – Unidade de Análise – Áudio 7 (Luiz Alberto)	120
Quadro 20 – Unidade de Análise – Áudio 7 (Luiz Alberto)	121
Quadro 21 – Unidade de Análise – Áudio 7 (Luiz Alberto)	121
Quadro 22 – Unidades de Análises – Áudio 7 (Pastor Oídes)	122
Quadro 23 – Unidade de Análise – Áudio 7 (Pastor Oídes)	123
Quadro 24 – Unidade de Análise – Áudio 7 (Pastor Josué Gouveia)	124
Quadro 25 – Unidades de Análises – Áudio 8 (apóstolo César Augusto)	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - TRAJETÓRIA DA REFLEXÃO	19
1.1 O campo da comunicação	19
1.1.1. O que há de comunicação na religião	24
1.1.1.1. Breve panorama teórico	24
1.1.1.2 Religião, interação e comunicação	26
1.1.1.3. Religião e mídia numa perspectiva de Bourdieu	34
1.1.1.4. Aportes de Habermas para compreender a relação entre mídia e religião	38
CAPÍTULO 2 - EM BUSCA DE UMA CIDADANIA COMUNICATIVA	47
2.1. Cidadania e comunicação	49
2.2. Comunicação como exercício da cidadania.....	53
2.3. Direito à informação.....	56
2.4. Concessão de emissoras de rádio no Brasil	59
CAPÍTULO 3 - O QUE HÁ DE POLÍTICA E RELIGIÃO NA MÍDIA.....	64
3.1 Poder simbólico na mediatização da política.....	64
3.2 Tensões religiosas no Estado laico.....	71
3.3 Entre a ação conservadora e a libertação: o caso brasileiro.....	75
3.4. A dimensão midiática das religiões	82
CAPÍTULO 4 – QUESTÃO DE MÉTODO	92
4.1 Modelo de Análise de Conteúdo a ser aplicado	93
4.2 Corpo Empírico	95
CAPÍTULO 5 – DESMATERIALIZAÇÃO DA CIDADANIA: FÉ E POLÍTICA NA COBERTURA MIDIÁTICA.....	97
5.1 Emissoras de rádio em Goiás.....	97
5.2 Emissoras e programação investigada.....	99
5.3 Análise de dados - Áudio 1 – Rádio Paz FM (20/09/2016)	101

5.4 Análise de dados - Áudio 2 – Rádio Paz FM (21/09/2016)	103
5.5 Análise de dados - Áudio 3 – Rádio Paz FM (22/09/2016)	107
5.6 Análise de dados – Áudio 4 – Rádio Difusora (26/09/2016)	115
5.7 Análise de dados - Áudio 5 – Rádio Difusora (29/09/2016).....	117
5.8. Análise de dados - Áudio 6 – Rádio Fonte FM (30/09/2016).....	118
5.9 Análise de dados - Áudio 7 – Rádio Paz FM (30/09/2016)	119
5.10 Análise de dados - Áudio 8 – Rádio Fonte (01/10/2016).....	125
5.11 Inferências e interpretações sobre conteúdo	126
5.11.1 A apropriação da mídia pelo campo religioso	127
5.11.2 A cidadania comunicativa no processo eleitoral.....	129
5.11.3 A imposição do voto no ambiente midiático.....	131
UMA CONCLUSÃO EM ABERTO: NOVOS PROBLEMAS.....	134
REFERÊNCIAS	139
ANEXOS	143

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado visa compreender a dinâmica da comunicação produzida por emissoras de rádio que realizam programação religiosa durante uma temporada eleitoral. Por meio da análise de conteúdo foi possível perceber os contornos midiáticos tendo em vista a observação de questões como a garantia de direitos que se interagem com princípios de cidadania comunicativa e os interesses das denominações religiosas quando realizam procedimentos de comunicação.

A análise dos conteúdos produzidos em um ambiente de disputa eleitoral ofereceu possibilidades de compreensão das unidades de pensamento externadas por importantes agentes do campo da comunicação de Goiânia, caso das igrejas Assembleia de Deus, Fonte da Vida e Católica. Responsáveis por operacionalizar informações nestas emissoras, os integrantes das igrejas produziram atos comunicativos no âmbito eleitoral que demonstram como cada denominação se interessa e se comporta em referência à luta política e aos demais temas correlatos da cidadania.

O objeto de pesquisa, portanto, é a interpenetração dos campos da comunicação, da religião e da política no processo eleitoral de 2016, temporada ideal para captar as nuances e interesses destas igrejas na disputa pelos poderes executivo e legislativo de municípios do país. O problema central desta pesquisa é responder em que medida as igrejas utilizam suas emissoras de rádio para falar de política em um período eleitoral. Ou mais: como se comportam ao produzirem conteúdos informativos e opinativos que remetem aos direitos sociais e políticos. Em que grau a igreja determina estes conteúdos? Ou mais especificamente: alguma das emissoras estudadas explicita preferências político-partidárias, ideológicas ou revela seu candidato preferido? Tais variáveis suscitaram a necessidade de observação e de análise do conteúdo durante a coleta de dados já que existe a percepção de que durante o período eleitoral é preciso que as empresas de mídia eletrônica utilizem suas concessões públicas de forma democrática e cidadã.

Como hipótese examinada durante a pesquisa, destaca-se a principal e que mais suscita interesse em um contexto democrático e de luta pelo poder político: o conceito de cidadania comunicativa é rompido quando as igrejas impõem ou exercem pressão pelo voto do fiel/ouvinte da emissora nos ambientes midiáticos, ainda que seja uma prática vedada pela legislação que regula a concessão de emissoras e normas federais de direito eleitoral.

Outra hipótese verificada durante esta pesquisa diz respeito ao modelo de apropriação da mídia pelo campo religioso, que se dá por diversos motivos, dentre eles o interesse na

produção de poder simbólico tendo em vista as disputas eleitorais e a própria reafirmação da denominação perante outras instituições. Por fim, avaliou-se como se comporta a mídia de orientação religiosa tendo em vista os princípios referentes a busca de uma cidadania comunicativa, na medida em que a produção das emissoras não insere o ouvinte, de fato, no debate, tratando o receptor sem compreendê-lo como sujeito histórico consciente e que possa efetivar um projeto próprio de desenvolvimento social, como expõe Pedro Demo (1992) ao compreender a cidadania em seu conceito geral.

Revelar como se dá a comunicação no processo eleitoral é necessário, na medida em que diversos autores consideram o processo midiático de grande importância para a política contemporânea. Weber (1968) se referiu a aproximação do jornalista e empresário de mídia no contexto de disputa política dos séculos 19 e 20. Walter Lippman (2008) chama atenção para a necessidade de que os homens que almejam a gestão pública devam levar em consideração as articulações de suas propostas em conexão com a mídia e Wilson Gomes (2004) nos revela como a comunicação torna-se importante habilidade no contexto político e eleitoral. Sem abrir mão de que outros mecanismos sejam utilizados para a construção dos acordos políticos, caso da barganha/negociação e debates nas esferas públicas, o autor, todavia, realiza uma importante descrição de como a mídia transforma a política contemporânea – exatamente o que se conseguiu perceber ao longo da pesquisa, principalmente no caso dos candidatos que representam os evangélicos.

É no sentido de aprimoramento do capital destas denominações religiosas que se utiliza a mídia. Em vez da construção de uma ação cidadã e realização prática da democracia por meio de mecanismos de comunicação observa-se o uso destas emissoras tendo em vista o exercício do poder simbólico, para usar a acepção de Pierre Bourdieu (2002), que acaba concentrado nas mãos de poucos, com uma exposição vertical de conteúdos que nomeiam, categorizam e influem muitas vezes de forma coativa e violenta. Como se percebe no histórico do surgimento das emissoras analisadas, elas se sustentam e se originam a partir da aproximação com grupos políticos. Gisele Ortriwano (1985) demonstra que a rádio é um instrumento político que tanto pode servir à mudança quanto à manutenção de um Estado e das ideologias dominantes. Sobretudo, a mídia que afeta as relações sociais e toca à liberdade individual e coletiva.

Neste sentido de abuso do poder simbólico, a almejada esfera pública imprensa, compreendida e concebida por Jürgen Habermas (1984), em um contexto de ideário burguês, não se efetiva na modernidade se levarmos em conta o universo aqui pesquisado. Ao invadir tais esferas, a política, por meio dos segmentos religiosos e dos próprios agentes públicos, nos mostra um complexo entroncamento entre a liberdade da informação e a difícil realização dos

direitos de informar e ao mesmo tempo receber informação. E neste entroncamento os caminhos não são livres, mas editados tendo em vista atender aos grupos de poder das igrejas e mídias, que são coincidentes.

Apesar de não mostrar um conceito em definitivo de cidadania, em suas passagens sobre direito e agir comunicativo, Habermas trata principalmente da legitimidade das decisões, que devem passar por processos de discussão onde exista a garantia do pluralismo e igualdade de condições de participação (1997).

Na pesquisa corrente sobre o sistema político brasileiro, existem inúmeros estudos desenvolvidos em torno da percepção do voto. Destacam-se, portanto, os clássicos sobre coronelismo, clientelismo, autoritarismo, negação e conquista de direitos sociais, populismo, dentre outros. A aproximação da mídia com a política brasileira, entretanto, é ainda uma história de muitas incógnitas, o que exige mais pesquisas e estudos sobre como tais instrumentos eletrônicos influem na escolha cívica e na construção das ações políticas. Portanto, além da compreensão dos conteúdos, entender se o voto do eleitor é motivado ou não pela influência direta da exposição às mídias e comunicações religiosas tornou-se necessário na medida em que aumentaram as igrejas que buscam conquistar espaço político. Muitas vezes, o detentor do direito ao voto está inserido em um processo complexo de comunicação, que envolve tanto ações midiáticas quanto interações face a face.

Como observado em Gomes (2004), uma das importantes mudanças da política tem sido sua aproximação cada vez mais expressiva com as mídias. Daí a busca da compreensão desta gênese da interação entre os campos. As principais correntes de estudo em cidadania guardam uma certeza incólume: o voto é essencial para a democracia. Sem a liberdade de escolha, perde-se o pilar que sustenta a representatividade, desmorona-se a cidadania (CARVALHO, 2010, p.78). E da mesma forma, como diz Signates (2012), a democracia depende da realização da comunicação para que se efetive.

A preocupação com a complexidade da influência religiosa em vários domínios não é de hoje. Lazarsfeld e Berelson (1969) já procuraram compreender como lideranças religiosas, bem como a mídia, influem em um contexto eleitoral da década de 1940. Outros insistem na análise da força coatora da religião, que muitas vezes domina completamente seus fiéis. Dawkins (2006, p. 215), por exemplo, procura interpretar essa irresistível atração que a religião provoca nos homens. Em suas palavras, ela seria um placebo que conforta e prolonga a vida reduzindo o estresse. Neste sentido, ele tece críticas a outras formas de enxergar a religião, que não seja a visão darwinista: "O darwinista quer saber por que as pessoas são vulneráveis aos encantos da religião e, portanto, abertas à exploração por parte de padres, políticos e reis"

(DAWKINS, 2006, p. 224). A incumbência desta pesquisa é dar um passo atrás: acompanhar o conteúdo sensível e simbólico das programações evangélicas e católicas em um período eleitoral e compreender, sob o manto da observação e realização de inferências, quais as intenções dos religiosos com a produção destas informações midiáticas.

Percurso da dissertação

Esta pesquisa é dividida em cinco capítulos que se ocupam principalmente com a conexão entre campos de pesquisa autônomos, mas que em diversos momentos se convergem, formando conjuntos temáticos de importância na modernidade.

O capítulo primeiro apresenta a trajetória teórica da reflexão, que se inicia com um debate necessário: a constituição do campo da comunicação. Autores como Braga (2014), Craig (1999) e Borelli (2010) são chamados para a reflexão referente ao que constitui a pesquisa em comunicação e como esta dialoga e interage com outros campos, como política e religião.

Dentro desta problemática, Martino (2003) esclarece a aproximação temática ao revelar que a religião torna-se irradiadora de comunicação, na medida em que faz parte de uma economia simbólica na qual as mídias funcionam como elemento determinante. Na sequência, a dissertação abre espaço para o diálogo que questiona o que há de comunicação na religião. As discussões perpassam a interação social na religião e a formação do pensamento cristão ocidental, na medida em que se percebe na igreja um dos vetores da comunicação. Martino (2003), Durkheim (1996), Weber (2001), Borelli (2010), dentre outros, são usados como aportes.

Ainda no primeiro capítulo, utiliza-se Bourdieu (1989) em busca da compreensão do poder simbólico, constituição do campo religioso e do entendimento a respeito do capital. Na sequência, utiliza-se a reflexão de Habermas (1984) sobre religião e mídia, tendo em vista a busca de inferências para a realização da pesquisa no tocante a tópicos como procedimentos comunicativos e importância da esfera pública rumo a uma comunicação cidadã – ou cidadania comunicativa. Os aportes de Bourdieu e Habermas são essenciais para a compreensão dos conteúdos selecionados nos programas das emissoras investigadas.

O capítulo segundo desta dissertação apresenta uma série de autores em torno do que se opta em chamar de cidadania comunicativa, já que o tema é relevante nos estudos de comunicação e provoca inúmeras inquietações em vários campos de pesquisa - principalmente na própria comunicação. Demo (1992), Domingues (2002), Signates (2012), Karam (2008), Voyenne (1970), dentre outros autores, são chamados para o diálogo teórico. Direito à informação e a política de concessões são alguns dos temas debatidos neste momento da

constituição teórica.

O capítulo terceiro traz a discussão da política em paralelo ao tema da comunicação e da religião. Weber (1968), Lippman (2008), Wilson (2004), dentre outros, revelam como a modernidade aproximou a política das questões midiáticas, criando um conjunto de habilidades que, por vezes, chega a parecer essencial para a realização da política. Por fim, o capítulo serve ao estudo das tensões religiosas no estado laico, bem como o uso da mídia pelas religiões, já que as igrejas fazem questão de manter seus tentáculos dentro do campo político e midiático. Coulanges (2002), Martins (2011), Lowy (1996), Baptista (2009), Mariano e Pierucci (1996), Sout e Buddenbaum (1996), Thompson (1998), Morin (1997) são utilizados nesta investigação teórica.

O capítulo 4 trata das discussões metodológicas em torno desta pesquisa de conteúdo. A partir de Bardin (1977) e Ander-Egg (1978) é apresentado o modelo de análise de conteúdo que se pretende realizar com este estudo.

O capítulo 5 é marcado pela pesquisa do sistema de rádio que se implanta em Goiás a partir de 1942 e como as emissoras se constituem em torno deste sistema de concessões, tendo como subsídio a investigação histórica e política destas primeiras décadas. Ortriwano (1985) e Marques (2014) ajudam a compreender este acoplamento midiático ao político. No mesmo capítulo, antes do início da análise de conteúdo, realiza-se rápido histórico das emissoras goianienses que foram mais proeminentes em conteúdo durante o período de captação de áudios para esta pesquisa. Ao fim, apresenta-se relatório com a interpretação e junção dos resultados aos marcos teóricos que inspiraram este estudo.

CAPÍTULO 1 - TRAJETÓRIA DA REFLEXÃO

1.1 O campo da comunicação

Compreender como se dá a percepção da cidadania, da política e do voto em um espaço midiático religioso e os procedimentos de emissoras de rádio durante um período eleitoral faz parte do objetivo central deste estudo. Diante desta missão, se questiona, afinal, qual seria o campo da comunicação e se é possível, de fato, um diálogo com religião, sociologia da religião e política.

José Luiz Braga diz que o campo da comunicação “é um espaço de poucas consensualidades, em que cada vez mais aumentam as possibilidades de metodologias e as dificuldades de delimitação do que pode ser considerada uma pesquisa em comunicação” (2004, p.220). O autor recusa a explicação do Campo da Comunicação apenas como “campo interdisciplinar” (2011, p.63). Para ele, seria um campo de interação, pois considera assim mais amplo o objeto que simplesmente centralizar o campo no estudo dos meios de comunicação.

Sem excluir os processos comunicacionais que se passam fora da mídia, mas explicitando a predileção por ela, Braga afirma que os meios de comunicação possibilitaram uma nova maneira de se comunicar ao instituir uma acelerada difusão na sociedade.

Pela primeira vez na história, uma sociedade se dotou de um vasto aparato tecnológico-empresarial-cultural-profissional-mítico voltado especificamente para (ou proposto expressamente como sendo para) veiculação de mensagens e para a produção de efeitos de fruição estética ou de entretenimento. Ao mesmo tempo, por sua dimensão, complexidade e diversidade de ações e poder intrínseco, este aparato não pode ser visto como inteiramente a serviço de uma outra determinada ordem de objetivos e processos sociais. Isto significa que uma importante parte (em quantidade e relevância) do que se comunica na sociedade contemporânea ocorre através dos meios de comunicação. (BRAGA, 2011, p. 68-69).

Braga procura desvendar o motivo do campo da comunicação ter uma predileção pelos estudos midiáticos. A centralidade na mídia ocorreria por três motivos. Primeiro, os meios de comunicação audiovisual seriam um fenômeno sócio-histórico que permitiu perceber, objetivar e problematizar os processos comunicacionais.

O autor ainda cita uma segunda razão para a centralidade da mídia. A partir da ideia do objeto como “interação social”, ele destaca a importância dos meios de comunicação como processo comunicacional e de produção de sentidos compartilháveis na sociedade contemporânea. E uma terceira razão seria o fato da mídia motivar modos habituais de

conversação social – que se fazia e se faz dentro de outros espaços organizados de funcionamento social.

Braga afirma que o campo é atravessado por diversos dados de outras disciplinas. Ou seja, os campos não têm uma existência isolada – nenhum deles, diz. Ele cita o caso de outras ciências para tratar da interface: um determinado âmbito de conhecimento se faz na confluência de duas ou mais disciplinas, como o caso da bioquímica. “A questão de interfaces corresponde a um verdadeiro e efetivo trabalho de interdisciplinaridade – desde que se leve a sério a busca dos enfoques comunicacionais” (2011, p.64). Braga explica que muitas pesquisas da área ocorrem nessas interfaces: Comunicação e Política, Comunicação e Educação, Comunicação e Cultura, etc (2011, p.64).

Temos aí um âmbito relevante de estudos com potencialidade para produzir avanços do conhecimento sobre fenômenos comunicacionais. Temos também um espaço de desafios especiais para nossa área, pois o “outro lado da interface” – uma área de conhecimento mais estabelecida – fornece teorias e perspectivas necessárias, mas arrisca também absorver a atenção do pesquisador, por suas teorias e objetos mais tradicionalmente delineados (BRAGA, 2011, p.64).

Sendo assim, Braga enfatiza que o pesquisador da comunicação precisa “observar o que há de comunicacional no campo das diversas disciplinas humanas e sociais” (2011, p.71). Na trilha deste caminho sugerido, assim como a educação e a cultura, os estudos de mídia e religião têm se incorporado nas investigações que tratam globalmente da comunicação. Ou seja, dimensionar a religião institucional e sua vinculação com o processo de midiatização tem sido cada vez mais uma constante nos estudos comunicacionais.

É uma hipótese tanto no campo da comunicação quanto no campo político que a religião se apropriou das mídias para exercer práticas comunicativas tendo em vista a manutenção e conquista do poder, sendo, portanto, passível de estudo no campo comunicacional quando adquire tal característica midiática.

Esta apropriação religiosa das tecnologias bem como o conteúdo da comunicação produzida interessa aos estudiosos de comunicação, já que diz respeito a inúmeras práticas discursivas e, como se verá, ao tocante da liberdade de expressão. Ao pesquisar a aproximação da mídia com as igrejas neopentecostais e procurar delimitar o campo de seu estudo, Martino (2003, p. 9), por exemplo, esclarece que trata também de religião, mas realiza, de fato, um estudo de comunicação: “A variável da religião entra como parte ativa de uma economia simbólica responsável por diversas ações cotidianas, na qual os meios de comunicação funcionam como elemento central”.

Borelli e Verone (2010) dizem que o campo religioso faz uso de outros campos exatamente tendo em vista este interesse em permanecer e estabelecer seus preceitos. Para as autoras, logo, a comunicação tem grande lastro e fluidez, perpassando campos paralelos: “A mídia é compreendida como uma instância organizadora que age e opera sobre outros campos (mas que sofre também ações desses campos) produzindo múltiplos sentidos” (2010, p. 142).

Diante de inúmeras abordagens clássicas dos estudos de comunicação tem se formado uma consciência crescente quanto a necessidade de se constituir um campo coerente e organizado de estudos.

Apesar de não existir tal coerência, como já sinalizado por Braga, é perceptível a existência de uma preocupação universal em unificar as temáticas de pesquisa em comunicação – e elas não rejeitam a aproximação com a temática religiosa. Um dos pontos iniciais do debate em torno do campo da comunicação é de que, antes de aproximá-lo com outros ramos do saber, faz-se necessário lançar luz ao seu modo característico de se estruturar, como indicado por Borelli e Verone.

Robert T. Craig, por exemplo, diz que em vez de abordarmos um campo específico de teoria, parece que “estamos operando principalmente em domínios separados” (1999, p. 119).

Uma das percepções críticas quanto a integração deste campo de pesquisas surge quando se tenta aproximar o conteúdo comum em torno de uma comunidade acadêmica e se percebe enorme diversidade de objetos. Tal realidade era mais acentuada no final do século passado, quando ainda se tentava enquadrar os estudos de mídia como apenas estudos de teoria da comunicação:

Anderson (1996) analisou o conteúdo de sete livros de teoria da comunicação e identificou 249 “teorias” distintas, 195 das quais apareceu em apenas um dos sete livros. Ou seja, apenas 22% das teorias aparecem em mais de um dos sete livros, e apenas 18 das 249 teorias (7%) foram incluídas em mais de três livros. Se a teoria da comunicação fosse realmente um campo, parece provável que mais de metade dos livros introdutórios concordariam em algo mais de 7% dos conteúdos essenciais do campo. (CRAIG, 1999, p. 120)

A crítica é pertinente, mas revela outro momento da pesquisa em comunicação, mais especificamente a crise instalada diante das várias teorias desenvolvidas. Craig, por exemplo, não se mostrava tão pessimista quanto às conquistas midiáticas como campo já na virada do milênio. Sem negar a pesquisa de Anderson e de outros que se esforçam para mostrar as contradições do campo, ele prefere traçar um panorama promissor para este ramo da pesquisa, que já tem revelado uma maior articulação com o engajamento dos pesquisadores e da noção de mídia.

Craig assume que a comunicação ainda não é um campo coerente, embora ela deva se tornar um. O autor diz que existe enorme potencial para que a comunicação e os estudos de mídia se tornem um campo dialógico-dialético e que seja baseado em dois princípios: um metamodelo constitutivo da comunicação e uma concepção da teoria da comunicação como prática metadiscursiva dentro de uma disciplina prática. (1999, p. 131).

Craig trabalha com sete tradições de estudos: retórica, semiótica, fenomenologia, cibernética, psico-sociologia, aspectos sócio-culturais e crítica¹. Apesar de cada caminho de pesquisa ter sua individualidade, tradições, autores e procedimentos, ele chama atenção para que os próprios pesquisadores se aproximem e deixem de se ignorar, fato que fortaleceria, digamos, o discurso do campo – essencial para estruturar o pensamento, se organizar e se legitimar frente aos demais.

Craig explica que cada uma das sete tradições por ele apresentadas baseia-se em modelos únicos de prática comunicativa, que são em essência diferentes de todos os outros em sua matriz. O autor concorda que se constituem como “conjunto distinto de alternativas, mas não um conjunto logicamente exaustivo” (CRAIG, 1999, p. 150). Para ele, o campo da teoria da comunicação e dos processos comunicativos (aqui se incluía mídia como suporte e instituição) está, assim, passível de diálogo:

(...) logicamente aberto a novas tradições, sujeito apenas à limitação de que cada nova tradição deve se basear em um modelo único de prática comunicativa que, quando integrado no campo (que pode envolver a redefinição de outras tradições), não é logicamente redundante com qualquer outro modelo. (CRAIG, 1999, p. 150)

Percebe-se, portanto, que o campo da comunicação é que dá sustentação para a digressão intelectual que antes fazia parte de outros campos de estudo. Aos poucos, por meio de especialização em campos não comunicacionais, surgiu o campo de estudos que aqui se tenta apresentar. A constituição depende, essencialmente, do querer do pesquisador e da tradição e, evidentemente, a não sobreposição de campos paralelos. A palavra-chave usada por Craig é “redundante”. Daí a necessidade do cotejamento dos temas que estão em volta da esfera comunicacional, tendo em vista a questão de que o assunto deve ter a chancela da comunicação e ser exclusivo dela – ou no mínimo existir um contencioso para que o tema esteja também naquele campo e possa ser futuramente objeto de especialização e pacificação entre ramos diversos.

¹ Braga também criou uma perspectiva preferencial para organização de objetos de pesquisa: Comunicação e Cultura; Comunicação, Arte e Literatura; Comunicação, Ciências Humanas e Filosofia; Comunicação e Ciências Sociais Aplicadas e Teoria e Epistemologia da Comunicação.

Para ele, um campo emergirá na medida em que nos engajarmos cada vez mais como teóricos da comunicação com objetivos, questões e controvérsias socialmente importantes. Craig compreende que estes assuntos atravessam as várias tradições disciplinares e especialidades substantivas. Sobretudo, existem metodologias e escolas de pensamento que dividem os teóricos, mas em torno de um bem maior é preciso se rearticular.

O debate sobre o campo ocorre nas pesquisas atuais não no sentido de justificar a existência do campo propriamente dito, mas na abordagem de como inserir temas aparentemente estranhos ao bojo da pesquisa. Assim como Martino procura descrever a inclusão da religião no campo da comunicação, Wilson Gomes (2004) procura demonstrar como a comunicação pode se inserir em dois campos ao mesmo tempo.

Em sua preparação para compreender a transformação da política a partir da comunicação de massa, Gomes diz que existe um conhecimento que pode ser acessado e utilizado de forma prática. Em outros termos, a compreensão do modo como funciona a cobertura política do jornalismo impresso, televisivo e on-line, por exemplo, e das suas diferenças internas, é fundamental para que o universo político possa explorar em seu favor as rotinas adotadas pelos profissionais do jornalismo (GOMES, 2004, p. 68).

Ao tratar desta conexão do universo político com o campo da comunicação Gomes relata que o campo político tem “necessidade de contratar competência profissional para lidar com as formas de organização de materiais e conteúdos típicos da comunicação de massa contemporânea” (GOMES, 2004, p. 69). Para esta pesquisa, observa-se que a conexão da comunicação com dois campos paralelos – e não apenas um, como faz Gomes ao estudar as transformações da política – ocorre numa espécie de teoria de conjuntos, em que o campo religioso aparece, de fato, contido no campo político.

Diante desta realidade, de aproximação de campos, ou como quer Braga, de interação, observa-se, portanto, que o campo da comunicação se constitui e se apresenta como articulado e apto a compreender como se dá a comunicação nos ambientes midiáticos religiosos voltados a consolidar e conquistar objetivos políticos. O campo da comunicação interage, nos dizeres de Braga, com o campo político e religioso, tendo em vista investigar algo que não se revela redundante, como propõe Craig, nestes dois campos – qual seja, a produção midiática e os conteúdos comunicativos apresentados por denominações religiosas que fazem uso de emissoras de rádio.

Martino (2015, p.17) afirma que os “períodos eleitorais apresentam-se como particularmente frutíferos para a observação dessa intersecção entre um campo religioso midiaticizado e um campo político igualmente midiaticizado”.

1.1.1. O que há de comunicação na religião

1.1.1.1. Breve panorama teórico

Os estudos do campo da comunicação têm íntimo relacionamento com áreas como sociologia e política. Por sua vez, a própria teologia², cujo maior referencial teórico é a busca de conhecimentos sobre a divindade e a relação desta com os homens, tem em sua estrutura pedagógica estudos de comunicação. Neste sentido, de entendimento do numinoso, todavia, a antropologia social é que parece ser a ciência mais próxima das preocupações teológicas, no sentido de ampliar a reflexão e compreender a produção ritual e suas implicações internas nas comunidades humanas.

A sociologia e política, contudo, parecem cada vez mais constituir campos de estudo tendo em vista a observação da religião e suas relações externas com outros sistemas sociais. Trata-se de atalho proposto por estas áreas de estudo que pode ser acessado pelo campo da comunicação, que forma fronteira com a sociologia e política em algumas vertentes de estudo.

Quando procuramos entender os mecanismos de funcionamento das mídias, seus conteúdos e poderes simbólicos é preciso também sondar em específico o interesse religioso quanto aos procedimentos de comunicação, principalmente devido as grandes implicações sociais das mídias na modernidade. Esta preocupação em aproximar os estudos de mídia e religião não é recente, apesar de adquirir grande visibilidade na contemporaneidade.

A temática religiosa chega aos estudos de comunicação através da sociologia da religião e da psicologia social. Ao abordar a estrutura do campo comunicacional, Robert Craig cita a tradição psicossociológica como entroncamento fortíssimo na composição de um dos seus ramos de pesquisa (CRAIG, 1999, p. 142). Considerada a base inicial que deu respaldo a chamada communication research, a investigação sobre expressão, interação e influência que ocorre no campo da comunicação - e que é suscitada por Craig através da expressão “tradição psicossociológica” - sustenta a aproximação dos estudos comunicacionais com a temática da

² É comum nos programas de teologia, seja católico ou protestante, uma forte aproximação com os estudos de comunicação em várias disciplinas. A matéria Pastoral e Comunicação, por exemplo, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, traz em sua ementa a seguinte descrição: “Estudo do conhecimento da cultura da mídia e modos como deve ser entendida, usada e apreciada. Orientação sobre os meios de aprender a estudar, analisar, interpretar e criticar textos da cultura da mídia e a avaliar as melhores formas de comunicação com o povo. Produção de textos informativos e opinativos (artigos, crônicas, comentários) para veículos comunitários (jornais, rádios, internet)”. Na matriz curricular do curso de teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie também consta, por exemplo, a disciplina comunicação e expressão, já no primeiro semestre do curso.

religião e política ainda nas décadas de 1940³ e 1950.

Antes deste debate midiático, todavia, a investigação empírica das implicações da fé e do poder originado em um contexto religioso começou a ocorrer no século 19. Emile Durkheim inaugura esta espécie de análise centrada na religião, ainda que indiretamente, quando investiga as taxas de suicídios entre católicos e protestantes. Por sua vez, em busca do desenvolvimento de uma ideia de ideologia, Karl Marx aponta para a visão de mundo que se forma em torno das correntes religiosas; já Max Weber dará ênfase ao aspecto econômico da religião. Os três autores clássicos da sociologia demarcam e em seguida alargam o campo que será retomado de forma mais definitiva por Durkheim em seu estudo clássico sobre formas elementares de vida religiosa, em 1912⁴.

Na atualidade, com grande ênfase na interdisciplinaridade, o assunto religião é objeto dos estudos filosóficos, comunicacionais, históricos e sociológicos, abrangendo em cada nação uma tentativa compreensiva de determinar realidades, como ocorre no Brasil, com os estudos sobre sincretismo religioso e expansão das igrejas neopentecostais – onde tem sido de grande interesse a aplicação das teorias de comunicação – e mais recentemente a compreensão de sua aproximação com a mídia.

Na década de 1930, Roger Bastide⁵ (1935) inaugurou os estudos sociais religiosos no Brasil. Já a década de 1970 marca o fortalecimento desta linha sociológica de estudo, que teve natural aproximação com as pesquisas antropológicas. Autores como Camargo (1973), Prandi (1991), Martino (2004) e Houtart (1994) trabalham a conceituação, objetos e implicações sociais da religião, tendo muitos destes realizado estudos introdutórios e procurado sistematizar a sociologia da religião e suas conexões com a política, cultura e mídia.

No campo da comunicação, Fore (1987), Roberts (1983), Buddenbaum (1982), Armstrong (1979), Schultze (1991), dentre outros, aprofundam a aproximação dos estudos de

³ A pesquisa de Lazarsfeld e Berelson cristalizada em “O Povo Elege” (1960), que trata de uma eleição presidencial americana a partir de uma pequena cidade americana, Eire, sonda a relação dos religiosos, da mídia e de líderes de opinião, dentre outros assuntos, durante um período de campanha eleitoral. Este estudo ajudou a estruturar uma teoria da comunicação, o Duplo Fluxo Comunicacional (Two Step Flow).

⁴ Como quase tudo, é evidente que a filosofia trouxe imenso aporte ao estudo das religiões. Com questionamentos de pensadores como Platão e Aristóteles. Nas mais recentes, a tradição investigativa da religião atraiu novamente o pensamento filosófico, vindo a ter destaque as incursões de autores como Michel Foucault, Paul Ricoeur e Ernest Gellner, que abre espaço em sua teoria da história e em suas incursões na modernidade para entendermos as estruturas sociais das sociedades islâmicas. Antes do estabelecimento de um olhar sociológico, as transformações da religião foram estudadas, principalmente, por Fustel de Coulanges, professor influente do sociólogo Émile Durkheim e que o influenciou na escolha do objeto de pesquisa. A partir de estudos sobre as cidades antigas, Coulanges apresenta a história civil do mundo greco-romano, enfocando a religiosidade dos povos. Coulanges revela uma narrativa que evidencia uma dominação absoluta da religião na vida privada e pública do regime social antigo.

⁵ Elementos de Sociologia Religiosa (1931).

mídias com sociologia da religião e abrem a discussão em torno do uso das mídias por conta das igrejas e lideranças religiosas. No Brasil, apesar da pesquisa em comunicação ter se aproximado da religião ainda na década de 1980, com artigos de autores como José Marques de Melo, sobre o jornalismo católico, e de Onésimo Cardoso⁶, sobre programas religiosos na tevê, contribuições mais determinantes só surgiram nas duas últimas décadas, em um nítido fortalecimento desta corrente de pesquisa. Martino (2003), Borelli (2010), Sanchotene (2010), Signates (2015), dentre vários outros, têm apresentado pesquisas objetivando a compreensão desta nova vertente dos estudos midiáticos.

Propõe-se nas linhas seguintes, tendo em vista a evolução do tema dentro do campo de comunicação, entender em que medida os autores clássicos e as referências nos estudos de sociologia produzem aportes que podem contribuir com os estudos de comunicação e mídia, o que oportuniza o aperfeiçoamento do referencial teórico comunicacional para compor a dissertação que aqui se realiza.

1.1.1.2 Religião, interação e comunicação

Baptista relata que existe na contemporaneidade um previsível protagonismo da mídia na perpetuação dos interesses das igrejas neopentecostais (2009, p. 175). Para ele, no caso específico do Brasil, ocorreram momentos cruciais para perceber a ampliação desta aproximação religiosa com a comunicação, sendo identificável a virada das décadas de 1980 para 1990. “Quase metade dos parlamentares evangélicos no Congresso Nacional, entre 1987 e 1992, estava vinculada a veículos de comunicação, sendo que dois haviam dirigido o Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações)” (2009, p. 175).

Borelli e Verone (2010) entendem que ocorre uma afetação responsável por interferir nas relações entre indivíduos e campos de conhecimento diversos. “(...) concebe-se que o campo religioso é afetado pela lógica da mediatização, passando a adotar novas estratégias para manter-se em contato com seus fiéis e também não fiéis” (2010, p. 142). Portanto, ao longo das últimas décadas, tem ocorrido gradativo aperfeiçoamento da aproximação da mídia com a religião. A justaposição inicial advém do interesse instrumental por parte das igrejas, tendo em vista a manutenção e conquista de seu poder:

Cada religião acredita que tem a verdade, mas em uma sociedade em que ninguém tem uma reivindicação automática de seus membros ou dinheiro, todos se tornam

⁶ Em outubro de 1984, a revista “Comunicação & Sociedade”, do Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS), publicou uma edição voltada para a comunicação religiosa. A edição reúne abordagens originais no país sobre temas como igreja eletrônica, rádio como instrumento de evangelização, edições de literatura psicografada, etc.

associações voluntárias - grupos de interesse - competindo uns com os outros e com a sociedade circundante. Mesmo quando precisam de meios de comunicação de massa como veículo para promover a sua verdade e dar o sentido de legitimidade que a atenção de uma fonte supostamente neutra pode conferir, eles necessitam constantemente defender sua verdade contra outras verdades transmitidas através dos meios de comunicação⁷. (BUDDENBAUM e STOUT, 1996, p. 35)

Ao realizar reflexões sobre o campo religioso, Bourdieu (1992, p. 89) vai observar que o exercício deste campo se estrutura a partir de uma ação de imposição e de inculcação, sendo variados os meios que utiliza. Diga-se, no passado utilizou-se de arquétipos a mitos, de narrativas a interpretações peculiares dentro das comunidades. E na contemporaneidade se adequa também aos meios eletrônicos, tendo em vista a continuidade do exercício da comunicação.

Ao longo da história, a religião (mais a protestante que a católica) jamais foi avessa às conquistas tecnológicas representadas pelas mídias tendo em vista esta necessidade de comunicar o que era de seu interesse. Ao contrário, desde seu início estruturado e inventariado, ela se associa aos processos comunicacionais que provocam o registro de suas práticas e posições.

A publicação da Bíblia é o maior exemplo de capacidade expansionista e midiática de uma religião: no momento histórico em que é efetivamente publicada, 1455, trouxe à tona implicações do pensamento religioso ocidental. Sua popularização é uma das hipóteses para a força do dissenso político-religioso que nasce com a reforma protestante, ocorrida em 1517.

Esta constituição da religião como uma privilegiada visão de mundo marca o pensamento ocidental principalmente a partir da comunicação que foi possível através da publicação da Bíblia. A tradução e publicação impressa da Bíblia vai acelerar o surgimento de novas interpretações e denominações, fato que amplia e incentiva a diversidade cristã ocidental.

Até então a descrição da sistemática religiosa ou sua revelação se encontrava em livros específicos⁸, como na própria filosofia grega, que tratava da religião ora sob a reflexão mitológica ora sob um olhar racional, tendo em vista sua relação com outros valores sociais, como a moral e justiça.

⁷ Tradução livre para: “Each religion believes it has the truth, but in a society in which none has na automatic claim to members and to money, all become voluntary associations – interest groups – competing with each other and with the surrounding society. Even as they need mass media as a vehicle for promoting their truth and for the sense of legitimacy that attention from a supposedly neutral source can confer, they must constantly defend their truth against other truths conveyed via the mass media” (BUDDENBAUM e STOUT, 1996, p. 35).

⁸ A tradição judaica, que influencia os primeiros livros da Bíblia, o Pentateuco, privilegia fortemente a tradição oral, sendo aí um dos diferenciais com a tradição católica. A Bíblia é considerada um livro fechado em sua materialidade. A Torá é acima de tudo uma tradição escrita e oral, além dos ensinamentos pessoais dos rabinos. (AUSUBEL, 2000)

Os gregos foram os primeiros a registrarem com exatidão a influência do pensamento religioso em sociedade. Em “A República”, Platão narra uma busca para a definição de justiça que perpassa os caminhos religiosos. No livro, ele não discute a religião como fé, mas como regra. Platão reproduz diálogo cujo objeto é a definição de justiça – que desde a antiguidade é tratada correlatamente aos temas sagrados.

Para Sócrates, conforme a escrita platônica, os deuses são justos. Em determinado momento do diálogo, Sócrates se impõe argumentando para Trasímaco que “o injusto será também odioso aos deuses” (2002, p.40). Já para Trasímaco, o injusto pode ser sabedoria e virtude, além de que o homem pode e deve exercer tal comportamento. Sócrates, conforme Platão, responde: “Logo, o justo revela-se-nos como bom e sábio, e o injusto, como ignorante e mau” (2002, p.38).

Esta concepção hermética perdura toda a antiguidade, mas no início da Idade Média ocorre uma virada comunicacional da religião, pois ocorre a unificação de um discurso considerado santo que era até então familiar e individual, dando as comunidades uma poderosa mídia uniformizadora. “O mais antigo registro conhecido feito por um dos primeiros cristãos é uma carta de poucas linhas escrita por Paulo: a primeira epístola aos tessalônios” (BLAINEY, 2012, p. 49).

Com um modelo comunicacional baseado em livros, cartas e versos, principalmente, a Bíblia instituiu relatos e registrou novidades, os fatos mais relevantes, as comunicações que interessam ao grupo que passava a se organizar em torno do “Rei dos judeus” – evangelho, um dos conteúdos determinantes da Bíblia, inclusive, significa “boas novas”, “boa notícia”⁹. Estas cartas e escrituras tornaram-se mais acessíveis e ajudou a constituir uma comunicação religiosa poderosa que experimentou a passagem da manufatura artesanal dos livros para a industrial.

É neste contexto de aprimoramento do discurso cristão que surge a Igreja Católica. Dentro dela foram sendo criados elementos de coesão da comunicação religiosa, caso do papado, do Código de Direito Canônico e os concílios que unificaram as interpretações e comunicações bíblicas. Não obstante, a igreja cria um corpo discursivo religioso, na medida em que investe nos aparatos suntuosos, dando aos integrantes das igrejas uma flagrante visibilidade em oposição aos demais fiéis.

A partir do fortalecimento instrumental da Bíblia, Nilson Lage (2006) relata que a igreja concentrava em suas mãos parte considerável das informações. “Na Idade Média, as informações disponíveis para a população vinham embutidas em decretos, proclamações,

⁹ E aqui não tem como não fazer a referência ao termo notícia, que remete também a “News”, algo novo, no sentido de que é um fato noticiável e que detém news value (valor notícia).

exortações e nos sermões das igrejas” (2006, p. 8). E mesmo com o aparecimento dos primeiros formatos que se assemelhavam às notícias, por exemplo, estavam submetidos e controlados pelo Estado e Igreja (LAGE, 2006, p.8).

Esta concentração em torno da Bíblia vai organizar o discurso religioso ocidental a partir de cânones, mas também de discórdias. Agostinho de Hipona (354 –430) e Tomás de Aquino (1225 – 1274), por exemplo, renovaram o discurso, formando uma nova categoria de pregadores mais comunicadores. É conhecida a aproximação de Agostinho com a filosofia, principalmente a partir da leitura dele para “Hortensius”, livro de Cícero. Como relata em suas “Confissões”, aquele livro despertou seu amor pela filosofia e o fez ambicionar ardorosamente a posse de sabedoria e da comunicação (III.4.7-8) (MATTHEWS, 2005, p. 29).

A prática comunicativa da Igreja Católica se aproveitou de toda a tradição intelectual, tendo em vista seu fortalecimento como instituição, não deixando de lado a música (música sacra e cantochão, principalmente) e artes plásticas (temáticas inspiradas em passagens bíblicas). Nas cidades, aos moldes do que orientava Aristóteles, a igreja ocupava o espaço mais alto, os sinos marcavam o tempo da comunidade e o código moral advinha principalmente da autoridade religiosa, que ordenava a moralidade.

Martino (2003) observa que existe uma autonomia relativa dos campos da comunicação e religião, mas eles estão próximos por conta de seus intentos instrumentais. O autor percebe, por exemplo, que o jornalista comunica uma narrativa; já o religioso comunica sua cosmogonia original.

(...) a religião, entendida como um sistema simbólico altamente sofisticado de produção e adequação dos fenômenos sociais a um fim último, apresenta-se como uma grande narrativa, uma grande história, que se inicia geralmente com uma cosmogonia original para terminar, após discriminar “eleitos” e “malditos”, em uma grande transformação final na qual triunfa a justiça. (MARTINO, 2003, p. 54-55)

Para uma parcela dos autores da sociologia, a construção do discurso religioso e sua potencialização tiveram implicações e interesses políticos. Sem criar um modelo interpretativo específico para entender a religiosidade, Marx, por exemplo, acreditava que a condição social dos indivíduos é que explicava a religião - esta era entendida por ele como uma construção que impedia os indivíduos de verem a realidade.

Ao contrário deste comportamento, defendia Marx, o sujeito deveria se entender a partir do Estado e não através da religião. Na concepção dele, a religião tornou-se um comportamento social que dificultava a plena liberdade do indivíduo.

O homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, engendram a religião, criam uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica popular, sua dignidade espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua razão geral de consolo e de justificação. É a realização fantástica da essência humana porque a essência humana carece de realidade concreta. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, a luta contra aquele mundo que tem na religião seu aroma espiritual. A miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real e, de outro, o protesto contra ela. (MARX, 2005, p.5)

Dentro da linha interpretativa marxista, Gramsci vai questionar a comunicação fundante do cristianismo, de que a prática religiosa não está voltada para este mundo. Ele evidencia o que chama de caráter utópico da prática religiosa: “A religião é a utopia mais gigante, a mais metafísica que a história jamais conheceu desde que é a tentativa mais grandiosa de reconciliar, em forma mitológica, as reais contradições da vida histórica”. (GRAMSCI, 2001, p.21).

Conforme Martino, Marx “não pensou a religião como sistema simbólico autônomo” (2003, p. 41). Ao contrário, ele constata também que ocorre uma “redução das formas religiosas a seus efeitos sociopolíticos” (2003, p. 41). Ao tratar a religião como um efeito para atender as causas econômicas e políticas, Marx e os que a compreendem como utopia reduzem o debate em torno das especificidades do fenômeno.

Ao contrário deles, Durkheim procura compreendê-la como fato social e experiência coletiva. Diferente do olhar crítico de Marx e sua tradição de seguidores, ele diz que os homens possuem uma natureza religiosa e que todas as sociedades criaram para si alguma religião:

No fundo, não existem religiões falsas. À sua maneira, todas são verdadeiras, todas respondem, mesmo que de diferentes formas, as condições dadas da existência humana. Sem dúvida, é possível dispô-las segundo uma ordem hierárquica. Uma podem ser ditas superiores às outras no sentido em que elas põe em jogo funções mentais mais elevadas, são mais ricas em ideias e sentimentos, nelas figuram mais conceitos, menos sensações e imagens, sua sistematização é mais engenhosa. Mas, por mais reais que sejam esta maior complexidade e esta mais alta idealidade, elas não são suficientes para classificar as religiões correspondentes em gêneros separados. Todas são igualmente religiões, assim como todos os seres vivos são igualmente vivos, desde os mais humildes plântidos até o homem. (DURKHEIM, 1996, p.206)

Portanto, em vez de encarar a religião apenas como um conjunto ideológico, um pensamento que domina a existência, Durkheim enxerga na religiosidade um acontecimento que funda o social: para ele os principais aspectos da vida coletiva começaram como aspectos da vida religiosa. Os primeiros sistemas de representação que o homem produziu de si e do mundo são inspiradas no divino. E se a religião é algo eminentemente coletivo, conclui-se que as categorias de entendimento (noções essenciais que estão na raiz de nosso julgamento, como

o tempo, espaço, gênero, número, causa, substância, personalidade, etc) foram produzidas em grupo.

A religião é feita a partir de elementos, conforme verifica Durkheim: crenças (representações das coisas, o que elas são) e ritos (modos de agir de acordo com as crenças). Ele propõe a divisão das coisas (reais ou não) em dois gêneros opostos: o sagrado e o profano – dicotomia que é o maior exemplo de categorias contraditórias existentes na história do pensamento humano, maior, inclusive, do que a divisão entre o bem e o mal.

As coisas sagradas são aquelas que as proibições protegem e isolam; as coisas profanas, aquelas a que se aplicam estas proibições e que devem permanecer a distância das primeiras. As crenças religiosas são representações que exprimem a natureza das coisas sagradas e as relações que elas mantêm, seja entre si, seja com as coisas profanas. Enfim, os ritos são regras de conduta que prescrevem como o homem deve comportar-se com as coisas sagradas. (DURKHEIM, 1996, p.24)

A religião, logo, é definida por Durkheim como “um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a elas aderem” (1996, p.32). Mas não é somente um sistema de práticas (festas, cultos e ritos), mas também um sistema de ideias que exprimem o mundo (1996, p. 474). Para Durkheim, o papel da religiosidade na comunidade pode ser entendida em três momentos. Primeiro, no intuito de proporcionar coesão e a perpetuação dos grupos sociais, a partir da realização periódica dos ritos que compõem o culto religioso. É uma comunicação das tradições. Segundo, a religiosidade exerce o poder ou a força da sociedade sobre os indivíduos, por meio da ação constrangedora e coercitiva de torná-lo ser social. Ou seja, visa unificar e padronizar comportamentos. Terceiro, revivifica os elementos mais essenciais da consciência coletiva, seja por meio de oblações, de sacrifícios, da imitação, ou de representações, enfim, liga o indivíduo à coletividade e o eleva acima de si mesmo.

Ao investigar a ética protestante, Weber produz uma passagem de compreensão que conecta a religião com o sistema econômico. Ele demonstra que o ambiente religioso e político propício possibilita o surgimento do capitalismo, tendo à frente a doutrina calvinista da predestinação e a sucessiva interpretação do triunfo material como garantia da graça divina.

Martino chama atenção para a conexão de Weber e seus institutos com outros sociólogos que se preocupam com religião, caso de Bourdieu: “Em sua análise da ação social religiosamente orientada, Weber fornece a matéria-prima básica para a elaboração de vários

conceitos de Bourdieu¹⁰ sobre a análise do “campo” religioso” (MARTINO, 2003, p. 30).

Weber, portanto, destaca uma nova visão de mundo que vem à tona com o estabelecimento das bases do capitalismo. Ou seja, a doutrina da salvação, defendida pelo protestantismo, é racionalizada, sistematizada e busca um propósito lógico. O que mais angustiava as pessoas daquele momento, dizia Max Weber, era a dúvida se seriam mesmo eleitos por Deus:

A pergunta “serei eu um dos eleitos?” deve, cedo ou tarde, ter ocorrido a todo crente e deslocado qualquer outro interesse para o segundo plano. E como poderei ter certeza desse estado de graça? Para o próprio Calvino isso não foi um problema. Ele se sentia como um agente escolhido do Senhor, e tinha certeza da sua própria salvação. De acordo com isso, diante da pergunta de como o indivíduo poderia ter a certeza de sua eleição, ele tinha, no fundo, apenas a resposta segundo a qual deveríamos estar contentes com o conhecimento de que Deus havia feito a escolha, dependendo, além disso, apenas daquela confiança implícita em Cristo, que é o resultado da verdadeira fé. (WEBER, 2001, p.91)

Sob este viés, caso se radicalize as origens das coisas, a disseminação comunicativa, iniciada em Lutero e depois Calvino, informa uma nova maneira de interpretar a realidade: a vida racionalizada causou desilusão no homem e o novo modo de viver “secularizado” preencheu o lugar que antes pertencia à religião – nesta mudança liderada pela secularização, os meios de comunicação tornam-se preponderantes para a construção de um discurso religioso que tem como foco a manutenção dos fiéis e a constituição de um poder político.

No século 21, a mídia obtém uma nova centralidade para atender aos interesses políticos e religiosos, o que dá, assim, maior percepção e ensejo aos estudos midiáticos. “No caso específico do campo religioso, nota-se que há reformulações e adequações nas suas práticas que são alavancadas e codeterminadas pela mídia, seus processos e lógicas de funcionamento” (BORELLI, 2010, p. 27).

Bauman enxerga as práticas espirituais dentro do contexto atual de rompimento com as tradições. Este tema se transmuta em “modernidade líquida” para o pesquisador, que cunhou o termo como forma de representar metaforicamente as relações sociais líquidas, fluídas, que se esvaem. Este homem da atualidade tem fortes implicações na religião. “Vivemos numa era em que “esperar” se transformou num palavrão. Gradualmente erradicamos (tanto possível) a necessidade de esperar por qualquer coisa, e o adjetivo do momento é instantâneo” (BAUMAN, 2009, p.13).

¹⁰Mais à frente será apresentada a noção de Bourdieu para o campo religioso, tendo em vista a construção do referencial teórico desta pesquisa.

Bauman identifica o deslocamento da religião na atualidade, que não seria mais fundamental, mas colocada em paralelo com outras atividades. O homem da contemporaneidade não assume um universo sem Deus e práticas religiosas, mas os coloca em outro lugar. Enquanto o indivíduo ocupa o lugar central, os temas do espírito são relegados a um segundo plano: “A ideia de autossuficiência humana minou o domínio da religião institucionalizada não prometendo um caminho alternativo para a vida eterna, mas chamando a atenção humana para longe desse ponto” (BAUMAN, 1998, p.209).

O sociólogo descreve uma liberdade individual imensurável, que leva o homem para longe da igreja e demais instituições e o coloca em um centro de escolhas. Daí a necessidade da igreja se recriar com variantes destinadas a atender esse homem hodierno, suscetível aos shows e pirotecnias religiosas – daí o aprimoramento do louvor nos cultos e a popularização da cultura e música gospel, bem como filmes e literaturas. Assim, Bauman localiza no fundamentalismo religioso uma das características mais marcantes desta época, em que parte da humanidade prefere seguir por caminhos opostos:

Num mundo em que todos os meios de vida são permitidos, mas nenhum é seguro, elas mostram coragem suficiente para dizer aos que estão ávidos de escutar, o que decidir de maneira que a decisão continue segura e se justifique em todos os julgamentos a que interesse. A esse respeito o fundamentalismo religioso pertence a uma família mais ampla de soluções totalitárias ou protototalitárias, oferecidas a todos os que deparam a carga da liberdade individual excessiva e insuportável. (BAUMAN, 1998, p.229)

Para Bauman, portanto, a religião é uma espécie de consciência humana coletiva, fundada nas necessidades de reconhecimento de limites. Seria, logo, a consciência da insuficiência humana. Daí que deve ser vivida na admissão da fraqueza. O autor afirma que a mensagem invariável do culto religioso é do finito ao infinito, onde a distância é sempre infinita (BAUMAN, 1998, p.209).

Todas estas implicações atuais acabam por incidir nas denominações, que, não raro, se dispuseram a modificar suas noções de mídia e comunicação. Até mesmo a Igreja católica optou em se posicionar, como fica evidente com o chamado Inter Mirifica, que atuou para a consolidação do catolicismo midiático. Até a década de 1960, a Igreja Católica optou por censurar os meios de comunicação. Todavia, o documento do Concílio Vaticano II mudou esta realidade. Em vez de ignorar a mídia, ele estabelece modelos de abordagem. Indica, por exemplo, normas para o seu uso. Existe uma real intenção de tocar a opinião pública, conforme

se percebe em seus parágrafos¹¹.

1.1.1.3. Religião e mídia numa perspectiva de Bourdieu

O sociólogo Pierre Bourdieu não trabalha especificamente com a religião, a tratando, inclusive, como objeto de investigação secundário em seus estudos que abrangem a educação, a mídia, a própria sociologia, dentre outras temáticas, etc. Todavia, conforme Arribas (2012), o autor escreveu seis textos em que pensa a religião: “A dissolução do religioso”, “Sociólogos da crença e crenças de sociólogos”, “Gênese e estrutura do campo religioso”, “Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber”, “Piété religieuse et dévotion artistique: fidèles et amateurs d’art à Santa Maria Novella” e “La saint famille”.

A dominação simbólica, contudo, é objeto de seu estudo sobre a mídia e poder, abrindo, portanto, espaço para que se possa pensar desenvolver uma visão da religião neste contexto (BOURDIEU, 1989). O enfoque nas relações de poder bem como a noção de campo, capital e habitus contribui numa guinada em direção à religião e também à própria mídia que propaga o discurso religioso.

Conforme visto anteriormente, Bourdieu teve nítida influência das discussões weberianas para compor sua ideia de campo. O autor explica que foi a partir desta leitura que surgiu sua definição mais clássica, tendo nela a inclusão das reflexões referentes à religião. “Construí a noção de campo contra Weber e ao mesmo tempo com Weber, refletindo as análises que ele propõe das relações entre padre, profeta e feiticeiro” (BOURDIEU, 2004a, p.65).

Os pesquisadores que tentam aproximar Bourdieu dos estudos de sociologia da religião utilizam as palavras-chaves da sociologia do autor para criar novas e polêmicas interpretações. Assim, definições de campo, habitus, poder simbólico e capital tornam-se correntes na tentativa de aplicar suas ideias na interpretação dos fenômenos e relações religiosas (ARRIBAS, 2012).

Dentre as definições a que mais se destaca e adquire aplicação central para esta pesquisa é a de campo¹² e poder simbólico. Conforme Bourdieu, campo significa uma rede de relações objetivas entre posições. Sociedades diferenciadas criam, logo, um microcosmo que facilita a

¹¹ O papa João XXIII anunciou no dia 25 de janeiro de 1959, através da ‘Constituição Humanae Salutis’, a convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II. Através da atuação de 2.500 padres conciliares, foram analisados vários documentos católicos. Dentre eles, o que foi publicado em 4 de dezembro de 1963 e que tratava dos meios de comunicação social e de sua importância na modernidade.

¹² Esta discussão de campo é paralela a que iniciamos na dissertação, mas em outro sentido, para termos a noção de como se institui os núcleos de poder dentro das denominações religiosas e como fundam suas articulações em busca de capitais.

produção de sentidos e significados, fechando grupos em torno de rituais, rotinas e procedimentos. Agentes e grupos de agentes agem conforme posições relativas que ocupam neste espaço.

O sociólogo diferencia os campos sociais devido à capacidade de cada um adquirir autonomia. Bourdieu relata a existência de uma dinâmica peculiar em cada campo, que deve apresentar fronteiras nítidas frente aos demais. Estes campos se caracterizam por apresentar “troféus”, agentes, regras, formas próprias de entrada e exclusão.

Outra característica necessária do campo – conforme diz Bourdieu – é a capacidade de reconhecimento de objetos e temas comuns. Por fim, pode-se pensar o campo como um espaço de jogo. Bourdieu diz então que neste espaço existem disputas rotineiras, que perpetuam o campo indefinidamente. Se junta ainda outra característica e fundamento: a tentativa de impedir a entrada no campo por conta de sujeitos estranhos, que possam subverter as regras ou mesmo tomar o troféu. Bourdieu desenvolverá dentro desta abordagem a definição de trabalho religioso, trazendo ao debate a noção de que tal campo é autônomo e que uma vez constituído ele se defende da ação externa e estipula suas próprias competições, rotinas e prêmios.

É no campo, entende Bourdieu, que os agentes desenvolvem e se utilizam do poder simbólico – na atualidade, muitas vezes mantidos e reproduzidos por meios de comunicação que reforçam mensagens neste sentido. O poder de consagração, seja de um padre ou pastor, logo, seria esse poder invisível, que esconde o interesse humano e o transforma em desejo divino. A mágica do poder simbólico está em fazer com que o interesse humano se decomponha em sagrado. Através de aparente naturalidade, o poder simbólico “é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

Arribas (2012) afirma que as reflexões de Bourdieu vão além da visão maniqueísta de que o trabalho religioso seja uma inspiração transcendente ou mesmo uma vocação voltada ao mercado, para extração financeira de bens materiais. Desta forma, o campo religioso oferece habilidades, faculdades e capitais.

Essas habilidades seriam adquiridas ou através do acúmulo primitivo e/ou através do acúmulo pelo trabalho, ou mais especificamente, através do acúmulo do trabalho religioso. Poderíamos então considerar o capital religioso como uma forma particular de capital cultural dentro de uma economia mais vasta. (ARRIBAS, 2012, p. 496)

Bourdieu, em própria aplicação de suas definições, investiga a origem da crença. Para ele, “o princípio da eficácia de todos os atos de consagração não é outro senão o próprio campo”. (BOURDIEU, 2002, p. 25):

(o campo seria o) lugar de energia social acumulada, reproduzido com a ajuda dos agentes e instituições através das lutas pelas quais eles tentam apropriar-se dela, empenhando o que haviam adquirido de tal energia nas lutas anteriores (BOURDIEU, 2002, p. 25).

Habitus, em Bourdieu, é um “sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Bourdieu revela que é graças ao habitus que se torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas em um determinado campo. E como se daria esta perpetuação? Bourdieu fala na transferência analógica de esquemas, que produziria facilidades dentro do campo. O autor entende o habitus como a reunião de esquemas e percepções fruto das experiências individuais. Assim, se as experiências são repetidas, elas tornam-se coletivas e sociais. E, logo, originam uma subjetividade socializada (BOURDIEU, 1992, p. 101).

Bourdieu alerta que o habitus não significa algo imutável, rígido e determinista. Necessidades de adaptação, de tal modo, exigem novas configurações e atitudes. “Os ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação às situações novas e imprevistas podem determinar transformações duráveis do habitus, mas dentro de certos limites” (BOURDIEU, 1983, p. 106).

Outra definição que interessa a este estudo refere-se ao que seja o capital. Aplica-se tal conceito no sentido de que os agentes sociais, dentro de determinados campos, se vêm na necessidade de acumular forças e poderes para adquirir posições no meio. Bourdieu diz que existem quatro espécies essenciais de capital: social, cultural, econômico e simbólico.

O autor parte, assim, da noção marxista de capital, já que propõe, por exemplo, que ele surge dos frutos acumulados de um trabalho, dividindo-o entre capital material e imaterial (infraestrutura material e superestrutura simbólica)¹³.

Observa-se aqui, por meio de Arribas (2012), que existe mais uma controversa na aplicação do termo do que consenso. Ora o capital religioso significa certo grau de domínio que o religioso tem frente aos demais integrantes da religião (conhecimento de liturgia, dos rituais, da doutrina, etc) ora se insere dentro de uma espécie específica de preferência e de capacidade

¹³ Arribas (2012, p. 489), ao estudar o conceito de capital religioso a partir de Bourdieu, esclarece que existem outras definições que avançariam a proposta de Bourdieu – caso de Verter (2003), Iannacone e Klick (2003) e Finke (2003). A aplicação do capital ao campo religioso, assim, chega até mesmo a uma divergência de termo: capital religioso e capital espiritual.

de desfrutar do bem religioso.

Assim como o capital cultural, o capital religioso é, a bem da verdade, progressivamente incorporado, fazendo parte do *habitus* dos indivíduos ou dos grupos de indivíduos, nada mais sendo do que um modo de apreensão, de apreciação e de orientação das ações no mundo – uma habilidade quase que “natural” no sentido de não ser percebida enquanto socialmente adquirida. (ARRIBAS, 2012, p. 491).

Esta definição conduz ainda a questão de quem legitima este capital, seja a instituição religiosa seja a família. E neste sentido, conforme Arribas, independente da origem da legitimação, existiria um espaço definido e essencial para o capital na economia dos bens da salvação. O capital, logo, proporciona o exercício do poder simbólico, que significa um conjunto de práticas, rotinas e hábitos exercidos em um dado campo. Neste sentido, o simbólico é toda a relação, linguagem e resultados das interações comunicativas realizadas dentro do campo. Tais sentidos só surgem a partir da acumulação de um capital, que é valorizado em um determinado campo – o campo da economia de bens de salvação.

No caso da mídia, Bourdieu exemplifica a ação do simbólico a partir da televisão e a potencializa como violência, já que apresenta impacto e muitos sequer sabem que a sofrem.

Desejaria, então, demonstrar uma série de mecanismos que fazem com que a televisão exerça uma forma particularmente perniciosa de violência simbólica. A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou sofrê-la (BOURDIEU, 1997, p. 22)

O autor afirma que a tevê cria a realidade, muitas vezes com interesses além do simples ato de informar. “A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política” (BOURDIEU, 1997, p. 29). De acordo com Bourdieu, a tevê desempenha papel central nos debates entre grupos organizados:

(...) é preciso cada vez mais produzir manifestações para a televisão, isto é, manifestações que sejam de natureza a interessar às pessoas de televisão, dadas as suas categorias de percepção, e que, retomadas, amplificadas por elas, obterão sua plena eficácia (BOURDIEU, 1997, p. 30)

Parece natural, portanto, que, sob a ótica de Bourdieu, a tevê, bem como outras mídias, permitam a visibilidade aos personagens da política e da religião. Daí sua condição de instrumento essencial para que ocorra a perpetuação do *habitus* no campo religioso, a partir da concentração de um característico capital. Segundo Bourdieu, o campo jornalístico “age,

enquanto campo, sobre os outros campos” (1997, p. 81). E a mídia seria um poderoso capital multimodal, tendo expressão tanto como capital social quanto cultural, econômico e simbólico.

1.1.1.4. Aportes de Habermas para compreender a relação entre mídia e religião

As contribuições de Jürgen Habermas em direito, comunicação e política são mais específicas do que aquelas que ele propõe para religião e mídia. Todavia, tais objetos surgem em apontamentos delineados pelo avanço de sua reflexão – que tem início com teorizações quanto à mudança estrutural da esfera pública, estudo publicado em 1962, quando ainda era influenciado pela primeira geração da Escola de Frankfurt, em específico Theodor Adorno e Max Horkheimer.

Suas conclusões sobre religião mais pertinentes datam do período pós-razão comunicativa, que se inicia na década de 1980. Conforme Araújo (1996, p. 229), Habermas jamais se revelou hostil em face da fé religiosa ou dos temas teológicos. Neste sentido, ele caminha de forma diferente dos pioneiros da escola de Frankfurt, que vislumbravam na religião, assim como na indústria cultural, um mal na medida em que ela supostamente impedia a emancipação humana.

Antes da reflexão que se refere aos estudos sobre agir comunicativo, democracia e religião, Habermas teorizou sobre a esfera pública, produção científica e relação da filosofia, ciência e política. É nesta janela inicial que ele insere de forma superficial a comunicação social em torno de seu arcabouço teórico. Na década de 1960, “Mudança Estrutural da Esfera Pública” retoma e avança na discussão de um tema que chegou a ser explorado antes na obra de Hannah Arendt, que já tratava da publicidade em “A Condição Humana”, editada em 1958.

Habermas introduz uma compreensão da esfera pública como espaço de circulação de informações e construção de entendimentos através do acesso e emergência de opiniões. Ele revela que tal esfera atrofiará com a emergência da imprensa industrial, assumindo, assim, uma visão hipodérmica da imprensa. A “Mudança Estrutural da Esfera Pública” demarca seu primeiro objeto de investigação:

A esfera pública burguesa pode ser entendida como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 1984, p.42).

Conforme Habermas, em alguns momentos, tais esferas públicas reúnem pessoas em torno de temas comuns, cuja mobilidade de reflexão se deve ao fato de regulamentar os atos cruciais das autoridades. Em tais esferas, o ordenamento jurídico é proposto, valorado e regulado diante do público. Ele conclui que foi importante o surgimento da imprensa artesanal no processo de solidificação desta esfera pública burguesa. A emergência de uma esfera de debates públicos, portanto, é salutar para a sociedade.

Inicialmente este público fazia uso dos cafés e salões, mas logo migrou também para as páginas dos jornais. Para Habermas, estas esferas públicas – e outras que viria acrescentar após revisões de seus trabalhos – eram condições necessárias para a manutenção de práticas dialógicas. Todavia, o sociólogo alemão esclarece que a esfera pública burguesa é uma definição datada, referente a uma determinada época: a sociedade burguesa que teve início nos fins da Idade Média Europeia.

Habermas então demonstra como ocorre sua transformação, quando os interesses privados organizados penetram dentro da estrutura das esferas públicas (1984, p. 211). Ele critica está visível guinada da imprensa, considerada como instituição por excelência da esfera pública, que sai da posição de potencializadora do princípio da publicidade para incentivadora do comportamento propagandístico e comercial.

Habermas relata esta transformação ao especificar que a imprensa passou rapidamente de comerciante de notícias para vendedora da opinião pública. Antes, relata, sua atividade se limitava essencialmente à organização da circulação de notícias.

A este momento econômico se acresce, no entanto, um novo momento, político no sentido mais amplo, assim que a imprensa de informação evoluiu para uma imprensa de opinião e que um jornalismo literário passou a concorrer com a redação de avisos (HABERMAS, 1984, p. 214).

Ocorre que as empresas descobrem as mídias e elas passam, assim, a fazer parte de estruturas potencialmente geradoras de lucro. Ao ampliar a base de capital, ocorre uma elevação do risco econômico. Desta maneira, diz Habermas, o jornal acaba entrando numa “situação em que ele evolui para um empreendimento capitalista, caindo no campo de interesses estranhos à empresa jornalística e que procuram influenciá-la”. (1984, p. 217).

De acordo com os apontamentos de Habermas, a imprensa sofre uma significativa transformação: até então ela se comportava como instituição de pessoas privadas quanto público. A partir destas mudanças, assume outra característica, voltada aos interesses industriais. Habermas assinala que esta imprensa torna-se “pórtico de entrada de privilegiados

interesses na esfera pública” (1984, p. 218).

Estas mudanças acarretaram inúmeras novidades no campo do capitalismo, inclusos o surgimento das agências de publicidade e a consolidação de sua influência na imprensa, quando não raro tais empresas chegam a criar seus próprios jornais e revistas (1984, p. 224). Diante desta transformação, diz Habermas, a noção anterior de publicidade reivindicada no início da imprensa e que foi imposta contra a política de segredo praticada pelos monarcas dará lugar a outra forma de publicidade.

Antes tal mecanismo serviu como estratégia para submeter questões e pessoas ao julgamento público, através de uma espécie de revisão dos atos perante a opinião pública, mas agora se torna, pelo contrário, uma imposição tendo em volta uma secreta política de interesses: “Ela consegue prestígio público para uma pessoa ou uma questão e, através disso, torna-se altamente aclamável num clima e opinião não-pública” (1984, p. 235).

Esta ideia monolítica de desconexão da imprensa com a esfera pública será criticada por diversos autores, como Thompson (1995) e Fraser (1990). As objeções mais detidas ao que diz Habermas obriga o próprio autor a refinar sua reflexão em torno da esfera pública. No prefácio da edição de 1990 de “Mudança Estrutural de Esfera Pública”, Habermas aceita parte das críticas e diz que a partir da leitura de novos autores acredita que as mídias têm o poder de rearticular as esferas públicas.

O novo posicionamento de Habermas se conecta com visões mais modernas. Avritzer e Costa (2006), por exemplo, reconhecem a porosidade dos meios de comunicação e os concilia com as esferas públicas: “Não há dúvida de que o campo da esfera pública controlado pelos meios de comunicação de massa mostra relativa porosidade para absorver e processar os temas colocados pelos atores da sociedade civil” (AVRITZER; COSTA, 2006, p. 82).

Apesar de Habermas reconhecer a inserção da mídia neste contexto das esferas públicas, até sua revisão na década de 1990, ele apresenta uma abordagem generalista e que não operacionaliza seu entendimento quando apresenta novas reflexões ou incrementa as reflexões teóricas que surgiram depois de “Mudança Estrutural da Esfera Pública”.

Como na discussão da religião, ele deixa pistas e índices potencializadores para compreender o comportamento das mídias, o que, inclusive, pode-se suscitar a partir das discussões inseridas em sua Teoria da Ação Comunicativa (TAC). Signates (2009, p. 232) opta em aceitar as limitações da obra de Habermas e buscar elementos que possam construir uma reflexão que sirva à apreensão do comportamento das mídias: “Habermas, como já se disse, tratou pouco e de modo limitado de comunicação social”. Signates (2009) critica a ambiguidade do autor alemão, principalmente quando este trata a comunicação social de modo impreciso

como “formas generalizadas de comunicação”.

Para superar estas imprecisões, Signates apresenta como se dá o emparelhamento e enquadramento das mídias, que ocorreriam por meio da colonização do Mundo da Vida (lebenswelt) realizada pelos integrantes da esfera política e esfera econômica. O Mundo da Vida, bem resumidamente, é o espaço físico e simbólico onde os indivíduos se encontram tendo em vista a sociabilidade, caso da família, da escola, da igreja, etc. É no Mundo da Vida que deveria hipoteticamente ocorrer o agir comunicativo.

Desde a perspectiva conceitual da ação orientada ao entendimento, a racionalização aparece, antes de tudo, como uma reestruturação do MV, como um processo que atua sobre a comunicação cotidiana através da diferenciação do sistema de saber, afetando assim as formas de reprodução cultural, interação social e socialização (HABERMAS, 1988, p. 435).

Este procedimento comunicativo se dá no Mundo da Vida, palco do uso da linguagem para intermediar as ações e planos individuais dos seres humanos. Dentro da teoria de Habermas, por isto, incumbiria ao uso da linguagem e consequente produção de discursos, a busca do entendimento de pressupostos válidos de diálogo, cabendo, no cotidiano, ao melhor argumento se sobrepôr. Habermas trabalha várias camadas de ações, desde a interação sem interesses estratégicos e instrumentais até a busca de entendimentos, consensos¹⁴ ou aceitações dentro do processo de comunicação estabelecido pelos participantes.

Ocorre que Habermas compreende um ato concorrente às ações comunicativas: as ações estratégicas. Para ele, as ações teleológicas (aquela em que o indivíduo busca atingir um fim) “se amplia e se converte em ação estratégica quando no cálculo que o agente faz de seu êxito intervém a expectativa das decisões de, pelo menos, um outro agente” (HABERMAS, 1988, v2, p. 510). Neste caso, o agente antagônico também atua em busca da realização de seus próprios interesses. Habermas credita aos subsistemas dominados pelo poder e dinheiro a arena onde se mais executam ações estratégicas. E eles, com certeza, colonizam as relações que ocorrem dentro do Mundo da Vida, tendo interesse de conquistar trabalho e aceitação das normas impostas. (HABERMAS, 1988, p. 510).

Signates (2009, p. 199) tenta trazer a contribuição de Habermas para a discussão midiática ao procurar compreender a institucionalização sistêmica da comunicação. O autor sugere uma forma de apropriação em que procura viabilizar as noções de sistema e mundo da vida à luz das mídias – reconhecidas como instituições. Assim, através desta opção, em que se

¹⁴ Entende-se consenso no sentido de qual dimensão normativa o participante do diálogo deseja seguir. Em muitos casos inexistente sequer consenso dos pressupostos de fala e diálogo, o que leva ao travamento da interação social.

vai com Habermas e além dele, ou, como pretende Signates, contra Habermas, é possível questionar o enrijecido arcabouço teórico para também pensar os meios de comunicação (2009, p. 204). Sob este viés, as “categorias sistema e mundo da vida não são como institucionalidades específicas, e sim como lógicas da ação social em perspectiva habermasiana”:

(...) ao mesmo tempo em que não se nega a natureza predominantemente sistêmica do Estado e da economia, torna-se possível derivar a possibilidade de especificar tais lógicas em quadros institucionais próprios, como o da comunicação social, e, em seguida, abrir caminho para aplicação da teoria habermasiana aos estudos e pesquisas em comunicação social (SIGNATES, 2009, p. 204).

Ainda dentro desta contribuição, Signates (2009, p. 199) descreve a institucionalização sistêmica, que ocorreria pelo deslocamento do mundo da vida. Ele afirma que ocorre o efeito de uma subordinação de formas sociais e institucionais tradicionais a parâmetros orientados a fins em que o meio dinheiro e poder podem operar “como coordenadores das ações dos sujeitos” (2009, p. 229). Signates constrói a noção de institucionalização sistêmica como o “modo de abordar as instituições sociais interna e externamente, numa perspectiva relacional e crítica (...)” (2009, p. 231). Ele afirma que ela se apropria da sociologia das instituições e das organizações tendo em vista a “análise das condições de possibilidades de manifestação da intersubjetividade e da democracia nesse âmbito, bem como dos processos de dominação e colonização implícitos nessas estruturas” (2009, p. 231).

Sob o enfoque habermasiano, Signates acrescenta, ao lado do meio dinheiro e poder, a técnica, que atua como meio de controle, no exercício da coordenação de vínculos sistêmicos (2009, p. 252). A comunicação social, afirma Signates, atuaria em sua institucionalização sistêmica até mesmo no processo de despolitização do “conflito sistema/mundo da vida” dentre as instituições de mídia.

É neste sentido de abrir caminhos para o estudo da comunicação social que Signates, ao verificar as pertinências conflitivas entre Mundo da Vida e sistema, finaliza seu estudo de aplicação de concepções de Habermas na comunicação social. O autor entende como promissoras as possibilidades de estudo de produção, de recepção e de significação, ainda que reconheça que tal perspectiva se apresente como possibilidade (SIGNATES, 2009, p. 337).

Se existe uma janela para os estudos de comunicação social e mídia, outros campos também procuram visualizar as teorias de Habermas. As postulações expostas na Teoria da Ação Comunicativa sofreram inúmeras interpretações de leitores, incluindo a de que o pensador alemão tem influência cristã. Habermas explicou que não vê problema nesta espécie de interpretação, ressaltando, porém, que a visão religiosa se contraporía a um necessário ateísmo

metodológico:

Eu não iria opor-me, caso alguém afirmasse que minha concepção da linguagem e do agir comunicativo orientado ao entendimento alimenta-se da herança cristã... Pretendo afirmar apenas que a comprovação de que existe uma relação da minha teoria com uma herança teológica não me incomoda, enquanto ficar clara a diferença metodológica entre os dois discursos, portanto enquanto o discurso filosófico obedecer à exigência de um discurso fundamentador. Uma filosofia que ultrapassa os limites do ateísmo metodológico perde, a meu ver, a sua seriedade filosófica. (HABERMAS, 2003, p. 211-212)

Em Habermas, entretanto, o respeito das posições religiosas das diferentes corporações não significa a aceitação delas sem a realização de críticas. Araújo explica que Habermas dispersa a religião “nos meandros de seus inúmeros escritos, em conexão com questões específicas de sua produção e com releituras das teorias clássicas sobre o fenômeno religioso” (1996, p. 230).

Devido aos temas de interesse de Habermas, é evidente que a aproximação com o fenômeno religioso suscitaria a relação entre religião e razão ou entre fé e saber – dualismos constantes nas abordagens habermasianas. O teórico da esfera pública e do agir comunicativo aborda as diferenças gritantes entre o discurso filosófico e o discurso teológico, mas sempre respeitando as especificidades de cada um.

Para Habermas, a filosofia deve considerar a religião como algo externo a ela. Segundo Pinzani (2009, p. 212), o tema da religião aparece relativamente tarde no pensamento do estudioso alemão, mas não deixa de ser necessário para aumentar a compreensão de suas teorias. Habermas, segundo Pinzani, propõe que o agir comunicativo das sociedades modernas teria substituído a religião em sua função social de integrar e legitimar politicamente as ações humanas.

Na teoria do agir comunicativo ele dedica algumas páginas à questão na ótica da teoria da secularização de tipo weberiano. Nesta obra, o papel que a religião tivera nas sociedades tradicionais, isto é, o de garantir integração social ou legitimação política, teria sido assumido nas sociedades modernas pela própria razão comunicativa (PINZANI, 2009, p. 212).

No final da década de 1980, Habermas deixa claro que a religião teve importância crucial na história da humanidade, principalmente na formação do pensamento ocidental, mas que não supre mais as necessidades do mundo atual. A religião, assim, deveria renunciar suas aspirações de validade absoluta e limitar-se a oferecer uma visão de mundo entre outras igualmente legítimas (PINZANI, 2009, p. 213).

Na modernidade, como afirma Habermas, a religião perde seu significado estrutural na sociedade. Na nossa leitura, isto quer dizer que, no seio do mundo moderno, não mais estruturado pela lógica do sagrado, a religião deixa de ser “fundamento”, no sentido de algo que constitui “o essencial de”, mas pode coabitar (doravante) em igualdade de condição com as esferas do agir profano (ARAÚJO, 1996, p. 200).

Conforme Habermas, na sociedade secularizada, a religião pode até representar um obstáculo para que se chegue a um entendimento comum e livre da aceitação das normas. “(...) os crentes tendem a atribuir valor absoluto e não negociável a suas crenças morais, e isso dificulta a aceitação de argumentos e posições incompatíveis com tais crenças” (PINZANI, 2009, p. 212). Portanto, a religião se revela particularmente importante para Habermas “no plano da gênese e não da manutenção de um estágio pós-convencional de consciência moral” (ARAÚJO, 1996, p. 139)

Os pesquisadores que procuram interpretar a visão de Habermas sobre a religião acreditam que ele a considera um mal necessário, que seria benévola para despertar a moralidade nos cidadãos. Todavia, em si, em sua própria estrutura interna, ela não traria valores intrínsecos. Portanto, dentre os diversos apontamentos destaca-se a ideia de que o passar do tempo diminuiu a importância da igreja, que antes se considerava fundamental para a articulação das forças sociais. “Habermas afirma, com efeito, à guisa de conclusão, que o âmbito da ação sacral se dissolve amplamente com o desenvolvimento das sociedades modernas, ou, ao menos, ele perde seu significado estrutural”. (ARAÚJO, 1996, p. 170)

Conforme Pinzani, Habermas reconhece que dentro das relações sociais produzidas em torno da religião, os laços de solidariedade costumam ser maiores, daí a constatação já citada de que ela seja um “mal necessário”. Para Habermas, é difícil “despertar e manter vivo em pessoas não religiosas uma consciência sensível às violações da solidariedade humana ao redor do mundo” (PINZANI, 2009, p. 217)

Entretanto, a constatação mais apropriada para o tema - e que é objeto de estudo que se desenvolve aqui - diz respeito a uma inevitável aproximação entre os campos da política, mídia e religião. Na interpretação de Pinzani, a visão habermasiana seria cética ao fato da comunidade religiosa se inserir no contexto da produção de normas.

Na sua atividade legisladora um político não pode, portanto, decidir com base na sua pessoal visão religiosa, mas deve procurar argumentos que possam ser aceitos pelos que não compartilham tal visão, tenham estes outra ou não tenham nenhuma. (PINZANI, 2009, p. 218).

Todavia, Pinzani (2009) mostra que Habermas indica que tais princípios religiosos têm

lugar de destaque em casos polêmicos e controvertidos: para ele, desde que a comunidade reconheça e aceite, afirmações religiosas podem dar uma contribuição sensata ao esclarecimento de temas e questões que tenham princípios controvertidos. (PINZANI, 2009, p. 218).

A visão de Habermas, logo, sobre a participação do ideal sagrado no campo político, é de que o religioso, ou político religioso, pode contribuir de maneira sensata à discussão dos principais temas ainda não consensuados. Porém, dentro da esfera pública, isso não significa privilegiar a “opinião religiosa”, dando a ela maior destaque ou a sublinhando.

Em suas recentes obras, Habermas tem se desdobrado para lidar com a secularização, termo que faz questão de usar. A interação entre o secularismo e as inúmeras correntes religiosas leva o autor a discutir uma pós-secularização. (SOUZA, 1996, p.255). Na visão do pensador alemão, o liberalismo como processo necessita de uma justificativa por via da democracia e não do viés religioso. Assim, a inclusão do procedimento deliberativo e representativo da criação das normas seria mais do que suficiente para que a sociedade liberal se fundasse em bases sólidas.

Habermas, então, propõe o uso do termo secular, no sentido de que seja diferente da fala religiosa, voltada para a constituição de uma reflexão dogmática. Sobressai, assim, a indicação de que é necessário firmar uma cooperação entre as duas linguagens:

O processo de interação política entre doutrinas seculares e religiosas não pode ser simplesmente imposto juridicamente pela sociedade secular. Deve existir, segundo o filósofo, uma pretensão cognitiva de que essa aceitação não se dê por mera adaptação. (Cf. Habermas, 2007b, p.127). Como resultado do emparelhamento simétrico entre doutrinas seculares e religiosas, deve-se conferir um status epistêmico às convicções religiosas para que essas não sejam tomadas como irracionais. Por último, os cidadãos seculares devem ajudar no processo de tradução da linguagem religiosa para a linguagem secular, acessível a todos, na discussão pública. Essa é uma tarefa cooperativa que deve ser assumida por cidadãos seculares e religiosos. (SOUZA, 2009, p. 256)

Conforme se percebe, na visão habermasiana, a secularização não significa a defesa do ateísmo. Antes disso, seria a evolução interna da própria religião, que resulta na “superação gradual da relação coletiva com a transcendência e não da fé enquanto tal” (ARAÚJO, 1996, p.198-199). Superar a dogmática da religião, portanto, não é o mesmo que viver sem fé, mas interagir com sistemas terrenos, identificáveis e previsíveis na busca do estado democrático.

E nesta teoria democrática proposta por Habermas, a ideia de democracia está intimamente ligada a uma concepção comunicativa que se reproduz nas esferas públicas. Para Habermas (1997, p. 21), o desabrochar dessa prática deliberativa não depende de uma cidadania

capaz de agir de forma coletiva, mas da institucionalização dos processos comunicacionais. Daí que Habermas busque analisar a vontade comum à luz da comunicação e da moral.

O conceito de uma política deliberativa só ganha referência empírica quando fazemos jus à diversidade das formas comunicativas na qual se constitui uma vontade comum, não apenas por um auto-entendimento mútuo de caráter ético, mas também pela busca de equilíbrio entre interesses divergentes e do estabelecimento de acordos, da checagem da coerência jurídica, de uma escolha de instrumentos racional e voltada a um fim específico e por meio, enfim, de uma fundamentação moral. (HABERMAS, 2004, p. 285).

O pensador alemão, contudo, identifica que por mais que exista a pressão do sistema no Mundo da Vida, ocorre uma salutar resistência, seja através da mudança interna dos componentes do Mundo da Vida seja por meio da necessidade de ofertar normas que atendam aos integrantes da lebenswelt.

Esta pesquisa se insere na delimitação e entendimento deste marco teórico, que observa necessariamente o poder da linguagem e do discurso na sociedade, tendo em vista a formação desta no Mundo da Vida. Nas páginas seguintes, durante a pesquisa, percebe-se exatamente a tentativa de colonização do Mundo da Vida por meio de ações estratégicas, o que demonstra a necessidade de descolonização tendo em vista a procura por uma sociedade mais plural e livre.

Habermas alerta para que as categorias que discute devem estar arraigadas em relações históricas e concretas, objetivando análises do real. Portanto, tendo em vista algumas das suas compreensões para a relação do que ele denomina Mundo da Vida e dos subsistemas relacionados principalmente ao Estado e dinheiro busca-se compreender como a igreja, a partir do uso técnico das emissoras de rádio, e fazendo uso da linguagem de forma estratégica, pode perpetuar uma situação de sobreposição e colonização frente aos demais integrantes do Mundo da Vida.

Araújo (1996) alerta que Habermas distingue duas formas de reprodução do Mundo da Vida – material e simbólica. Neste sentido, ele objetiva compreender os dois aspectos significativos da ação social: as atividades orientadas para um fim e a atividade de intercompreensão (ARAÚJO, 1996, p. 163). “Trata-se de uma estratégia teórica que, para Habermas, evita tanto identificar o mundo vivido com a sociedade em seu conjunto quanto reduzi-lo a meros elementos sistêmicos” (1996, p.163).

Sob esta ideia de intercompreensão, o agir comunicativo, sugere Araújo (1996, p.162), serviria para a “transmissão e renovação do saber cultural; sob a coordenação da ação e socialização, serve a integração social e à criação da solidariedade; e finalmente, sob aspecto da socialização, serve à formação de identidades pessoais” (ARAÚJO, 1996, p.162).

Apesar de Habermas não se concentrar em torno de uma definição específica para cidadania, é possível extrair de suas discussões acerca do direito, do discurso e do agir comunicativo uma percepção do que podemos entender como cidadania comunicativa. Seu engajamento em uma teoria democrática deliberativa nos dá a dimensão de uma cidadania como procedimento ativo da pessoa. Este conjunto de ações inclui a construção de uma identidade política e o exercício de uma ação comunicativa nas esferas públicas.

Assim, percebe-se que a legitimidade das decisões passa necessariamente por processos de discussão que tenham como garantia o pluralismo, a igualdade de condições de participação e as demais garantias fundadas em um sistema de direitos. Ao desenvolver uma gradação dos direitos fundamentais, Habermas contempla em um dos tópicos o que interessa ao tema da cidadania comunicativa:

Direitos fundamentais à participação, em igualdade de chances, em processos de formação da opinião e da vontade, nos quais os cidadãos exercitam sua autonomia política e através dos quais eles criam direito legítimo. (HABERMAS, 1997, p. 159-160)

Ao se engajar numa discussão sobre a teoria do discurso e tratar do princípio da democracia, que necessariamente aparece como núcleo de um sistema de direitos, Habermas contempla a noção de liberdade comunicativa. Tomando emprestado o contraponto de poder e coação de Hannah Arendt, ele diz que a formação de uma vontade comum só pode ser assim considerada se surgir por meio de uma comunicação não coagida (HABERMAS, 1997, p. 161).

CAPÍTULO 2 - EM BUSCA DE UMA CIDADANIA COMUNICATIVA

O capítulo anterior trouxe, sobretudo, o entendimento a respeito da interação entre os campos da comunicação e religião, tendo como enfoque a observação dos conceitos de poder simbólico em Pierre Bourdieu e de como se procede a articulação interna dos campos sociais, sendo visível que a religião – como tantos outros campos – se apodera da mídia, a transformando em importante capital.

A partir da noção comunicativa proposta por Jürgen Habermas, que denuncia a instrumentalização do diálogo e das interações, percebeu-se no capítulo anterior que é possível almejar a troca de informações de forma a respeitar o outro em sua totalidade humana e não

como imposição ou estratégia de afirmação. Antecipou-se que Habermas se mostra cético quanto ao uso do discurso religioso na esfera da argumentação legislativa, demonstrando que o espaço discursivo da construção normativa deve ser tomado por aqueles que atuam para representar a coletividade e não por defensores específicos de uma doutrina ou corrente religiosa particular.

Neste segundo capítulo, busca-se perceber como a comunicação se aproxima da noção de cidadania e de que maneira pode ser compreendida diante de suas articulações com o campo religioso. Procede-se agora, portanto, a uma investigação de como a noção contemporânea de cidadania afeta a abordagem comunicativa e desperta o necessário desenvolvimento de conhecimentos referentes à livre manifestação do pensamento tendo em vista cotejar a construção do discurso midiático religioso em um período eleitoral que, em tese, deve garantir liberdade de expressão e livre acesso à informação.

Conforme se percebe, a discussão sobre cidadania exige uma justaposição com a temática comunicacional, já que se observa na sociedade atual o uso da mídia em ocorrências como a formação da opinião pública e nas batalhas políticas, episódios essenciais para o exercício da cidadania. Autores como Habermas (1984), Signates (2012), Demo (1995), Karam (2008) e Sá (2002) facilitam a compreensão teórica da comunicação como direito inserido no contexto da cidadania e despertam a problemática que serviu para a realização dos capítulos seguintes. Sendo assim, este tópico aproxima conceitos desenvolvidos no capítulo anterior aos advindos do estudo da cidadania e comunicação, tendo ao fim a preocupação em apresentar como os direitos se articulam para aqueles que exercitam a comunicação.

2.1. Cidadania e comunicação

A prática da cidadania¹⁵ tem sido um processo de conquistas que converge para discussões teóricas referentes aos direitos humanos, sociais, políticos e, sobretudo, ao fato dela originar a base de sustentação da democracia. A dificuldade de sua aplicação conceitual percorre o contexto histórico e social de cada coletividade, sendo essencial apreender seu significado para compreendermos como a relação entre mídia e religião afeta imediatamente seus valores e contornos em um contexto principalmente de disputa política.

É importante considerar que a cidadania vai além da noção de coleção de direitos ou mesmo a uma referência de conquistas históricas fragmentadas em gerações. É cada vez mais forte a tendência de colocá-la no topo das conquistas sociais, tornando-a instrumental das liberdades, sem, contudo, colacionar argumentos em específico. “A cidadania é, assim, a raiz dos direitos humanos, pois estes somente medram onde a sociedade se faz sujeito histórico capaz de discernir e efetivar seu projeto de desenvolvimento” (DEMO, 1995, p.3).

Considera-se para a realização desta pesquisa o conceito apresentado por Pedro Demo em que “a cidadania é também um processo de conquistas populares, através da qual a sociedade adquire progressivamente condições de tornar-se sujeito histórico consciente e organizado, com capacidade de conceber e efetivar um projeto próprio de desenvolvimento social” (DEMO, 1992, p.17). Esse conceito definido por Demo coloca o indivíduo consciente dentro da sociedade e mais: exige progressivamente uma atitude que se direcione ao desenvolvimento social¹⁶.

A aplicação do termo sofreu mutações com o tempo, mas a discussão e o progresso neste debate são fundamentais para compreender a sociedade contemporânea. “Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social” (DALLARI, 1998, p.14). Assim como Demo, portanto, Dallari demonstra que este sujeito social e histórico só adquire consciência através do exercício da cidadania, que suscita muitas dúvidas quanto ao conteúdo que armazena em seu sentido.

¹⁵ Não se pretende aqui pontuar a história evolutiva da cidadania ou suas conquistas datadas no tempo. O que se deseja é procurar perceber algumas das concepções dadas ao termo e que surgiram em distintos períodos históricos. A linha de pesquisa a que se insere este estudo é mídia e cidadania, ofertada no Programa de Mestrado da Universidade Federal de Goiás (UFG).

¹⁶ A ideia de Desenvolvimento Social adotada aqui é a mesma utilizada para instruir as mensurações das comunidades, caso do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), mas, em específico, compreende-se esse desenvolvimento também tendo em vista a colocação em prática dos direitos à informação. Não existem tais parâmetros estabelecidos através de um índice, mas é necessário que se discuta como obter progressivamente mais conquistas no âmbito da comunicação, assim como ocorre na mensuração da educação, saúde e renda.

Hannah Arendt diz que cidadania é o direito a ter direitos (ARENDT *apud* MAZZUOLI, 2003, P.7). Compreende-se com essa definição que os direitos são construídos na comunidade e não simplesmente ofertados pelos mandatários dos poderes. Ao contrário, a cidadania é antecedida por um direito, que garante caminhos processuais para que se usufruam outras garantias. Conforme Da Matta (1997, p.75), “em situações históricas e sociais diferentes, a mesma noção de cidadania, o mesmo conceito de indivíduo engendram práticas sociais e tratamentos substancialmente diversos”. Assim, a cidadania não é uniforme nem específica em seu conteúdo e contexto, mas, em regra, deve ser instrumental para que o indivíduo conquiste e almeje um projeto de desenvolvimento social.

Essa espécie de garantia para que os homens possam desenvolver seus projetos e desejos não é dada, mas conquistada ao longo do tempo. Apesar de o termo cidadania surgir entre os romanos, práticas e anseios que podem representar seu significado datam bem antes da antiguidade clássica. Conforme Jaime Pinsky (2003), já no século 8 a.C, os profetas Isaías e Amós se colocavam ao lado do povo e contra a situação de opressão. O autor entende que a doutrinação dos conhecidos profetas sociais hebreus apresenta o primeiro documento politicamente relevante da pré-história da cidadania. Os profetas afirmavam que era necessário respeitar as regras sociais, amparar a viúva e proteger o oprimido.

A ideia de indivíduo cidadão¹⁷ nasceu com os gregos antigos, os mesmos que definiram primeiramente os conceitos de democracia e cidadania. Neste primeiro momento, a cidadania assumia um contorno diferente do que será aplicado na Roma antiga: era considerado cidadão quem participava da vida política da polis. Assim, mulheres, estrangeiros, escravos e homens menores de 21 anos não participavam de atos decisórios da comunidade (GUARINELLO, 2003; THOMPSON, 1998). Segundo os gregos, a cidadania era uma espécie de habilidade para tratar das coisas públicas.

A cidadania para os gregos era um bem inestimável. Para eles, a plena realização do homem se fazia na sua participação integral na vida social e política da Cidade-Estado. Só possuía significação se todos os cidadãos participassem integralmente da vida política e social e isso só era possível em comunidades. (BERNARDES, 1995, p.23)

Com o passar dos séculos, o conceito de cidadania progrediu, atendendo outros valores

¹⁷ Trata-se de conceito de participação política, em que garante acesso à tomada de decisões. Em Roma, desenvolveu-se a ideia de cidadania política, que liga o homem ao território, garantido a ele direitos semelhantes aos que convivem em espaço geográfico semelhante. Essa noção dominante, de direito à terra, se desenvolveu nas constituições modernas, tornando-se direito à nacionalidade, que origina outros como os direitos políticos (votar e ser votado, etc) e sociais (segurança pública, saúde, alimentação, etc).

que foram agregados dentro das comunidades. Iluminismo e o fervilhar intelectual em busca da razão e da emancipação do homem criaram um ambiente sociopolítico que permitiu a ação da burguesia em busca de expressão econômica e ao mesmo tempo cogitar novas aspirações, como a liberdade e a igualdade.

Hobsbawn diz que esse período de transição marcou a passagem histórica da Idade Média para a Idade Moderna (HOBSBAWN, 1977, p. 83), que contextualiza a primeira fase das conquistas da cidadania não apenas como conjunto de direitos políticos e de nacionalidade. Pensadores como John Locke, Immanuel Kant, Jean Jacques Rousseau, dentre outros, passaram a discutir e difundir os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade e também assumem deliberadamente um contraponto crítico ao direito divino alegado pelos monarcas¹⁸.

Na Inglaterra capitalista, diante do estabelecimento do Estado do bem estar social, já no século 20, ocorre a exposição e reelaboração do conceito mais clássico referente aos direitos advindos da cidadania. Todavia, inicialmente se reconhece as conquistas geradas pela experiência social grega e romana para depois avançar na compreensão de novos direitos. Marshall reitera que “a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status” (1967, p.76).

Sua ideia de status concedido não é a mais apropriada quando se tem em mente que a cidadania é, antes disso, uma conquista. Ao materializar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais, Marshall (1967) nos apresenta um modelo moderno de identificação da expressão a partir de direitos concretos e existenciais. Na interpretação deste autor, os direitos da primeira geração são os civis e políticos, que surgiram nos séculos 18 e 19. Tais garantias estão relacionadas ao direito à liberdade, igualdade, propriedade, direito do voto, à participação política, etc. Por sua vez, os direitos sociais conquistados no século 20, denominados teoricamente de direitos da segunda geração, corresponderam aos direitos do trabalho, da educação, de subsistência, enfim, garantias para o conforto social dos seres humanos.

Em seguida, surgiram os direitos de terceira geração. Estes priorizam as coletividades e os interesses difusos, cujo exemplo é o direito de viver sem guerras e o direito ao meio ambiente equilibrado. Como dito no início deste capítulo, todos estes direitos, meras garantias apenas, não foram conquistados de uma só vez. Ao contrário, foram essenciais as ações cidadãs para a

¹⁸ Na Idade Média, conforme visto no capítulo primeiro, era a Igreja Católica que definia os ideais de vida em sociedade. O sistema político fundado na monarquia impelia o rei a estabelecer que ele próprio era representante de Deus na terra. O monarca, como líder do Estado, juntamente com o clero, governava segundo o pensamento religioso. Nesse período histórico apenas a nobreza e o clero integravam o grupo de cidadãos detentores de direitos (MACIEL e AGUIAR, 2004, p.87-89).

consolidação de tais direitos junto aos estados, como forma de evitar o declínio das democracias (DOMINGUES, 2002, p.237).

Conforme destacado anteriormente a cidadania não foi construída de forma regular em todos os países, pois em cada nação seu estabelecimento enfrentou um contexto específico em que adquiriu características particulares. Não obstante, é bem verdade que em inúmeros países sequer existem os direitos de primeira geração catalogados por Marshall, embotando, assim, a população em meio a autoritarismos que negam o mínimo status da cidadania.

No Brasil, Carvalho (2008), em histórico da construção da cidadania, revela a dificuldade de sua implantação e contempla a longa trajetória que a sociedade brasileira ainda enfrentará para sua plenitude. De forma crítica, ele refuta Marshall quanto à ordem em que apareceram os direitos ao mostrar os caminhos divergentes que podem surgir fora do contexto inglês. Com isso, haveria no Brasil historicamente uma inversão na ordem dos direitos.

O percurso inglês foi apenas um entre outros. A França, a Alemanha, os Estados Unidos, cada país seguiu seu próprio caminho. O Brasil não é exceção. Aqui não se aplica o modelo inglês. Ele nos serve apenas para comparar por contraste. Para dizer logo, houve no Brasil pelo menos duas diferenças importantes. A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros. Como havia lógica na sequência inglesa, uma alteração dessa lógica afeta a natureza da cidadania. (CARVALHO, 2008, p.13)

Diante do exposto, principalmente pela lógica interna brasileira, Carvalho (2008) revela a dificuldade das lutas para a obtenção da cidadania no país. A complexidade da construção democrática começa com sua colonização, seguida de uma ordem escravocrata. Não bastassem os desdobramentos negativos desta relação com Portugal, a corte não investiu em educação e a falta de conhecimento colaborou para que a ausência do povo em relação aos debates políticos, e conseqüentemente aos seus direitos, perdurasse em um sistema infinito. Este corte, como se vê, impede a realização do que Demo chama de projeto de desenvolvimento social.

O Brasil mesmo depois de 1930, quando tem início a Era Vargas, não se encontrava inserido numa sociedade civil participativa dos grandes temas da política. Neste período, a relação existente com o governo se dava por meio de restritos e determinados grupos e elites. O restante da sociedade assistia às ocorrências sem nenhum entrosamento ativo (CARVALHO, 2008, p.83).

A complexidade dos mecanismos para estabelecer a cidadania numa sociedade exige práticas que foram excluídas do contexto brasileiro. Todo processo de aprendizagem se realiza por meio de um método educacional, além do ambiente informal (família, igreja, amigos, etc)

e comunicacional propício para a efetivação de direitos.

Segundo Cortina (2005, p.30), a compreensão do ser cidadão é igual aos outros tipos de aprendizados no processo de construção da cidadania. Para ela, assimilar a cidadania é descobrir realmente o papel individual na comunidade.

2.2. Comunicação como exercício da cidadania

Para compreender a amplitude da cidadania como instrumental para o desenvolvimento do indivíduo torna-se necessário colocar em destaque as práticas comunicativas. A comunicação atravessa os vários contornos da cidadania, caso da liberdade de expressão, o direito à informação e a garantia de pluralidades na representação de opiniões e ideias (LIMA, 2006, p.11). É, deste modo, direito essencial para o exercício dos demais.

Para compreender a relação da cidadania com a comunicação é preciso apreender a importância da participação do indivíduo diante das questões públicas. O que se espera do indivíduo na contemporaneidade no caso específico brasileiro é que ele faça reivindicações para consolidar direitos e também enfocar o exercício dos seus deveres referentes ao Estado e sociedade (TIENE, 2005, p. 51).

Signates (2012a; 2012b) observa que os diversos conceitos conferidos à cidadania não dão importância à comunicação na contemporaneidade. Além de introduzir novos elementos para este debate, Signates valoriza a comunicação como um modal democrático, que possibilita a representatividade e deliberação. A democracia seria a forma pela qual a comunicação é testada pela comunidade, segundo o autor. Para ele, a democratização da sociedade deve ser necessariamente atravessada pela comunicação:

[...] será tão mais democrática uma sociedade, quanto forem livres e fortes os processos de produção e circulação social dos sentidos. E, em contrapartida, será tão mais autoritária e antidemocrática uma sociedade, quanto os modos de comunicação forem reduzidos ao silêncio ou impedidos de circular, pela ação violenta dos sistemas de poder. Somente pela comunicação, a democracia adquire condições de se realizar como tal, na medida em que passe a imperar a solução não violenta dos conflitos, ao se tornarem mediados pela linguagem, seja pelo jogo argumentativo, seja pela disputa das imagens, em público. (SIGNATES, 2012b, p.12-13)

Outros autores desenvolvem reflexão semelhante, com um recorte do ato comunicativo como diálogo e aplicação prática do conceito de cidadania: “Entendo a comunicação num sentido dialógico, percebe-se seu papel na promoção da participação e do estímulo à prática da cidadania” (MAINIERI; RIBEIRO, 2011, p.54).

Historicamente foi na Revolução Industrial, no século 18, que se consolidou a discussão envolvendo a cidadania e a comunicação. Esse período histórico definido por uma série de mudanças econômicas, culturais e sociais colaborou para modificações significativas nos processos comunicacionais – a começar da maior mediação dos processos comunicativos.

Como visto no capítulo anterior, Habermas dá importância fundamental ao surgimento da imprensa no processo de solidificação da opinião pública e do debate dos temas de interesse comuns. Como apresentado em sua teorização sobre a mudança estrutural da esfera pública, a migração dos debates públicos para os jornais se transformou em uma das mais poderosas experiências de cidadania, na medida em que ocorreu significativa circulação do poder comunicativo burguês. Essa relação de menor controle político e maior liberdade de imprensa, além das predisposições industriais, colaborou para uma circulação livre das informações e maior desenvolvimento de um dos principais sentidos da cidadania. Por ironia, o próprio capitalismo, ao permitir que a notícia fosse embrulhada e embalada como produto, possibilitou o recrudescimento das esferas midiáticas.

Ao comentar Habermas e sua interpretação para esfera pública, Thompson (1998, p.14) afirma que a ideia de copresença foi superada com o desenvolvimento das mídias, pois já não era necessário estar no mesmo espaço-temporal para que a comunicação fosse estabelecida e provocasse mudanças de comportamento. Ocorreu uma aceleração tanto das divergências quanto das convergências entre as pessoas, o que possibilitou uma amplificação dos atos sociais e as consequências deles geradas. Com isso, para o perfeito despertar dos direitos, é mais do que necessário saber comunicar e exercer os direitos relativos à informação.

Apesar de se referir ao termo mídia como meios de comunicação de massa¹⁹, Karam (2008) estipula que a comunicação é fundamental na composição da cidadania: “É inegável seu papel na constituição da cidadania, na determinação de modos de vida e nas escolhas dos indivíduos numa sociedade democrática (...)” (KARAM, 2008, p. 44).

Para Karam, a mídia possibilita a troca de informações e conhecimentos necessários para que a escolha individual seja o exercício do livre arbítrio. Sua análise é adequada para a modernidade: nos períodos em que as ocorrências se sobressaem umas às outras, em tempos cada vez mais curtos, nos quais se procedem decisões, versões e fatos que afetam a vida

¹⁹ O autor usa a expressão “meios de comunicação de massa” em vez de mídia. Prefiro a compreensão a partir do termo mídia, que hoje nos remete a instituições, com maior envolvimento na sociedade e consequente redução da ideia de que sejam meros meios tecnológicos. Alguns pesquisadores de Comunicação e Política preferem não definir o termo mídia, mas, sim, tornar próxima sua aplicação ao conglomerado de instituições midiáticas que operam na sociedade a produção do conteúdo simbólico. “Onde só se via um meio, constitui-se agora uma instituição social, com valores, regras de funcionamento, definições sobre a própria natureza, hierarquias, conhecimento acumulado, discurso de autolegitimação social e deontologia específica” (GOMES, 2004, p.57).

individual e coletiva, a comunicação midiática é importante aliada na tomada de decisões.

Diante desta possibilidade de apreensão do fator comunicativo, de acordo com Sá (2002), é cidadão aquele que pode comunicar e que não se submete a modelos comunicativos totalizantes. Logo, conforme se percebe, a experiência da cidadania está ligada a uma prática comunicacional que visa afastar modelos estratégicos, ciladas organizacionais e predisposições para falas não polifônicas.

Sob a égide da interpretação da cidadania comunicativa, Sá diz que quem comunica tem de conseguir reservar para si uma esfera de interioridade inviolável, cuja intimidade garante, no âmbito da prática comunicativa, a sua diferença em relação ao outro e a sua identidade consigo mesmo.

Este autor vai além: enquanto comunicador, o cidadão deve ser caracterizado pela capacidade de justificar as diferenças que o identifica. Sendo assim, é preciso garantir a aptidão de discutir e criticar, de argumentar e acolher argumentos. Finalmente, na medida em que argumenta, e na medida em que a sua argumentação se traduz necessariamente como convencimento, ele é marcado pela sua capacidade de influenciar, numa influência cujos limites são imprevisíveis (SÁ, 2002, p. 3).

No artigo “Cidadania como comunicação”, Signates e Moraes (2016) criticam a forma como vem sendo tratada a cidadania no campo dos estudos de comunicação no Brasil, em que resta à comunicação a função instrumental de levar à condição cidadã. Segundo os pesquisadores, as várias definições existentes na literatura de cidadania não contemplam a noção de comunicação como constitutiva (SIGNATES e MORAES, 2016, p.16).

No estudo, Signates e Moraes fazem uma busca pelo que há de comunicacional na interface entre comunicação e cidadania. E, para os autores, mais do que demarcação conceitual necessária, o aprofundamento da noção de cidadania tal como ela acontece nas sociedades contemporâneas não se dá sem falar em comunicação (SIGNATES e MORAES, 2016, p.17).

Sem comunicação, não há cidadania. Conforme as concepções de direito abstraídas da noção de cidadania e aplicadas à noção de comunicação especificada, é possível trabalhar com a hipótese de que não existe cidadania, sequer como possibilidade, fora de um processo comunicacional que a viabilize, estabeleça e desenvolva. (SIGNATES e MORAES, 2016, p.25)

Os autores debatem a questão da cidadania sob o olhar da comunicação, invertendo a polarização. Signates e Moraes (2016) não abordam a comunicação simplesmente como forma de se chegar à cidadania, mas reconstroem a noção de cidadania como comunicação, inovando a conceituação até então propagada.

2.3. Direito à informação

Um dos direitos principais da cidadania, o direito à informação²⁰, encontra-se inserido no rol dos direitos individuais. Seu surgimento se deu a partir das revoluções da França²¹ e dos Estados Unidos e está disposto na galeria dos direitos humanos fundamentais. Conforme Nogueira Júnior (2006), a correlação entre a democracia e a informação se dá pela forma com que a natureza democrática se estabelece para atender as necessidades do coletivo. O sujeito de direitos que se informa se afirma como cidadão e a partir de seu comportamento como produtor e receptor de informações a democracia se legitima. (NOGUEIRA JÚNIOR, 2006).

Tal direito emergiu dentro da esfera pública burguesa durante os séculos 18 e 19 e trouxe em potencial a possibilidade efetiva da comunicação no nível midiático. Este grupo de pessoas insatisfeitas e em busca do poder de se manifestar em público utilizou a circulação de informação e de ideias, criando ambientes para discutir a real publicidade do que é público e a normatização das garantias (HABERMAS, 1984, p.56).

Na atualidade, entretanto, a informação é disputada pelo mercado, Estado e sociedade como um bem que gera e produz capital e imagem pública. Talvez seja por isso que o Estado trate de forma tímida a regulamentação e a garantia da circulação da informação, já que existe, enfim, um interesse comercial em torno de sua circulação. Ainda assim o Estado se impôs a obrigação constitucional rigorosa de garantir sua manifestação.

No caso do Brasil, tal garantia é considerada cláusula pétrea imutável apenas por meio de nova assembleia constituinte, conforme se percebe na Constituição Federal. “Está-se no campo dos direitos e liberdades fundamentais. A função do Estado neste domínio é de mera proteção desses direitos e liberdades contra interferências externas, incluindo o próprio Estado.” (GONÇALVES, 1994, p.75). A sociedade apropria-se da informação como um bem público, mas Gonzáles de Gomes relata a existência de um “hiato comunicação-informação” que refere-se ao grau de dificuldade de acesso da população ao conhecimento/informação (1996, p.285).

No Brasil, o direito à informação está inserido na Constituição Brasileira (1988), mais precisamente no artigo 5º e no artigo 220. Diversos incisos fazem alusão a este direito no artigo

²⁰ Em 1948, na cidade de Genebra, Suíça, foi realizada a primeira Conferência sobre a liberdade de informação. Após a exposição, sugestões foram encaminhadas para a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A liberdade de informação, assim, foi reconhecida de forma integral (opinião – liberdade de expressão – direito à informação). Conforme Seclaender (1991), esse foi o primeiro documento global que tratou efetivamente do direito à informação.

²¹ Tal direito aparece desde já na Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão.

5º. O inciso IV diz que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. O inciso seguinte diz respeito ao direito de responder quando for citado indevidamente em alguma mídia, além de judicializar o uso indevido da informação: “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”. O inciso IX do mesmo artigo trata da liberdade intelectual: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. O inciso XIV é o núcleo deste direito ao tratar do acesso: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. O inciso XXXIII, por sua vez, relata como direito humano fundamental o direito à informação do cidadão frente ao Estado:

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob a pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A garantia ao direito à informação é de suma importância, pois contém nele a amplitude do conhecimento do presente e do passado e a forma como o indivíduo se coloca no mundo, destaca Voyenne (1970). Com a consolidação desse direito, o sujeito passa a se reconhecer como pertencente a um grupo e nele se estabelece. Mais uma vez, como diz Demo, possibilita-se a construção do sujeito histórico, que pode planejar seu desenvolvimento social e identificar uma gama maior de caminhos a seguir por meio de sua escolha individual.

O direito à informação remete a um grupo amplo de princípios legais que perpassa pelo ato democrático até as concepções de imparcialidade, transparência e participação. Variados modelos de democracia pressupõem que tanto as majorias quanto as minorias podem interferir nas questões políticas e que o acesso às informações produzidas pelo Estado são fundamentais para o sujeito de direitos (NOGUEIRA JÚNIOR, 2006).

O direito à informação não se limita, claro, ao acesso ao conteúdo das mídias. Daí que é preciso garantir ao cidadão mais do que o comportamento como mero espectador, na medida em que se permite acesso para a própria manifestação do pensamento e da informação. A participação do cidadão como sujeito ativo durante todas as fases do processo de comunicação torna-o também emissor (DUARTE, 2009, p.106).

No âmbito prático desta pesquisa, em que se analisa o comportamento de emissoras de rádio produtoras de conteúdo evangelizador, sobra a percepção de que o campo religioso se organiza em uma rede de relações objetivas cujos rituais, rotinas e procedimentos hoje se

direcionam para suas mais valiosas extensões – os suportes midiáticos.

Como observa Bourdieu, a existência de uma dinâmica peculiar leva as igrejas a tentarem acumular capital, cujo melhor exemplo é a produção de jogos constantes, onde se ganha e perde valores. Na própria expressão do autor, ao pensar o campo como espaço de jogo, é possível observar os constantes conflitos em torno das rotinas e premiações que ocorrem no âmbito das igrejas. Diante do campo, os agentes se apropriam do poder simbólico e com ele reforçam suas mensagens através de correntes, desafios, correntes de orações, jejuns, retiros, etc. Na interpretação de Bourdieu, ao se debruçar sobre a própria realidade dos religiosos, o segredo do poder simbólico está em um artifício: fazer com que o interesse humano se fantasie no sagrado.

Assim, ao requerer concessões de emissoras, as igrejas, por meio de poderosas estruturas criadas para este intento, conforme se verá adiante, dão a ideia de que as extensões midiáticas das igrejas estão a serviço da evangelização e da pregação, dando vida, de fato, ao que o apóstolo Paulo fez na antiguidade. Nos dizeres de Bourdieu, a igreja teria interesse em comunicar reiteradamente seu hábito e com isso transferir analogicamente variados esquemas colocados em prática dentro deste campo específico.

Portanto, ao requerer o uso das mídias para veiculação de mensagens específicas sobre determinadas denominações religiosas, as igrejas tornam evidente o interesse em comunicar o simbólico, ou seja, a linguagem e os modelos de interações comunicativas que imperam dentro do campo. O uso insistente das mídias agiria para acumular capital e expor os procedimentos que viabilizam o hábito de determinados grupos sociais, sem efetivar, de fato, garantias coletivas, como a livre manifestação do pensamento ou direitos a se informar.

Apesar de não usar esta categoria de análise, Habermas ajuda a compreender este interesse de acumulação de capitais, já que é perceptível ao longo da história o interesse religioso em agir e interferir em todas as esferas da sociedade. Apesar de Habermas jamais ter apresentado qualquer reação hostil ao campo das religiões, ele opta em esclarecer que o discurso teológico não é suficiente ao esclarecimento social.

Portanto, apesar de ser fundamental para constituir o pensamento do ocidente, na atualidade, a religião não pode e nem deve obter a centralidade discursiva. Para Habermas (ARAÚJO, 1996, p. 200), diante da secularização, a religião perdeu “o significado estrutural” na sociedade.

Com a progressiva conquista dos direitos elencados no rol da cidadania percebe-se um novo contorno dado aos eventos religiosos, sem necessariamente desconsiderá-los. Habermas, aparentemente, crê na participação do político religioso em debates normativo onde os temas

ainda não tenham sido consensuados. (PINZANI, 2009, p. 218).

Contudo, o claro direcionamento de conteúdo e o peculiar uso das esferas midiáticas, principalmente tendo em vista as mídias por elas acessadas, faz das igrejas instituições que visam produzir restrições aos direitos à informação que elencam o exercício da cidadania como primado da democracia. Esta comunicação estratégica fere, assim, os pressupostos de Habermas para a execução de uma justa interação comunicativa.

2.4. Concessão de emissoras de rádio no Brasil

Não existe na legislação brasileira qualquer vedação explícita ao fato de igrejas terem acesso a concessões de rádio e televisão. Todavia, elas não estão no rol daquelas instituições que podem pleitear as concessões. Da mesma forma, inexistente obrigação do Estado em privilegiar grupos determinados de crença. Ao contrário, é proibido. O artigo 19 da Constituição Federal diz que “é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”. Esta vedação, portanto, impede indiretamente que as igrejas sejam destinatárias das concessões.

No Brasil, cabe à União regulamentar a concessão do uso das frequências de rádio e televisão. Ao estabelecer as competências privativas deste ente federado, o artigo 22, inciso IV, da Constituição Federal, afirma que compete privativamente à União legislar sobre “águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão”.

Esta modalidade de concessão administrativa surgiu no primeiro governo de Getúlio Vargas ainda na década de 1930 e permanece até hoje. Conforme Othon Jambeiro (2001), desde o início se estabeleceu que o Estado considera a concessão como bem público.

O poder que concede é, portanto, o Estado e a iniciativa privada a entidades públicas interessadas em exercer a concessão. De acordo com Jambeiro (2001, p. 99), a partir de sua leitura do conjunto normativo referente ao tema, a concessão se caracteriza como ato presidencial que permite o exercício e exploração dos serviços de radiodifusão durante tempo determinado²².

Em 1963 surgiu o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), órgão responsável

²²Tal definição é diferente, por exemplo, da permissão. Esta última é uma autorização para que seja realizada a retransmissão de sinais de TV emitidos por estações de radiodifusão. Cabe ao ministro das Comunicações permitir a retransmissão. Já a concessão é ato presidencial. (JAMBEIRO, 2001, p. 99)

por iniciar os procedimentos burocráticos para a análise dos pedidos de concessão²³. Com a criação do Ministério das Comunicações, em 1967, o assunto passou a ter a verificação de um órgão específico, apesar da concentração de ordem burocrática se manter no Contel, que oferecia o parecer técnico endereçado ao presidente da República.

Na atualidade, rádio e tevê aberta têm suas especificações reguladas pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), instruído na Lei Federal 4.117/62 – norma que acabou regulamentada através dos decretos 52.026/63 e 52.795/63. O Código Brasileiro de Telecomunicações²⁴ estabelece que as concessões e permissões de rádio devam ter validade por uma década. Sucessivas renovações são permitidas, competindo ao presidente da República avaliar este interesse²⁵.

No conjunto normativo existe uma série de regras, como a que diz que a transferência do controle da propriedade que recebeu a concessão não pode ocorrer até dois anos depois de iniciado o processo de funcionamento. Além do mais, a transferência exige a aprovação do presidente da República, não sendo, porém, vedada a conquista da concessão e o repasse dentro do prazo limite.

O Conselho Nacional de Telecomunicações, conforme o artigo 29 da Lei Federal 4.117/62, é o órgão que elabora o Plano Nacional de Telecomunicações e que se responsabiliza por “fiscalizar o cumprimento das obrigações decorrentes das concessões, autorizações e permissões de serviços de telecomunicações e aplicar as sanções que estiverem na sua alçada”.

O artigo 34 da referida lei trata dos procedimentos para oferta de concessões e impõe que as autorizações para o serviço de radiodifusão serão precedidas de edital, publicado com 60 dias de antecedência pelo Conselho Nacional de Telecomunicações. Portanto, cabe ao conselho convidar os interessados a apresentarem suas propostas em prazo determinado. Para isso, devem provar idoneidade moral, demonstração dos recursos técnicos e financeiros de que dispõem para o empreendimento, além da indicação dos responsáveis pela orientação intelectual e administrativa da entidade.

A outorga da concessão ou autorização é prerrogativa do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 33 § 5º, depois de ouvido o Conselho Nacional de

²³Em seus primórdios, os pedidos de concessão eram endereçados ao Ministério da Educação. Por curto espaço de tempo, o Ministério de Obras e Viações cuidou da fiscalização.

²⁴A lei estabelece ainda que a execução de qualquer serviço de telecomunicações, por meio de concessão, autorização ou permissão, está sujeita ao pagamento de taxas e que o tempo destinado na programação das estações de radiodifusão, à publicidade comercial, não poderá exceder de 25% do total.

²⁵Conforme a legislação, o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência.

Telecomunicações sobre as propostas e requisitos exigidos pelo edital, e de publicado o respectivo parecer (LEI FEDERAL 4.117/62).

O artigo 37 permite que os serviços de telecomunicações podem ser “desapropriados, ou requisitados nos termos do artigo 141, §16, da Constituição, e das leis vigentes”. Em caso de estado de sítio²⁶, portanto, é possível que ocorra a requisição ou desapropriação, com direito a indenização.

A norma federal afirma que os serviços prestados pelas rádios devem estar subordinados a princípios educacionais e culturais, sem, contudo, especificar ou categorizar a amplitude destas expressões. O artigo 38 desta lei, em sua alínea d, informa: “os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinadas às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País”.

Outro aspecto referente ao conteúdo diz que as emissoras de radiodifusão, inclusive tevê, devem cumprir sua finalidade informativa e destinar no mínimo 5% de seu tempo para transmissão de serviço noticioso. Observa-se também o nítido interesse em afastar da empresa operadora da concessão o caráter político, já que o mesmo artigo, em seu parágrafo único, estabelece que “não poderá exercer a função de diretor ou gerente de concessionária, permissionária ou autorizada de serviço de radiodifusão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial”.

Da mesma forma, conforme nova redação para a norma, a partir da Lei Federal nº 12.872, de 2013, a alteração de objetivos sociais, a alteração de controle societário das empresas e a transferência da concessão, permissão ou autorização dependem de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo.

Outra implicação política está no artigo 47, que prevê que “nenhuma estação de radiodifusão” poderá ser utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político – inclusive seus órgãos, representantes ou candidatos. O artigo 53 estabelece que constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprego da mídia “para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País”.

²⁶ Conforme a Constituição Federal, estado de sítio significa constitucionalmente um estado de exceção que deve ser instaurado como medida provisória de proteção do Estado. É regulado pelo artigo 21 da Constituição Federal, sendo ato do Poder Executivo que deve ter autorização do Congresso Nacional. Guerra e calamidade pública podem motivá-lo. É vedada a emenda da Constituição durante o estado de sítio. O artigo 137 trata em específico desta anormalidade que considera a comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, além da declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, como fatos razoáveis para sua instituição.

Uma das especificações da lei sublinha, inclusive, “promover campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião”. O Poder Legislativo estipula pena de suspensão para as infrações contidas em vários artigos, dentre os quais, o que é previsto no 53. Inclui-se, dentre os motivos de suspensão, a infração à liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Inclusive, a pena de cassação, mais grave do que a suspensão, poderá ser imposta diante da agressão ao que consta no artigo 53.

Percebe-se, portanto, diante deste cenário legal, que existe uma comodidade estatal para manter o atual cenário de concessão. Maria Goés de Mello (2015) revela as irregularidades que desde o início se embrenham na base dos sistemas de rádios e TV’s no Brasil. A simbiose de ilegalidades em conjunto com uma fiscalização imaginária é uma das discussões da autora, que analisa as estratégias de luta pela democratização da comunicação pelo viés de três entidades sindicais e civis.

Mello identifica em sua pesquisa um breve histórico da regulação e a contradição da gestão militar de Vargas que concomitantemente controlava a imprensa e incentivava o serviço de rádio de forma comercial.

Em 1931 e 1932, o então presidente Getúlio Vargas editou dois decretos que definiram o rádio como serviço de interesse nacional e de competência da União – possibilitada a exploração direta pelo Estado ou por emissoras comerciais licenciadas pelo governo. Ao passo que controlava seus opositores com a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e por meio de cassação de concessões, Vargas difundia pelas ondas do rádio sua política do Estado Novo, de um lado, e impulsionava a expansão de emissoras comerciais, de outro (MELLO, 2015, p.40-41).

Para a autora, tal ação tornou-se a base do modelo de regulação da mídia no Brasil (2015, p.41). Décadas seguintes, as irregularidades se destacaram a partir da associação com a Rede Globo, que feriu o artigo 160 da Constituição brasileira ao realizar contrato com a empresa estrangeira Time-Life, em negociações que chegaram a aproximadamente US\$ 5 milhões (HERZ, 1987). Também neste período histórico houve a emergência dos principais grupos de comunicação do Brasil (INTERVOZES, 2007). E Herz (1987), ainda, aponta o descompasso, por exemplo, no governo de João Figueiredo que concedeu 634 canais de radiodifusão e 40 emissoras de TV.

A quantidade de concessões de João Figueiredo nem se compara com as concessões liberadas por José Sarney que outorgou 1.028. Mello explica que 25% destas concessões aconteceram um mês antes da promulgação da Constituição. Em um único dia 59 outorgas foram distribuídas, a maioria para parlamentares, parentes ou sócios, que em troca deveriam votar a favor do mandato de cinco anos (MELLO, 2015, p. 42).

Desde então, a prática de distribuição de concessões se tornou praxe, mesmo com alterações na lei, como o capítulo V da Constituição de 1988. No governo de Fernando Henrique Cardoso 539 emissoras foram vendidas por licitação e 357 educativas foram autorizadas sem licitação. Mello aponta que na década de 90 “a concessão de outorgas com finalidades de barganha política e/ou sem a necessária avaliação de suas condições para a oferta de qualidade do serviço público de radiodifusão seguiu como prática de Estado” (2015, p. 43).

Após o Decreto 1720/95, que alterou os serviços de radiodifusão, no governo de Fernando Henrique Cardoso, as barganhas passaram a ser relativas às rádios e TV’s educativas, que eram gratuitas, já que as emissoras comerciais só poderiam ser concedidas via licitação.

Apesar do Ministério das Comunicações juntamente com o Ministério da Educação terem baixado uma portaria (artigo 3º, 651, 1999) conjunta que define o conteúdo educacional da radiodifusão educativa, Venício Lima afirma que tal definição só ficou no papel:

Na verdade, essa definição se revelou apenas mais uma formalidade porque as geradoras educativas nunca seguiram sua orientação. Uma prova disso é que, até hoje, existem inúmeras concessões de radiodifusão educativa controladas por diferentes igrejas – lideradas inclusive por políticos – que fazem proselitismo religioso permanente (LIMA *apud* MELLO, p. 44, 2015).

A crítica de Mello é que o descaso do governo, sem proposições para atualizar o segmento, e a fiscalização do Ministério das Comunicações, que deixa a desejar, representa um setor de rádio e TV em que a letra da lei é morta (MELLO, 2015, p.44). Para a autora, com tal desorganização “mantém-se o distanciamento entre as emissoras e a sociedade no que se refere ao direito de construir meios efetivamente voltados à construção da cidadania”.

CAPÍTULO 3 - O QUE HÁ DE POLÍTICA E RELIGIÃO NA MÍDIA

No capítulo anterior observou-se a constituição da noção de cidadania e a gradação de seus direitos, principalmente aos aspectos referentes ao exercício da comunicação – direito de informar e de livre manifestação do pensamento. No mesmo estudo, foi possível perceber que existe uma forte tendência teórica em contemplar a comunicação como ato em comunidade para colocar em prática as noções de democracia e cidadania.

Nas próximas páginas, busca-se compreender como a política atravessa os campos da mídia e toca a religião, principalmente no caso da história brasileira, onde a Igreja Católica passou por conflitos e contradições e as denominações evangélicas atuaram de forma unificada em momentos determinantes, como a Assembleia Nacional Constituinte, de 1988. Aborda-se a organização da Frente Parlamentar Evangélica e de como ela vai se estabelecer para ampliar seus representantes no Congresso Nacional e nos poderes executivos. No mesmo capítulo, por fim, busca-se perceber o uso da mídia nas estratégias de disputas simbólicas em torno da formação de um capital que permite a geração de outros.

Se é verdade que a mídia não é fundamental para o exercício político, como indica Gomes (2004) mais à frente, torna-se cada vez mais convincente que ela não deixa de ser uma aceleradora de capitais e poderes simbólicos. Perceber a força da midiaticização do discurso religioso em contextos políticos torna-se, portanto, um desafio da pesquisa em comunicação.

3.1 Poder simbólico na midiaticização da política

Sob o ponto de vista teórico, o encontro da comunicação e mídia com a atividade política será problematizada de forma mais sistemática a partir do século 20. Utilizada como capital para as variadas disputas de poder, a comunicação nas mais variadas formas serviu aos imperadores, monarcas, faraós e mais significativos líderes dos povos como instrumento auxiliar da imposição, convencimento e facilitação das ações políticas e religiosas. Na modernidade, que em muitos momentos dispensa a interação face a face, seu potencializador é a mídia, principalmente a eletrônica, que torna-se um divisor de águas, no sentido de expor uma nova habilidade, para a prática política na sociedade da informação.

Esta apresentação de pensamentos e inculcações ocorre através da cominação específica de uma visão de mundo. Bourdieu analisa a percepção do universo social através da luta política, que faz uso do “trabalho de representação” (BOURDIEU, 1989, p. 139). Ao

compreender o poder simbólico, Bourdieu vai esclarecer que através da classificação, categorização e do discurso as sociedades constroem seus rudimentos de relação social: “Compreende-se que uma das formas elementares do poder político tenha consistido, em muitas sociedades arcaicas, no poder quase mágico de nomear e de fazer existir pela virtude da nomeação” (BOURDIEU, 1989, p. 142).

Na sociedade da informação, a notícia é um dos instrumentos de nomeação, classificação e seleção dos fatos sociais bem como programas de entretenimento, literatura e práticas artísticas. Em específico no campo mais restrito da comunicação, a origem ordenada da própria prática jornalística e da notícia está na cobertura dos desdobramentos factuais ocorridos nos eventos de política nacional e internacional, como se percebe nos apontamentos de Lage (2006) sobre a política da notícia. Existem na literatura jornalística e sociológica indicações divergentes e complementares de como a política absorveu esta aproximação com os jornalistas e a mídia. Max Weber consegue sintetizar a dependência da arena política quanto aos comunicadores, principalmente jornalistas no contexto das democracias europeias.

Ele indica que há tempos, nas comunidades democráticas lideradas por demagogos, os jornalistas foram essenciais na consolidação do poder – inicialmente como lideranças e depois apenas com a atuação nos bastidores. Ao tratar da política como vocação, Weber faz menção ao profissional da imprensa e do uso dos elementos discursivos:

[...] a demagogia moderna faz uso do discurso [...] mas faz uso ainda maior da palavra impressa. Por esse motivo é que o publicista político e, muito particularmente, o jornalista são, na atualidade, os mais notáveis representantes da demagogia. (WEBER, 1968, p. 80)

Weber diz, portanto, que os demagogos que comandam as democracias fazem uso dos profissionais jornalistas e da imprensa: “O jornalista participa da condição de todos os demagogos, tal como [...] o advogado (e o artista)” (WEBER, 1968, p. 80). Mas Weber aponta uma mudança a partir do incremento dos instrumentos midiáticos, que teriam reduzido a expressividade do jornalista e aumentado a força das elites que fazem uso das grandes mídias.

Na visão weberiana de momento existiria uma impossibilidade do jornalista assalariado ascender ao poder, apesar de muitos terem o dom da gestão e liderança. Weber afirma que o fato do jornalista não ter fortuna e estar obrigado a escrever diariamente o retirava da lista dos potenciais líderes. Ele reconhece que políticos de vulto devem contar com o auxílio dos repórteres e redatores, mas a atividade das corporações de imprensa é que auxiliariam na formação da imagem pública. Por isso a atividade menos industrial da imprensa perdeu espaço

na medida em que surgiram os grandes conglomerados midiáticos: “O trabalhador da imprensa perde, cada vez mais, influência política, enquanto que o magnata capitalista – do tipo de Lorde Northcliffe, por exemplo – vê, continuamente, aumentada esta influência” (WEBER, 1968, p. 82).

O autor alemão descreve, assim, que a chegada da grande imprensa comandada por empresários vai afastar o profissional jornalista da profissão política e ao mesmo tempo trazer à tona a importância dos grandes capitalistas que conseguem criar uma comunicação mais eficaz sob o ponto de vista da audiência. Exemplo citado por Weber, Lorde Northcliffe e seu irmão criaram um império da comunicação já que eram dotados por “extraordinária sensibilidade para o gosto popular”²⁷.

Walter Lippman (2008) também analisa a aproximação do campo político ao midiático e complementa: o século 20 tem início sem uma aproximação otimizada da política e comunicação. Esta desatualização quanto ao tema, indica um dos primeiros teóricos da opinião pública midiaticizada, custaria caro aos interessados em compreender os elementos constitutivos do poder.

Lippman, na verdade, diz que os homens que se interessavam por governar o mundo, até então, estavam baseados em crenças e tradições políticas fundadas em outras sabedorias e práticas que não o processo comunicacional.

A ideia de que os homens têm de ir em frente e estudar o mundo a fim de governá-lo teve um papel muito pequeno no pensamento político. Poderia figurar pouquíssimo, porque a maquinaria de reportar o mundo em qualquer forma útil ao governo fez comparativamente pouco progresso desde o tempo de Aristóteles até a era em que as premissas da democracia foram estabelecidas (LIPPMAN, 2008, p. 273).

Lippman parece responder Max Weber, na medida em que revela inexistir, de fato, uma compreensão de como a comunicação é sensível e importante para a produção das ações políticas. Ele critica uma tradição que não consegue perceber a imprensa como o instrumental que toca os ambientes invisíveis, quais sejam, as audiências que formam as opiniões gerais que influem exatamente no campo da política. “Tão profunda é a tradição, que até recentemente, por exemplo, a ciência política era ensinada em nossas universidades como se os jornais não existissem” (LIPPMAN, 2008, p. 275).

²⁷ Ao lado do irmão Harold Harmsworth, ele lançou o “Daily Mail”, em 1896, na Inglaterra. “Era uma publicação despidoradamente popularesca, com matérias breves e simples e temas voltados para a diversão da recém-alfabetizada baixa classe média. [...] Distribuía enormes prêmios em dinheiro aos leitores e foi o pioneiro no marketing promocional”. (PARRY, 2012, p. 146)

Esta incapacidade de compreender a atividade de imprensa que tanto incomodava Lippman revela, assim, uma comunidade que não compreendia a força e expressividade tanto dos veículos de comunicação quanto dos profissionais que neles atuavam. Na segunda década do século passado, Lippman já teorizava que o “desdém dos profissionais encontra sua contrapartida na opinião pública”.

Universalmente é admitido que a imprensa é o principal meio de contato com o ambiente invisível. E praticamente em todos lugares se supõe que a imprensa deveria fazer espontaneamente por nós o que a democracia primitiva imaginava que cada um de nós faria espontaneamente para si próprio, e que cada dia e duas vezes ao dia apresentaria a nós uma imagem verdadeira do mundo exterior na qual estamos interessados (LIPPMAN, 2008, p. 275).

De fato, até as reflexões de autores como Weber e Lippman, a imprensa e os demais elementos de comunicação não são considerados como potenciais protagonistas da conquista do poder. E esta ideia de que a política deve dialogar com a opinião pública mediada por instrumentos comunicativos inexistia nas origens da política por motivos óbvios: a política praticada na modernidade não é a mesma que se desenvolveu no passado. A compreensão dos significados do termo é necessária para se categorizar a política da atualidade como um jogo de disputa, cujos troféus, na acepção de Bourdieu, se caracterizam pela tomada do poder que se faz pelo acúmulo de diversos capitais.

O pensamento grego trouxe uma compreensão do fenômeno político em um contexto completamente diferente da modernidade. A primeira ideia de política se difundiu graças ao livro de Aristóteles, que se tornou o primeiro estudo detalhado a tratar da natureza política e das divisões do Estado.

Como se podia perceber, a ideia inicial de política, principalmente a aristotélica, se configurava na ordem moral e o discurso retórico era o principal veículo para as ideias. O grego, diante da realidade antiga, constrói um campo de virtude em torno da prática, um querer social que funda o estado tendo em vista sua aplicação coletiva. De fato, a política em Aristóteles desempenha o papel que a moral cumpre para o indivíduo, sendo que sua aplicação se dá dentre os homens. Assim, a política ensina que o bem público é mais honorável do que o bem particular, tendo, logo, obrigatoriamente o cidadão que se submeter às regras comuns.

Ao longo da antiguidade e parte da Idade Média, a expressão foi utilizada para descrever um termo que permitia tratar genericamente vários ramos do conhecimento humano. Em Maquiavel (2003), ao instituir as primeiras bases do direito público e das estratégias políticas da modernidade, a expressão política ganha um contorno de ciência e prática voltada ao

domínio dos homens.

Maquiavel relata a Lourenço de Médici como conquistar e manter poderes: “Quem adquirir estes territórios deve seguir dois princípios para conservá-los: o primeiro é cortar o sangue do antigo príncipe, e o segundo é não mudar nem suas leis nem seus impostos” (MAQUIAVEL, 2003, p. 6).

Diante da contribuição de Maquiavel e dos contratualistas, que se amparam em uma noção de política como instrumento para realização do acordo entre Estado e povo, ocorre a reconsideração e atualização tanto do absolutismo quanto da democracia como ferramenta de realização da vontade geral. Na modernidade, a política se confunde com a economia na expressão economia política, tendo uma maior valorização o princípio democrático não apenas como metodologia, mas como elemento unificador das classes ao Estado: “[...] a soberania da vontade geral é essencialmente democrática, no sentido de que constitui-se como uma expressão da participação ativa de todos os cidadãos ou membros da sociedade política, na condução dos destinos desta sociedade”. (ROUSSEAU, 1982, p. 115). Esta ideia de política é a superação de Maquiavel e a recuperação, assim, de uma noção de governar aos olhos da comunidade, o que avança a concepção aristotélica e redimensiona a teoria democrática no contexto político.

Entretanto, no século 20 surgem inúmeros significados, como políticas públicas, ciência ou doutrina do estado, ciência política, governança, etc (2002, p. 954). Neste período uma concepção de política excessivamente pragmática se espalhou entre os políticos, tendo em vista sua abordagem inspirada na realidade. A política como a relação do amigo-inimigo – definida por Carl Schmitt e retomada por Julien Freund – revela uma tradição na qual a esfera da política se figura numa relação de antagonismo, exatamente o contrário das percepções antigas de ação em comunidade. Sua função, logo, consistiria na atividade de associar e defender os amigos e ao mesmo tempo desagregar e combater os inimigos. (2002, p. 959).

Observa-se, entretanto, que existem definições divergentes e que se contrapõem ao estabelecido pela visão naturalística de Schmitt, responsável por escancarar com realismo a prática que se sucede em torno do poder. Porventura, em determinados casos, percebe-se que sua noção do político – que não investe no ideal de estratégia de domínio das atividades humanas – é a que prevalece. A noção de intensidade de associações e relações parece ser perfeita para várias concepções de acordos ou negociações, como se verá nas linhas seguintes.

Ao teorizar a aproximação dos campos da comunicação e da política, Wilson Gomes (2004) supre de imediato o que exigia Lippman: ele percebe como a comunicação é compreendida para transformar a política nos tempos midiáticos e valoriza. Para além do

imaginado por Lippman e mesmo por Weber, ele demonstra claramente que para a política contemporânea os meios de comunicação são mais do que meios, dando, assim, um contorno determinante na percepção de que a política moderna pode também ser midiaticizada. Gomes relata inúmeras situações de porosidade entre os dois campos, com o intuito de evidenciar esta demarcação de posições e confirmar a importância da mídia.

Além das evidentes demonstrações de que existe uma simbiose política do jornalista com o agente público, como apontou anteriormente Weber, Gomes relata, por exemplo, como ocorre o expediente da permuta de interesses entre políticos e jornalistas. Enquanto os primeiros almejam espaços de visibilidade; por sua vez, os profissionais de imprensa querem informações relevantes para conquistarem prêmios em seus campos de atuação.

O mundo da política dedica energia, além disso, para fazer com que a pauta do interesse do agente político se transforme em pauta para o jornalismo. Trata-se, evidentemente, de conquista muito difícil, mas cujo benefício para o agente político é imenso, enquanto costuma assegurar-lhe evidência midiática extensa e constante enquanto durar a coincidência de agendas (GOMES, 2004, p. 158)

Esta percepção de uma política midiaticizada difere, portanto, das noções morais expressas pelos gregos, daquela de aniquilamento sugerida por Maquiavel ou mesmo a imaginada por Rousseau sob o viés democrático. Não é também tão simplista como quer Schmitt, com sua visão naturalística de confronto e de coleção de inimigos.

Nos séculos da informação, a política consegue convergir em diversos pontos indicados pela mídia, explica Gomes, no sentido de que a existência do político e da política necessita de bom “trânsito” nos ambientes jornalísticos. Segundo Gomes, que converge a política para o campo da comunicação - mas sem estabelecê-la como determinante e imprescindível - linhas nas principais revistas e segundos nos telejornais podem transformar o ator político em entidade midiática.

Com isto, o político da modernidade, para conseguir lastro eleitoral, depende de que se torne uma marca e um rosto conhecido. Assim, as grandezas geográficas de público tornam-se focos diferentes de legitimidade: para o político tornam-se eleitores e para as mídias constituem-se em audiências.

Gomes insere esta habilidade midiática no cerne da discussão política. Como dito, apesar de não ser o instrumental exclusivo de sustentação do poder, a mídia viabiliza que sejam evidenciados os atos públicos e não secretos para a conquista de poder.

Em situações de competição pelo poder político, diz Gomes, há três modos principais de “concertamento de forças em disputas” (2004, p. 94). Ele retrata o primeiro como quando

um dos agentes acumula tanta força que estabelece o domínio. “É a maneira mais eficaz para a implementação de programas e projetos por parte do grupo dominante, porque se estabelece numa situação de resistência zero às suas pretensões” (2004, p. 94). Mas é evidente que nas sociedades democráticas seja impossível estabelecer com força esta manifestação política que depende exclusivamente da coação constante e obediente. Nas ditaduras, todavia, esta costuma ser a forma mais utilizada.

O segundo modo, diz Gomes, é o convencimento discursivo, que faria uso de vários sistemas, inclusive a comunicação face a face e midiática nas esferas públicas. Mas não seria o ideal para os que desejam manter o poder, já que a deliberação política nas esferas públicas tem a capacidade de inverter o balanceamento dos acúmulos de capital, fato que gera profunda instabilidade quando se procura fazer política nestes termos. Em outras palavras, o sistema de convencimento discursivo tem validade, na medida em que pressupõe acordos por meio de afirmações. Para a sociedade, evidente, este sistema seria o ideal. Gomes inclusive chama para a realidade: “A sermos realistas, a esfera pública interessa basicamente aos participantes mais fracos do jogo político” (2004, p. 95).

Os políticos em busca do poder ou interessados na manutenção, todavia, lançam mão de outra estratégia que oferta maiores garantias, a negociata política. Conforme Gomes, podem ser realizados concomitantemente convencimento discursivo e esta nova forma baseada na negociação. Neste jogo de barganha, portanto, explica Gomes, impera outra conduta que exige o afastamento da visibilidade: o silêncio, a ação velada, os encontros de interesses e as ações de conveniência.

Gomes, portanto, consegue compreender o surgimento de uma inovação da forma política contemporânea com relação ao que se compreendia no passado como comunicação. Ele reconhece que o campo da comunicação é “predominante na formação das imagens e opiniões públicas políticas, que interferem diretamente nas eleições e no governo” (2004, p.419). Ao mesmo tempo, Gomes reconhece que existem atitudes da política contemporânea que independem da midiaticização, caso das negociações e articulações de bastidores.

Logo, por mais que a política midiaticizada seja uma das novas configurações e esteja arraigada no debate contemporâneo, a ideia é de que seja apenas um dentre vários sistemas segue firme em parcela dos autores que pensam a aproximação da política com a comunicação. “A política, portanto, funciona com base em vários sistemas de práticas e a política midiática é simplesmente um dos sistemas de práticas da política contemporânea [...]” (GOMES, 2004, p. 424).

Assim, perdura em Gomes uma visão mais realista de que os sistemas de exercício

político funcionem paralelamente a outros e que em alguns padrões de ação a mídia seja, inclusive, desnecessária. Com isso, ele nega, por exemplo, a ideia insinuante de que teria ocorrido na modernidade, por exemplo, a passagem da política de partidos para a política midiática. A tese desenvolvida por autores como Zaller (1999) é de que ao fim de um modelo teria surgido outro, dando para a comunicação um superdimensionamento que talvez nem Lippman daria se estivesse vivo.

Gomes (2004) reconhece, contudo, que a política midiática ou política de comunicação é um conjunto de habilidades e padrões de atividades que antes não existiam e que não interferiam internamente na produção das ações políticas. Mas com sua existência teria ocorrido uma substituição de habilidades do passado – habilidades estas indispensáveis para determinados objetivos.

3.2 Tensões religiosas no Estado laico

Se é fato que a mídia e a prática jornalística fornecem um conjunto de habilidades para o exercício político não é menos verdade que a religião, apesar do estado laico, é hoje um padrão ideológico de fundo e que não raro também se manifesta na política da modernidade. Em que pese ter ocorrido o que Habermas aponta, com a secularização da política e a perda gradativa da força religiosa na esfera de decisões públicas, é preciso ter em linha de conta que antes a religião praticamente dominava o campo político, a ponto dele se desenvolver a partir deste, segundo alguns autores.

Coube ao processo histórico separar a atividade política produzida no âmbito do estado das condições religiosas. A política eclesiástica se contrapõe a ideia de monismo:

A ideia de que existe uma esfera na vida individual e associada que escapa ao imperium do Estado e se sujeita a outras leis que remontam em última análise, à divindade, é peculiar do pensamento judeu-cristão, que distingue claramente o que diz respeito à *salus animarum* do que se refere ao bem estar-estar material dos homens. Mundo antigo era monista, no sentido de que toda manifestação religiosa era disciplinada pelo estado. (DICIONÁRIO DE POLÍTICA, 2002, p. 990)

A estruturação da política em torno da religião é uma condição inerente à própria origem das manifestações religiosas, onde muitas vezes o sacerdote apresentava poder político frente às comunidades. Faraós, imperadores, reis, ditadores e governantes, a cada tempo, aproximaram

o discurso religioso da política²⁸, legitimando práticas, impondo visões de mundo, baixando atos normativos.

Aristóteles (1995) já revela a existência desde cedo de uma articulação de saberes, como a religião, a organização das cidades, a arte, ética, dentre outros, para convergir naquilo que chamava de política. Ao conceber uma cidade, o grego, sob o olhar de Aristóteles, procura prescrever o espaço ideal para as manifestações religiosas, dando um caráter de visibilidade dos templos, que passam a comunicar a centralidade moral das unidades territoriais que se formavam.

Convém que os edifícios consagrados ao culto dos deuses e os que são reservados para os banquetes públicos dos primeiros magistrados sejam reunidos num local adequado ao seu fim, a menos que a lei dos sacrifícios ou o oráculo de Pítia não prescrevam um local determinado. Esse local deve ser bastante visível para que a majestade dos deuses possa nele manifestar-se, e bem fortificado para que nada tenha a temer de parte das cidades que se lhe avizinham. (ARISTÓTELES, 1995, p.88)

Na visão de Aristóteles sobre a construção das cidades, os templos são importantes tanto quanto os espaços públicos destinados ao julgamento de ações criminais. Em seus textos que tratam da metafísica, Aristóteles procura compreender Deus e as experiências que tanto poderiam ser exercitadas por meio do pensamento religioso quanto pela leitura das tragédias gregas. O pensador, entretanto, não coloca Deus como ser onisciente, onipotente e onipresente descrito pelos judeus e cristãos.

Essa maneira de aproximação da religião com política produzida entre os gregos jamais agradou os cristãos, que ansiavam por mais poder junto aos moradores das cidades. Os gregos, aliás, são descritos de forma crítica pelo apóstolo Paulo, autor de inúmeras passagens do texto bíblico. Em 1 Coríntios, por exemplo, o seguidor de Cristo se contrapõe à visão grega cética da religiosidade cristã. Eles consideravam as narrativas que constavam nos evangelhos pouco coerentes com a lógica formal. Não acreditavam na ressurreição e não enxergavam em Cristo as poderosas características de seus deuses mitológicos. Na passagem escrita por Paulo, a Bíblia reafirma a discrepância: “Porque os judeus pedem sinal, e os gregos buscam sabedoria; mas nós pregamos a Cristo crucificado, que é escândalo para os judeus e loucura para os gregos” (1 Coríntios 1, 22-23).

²⁸ O próprio reconhecimento oficial da Santa Sé, a sede da Igreja Católica, fincado no meio de Roma, demonstra que a religião deve muito ao cenário político. Na atualidade convive-se com um paradoxo legal, onde se aceita o Estado laico e democrático e ao mesmo tempo a existência de estados teocráticos, fundados e inspirados em religiões – caso do Irã e do próprio Vaticano. Desta forma, no âmbito do direito público internacional, reconhecem-se os acordos entre chefes de estado de nações laicas como Brasil e países como o Vaticano. Ou seja, o Brasil é laico, mas firma acordo com estados teocráticos.

Estas divergências hoje documentadas na Bíblia foram exploradas à exaustão na época. Os textos cruzavam a Europa e o Oriente Médio através do sistema de correios como documentos e registros do que pensavam os cristãos, que fizeram uso da “palavra” e das “Escrituras” para explicitar regras de conduta e comportamento.

As cartas de Paulo, por exemplo, carregavam críticas, relatos e opiniões que registraram a formação do cristianismo em oposição a outras religiões – e neste sentido era considerado exatamente um libelo de não participação política (BANDOW, 1988, p. 98). Cristo não teria deixado comandos explícitos que misturassem os dois mundos a que se referia. Ele deu aos discípulos as instruções para cumprir seu ministério e neles não se incluía a política. Ao contrário, ao acatar a normativa de que “a César o que é de César”, ele se retirava deste debate.

Logo, a base do Novo Testamento é de que o indivíduo deve ter as garantias do Estado, como quando Paulo reafirma sua cidadania romana e pedia proteção, mas as cartas para os demais não traziam recomendações a não ser a submissão. As obrigações cristãs permaneceram separadas até que as ações do imperador Constantino levaram os cristãos pela primeira vez para dentro do Estado. Por meio de convites pessoais, eles passaram a ocupar cargos no serviço público e militar, dando a esta união as características que fariam do catolicismo a religião estatal do Império Romano²⁹.

Esta passagem de Constantino teria dado aos cristãos força política e poder, cuja expressão muitas vezes ocorria por meio da violência. Um evento político/religioso – o conflito entre um governador e um bispo de Alexandria – é o divisor de águas da antiguidade. O assassinato da filósofa e matemática Hipátia (370–415) por uma facção de cristãos fanáticos marca o fim da Antiguidade Clássica. Neoplatônica, Hipátia foi a primeira mulher a se destacar no mundo da matemática e ciências, tendo se envolvido crucialmente no período histórico em que o paganismo desaba frente aos seguidores da nascente igreja cristã (COLAVITO e PETTA, 1994).

²⁹ Existe um amplo debate desta conversão de Constantino (272 – 337), que decidiu abandonar práticas religiosas como o mitraísmo e se apresentar como seguidor de Cristo. Uma das teorias é de que a situação política da época impôs a Constantino a obrigação de se aliar aos cristãos, já que se esforçava para manter o poder frente a outros imperadores. Advém desta crise e ruptura uma série de costumes mundiais, como a comemoração do Natal. O Novo Testamento não menciona em nenhum momento a data de nascimento de Jesus Cristo. Mas para contrapor as festas pagãs da época, comemoradas em dezembro, ele decidiu celebrar o nascimento de Cristo no dia 25. No mesmo calendário, é o dia que se comemora o nascimento do deus Mitrás. Na mesma época, ocorria a celebração também do solstício de inverno (celebração para o preparo das plantações). Ainda nos dias que rondam o Natal, os romanos celebravam a saturnália. A ode ao deus Saturno era eminentemente mitológica e pagã para o Constantino convertido. Por isso que a escolha do Natal, para alguns autores, significava aos poucos reduzir a celebração de Saturno (considerado o deus da agricultura, do tempo e da Justiça). A saturnália começava no dia 17 de dezembro e se caracterizava por grandes bebedeiras e sacrifícios. Uma das características é que se oferecia banquetes aos populares e se realizava uma reflexão sobre a virada de ano e a possibilidade da inversão da ordem, em que escravos pudessem se imaginar livres e homens do povo governantes.

Vítima de discursos inflamados, numa época em que se superdimensiona a palavra e a retórica, a cientista foi queimada dentro de uma igreja e considerada herege por manter a convicção de que era possível a convivência dos deuses mitológicos com os cristãos. Edward Gibbon narra sua morte como ação devastadora dos fanáticos e dos políticos da época, que se enfrentavam pela manutenção e conquista do poder.

Sem entrar nestes detalhes históricos, mas narrando os momentos que antecedem o fim da antiguidade clássica, Fustel de Coulanges diz que na sociedade antiga o Estado é, de fato, uma comunidade religiosa, que se aproveita deste poder político e exerce sua dominação:

Na sociedade antiga o Estado era uma comunidade religiosa, o rei um pontífice, o magistrado um sacerdote, a lei uma fórmula santa; onde o patriotismo era pio e o exílio uma excomunhão; onde a liberdade individual era desconhecida e o homem estava sujeito ao Estado de alma, corpo e patrimônio; onde o ódio contra o estrangeiro era obrigatório, e as noções de direito e de dever, de justiça e de afeto paravam nos limites da cidade; onde a associação humana estava necessariamente: encerrada numa circunferência ao redor de um pritaneu, não se vislumbrando a possibilidade de fundar mais amplas e abertas sociedades. (COULANGES, 2002, p.412)

A prática social antiga e medieval sempre esteve relacionada ao mundo religioso. Neste sentido, o próprio cristianismo foi uma evolução, já que previa uma separação da religiosidade com a terra, como antecipado sobre a frase “A César o que é de César” ou que “o meu reino não é deste mundo”. Esta influência modifica a sociedade em mínimos detalhes, como a forma de governar, o direito, a economia e até mesmo a maneira de se comunicar. Antes, diz Coulanges (2002), o principal dogma era que cada “deus protegia exclusivamente uma família ou uma cidade, e só existia para as mesmas”.

A disseminação do evangelho de Marcos, escrito no final dos anos 60 d.C e que se propagou através da entrega de papiros manuscritos, terá um poder de persuasão dentre os interessados nas narrativas sobre Jesus Cristo. A primeira mensagem do chamado Novo Testamento a se disseminar tornou-se popular na época, se reproduzindo por relatos orais e interações face a face, dando substância a esta nova visão de mundo.

A chegada do Deus universal inicialmente estranho à natureza humana e ao mundo material muda as conexões com a política, já que passa a revelar não mais seres superiores na terra, mas seguidores, filhos dele, testemunhas. O divino foi situado fora e acima da natureza visível (2002, p. 414).

Enquanto anteriormente cada homem fizera o seu deus, havendo tantos deuses quantas as famílias e as cidades, Deus apresenta-se agora como um Ser único, infinito, universal, único gerador e esteio vital para os mundos, preenchendo sozinho a

necessidade de adoração inata no homem. (COULANGES, 2002, p. 414)

3.3 Entre a ação conservadora e a libertação: o caso brasileiro

A constituição da política brasileira teve sempre uma nítida aproximação com a ação das igrejas. Desde a colonização, com chegada das missões, o país se organizou em torno da relação terra e religião. Inúmeras cidades surgiram a partir da instituição de pequenas capelas nos espaços agrestes onde os territórios estavam destinados à exploração aurífera e pecuária extensiva. No Brasil, portanto, a propriedade fundiária é uma das bases essenciais dos sistemas econômico e político (MARTINS, 2011, p. 140). É deste sistema que se desdobra as relações da igreja com as elites gestoras do país.

Assim, os pactos políticos que se constituíram no Brasil desde 1822 foram filtrados pela temática da terra, que procurou atuar de forma gradativa para instituir um aspecto conservador da sociedade. Conforme Martins, a igreja católica sofrerá mudanças a partir de meados do século passado que mudam sua rota de doutrinação política. Mas durante os séculos 17, 18 e 19 perdura uma atuação nitidamente comprometida com o conservadorismo: “Até o final do império, em 1889, bispos e sacerdotes eram funcionários da Coroa e a Igreja estava numa situação razoavelmente similar à do Exército” (MARTINS, 2011, p. 146).

Assim, a Igreja Católica teria dado fundamento para as práticas políticas que foram emanadas pelos poderosos, cujo caso mais categórico é a postura favorável a corrente conservadora, chamada por Martins de centralismo político. A atuação dos religiosos era mais alinhada à pauta da monarquia absolutista do que aos interesses dos grupos defensores da República.

Esta aproximação da igreja com a política ocorreu de forma ainda mais visível durante a Era Vargas, em que surge uma coalisão que praticamente garantiu aos católicos a força de religião oficial.

A Revolução de 1930, ao viabilizar a constituição do Estado forte e centralizado, corporativo e, a partir de 1937, de inspiração fascista, viabilizou um reencontro da Igreja com o Estado, oficialmente separados desde 1889. O pacto político entre o presidente Vargas e o cardeal Leme deu à Igreja um reconhecimento quase oficial e, ao mesmo tempo, assegurou-lhe benefícios que facilitavam sua ação no sentido de uma hegemonia ideológica, sobretudo através da educação e do ensino religioso nas escolas públicas (MARTINS, 2011, p. 148)

Ao longo da sua história, a Igreja Católica, portanto, terá uma aproximação conflitante com os políticos. Se na atualidade ela se mostra contra o grande latifúndio e defensora dos

pequenos proprietários, no passado procurou legitimar as ações dos grandes fazendeiros. Conforme Martins, nas décadas de 40 e 50, o trabalho da militância comunista no meio rural e a criação das Ligas Camponesas motivaram a igreja a desenvolver trabalhos de base, caso das pastorais do campo. “A natureza política do confronto envolveu-a numa experiência social nova e renovadora no trabalho direto com as comunidades rurais. Essa experiência ressocializou os agentes religiosos” (MARTINS, 2011, p. 145).

Contraditoriamente, como mostra Martins, a mesma igreja, passada a fase da tentativa desenvolvimentista da era de Juscelino Kubistchek, optou em apoiar o Golpe de 1964, tendo em vista a não solução do problema do campo e a instabilidade das ligas camponesas. No mais, a diferença entre as ligas e a igreja, em referência ao tema central da terra, estava no fato dos camponeses desejarem o confisco da terra e a igreja apoiar uma reforma que não enfrentasse a grande propriedade.

Ao apoiar o golpe, todavia, a igreja percebeu que politicamente a escolha não foi ideal. Ao se defrontar com o capitalismo agrário atrasado que não incorporava os camponeses e um Estado que gerencia os interesses de um capitalismo perverso, que acumulava o latifúndio, a igreja optou em se afastar e contestar esta espécie de política pública que em vez de atrair o homem para o campo o acabou expulsando para as cidades.

A formação do pensamento crítico da Igreja Católica, portanto, é antecedida por várias dialéticas e enfrentamentos internos que motivaram, por fim, a uma renovação de sua prática perante a disputa política.

As manifestações tornaram-se mais intensas a partir da década de 1970, quando a igreja passou a produzir documentos e relatos sobre a realidade que ela encontrou nas comunidades. A criação de regionais da CNBB facilitou a vigília e capilarizou pelo país uma rede de informação que circulava os absurdos perpetrados pela ditadura. “Em 1971, os bispos começaram a lançar os primeiros documentos de severa denúncia do que estava ocorrendo com camponeses, trabalhadores e índios” (MARTINS, 2011, p. 164).

Na ditadura pós 1964, que durou até 1985, setores da Igreja Católica se revezaram na defesa dos direitos civis daqueles militantes que se apresentavam contra o regime de exceção. Entidades de pensamento de esquerda, como a Ação Popular (AP), fundaram suas manifestações políticas na juventude católica, que dominava os diretórios acadêmicos das principais universidades do país. No Brasil, o grupo teve preponderância dos socialistas humanistas católicos, apesar de uma vertente protestante surgir no final da década de 1960.

O missionário presbiteriano Richard Shaull esteve no Brasil até o golpe de 1964 e ajudou a fortalecer dentre os protestantes a corrente que em breve mudaria a ação dos católicos – a

teologia da libertação³⁰. Ao lançar o livro “Cristianismo e revolução social”, em 1960, Shaull fortaleceu um grupo de protestantes progressistas que começava a se expressar no Brasil (LOWY, 1996, p. 178).

Esse grupo religioso, todavia, enfrentou mais dificuldades para prosperar do que a iniciativa católica, que se revelou mais infiltrada no país. Sua ideia de aliar marxismo aos grupos de protestantes e católicos sofreu resistência da própria Igreja Presbiteriana. De acordo com Lowy, existe até mesmo uma necessidade de reparação histórica: a ideia da teologia da libertação aparece pela primeira vez em uma publicação protestante, com a publicação da tese de doutorado de Rubem Alves, um dos alunos de Shaull que escreveu “Em busca de uma teologia da libertação”. A expressão usada pela primeira vez em 1968 influenciara significativamente a juventude protestante (LOWY, 1996, p. 178).

Lowy demonstra que a partir da década de 1960 se estabelece uma linha progressista das igrejas protestantes, mas ao mesmo tempo a partir da década de 1970 o país testemunha o crescimento de denominações que farão forte oposição ao que era apregoado pelos religiosos que acreditavam em uma união estratégica entre marxismo e igreja para combater a desigualdade e injustiça social.

O crescimento extraordinário das igrejas evangélicas pentecostais na América Latina – um evento muitas vezes descrito por observadores católicos como a “invasão das seitas protestantes” – é um dos fenômenos religiosos mais importantes nos últimos anos, no continente. Suas implicações políticas são bastante evidentes: enquanto que as confissões protestantes tradicionais, ligadas ao Conselho Mundial das Igrejas têm, muitas vezes, preocupações sociais e setores significativos simpáticos à teologia da libertação (como vimos acima), muitas das chamadas “seitas” – isto é, as igrejas evangélicas ou pentecostais – representam uma cultura religiosa fundamentalista e conservadora, que é ou “apolítica” (seja o que isso possa significar) ou totalmente contra-revolucionária. (LOWY, 1996, p. 184)

A participação efetiva e eleitoral dos religiosos na política brasileira teve notabilidade a partir de 1988, durante a Assembleia Constituinte, quando se organizaram pela primeira vez na política brasileira. Segundo Machado (2006), a bancada evangélica passou a ter visibilidade dentre os demais grupos de parlamentares.

³⁰ Conforme Lowy (1996), a Teologia da Libertação é um corpo de textos produzidos na década de 1970, em que inspiraria um amplo grupo de pensadores da igreja na América Latina e que visa dar vazão a um “vasto movimento social”. O autor afirma que o movimento começou na década anterior e desenvolvido por ativistas que nem sempre eram teólogos. Chamada de “Igreja dos Pobres”, a teologia teria optado por eles em detrimento de outros movimentos, minorias e grupos de cristãos. (1996, p. 59). Dentre as características teológicas mais marcantes deste movimento, Lowy cita o desenvolvimento de comunidade de bases, opção pelos pobres e a solidariedade, uso do marxismo como instrumento analisar a sociedade e as causas da pobreza, crítica ao capitalismo iníquo, leitura da Bíblia, com atenção a passagens como o Êxodo, em que se vislumbra um paradigma da luta do povo.

Pesquisadores como Emerson Giumbelli (2002) analisam o próprio modelo liberal de separação do Estado em relação à religião para tentar entender o que leva, na modernidade, a religião buscar o poder estatal. Para o autor, é possível que não exista nenhum lugar em que a relação Estado e religião corresponda efetivamente ao que foi outorgado, qual seja a absoluta separação.

Como no passado, portanto, a delimitação entre a religião e a política encontra-se instável no Brasil, principalmente pelas recentes investidas dos evangélicos aos cargos públicos.

(...) poder-se-ia pensar a entrada da religião na esfera pública para proteger não só sua própria liberdade religiosa, mas todas as liberdades e direitos modernos e o próprio direito de existência de uma sociedade civil e democrática. (...) Outra possibilidade seria a presença da religião na esfera pública para questionar as pretensões de autonomia absoluta das esferas seculares de se organizar de acordo com princípios de diferenciação funcional, desconsiderando valores éticos e morais. Num terceiro cenário, o objetivo do ingresso da religião na esfera pública seria proteger o mundo da vida tradicional da lógica administrativa ou jurídica do Estado, questionando a ética discursiva moderna no que se refere à formação de normas e vontades. (MACHADO, 2006, p.20)

No Brasil, a façanha dos evangélicos começa com a eleição de um significativo número de representantes durante o pleito para a assembleia que se obrigou a redigir a Carta Magna. Nos anos seguintes, os evangélicos chegaram a imaginar o comando da presidência do país: o grupo se articulou em busca de um representante para disputar as eleições diretas de 1989.

Contudo, frustrou-se a primeira tentativa de lançamento, com a apresentação do ex-governador goiano e evangélico Iris Rezende (PMDB) aos brasileiros. Iris foi barrado dentro do próprio PMDB, que optou pelo congressista Ulysses Guimarães. Sem o “ungido” pelo segmento, o grupo contentou-se em “abençoar” um dos que conseguiram furar o bloqueio dos partidos e se lançar na disputa:

Assim como a candidatura Iris saíra de uma revelação direta do próprio Deus ao pastor Manuel Ferreira, não faltariam outros profetas a dizer-se divinamente inspirados para identificar com precisão qual era o escolhido por Deus. Vide bispo Edir Macedo: "Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido" (Jornal do Brasil, 3/12/89). (MARIANO e PIERUCCI, 1996, p. 196)

A complexidade da disputa eleitoral impediu Iris de representar o segmento, contudo os evangélicos firmaram apoio ao candidato eleito, Fernando Collor, reiterando que ele era o melhor para o Brasil, conforme as revelações de Deus. O grupo se empenhou na campanha,

usando de forma deliberada o espaço das igrejas para fazer campanha política.

Participaram ativamente da campanha no intuito de exercer influência sobre o destino do voto dos crentes - um voto que eles esperavam dócil e obediente - quando não os envolveram diretamente como ativistas de campanha (MARIANO e PIERUCCI, 1996, p. 197)

Devido a repetição deste envolvimento a cada pleito que se seguiu, o voto do religioso passou a ser objeto de reiteradas pesquisas. Os principais líderes espirituais utilizam sua influência na igreja e em seus veículos midiáticos para atingir o poder político. Os candidatos são geralmente filhos ou parentes de pastores renomados ou possuem uma ligação direta com os pastores-presidentes.

Quando o laço familiar não prevalece, o capital econômico impera, sendo os empresários então cobiçados pelo grupo neopentecostal. Carismáticos cantores, pregadores e presbíteros são também convidados para representar a igreja, sendo os “candidatos oficiais” da denominação (BAPTISTA, 2009, p.183).

A Assembleia de Deus (pertencente ao grupo pentecostal) e a Igreja Universal (neopentecostal) são as denominações que mais se inclinaram para o processo eleitoral. Baptista (2009) destaca que a atração das duas instituições ao campo político transformou o poder eclesial que possuem em um capital político.

Vale dizer, o eleitor, membro ou freqüentador fiel, vota no “candidato da igreja”, porque ele confia na instituição e quer ajudá-la, expandindo-a para o espaço político. O carisma do candidato e o partido têm pouco peso entre os fatores que decidem o voto. O que influi mais intensamente é o carisma da instituição. (BAPTISTA, 2009, p.184)

Neste contexto de produção política dentro das igrejas, observa-se que existem indícios razoáveis de que a igreja consegue tirar os efeitos que almeja das urnas. “Pode-se sustentar com seriedade a hipótese de que existe um efeito nada desprezível da diferença religiosa na definição do voto” (PIERUCCI e PRANDI, 1996, p. 228).

Em uma série de estudos, comprovou-se que adeptos de religiões diferentes apresentam comportamentos também diferentes na seleção de políticos: “Vimos através deste vasto survey que as diferentes modalidades religiosas são fontes significativas na definição do voto, tanto para escolher candidatos à Presidência, quanto para rejeitá-los”. (PIERUCCI e PRANDI, 1996, p. 238).

Conforme Martins (2011) o eleitor que é religioso se comporta diferentemente dos

demais: “Estamos em face do eleitor oculto, o das religiões, que vota corporativamente e sem liberdade, por motivos religiosos e não por motivos políticos” (MARTINS, 2011, p. 219). Sua crítica não se direciona exclusivamente para uma denominação religiosa, mas para todas aquelas que procuram usar a religião como instrumento de diálogo com as esferas políticas e estatais.

Nem os evangélicos nem os católicos conseguiram formular uma concepção democrática de política, no sentido de resguardar as respectivas religiões contra o monolitismo ideológico a que tende a política partidária. Não conseguiram propor suas religiões, na política, como religiões universais e pluralistas, irreduzíveis ao partidarismo. O que possa lhes parecer um êxito político-partidário, durante as eleições, é na verdade um fracasso religioso, sobretudo no fato de que tendo se proposto como instrumentos do aparelhamento religioso-ideológico do Estado, tornam-se inversalmente aparelhos da política e do próprio Estado (MARTINS, 2011, p. 221)

Lowy (1999) chega a afirmar que dentre os religiosos existe até mesmo grupos que optam por atuar contra a democracia, em um gradativo grupo de círculos concêntricos de espectros políticos. A análise é comprovada historicamente e diz respeito não apenas aos protestantes, mas também católicos, como em 1964, quando grupos católicos marcharam em defesa do golpe através dos movimentos da Tradição, Família e Propriedade.

Na contemporaneidade, todavia, observa, Lowy, os protestantes se apresentam em sua maioria com um comportamento conservador:

A cultura política/religiosa conservadora predominante na maioria das igrejas evangélicas normalmente as transformam em defensoras passivas ou ardentes defensoras do status quo, e muitas vezes até de ditaduras militares sinistras, tais como as do Brasil, do Chile e da Guatemala. No nordeste brasileiro, em 1974, líderes da Assembleia de Deus encorajavam seus membros a votar pelos candidatos do regime militar (LOWY, 1996, p. 185).

Conforme visto em linhas atrás, a concepção protestante organizou-se em torno de uma frente de combate político já nos debates da Constituição Federal de 1988, quando o país saía da ditadura e entrava em uma era de discussões acerca da cidadania. Para se ter ideia da evolução do grupo, inicialmente existiam 33 parlamentares que se denominavam evangélicos em 1988. O número atual chega a 89 congressistas, conforme a frente, sendo dois senadores licenciados, apesar do site da Câmara dos Deputados³¹ nominá-los em 199, incluindo quatro senadores.

³¹ A Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana tem 214 congressistas, com cinco senadores, no site da Câmara dos Deputados.

De acordo com Pierucci (1996), a ideia geral da bancada é aproveitar os ensinamentos da Bíblia e torná-los regras de conduta social através da produção legislativa. Com isso, a igreja teria condições de efetivamente interferir, via poder legislativo, na condução das decisões de estado.

Ele cita reflexão do ex-deputado federal Antônio de Jesus, de Goiás, que atuou na elaboração da Constituição de 1988, e que falou como enxergava a aplicação da Bíblia na vida comum de todos: “Tudo o que for louvado ali deve ser praticado, tudo o que for condenado deve ser proscrito” (1996, p. 164).

As pautas travadas pelos evangélicos no âmbito do Congresso Nacional dizem respeito principalmente a defesa da vida/contra o aborto, ações de impedimento de política de gênero e tentativa de alterações na legislação para reduzir os movimentos civis que lutam pela alteração da concepção do conceito tradicional de família.

Durante as duas primeiras décadas deste século, o grupo avançou em busca da gestão dos poderes executivos³², com a eleição de representantes em cidades de pequeno porte.

Inicialmente, ocupou-se de municípios de pouco destaque nacional, caso de Bela Vista de Goiás, com 27 mil habitantes, que teve como eleito o irmão do pastor Oídes do Carmo, sistematizador da Igreja Assembleia de Deus (Campo de Campinas), Eurípedes do Carmo, vencedor das disputas de 2008 e 2012 para gerir o município através do Partido Social Cristão (PSC)³³.

É dentro desta bancada que se insere, por exemplo, até agora o maior fenômeno eleitoral evangélico no século 21: a eleição do bispo Marcelo Crivella ao cargo de prefeito do Rio de Janeiro, um antigo escopo dos evangélicos neopentecostais que não negam as suas metas: dominar o máximo de poderes executivos do país até chegar ao cargo maior, a presidência.

Eleito em 2016, Crivella chegou ao poder Executivo do Rio de Janeiro com a carga política acumulada das bancadas evangélicas ao longo das três últimas décadas. Sua vitória marca um embate, sobretudo, midiático, em que ocorreu nítido confronto entre empresas de comunicação seculares e mídias religiosas ou que fazem proselitismo para denominações que o bancaram.

O exemplo de Crivella é paradigmático do segmento: representante da Igreja Universal,

³² O Rio de Janeiro tem uma tradição em escolher governantes evangélicos. Anthony Garotinho e Benedita da Silva se elegeram para governar o Rio em 1998. Na ocasião, todavia, a eleição dos dois teve apoio de grande leque de partidos progressistas, o que os descaracterizam como meros representantes do segmento. Em 2002, Garotinho ficou em terceiro lugar nas eleições presidenciais.

³³ O PSC divide com o PRB, partido criado por políticos ligados à Igreja Universal, a preferência dos candidatos de perfil evangélico. O PSC tem hoje predominância de políticos ligados a Igreja Assembleia, mas não existe um compromisso de que seus filiados sejam da denominação.

após ser consagrado bispo, ele acabou escolhido para ser candidato ao Senado, em 2002. Eleito naquele ano, o evangélico voltou a vencer em 2010, fato que o consolidou como personagem que permeia os dois mundos: o político e o congregacional, o comunicativo e o numinoso, onde canta e apresenta programas evangélicos. Cantor gospel com 14 discos lançados e dois livros publicados, o líder da Universal se encorpou como político evangélico apto a conquistar o Poder Executivo, o primeiro de uma grande metrópole do Brasil, através de seu intercâmbio com os universos da religião e da esfera política.

A vitória de Crivella marca um embate entre as mídias, que pode ser observado a partir da troca simbólica entre os grupos que apoiaram o vencedor - caso do Jornal da Universal e a TV Record - e os antagonistas formados pelas mídias da Globo, caso do G1, CBN, Rede Globo, UOL, Folha de S. Paulo e revista Veja etc. Esta última, dias antes da disputa, apresentou uma capa em que o bispo da Universal aparece em uma foto de preso, com o título “Exclusivo: A foto que Crivella esconde há 26 anos”.

Uma semana depois da vitória nas eleições, a mídia que apoiou Crivella, a TV Record, por meio do tradicional programa “Fala que eu te escuto”, em sua página de rede social, retrucou as provocações midiáticas: “Hoje: saiba por que eles não venceram”. O texto é referência a derrota das mídias que supostamente tentaram derrubar o senador. Na imagem, um X, de versus, mostra a imagem de Crivella ao lado da logomarca do “Fala que eu te escuto” contra a capa da Veja, a logo marca da Globo, imagem da homepage do UOL e o símbolo do PMDB, que teria, segundo aliados de Crivella, atuado para prejudicar o político do PRB.

3.4. A dimensão midiática das religiões

Os estudos iniciais de mídia e religião não enfocaram aspectos políticos dos programas ou as intenções de seus evangelizadores e participantes em relação aos temas referentes à cidadania. Em sua maioria, as análises são sociais e históricas. Os estudos se concentraram principalmente quanto ao conteúdo das mídias, publicações, emissoras, a linguagem e a apropriação do novo formato para produzir cultos eletrônicos – o grande filão das programações de rádio e tevê em seus primórdios, nas décadas de 1970 e 1980.

Um legado midiático religioso inicial, como visto no capítulo primeiro, pode ser contemplado através da Bíblia³⁴, no século 15, antecipando em séculos a revolução industrial

³⁴ As primeiras tiragens da versão da Bíblia, produzidas pela impressora de Gutenberg, vieram à tona em 23 de fevereiro de 1455, na Mangucia. Gutenberg não inventou a impressão, ousadia atribuída aos chineses, mas foi o empreendedor que se tornou notável por aprimorar a ideia. Na época, a obra tinha o nome “Bíblia de 42 linhas”

dos impressos. Nos dois séculos seguintes, todavia, o acúmulo de conhecimento em impressão fez com que informar se transformasse em necessidade premente e social – dos indivíduos e da própria indústria. Como não poderia ser diferente, devido ao imenso poder, as igrejas tornaram-se detentoras dos padrões mais evoluídos de comunicação midiática de seu tempo.

(...) há uma grande variedade de instituições que assumem um papel particular historicamente importante na acumulação dos meios de informação e de comunicação. Estas incluem instituições religiosas, que se dedicam essencialmente à produção e difusão de formas simbólicas associadas à salvação, aos valores sociais e crenças transcendentais. (THOMPSON, 1998, p. 24)

A imprensa foi a base de difusão das religiões até o surgimento das emissoras de rádio. Algumas denominações, todavia, fazem questão de manter a tradição da comunicação impressa, caso das testemunhas de Jeová, que editam a revista “A Sentinela”, desde 1879, para inúmeros países³⁵ e prefere ignorar outros formatos de mídia.

O uso da televisão e emissoras de rádio, todavia, é a regra dentre as mais variadas denominações, que desde as décadas de 1970 e 1980 têm investido na produção de programas. Nos primeiros estudos sobre a conexão da mídia com a comunicação no Brasil, Cardoso (1984) abordou os programas religiosos da televisão brasileira que tiveram início no final da década de 1970. Jimmy Swaggart, Rex Humbart, R.R Soares, Paiva Netto, Padre Dougherty e Pastor Nilson Fanini são analisados sob o ponto de vista da linguagem e da construção de suas imagens públicas.

O sucesso midiático do evangélico R.R Soares tornou-se exemplo a ser seguido pelos demais pastores. Em 9 de julho de 1977, Edir Macedo, Romildo Ribeiro Soares e Roberto Lopes se desligaram de outra denominação criada por eles e fundaram a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Líder da IURD, R.R Soares era o principal pregador, mas desavenças entre ele e Edir Macedo culminaram em sua saída da igreja. Após a separação em 1980, Romildo, que é cunhado de Macedo, fundou na cidade do Rio de Janeiro a Igreja Internacional da Graça de Deus nos moldes da IURD. Cardoso (1984) afirma que R.R Soares, no sermão de 17 de agosto de 1984, diz que “Deus detesta a pobreza e que Ele mesmo criou condições para a prosperidade de seu povo” (1984, p. 16). O autor ainda classificava tais igrejas como pentecostais, sem a

em referência ao número de linhas em cada página, e se transformou em um dos exemplares bases para a publicação de outros livros – incluindo jornais impressos. A grande diferença dos manuscritos para as produções artesanais era a capacidade de produzir em larga escala, poupar a energia dos calígrafos e se alastrar de forma veloz na sociedade.

³⁵ A página eletrônica da denominação afirma que é distribuída em 297 idiomas em tiragem de 62 milhões de exemplares.

junção com o neo, no sentido de que naquele momento ocorria uma nova configuração a partir da teologia da prosperidade e que, enfim, daria origem aos neopentecostais.

A trajetória do televangelista R.R Soares por diversas denominações é destacada por Ricardo Mariano:

Missionário R. R Soares, como é conhecido, nasceu na cidade interiorana de Muniz Freire, ES, em 1948. Sua mãe, dona de casa católica, converteu-se à igreja do filho no final dos anos 80. Seu pai, pedreiro, desviara-se da presbiteriana. Levado por vizinhos a um culto presbiteriano, Soares converteu-se com apenas 6 anos. Opção religiosa que, segundo ele, rendeu-lhe discriminações dos colegas de escola, que não o convidavam para as festas de aniversário. Logo em seguida, passou a freqüentar a Igreja Batista, na qual permaneceu até os 16 anos, quando mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ficou afastado do Evangelho durante quatro anos. Em 1968, filiou-se à Nova Vida na qual casou e permaneceu como membro. (MARIANO, 2005, p.99)

Na atualidade, o líder da Igreja Internacional da Graça de Deus é proprietário de vários meios de comunicação em que são produzidos materiais próprios e de outros fieis. A revista “Show da fé” é uma das opções de brinde para patrocinadores que após depositarem determinada quantia estabelecida recebem em sua casa o impresso. Soares conta também com a Academia Teológica da Graça de Deus, que tem como slogan: “Preparando Semeadores”, onde se encontram diversos cursos, dentre eles de teologia e pós-graduação em missões, história do cristianismo e aconselhamento cristão e capelania. A Graça Editorial publica vários livros do missionário, inclusive para crianças como a “Turminha da Graça”, em que livros e jogos são feitos para atingir todos os públicos. A mensagem de fé é propagada através do rádio pela emissora “Nossa rádio”, que veicula em diversos estados uma programação eclética, que inclui música, brincadeiras, pregações e interatividade com o público receptor.

Por meio da gravadora Graça Music, vários CD’s do missionário e de outros cantores são produzidos e comercializados. A igreja também participa das redes sociais, como Twitter e Facebook e possui o site ongrace.com, em que se encontram todas as alternativas mercadológicas. No início da década de 2010, R.R Soares criou uma TV por assinatura, a “Nossa TV brasileira”, que, segundo ele, veicula somente conteúdo evangélico.

O sucesso comercial e a imensa gama de produtos teve início em sua bem sucedida aventura midiática iniciada nos anos 1980. No começo de suas pregações televisivas, ainda na década de 1980, ele pedia 10 mil cruzeiros mensais para alugar espaço na emissora de tevê (CARDOSO, 1984, p. 17).

Por sua vez, Santoro e Abreu (1984), que citam evangelizadores como Manuel de Melo e Davi Miranda, apresentam o rádio como instrumento mágico de fé de grande alcance.

Revelam, desde já, os primórdios da programação, que padronizava um formato de emulação na mídia do que, de fato, se sucedia nos templos:

A estrutura de praticamente todos os programas religiosos no rádio é a mesma: o missionário, pastor ou padre, que já possui um certo prestígio, tem a palavra para as pregações e orações informando sobre reuniões e concentrações, procurando introduzir passagens bíblicas que tenham referencial concreto no cotidiano (SANTORO e ABREU, 1984, p. 27).

Conforme Santoro e Abreu, o rádio tornou-se a mídia por “excelência para esse tipo de produção” já que é baseada na palavra e no baixo custo, além de endereçado a um número incontável de pessoas (1984, p. 28). Sob este viés, o rádio, desde as últimas décadas do século passado, era utilizado como próprio instrumento de cura, quando o missionário mandava o fiel pegar o aparelho e colocá-lo encostado em seu órgão doente. (SANTORO e ABREU, 1984, p. 28).

Ao contrário de outras emissoras, explica Santoro e Abreu, os programas de rádio em horário evangélico abrem espaço para participação dos ouvintes, o que atraía verdadeiras multidões para as reuniões presenciais (1984, p. 28). Martino destaca o sincretismo que surgiu a partir da aproximação do sagrado com o industrial: "Mídia e religião passam a formar um todo complexo, em uma relação de dependência tão comum que pode passar despercebida no cotidiano" (2003, p.8). A igreja teria acompanhado estas mudanças, forçando a modificação dela própria. Em outros momentos, ela tentava adaptar os que estavam de fora (MARTINO, 2003, p.51).

Esta aproximação com a mídia exige novos estudos, que sondam, principalmente, as mudanças de comportamento das audiências. Nas décadas finais do século passado, pesquisadores de comunicação procuram compreender a interação de líderes e fieis (STOUT e BUDDENBAUM, p. 7, 1996).

Existe uma vasta diferença entre os caminhos da pesquisa em comunicação e sociólogos no que se refere ao conceito de audiência religiosa. Na pesquisa em comunicação de massa, a audiência é definida em termos de afiliação com as instituições que apresentam expectativas sobre participação e comportamento religioso. (STOUT e BUDDENBAUM, 1996, p. 7).

Stout e Buddenbaum explicam, por exemplo, que alguns estudos dizem que as pessoas ligadas à religião são melhores leitores de jornais impressos do que não religiosos. Os mesmos pesquisadores apresentaram resultados de indagações realizadas na década de 1960 que indicam a predileção pelos protestantes no uso da televisão como espaço para observação de notícias.

A história do rádio se mistura com a da evangelização midiática, diz Bendroth (1996, p. 77). A pesquisadora informa que no Equador, em 1930, por exemplo, a primeira rádio do país foi conquistada por meio de licença governamental para construir uma emissora com 200 watts de potência. A “Voz dos Andes” transmitia evangelização programada pelos missionários Reuben Larson e Clarence W. Jones, que pediram a autorização.

Nos estudos sobre recepção, por vezes, surge o desconforto de não se saber quem, afinal, acompanha as emissoras, compondo uma audiência invisível. Em muitas ocasiões não conseguem identificar exatamente os públicos que pretendem estudar. Muitas vezes, os próprios protestantes de denominações variadas apresentam comportamentos díspares. “Os evangélicos não são um movimento coerente ou unificado de instituições cristãs” (SCHULTZE, 1996, p.62).

O autor mostra, assim, a dificuldade inicial em organizar estudos de comunicação religiosa, na medida em que sequer sabe-se quem é, de fato, o evangélico a receber a comunicação. Schultze cita o caso da Assembleia de Deus, tal qual no Brasil, que se espalha pelas áreas suburbanas e dificulta o entendimento de suas perspectivas comunicacionais. “As denominações das Assembleias de Deus agora incluem inúmeras congregações, especialmente em áreas suburbanas. Isso vale também para protestantes do movimento carismático, que tem se espalhado em muitas outras denominações nos anos 1980” (1996, p.62).

No Brasil, os católicos resistiram no início aos programas eletrônicos, mas mantiveram interesse no impresso. José Marques de Melo (1985, p. 41), por exemplo, trata da emergência do jornalismo católico latino-americano: “O novo Jornalismo Católico é a expressão do compromisso da Igreja com os pobres, com as maiorias oprimidas, com os perseguidos políticos, com os marginalizados sociais e culturais” (1985, p. 42).

A nova faceta do protestantismo, a de utilizar um animador de auditórios-igrejas, desperta as audiências com dramas e rompantes argumentativos. O pastor é, assim, um grande conhecedor de técnicas comunicativas.

Embora tal “igreja eletrônica” só seja possível por causa das condições socioculturais, econômicas e ideológicas do capitalismo avançado, ela se vincula, na imaginação do fiel, a figuras de pastores e interlocutores de excelente desempenho midiático. (LIBÂNIO, 2002, p.30)

Após as primeiras experiências da década de 1980, diante da constatação de que as igrejas eletrônicas podem atrair fieis, espalharam no Brasil, aos moldes dos Estados Unidos, as denominações cuja centralidade está na mídia. E diante das características dos meios, o ritual e

os sacramentos ganham novos contornos, muito mais midiáticos. "Procura-se então uma espécie de religião sincrética entre o mundo tecnológico comunicativo e o mundo religioso" (SFEZ, 1994, p.297).

É exatamente devido ao apelo midiático que os neopentecostais tornaram-se objeto de destaque nas mídias e dentre pesquisadores, pois usam a midiatização para compor uma de suas principais características diferenciadoras. O crescimento evidente destacado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem incitar as religiões tradicionais, principalmente, o catolicismo, a um embate de números de seguidores (PIERUCCI, 2004).

Denominado como movimento da terceira onda, o neopentecostalismo começou no Brasil na segunda metade da década de 1970 e teve a primeira expansão nas décadas de 1980 e 1990. Tal corrente é a que mais se diferenciou da primeira e segunda onda pentecostal, pois assumiu uma linha teológica distinta. Enquanto as primeiras se diferenciavam apenas pelo feito histórico-institucional, o neopentecostalismo, com suas ideias inovadoras sobre as propostas de Jesus para o fiel, apontou um novo perfil das igrejas pentecostais.

Tais comunidades neopentecostais utilizam a Teologia da Prosperidade como elemento fundamental em seus discursos e têm sido o segmento do protestantismo com maior adequação às transformações da sociedade brasileira (ORO, 2003; PIERUCCI, 1996). A pregação relacionada com a prosperidade revela a infiltração do movimento no cenário de acesso dos indivíduos ao consumo (BARROS, 2007). Estas e outras circunstâncias, como o exercício espiritual mais avivado, com maiores interações, gritos, músicas em volume máximo e línguas estranhas chama a atenção das plateias, tornando o discurso ainda mais midiático do que as tradicionais religiões.

A corrente neopentecostal rompeu com os estereótipos característicos dos evangélicos antes da década de 1970. Todos os estigmas foram quebrados e os hábitos de devoção acabaram praticamente abandonados. O que esse movimento busca é o reconhecimento social dos líderes e da membresia, poder político, empresas e tudo que colabora para o conforto social:

Na verdade, elas não só aboliram certas marcas distintivas e tradicionais da sua religião, como propuseram novos ritos, crenças e práticas, relaxaram costumes e comportamentos e estabeleceram inusitadas formas de se relacionar com a sociedade. E, como se não bastasse, passaram a priorizar a vida aqui e agora, em vez de enfatizar, como insistiam antes seus irmãos de fé, o abrupto fim apocalíptico deste mundo, ao qual prontamente se seguiria a bem-aventurança dos eleitos no Paraíso Celestial. (MARIANO, 2005, p.8)

Assim, a valorização do “ter” nas igrejas neopentecostais abre espaço para uma relação

de busca e conquista nas denominações. Estas passam a oferecer aos fieis as soluções para seus problemas, a partir da compra de bens simbólicos, rituais, além do dízimo que facilita a aquisição do pedido solicitado para Deus, mediante a fé. Esse raciocínio de igrejas-empresas que dependem dos seus fieis para crescimento financeiro faz parte de um cenário maior, o do mercado religioso brasileiro (PIERUCCI e PRANDI, 1996).

Neste sentido, é preciso observar que o principal mecanismo de comunicação destas igrejas se insere na evangelização direta, seja em programas de auditório, de debates, rádio e mesmo nas gravações dos próprios cultos. A igreja passa a assumir um papel importante na agregação de meios de informação e comunicação na sociedade, imitando a mídia secular e reconstruindo discursos perdidos e não atendidos, como o consumo e anseio por direitos sociais.

As instituições religiosas, logo, começam a produzir e difundir formas simbólicas que se relacionam com a salvação, valores sociais e crença no transcendental (THOMPSON, 1998, p.24). Assim, a mídia religiosa é utilizada para difundir a doutrina e, até mesmo, atacar as igrejas concorrentes, numa espécie de política do amigo-inimigo. O número de fiéis tem importância para a credibilidade da instituição. E a partir do momento que se torna instituição, assume questões de ordem burocrática, distribuindo funções para cada elemento.

Dessa forma, o que está em jogo é muito mais do que a propagação de ideias religiosas. O objetivo final é alcançar a dominação tendencial do campo religioso, as condições de monopólio para a “produção do sagrado”, destituindo os concorrentes de sua razão de ser, provando que suas obras e filosofias são pífiás e que seu capital religioso é menor, falível, portanto inútil. (MARTINO, 2003, p.59)

O indivíduo cansado da infelicidade, da tirania e da pobreza torna-se facilmente seduzido pelo sacerdote que oferece solução para os problemas sociais existentes através da pregação da prosperidade. Parece ser, portanto, de fato, um receptor diferenciado.

Essa doutrina, reinterpretando ensinamentos e mandamentos do Evangelho, encaixou-se como uma luva tanto para a demanda imediatista de resolução ritual de problemas financeiros e de satisfação de desejo de consumo dos fieis mais pobres, grande maioria, como para a demanda (infinitamente menor) dos que almejavam legitimar seu modo de vida, sua fortuna e felicidade. (MARIANO, 1999, p.149)

A midiática da religião revela mudanças estratégicas nas próprias formas de funcionamento do campo religioso, pois, como afirma Martín-Barbero (2004), a técnica faz parte do novo processo social. A estrutura das instituições religiosas possui um sistema de mídia que inclui telões, caixas de som, sites, canal de televisão, ou seja, diversos meios que possibilitam um maior alcance aos fiéis e uma interação destes com o religioso. A visão dos

neopentecostais e mesmo dos carismáticos³⁶ se moderniza juntamente com a sociedade que é cada vez mais dependente de mídias diversas.

Assim, a orientação é de que a religião se transfigura por meio de influências dos formatos padronizados das mídias. Primeiro, a cultura de massa se afasta das instituições antigas, caso da família e das igrejas. “A cultura de massa adere a muito mais processos evolutivos que as culturas impostas pela autoridade ou tradição, como as culturas escolares, nacionais ou religiosas” (MORIN, 1997, p.8). Mas depois a religião volta e se impregna na mídia, num bumerangue institucional: sem refletir sobre a cultura de massa voltada para o segmento cultural gospel, algo mais recente do que sua obra fundamental (“O Espírito do Tempo”), Morin interpreta a própria cultura de massa ou indústria cultural – desenhada graças às mídias – como uma entidade em busca de uma constituição religiosa, mas que jamais ousa alcançá-la:

A cultura de massa é um embrião de religião da salvação terrestre, mas falta-lhe a promessa da imortalidade, o sagrado e o divino, para realizar-se como religião. Os valores individuais por ela exaltados - amor, felicidade, auto-realização - são precários e transitórios; o indivíduo terrestre e mortal, fundamento da cultura de massa, é ele próprio o que há de mais precário e transitório; essa cultura está comprometida com a História em movimento, seu ritmo é o da atualidade, seu modo de participação é lúdico estético, seu modo de consumo é profano, sua relação com o mundo é realista. (MORIN, 1997, p.1)

Sob esta ótica de Morin, que emerge antropologicamente da modernidade, o consumo é profano. Seja o consumo dos bens seculares seja o engendrado pelas indústrias culturais religiosas – que almejam o lucro quando produzem e comercializam. Logo, Morin vê nas igrejas e suas religiões as características da própria indústria cultural. Sua visão culturológica, firmada no vislumbre dos fetiches das comunidades de consumidores, vai adentrar no simbólico da modernidade e mostrar que a cultura das indústrias por pouco não se transforma em religião, já que lhe falta apenas o sagrado.

Assim, as igrejas midiaticizadas – com algo que falta às indústrias culturais – tornam-se instituições semióticas poderosas para firmar convicções e intervir nos desejos, sejam eles sociais ou político, religiosos ou de consumo. E tais igrejas, por meio das mídias, formam um capital simbólico poderoso e que possibilita trocas de aspectos morais e de dinheiro na sociedade. Borelli (2010, p. 27) afirma que através de simbioses de complexos dispositivos

³⁶ Movimento de avivamento da Igreja Católica que guarda algumas semelhanças com o pentecostalismo e neopentecostalismo, como a ação de falar línguas estranhas e usar com maior determinação as mídias para comunicar seus princípios.

“tecnossimbólicos” o sentido do religioso se transforma e se expande no mercado. “Hoje, constata-se que fazer religião significa também saber operar por meio de dispositivos técnicos e simbólicos”. Conforme a autora, a religião midiaticizada amplia seu contato com o mundo e não utiliza as mídias como simples meios de transposição de seus cultos e missas. Ao contrário, é flagrante uma nova forma de se fazer religião (2010, p. 28).

Dentro deste contexto inovador de midiaticização, surgem espaços para vários enfrentamentos políticos, onde muitas vezes as denominações religiosas articulam os meios para batalhas, como a flagrada entre Record e mídias tradicionais (Globo, Folha, etc). Borelli e Rosa apontam esta luta em específico como um enfrentamento pelo capital simbólico nos termos de Bourdieu, cujo exemplo ocorre quando tais mídias disputam audiências e espaço político (2010, p. 80).

Este atravessamento da mídia religiosa em torno das questões políticas é hoje um dos temas mais necessários nos estudos midiáticos, na medida em que se percebe, como diz Martins (2011, p. 219), existir um eleitor oculto ativo em uma espécie de jihad brasileira.

Pesquisas realizadas em vários segmentos religiosos demonstram a importância da mídia na formação política de eleitores religiosos, inclusive quando eles acessam mídias não necessariamente de suas igrejas. Buddenbaum mostra que os segmentos religiosos variados têm predileção pelas mídias apenas para conhecer temas da agenda política, o que comprova cada vez mais a importância das mídias na delimitação dos assuntos discutidos pelos religiosos através das chamadas agendas de mídia:

Mais de três quartos dos líderes e membros quakers disseram que usavam jornais e televisão para informações políticas. Mais de metade de cada grupo disse o mesmo para rádio e revistas. As respostas dos luteranos e dos metodistas unidos com status socioeconômico similar indicaram quantidades similares de uso para cada um desses meios, mas os quakers eram um tanto mais prováveis em usarem fontes múltiplas dentro de cada mídia (BUDDENBAUM, 1996, p. 204)³⁷

Desta forma, e diante de tantas questões suscitadas no âmbito das disputas simbólicas entre emissoras e religiões, ocorre uma querela cada vez mais acirrada em busca deste capital teorizado por Bourdieu. O simbólico é transformador e capaz de gerar outros capitais, cuja força motriz é tanto a estruturação política e econômica da sociedade quanto a formação moral da

³⁷ Tradução própria para: “More than three fourths of the Quaker leaders and members said they used newspapers and television some or a lot for political information; more than half of each group said the same for radio and magazines. Responses from Lutherans and United Methodists with similar socioeconomic status indicated similar amounts of use for each of those media, but the Quakers were somewhat more likely to use multiple sources within each medium”.

mesma. Neste campo, onde existem dominantes e dominados, as relações são permanentes e buscam manter ativos os campos de forças, como se percebe no conflito que se repete em capítulos, entre TV Record e demais emissoras (Folha, Globo, etc).

Borelli demonstra que a midiatização do discurso religioso, seja político ou cultural, tem o poder de modular os demais campos para que se tornem “adaptáveis às lógicas midiáticas, consumíveis pelas políticas comunicacionais de cada mídia e para que possam contribuir para a constituição de um *habitus* midático [...]” (2010, p. 82).

Passaremos, desta forma, nos próximos capítulos, a construção de um arcabouço metodológico que possibilite a realização de uma investigação empírica. Busca-se a partir de agora um modelo para compreender como as mídias religiosas se comportam diante da garantia de direitos elencados em um contexto de cidadania comunicativa. Até aqui, percebeu-se que a igreja assume cada vez mais um papel importante na agregação de meios de comunicação. Conforme diversos autores, eles procuram controlar os processos de produção e circulação social dos sentidos.

Percebe-se que este comportamento destas instituições de mídias não levam em conta o respeito ao processo de construção do sujeito histórico. Ao contrário, em vários casos e relatos doutrinários, compreende-se que o cidadão não pode planejar seu desenvolvimento social e escolher caminhos.

A legislação explicita que as mídias que fazem uso de concessões públicas não podem ser utilizadas para fazer propaganda política. Ou mesmo difundir opiniões favoráveis a segmentos que participam da disputa de poderes. Daí que qualquer rompimento das regras preestabelecidas pode negar ou comprometer a noção de cidadania comunicativa.

CAPÍTULO 4 – QUESTÃO DE MÉTODO

Após ter realizado a exposição teórica nos capítulos anteriores, este estudo passa, enfim, a uma busca metodológica que possa dar conta da interpenetração dos campos de comunicação, da religião e da política em um processo eleitoral.

A metodologia escolhida para identificar os contornos da comunicação produzida no âmbito das emissoras religiosas que atuam em Goiânia teve como base de investigação inicialmente a Análise de Conteúdo (A.C) proposta por Laurence Bardin (1977). De forma resumida, a autora define este instrumental como um conjunto de técnicas para investigar a comunicação a partir do que é produzido pelas mídias. Ao longo das séries históricas de pesquisas realizadas sob a influência da *communication research*³⁸, a Análise de Conteúdo tem sido utilizada para encontrar proporções identificáveis concretamente e que servem para demonstrar o conteúdo que habita os espaços cognitivos produzidos no âmbito da comunicação midiática.

É a partir da Análise de Conteúdo³⁹ que se procurou comprovar as hipóteses firmadas no início da pesquisa, haja vista que sua ocorrência permite lançar luz aos objetos analisados e motivar compreensões e interpretações. A Análise de Conteúdo⁴⁰ pode assim ser entendida:

São investigações de pesquisa empírica cuja finalidade é delinear ou analisar fenômenos, avaliar programas ou isolar variáveis. Descrevem as situações utilizando critérios quantitativos que estabelecem proporções e correlações entre as variáveis observadas, procurando elementos que permitam a comprovação das hipóteses. (DENCKER e DA VIÁ, 2001, p.57-58)

Trata-se, desta forma, de método cujo objetivo maior se revela no interesse em obter descrição do conteúdo das mensagens e indicadores (quantitativos ou não) que permitam a realização de inferências quanto à produção ou recepção (BARDIN, 1977, p.42). Portanto, neste

³⁸ A análise de conteúdo já serviu a inúmeros estudos, de hermenêutica de passagens bíblicas a artigos publicados em jornais. Nos estudos de comunicação, Harold Lasswell e Paul Lazarsfeld, nos anos 1930 e 1940, respectivamente, foram os principais aplicadores desta forma de análise comunicacional.

³⁹ Nos estudos europeus de imprensa, para além da influência direta da corrente americana comandada por Lazarsfeld, Jacques Kayser foi seu maior expoente. Ele realizou a pesquisa “Uma semana no jornalismo do mundo”, que se tornou um paradigma para os estudos comunicacionais da América Latina a partir da década de 1970.

⁴⁰ Não se pretende realizar aqui uma interpretação no sentido da Análise de Discurso (AD). Daí que se surgir, por exemplo, durante a pesquisa, a palavra gafanhoto, ela será interpretada (se necessário) como inseto e não como propõe livros de semiótica ou simbologia (CHEVALIER, 1988, p.456) numa definição de que ‘se quis’ dizer “a imagem da praga, da multiplicação devastadora”, como propõe tal Exôdo ou Apocalipse. Da mesma forma, evita-se a confrontação mais profunda das técnicas de A.D, como a busca das leituras argumentativas e enunciativas. Em casos que sejam de grande interesse, a pesquisadora pretende lançar mão da leitura polissêmica tendo em vista a necessidade de interpretação em âmbito específico, mas sem adentrar nas metodologias e vertentes da AD.

estudo, foram coletadas informações relacionadas à programação das rádios investigadas nos 15 dias [exceto finais de semana] que antecedem a campanha eleitoral de 2016, tendo como meta de conteúdo as temáticas orientadas à cidadania, aos direitos sociais e políticos. A pesquisa ocorreu basicamente nos limites do espaço midiático apesar da autora ter frequentado os ambientes físicos de cultos e pregações para amparar a construção do relatório desta pesquisa bem como para comparar as pregações ao vivo daquelas flagradas no rádio.

Como procedimento de A.C foi utilizada a técnica do desmembramento de unidades que, em seguida, foram reagrupadas para a realização das inferências (BARDIN, 1977, p.153). A inferência, na Análise de Conteúdo, portanto, é o denominador comum que se busca executar em cada grupo informativo investigado. O termo tem origem na lógica e deriva de execução de postulados tendo em vista premissas verdadeiras. Busca-se, portanto, um conjunto de informações representativas para se executar a inferência, dando unidade ao conjunto de estruturas compiladas da amostragem.

Os dados separados do contexto e esmiuçados de forma cognitiva obedeceram a um critério: descrição do objeto (que serve de preparo do material), a dedução dos dados ou inferência⁴¹ e, por fim, a interpretação.

Esta primeira fase visa separar os textos dos programas, formar unidades de informação através de palavras, frases e parágrafos e, com isso, desenvolver um corpus que serviu à interpretação.

4.1 Modelo de Análise de Conteúdo a ser aplicado

Bardin orienta que sejam estabelecidos critérios de categorização para se chegar ao conhecimento do discurso dos enunciados. Ander-Egg (1978, p. 199) sugere que se organize a Análise de Conteúdo através de três fases. A primeira consiste no estabelecimento de uma unidade de análise.

A unidade no caso é o conjunto de programas apresentado durante 15 dias que antecederam a realização das eleições de 2016, tendo como enfoque a separação e delimitação

⁴¹ Inferir significa ir além das suposições. É a ação de embasar um ato comparativo através de pressupostos teóricos que inspiram a pesquisa através de seu marco teórico. Assim, a inferência, por exemplo, jamais duvida do contexto histórico e social de sua produção comunicativa bem como da recepção. A inferência, logo, é o ato de constatar os dados encontrados e colocá-los diante das teorias e observações previstas para a realização da pesquisa que serão categorizadas em frases. Bardin sugere que os estudos de conteúdo adquiriram maturidade ao acrescentar em sua estrutura a sondagem das inferências a partir da década de 1950. Assim, como operação mental, a inferência aproxima os dados encontrados ao que se estabelece previamente como fatos delimitadores, ordenadores e explicativos da pesquisa. (BARDIN, 1977).

de no máximo oito programas que mais se dedicaram a tratar dos temas e objetos de pesquisa. Nesta primeira fase, portanto, observou-se o que investigar.

A segunda fase diz respeito a determinação das categorias de análise – elemento central para constituir a pesquisa empírica que aqui se executou. Inspirado em Ander-Egg, se propôs para este estudo a investigação das categorias de matéria (assuntos abordados), forma (se noticiosos ou opinativos, além de grau de intensidade, a ser mensurado pela frequência), apreciação quanto a tomada de posição (se o conteúdo é afirmativo /negativo, pessimista/otimista, aprovação/refutação, concordância/discordância) e valorativo (bem/mal, justo/injusto, etc).

Ainda no âmbito da apreciação, observou-se nesta pesquisa a autoridade do falante (pessoa, grupo, homem, mulher, etc). Avaliou-se ainda a origem da informação (autor, emissor, etc) e seu destino (público, audiência, abrangência, etc).

O estudo que se segue não se enquadra como quantitativo, apesar da procura por conteúdos e temáticas repetitivas que podem ser facilmente checáveis. Todavia, buscou-se a compilação de elementos e dados, que foram expostos em um quadro destacado do texto que acomoda o presente estudo.

Os programas foram gravados em mídias digitais, que possibilitam o acesso às informações fora do momento de veiculação. Este procedimento facilitou a decupagem e análise interpretativa, sendo fundamental para a execução da primeira e segunda fase do estudo. As mensagens que foram separadas e objeto de inferência no corpo do texto principal da dissertação são de ordem eminentemente temática e atendem às suposições do que se pretende pesquisar. Logo, o conteúdo completo dos programas analisados foi deslocado para a parte anexa desta pesquisa. Contudo, permaneceu um conjunto de variantes a ser observado no dial das emissoras e seus programas:

- a) Emissoras cristãs e não cristãs;
- b) A utilização de termos, como “irmão vota em irmão”, “homem de Deus”, “representante da igreja”, uso de alegorias bíblicas etc;
- c) Programação que se refere a questão de cidadania, política ou direitos. Enfoque das programações, assuntos abordados, como política, questões polêmicas e valorizadas pelo segmento, etc;
- d) A correlação de humores dos falantes e seus posicionamentos claros e imanentes; tomadas de posição;
- e) Reflexões que diferenciam o cristão dos demais, vocação, determinação, etc

- f) Autoridade e qualificação dos falantes;
- g) Críticas às outras denominações e minorias;

Evidente que além da Análise do Conteúdo, a presente dissertação busca na literatura de comunicação, sociologia e política elementos para compor seu marco teórico. Lakatos (2003, p.225) sugere que antes de qualquer pesquisa seja iniciado um processo natural de busca de informações anteriores, seja em livros, artigos científicos ou mesmo outras pesquisas (teses de doutorado, dissertações de mestrado, etc). Diante desta recomendação é que se inicia logo no primeiro capítulo o percurso teórico da pesquisa, com foco principalmente no entendimento de como se dá e integra o pensamento comunicacional com o religioso e político em um âmbito esperado de aplicação dos princípios da cidadania.

4.2 Corpo Empírico

Para atender a proposta inicial da pesquisa, que se concentrou na verificação do conteúdo das emissoras no período eleitoral, foi necessário analisar a grade de todas as rádios segmentadas com programação religiosa nos 15 dias antecedentes [fora sábados e domingos] a data da eleição, que ocorreu no dia 2 de outubro de 2016.

Para isso, foram utilizados vários equipamentos de gravação, aplicativos e hardwares que serviram para monitorar as emissoras tendo em vista o registro das programações. As emissoras foram analisadas em um horário pré-definido: 7h às 17h, lapso temporal que possibilitou a captação dos programas jornalísticos e de entretenimento com maiores audiências e possibilidades de abordagem de assuntos políticos. Em um período de pré-análise das rádios, observou-se que as emissoras utilizavam programação mais musical no período noturno.

Em um primeiro momento de seleção, foi procurado um conjunto de programas que abordasse temas relacionados à política e também ao exercício da cidadania. Depois, a pesquisadora se propôs a separar e classificar os programas com maior número de referências aos assuntos investigados, conforme Tabela 1. Por fim, ocorreu a decupagem, transcrição e consequente leitura flutuante do conteúdo. Na segunda fase da pesquisa, os conteúdos que atendem ao dispositivo montado previamente foram recortados para posterior atividade de compreensão, realização de inferências e produção de relatório.

Quadro 1 – Programas e inserções selecionadas para análise

Rádio Paz FM (89.5 FM)	Comentário do apresentador sobre um político da igreja	Programa opinativo	2'6"	20/9/2016
Rádio Paz FM (89.5 FM)	Debate: as mudanças que a Reforma Protestante trouxe	Programa opinativo	40'38"	21/9/2016
Rádio Paz FM (89,5 FM)	Debate com o tema: irmão vota em irmão?	Programa opinativo	45'18"	22/9/2016
Rádio Difusora (640 AM)	Comentários do apresentador e padre Jesus Flores	Programa jornalístico	12'45"	26/9/2016
Rádio Difusora (640 AM)	Comentários do padre Jesus Flores	Programa jornalístico	5'12"	29/9/2016
Rádio Fonte (103.7 FM)	Comentários do apresentador	Programa musical	4'3"	30/9/2016
Rádio Paz FM (89.5 FM)	Debate: irmão deve votar em irmão?	Programa opinativo	48'36"	30/9/2016
Rádio Fonte (103.7 FM)	Apóstolo pede oração para candidato da igreja	Transmissão do culto ao Vivo	6'4"	1/10/2016

Produzido pela autora.

CAPÍTULO 5 – DESMATERIALIZAÇÃO DA CIDADANIA: FÉ E POLÍTICA NA COBERTURA MIDIÁTICA

Nos capítulos iniciais foram propostos referenciais teóricos que possibilitaram a articulação da pesquisa com a análise do conteúdo das emissoras religiosas engajadas numa temporada eleitoral. Buscou-se, sobretudo, compreender através do aparato teórico como se dá a produção midiática e quais suas conexões com a religião e a política, tendo em vista o exercício de direitos garantidos em um contexto de prática da cidadania. Por meio de aportes de Bourdieu (1989), Habermas (1988), Borelli (2010), Signates (2012), Gomes (2004), dentre outros autores, foi possível entender que a mídia e comunicação exercem um poder específico e simbólico, cujo conjunto de habilidades afeta o campo político e incide diretamente nos ouvintes.

Neste capítulo, ocorre a compreensão do período eleitoral sob o viés teórico investigado anteriormente, mas tendo em vista a aplicação prática das técnicas de análise de conteúdo. Realiza-se aqui a observação da desmaterialização de garantias que se conjugam para formar o conceito de cidadania comunicativa.

Antes da realização da análise propriamente dita, busca-se revelar como a rádio se apresenta como poderoso instrumento político que afeta as liberdades individuais e coletivas. Em específico, ocorre também uma apreciação do panorama midiático radiofônico de Goiânia, com interesse na seleção das emissoras a serem analisadas no dispositivo montado para interpretar os conteúdos.

5.1 Emissoras de rádio em Goiás

Ortriwano (1985) afirma que o rádio é “poderoso instrumento político que tanto pode servir à mudança quanto à manutenção de um Estado, das relações sociais, da própria liberdade individual e/ou coletiva” (1985, p.59). Ao tratar da relação com a política, ela assume esta última expressão como aquela engendrada por Maquiavel: conjunto de estratégias para conseguir conquistar e manter poder. E neste sentido, a rádio se apresenta como instrumental de grandes possibilidades.

A própria concessão, diz Ortriwano (1985, p. 61), é uma relação de obrigação e consentimento com os “detentores do poder político”. Para a autora, desde o início os apadrinhamentos políticos é que facilitaram a obtenção das emissoras de rádios, que acabaram sempre nas mãos das mesmas elites.

Assim, em grande parte de casos, a radiodifusão muda de mãos apenas teoricamente, já que as concessões são entregues a determinados grupos econômicos. Conforme a autora, dá-se a palavra a quem já tem e se procura bloquear quem precisa dela (ORTRIWANO, 1985, p. 61).

Neste sentido, as emissoras pioneiras de Goiás revelam grande aproximação com a política e também com a religião, o que demonstra que as denominações religiosas e partidárias tinham desde o início interesses na circulação das informações. A primeira emissora do Estado de Goiás, denominada Rádio Clube de Goiânia, foi fundada em 1942 por meio de uma concessão assinada pelo então presidente Getúlio Vargas (MARQUES, 2009, p. 153-154). Ela foi concedida ao prefeito Venerando de Freitas Borges e Francisco Pimenta Neto. Atualmente tem o nome de Rádio 730, mas a razão social continua como Rádio Clube. Tal emissora apresenta um histórico longo, com várias passagens na política goiana. Na década de 1990 pertenceu ao radialista Jorge Kajuru, que a batizou de rádio K. Em seu início, esteve ligada ao então governador Pedro Ludovico, já que este é quem nomeou Venerando para ser prefeito de Goiânia de 1935 a 1945.

A rádio Clube de Goiânia, na década de 1940, transforma-se em um forte instrumento político nas mãos de Pedro Ludovico, que recebe o apoio do então prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges. Contudo, com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, sua configuração é alterada e inicia a década de 1950 pautando sua relação com a política estatal por meio da comercialização de horários (MARQUES, 2014, p. 98)

Criada em 1946, a rádio Carajá, de Anápolis, também teve o nome alterado após a morte do seu proprietário, quando, por fim, passou a se chamar Vozes do Coração Imaculado, pois os novos proprietários eram religiosos franciscanos, que ainda hoje orientam sua programação. Politicamente, em seu início, Marques (2014) a relaciona ao PSD do ex-vice-governador Jonas Duarte e senador Sócrates Dinis (2014, p. 99).

Um ano depois do aparecimento da Carajá surgiu a rádio Xavantes, de Ipameri. Após as mudanças de proprietários, a emissora ficou sob o comando da paróquia do município, fato que ampliou de certa forma uma tendência da rádio em procurar uma programação mais equilibrada e imparcial sob o ponto de vista político. É hoje uma emissora da Fundação Padre Pelágio, administrada pelos missionários redentoristas de Goiás.

Pela construção do painel histórico inicial, percebe-se, portanto, que as emissoras desde sempre foram ofertadas para grupos políticos e religiosos, que nitidamente usaram as emissoras tendo como objetivo atender seus interesses estratégicos. Nos termos de Ortriwano (1985), o estado vai modular sua relação com estas empresas tendo em vista relações de poder, que se

manifestam por censura, violência física, ações judiciais, intimidações, pressões de ordem financeira e proibições que motivam significativas restrições à liberdade de expressão (1985, p. 61).

Na década seguinte, intensifica-se a percepção de que as emissoras têm poder político frente à população. Inicialmente concessão privada ofertada a Coimbra Bueno, a Rádio Brasil Central (RBC) foi a quarta emissora a ser criada no Estado, com a concessão confirmada em 1950. Conforme Marques (2014), a primeira coisa a se fazer para criar uma emissora neste período era comprovar rendimentos, o que de imediato separava quem seriam, de fato, os destinatários das concessões. O interessado deveria mostrar “condições para arcar com todas as despesas, como encargos cobrados pelo Estado, compra dos equipamentos e do terreno para sua instalação, etc” (2014, p.44).

Com a RBC, da mesma forma que as demais, observa-se de forma mais detida que a rádio desde os primórdios representava alguma medida instrumental para afetar o campo político. Sua origem revela que ela surge para aplacar as críticas a um governo que sofre turbulências devido o avanço discursivo eficaz dos opositores.

Conforme Marques (2014, p. 47), o governador Coimbra Bueno seguiu orientação de Francisco Pimenta Neto, então redator do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), para que colocasse no ar uma emissora cuja missão seria enfrentar as agitações políticas através do fortalecimento do aspecto simbólico.

Diante da sedimentação da prática política no rádio, surge inevitavelmente dentro da estrutura das emissoras vários técnicos que se utilizam deste promissor capital midiático para se infiltrarem na esfera política. Marques (2014) diz que “o rádio leva o locutor a se ver como agente público, com poder suficiente para atuar no interior de partidos políticos” (2014, p.112). Em sua pesquisa histórica sobre as rádios goianas, o autor afirma que Heli Mesquita, da RBC, um dos pioneiros em transmissões externas, foi o primeiro a se eleger, em 1954, para um cargo público, através da sua filiação na UDN. Ele exerceu três mandatos na Câmara Municipal de Goiânia, com outros jornalistas citados, caso de Luís Bittencourt, ex-governador e ex-vereador da capital, e o jornalista Eliezer Penna (2014, p. 112-113).

5.2 Emissoras e programação investigada

Existem nove emissoras AM em Goiânia e 22 FM⁴², o que representa a dimensão do

⁴²Não se computou para esta pesquisa as webrádios, um fenômeno contemporâneo devido as facilidades de transmissão e que não apresenta impedimentos burocráticos.

poder de radiodifusão no município. Em comparação com impressos e emissoras de tevê, a quantidade de empreendimentos é bem superior. Das nove emissoras AM, cinco são laicas e quatro apresentam conteúdo religioso – três evangélicas e uma católica. Das 22 FM, 15 são emissoras laicas, sem orientação religiosa, apesar de várias delas, porventura, comercializarem espaços para veiculação de pregação das igrejas. Mais uma vez, ocorre a predominância das emissoras evangélicas: seis contra uma católica.

Na lista das emissoras evangélicas AM, três denominações diferentes comandam a programação evangelizadora⁴³: Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), responsável pela rádio Riviera; Igreja Fonte da Vida, que tem o domínio da rádio Aliança, e Caraíba, cuja programação é fornecida pela igreja Deus é Amor. A rádio Difusora é de propriedade da Fundação Padre Pelágio, cujos administradores são membros da congregação católica do Santíssimo Redentor.

Na lista das FM, a Igreja Assembleia de Deus dispõe do comando da Rádio Paz FM; a Igreja Fonte da Vida é responsável pelo conteúdo da Fonte FM; a Igreja Sara Nossa Terra detém o domínio da programação da rádio FM Sara Brasil. Já a Igreja Videira tem o controle da rádio Vinha FM. A rádio 105 FM é orientada pela Igreja Universal. A única católica das emissoras FM, Vox Patris, é ligada ao Santuário Basílica do Divino Pai Eterno, de Trindade.

Das rádios cuja programação foi selecionada para a análise de conteúdo realizada neste capítulo, a Difusora é a mais antiga. Ela surgiu em 24 de maio de 1957 através da ação de dois empresários, Omar Barbosa e Paulo de Castro. Eles conseguiram autorização para instalar uma emissora de onda média, de 250 watts, na capital de Goiás. As transmissões tiveram início em maio de 1957 e a Igreja Católica cuidava apenas do programa de oração da Ave-Maria, às 18h. A Paróquia Nossa Senhora da Conceição, de Campinas, se responsabilizava pela produção.

Ao chegar em Goiânia, no mesmo ano da fundação da emissora, o bispo paraibano Dom Fernando passou a se relacionar com os empresários e, por fim, comprou os direitos da concessão e iniciou a reorientação da emissora para um viés completamente religioso.

A rádio Paz FM surgiu no dia 1º de novembro de 2006. Trata-se de emissora evangélica

⁴³ No período investigado, a maioria das emissoras não apresentou conteúdo relevante para a pesquisa. Suspeita-se que dois motivos as tornam distantes deste discurso político e cidadão tão proeminente na época do ano: falta de profissionais para produzir conteúdo e desinteresse na temática. Logo, as rádios Aliança, Riviera, Vox Patris, Sara Nossa Terra, Caraíba, dentre outras, apresentaram programação com pregações realizadas em igrejas tanto de Goiânia quanto de outros estados. Durante os 15 dias analisados, elas trouxeram testemunhos de fieis, hinos e baixíssima referência ao pleito que se realizaria naqueles dias. Apesar da Vinha FM ter programação jornalística abundante, inclusive produzida pela emissora, optou-se por não analisá-la, já que a Paz FM oferece uma programação semelhante e mais concentrada no perfil evangélico. Dois programas trouxeram debates sobre o período eleitoral: “jornal Realidade”, que é matinal, e o de opinião com a “Mesa dos Notáveis”, veiculado às 12h30 diariamente e que traz maior inserção de assuntos de interesse da igreja.

mantida pela igreja Assembleia de Deus (Campo de Campinas). É considerada líder no segmento evangélico, conforme pesquisa Serpes 2009/2010. Na última sondagem realizada em 2016 pelo Ibope, que analisou a audiência das emissoras goianas, a rádio Paz FM estava em terceiro lugar dentre as mais ouvidas no âmbito geral⁴⁴.

Sua grade conta com programas variados em estilos musicais evangélicos, programas de entretenimento com participação dos fiéis e ampla publicidade. Não há espaço para locutores e convidados que não pertençam ao grupo evangélico, exceto na programação jornalística.

De orientação evangélica, a rádio Fonte FM é uma emissora que pertence a Igreja Apostólica Fonte da Vida. Sua fundação ocorreu no dia 1º de junho de 2002 e faz parte do Sistema Fonte de Comunicação, que abrange ainda uma emissora AM e um canal de televisão.

Em sua grade não consta programas jornalísticos ou opinativos. As notícias e opiniões são dadas no decorrer das programações pelos locutores, de forma mais improvisada e sem a estrutura apresentada pelas demais mídias investigadas. Os líderes da igreja possuem programas próprios, inclusive o deputado federal Fábio Sousa, filho do responsável pela igreja, e o genro, ex-vereador Dr. Gian.

5.3 Análise de dados - Áudio 1 – Rádio Paz FM (20/09/2016)

Quadro 2 – Unidade de Análise – Áudio 1 (Luiz Alberto)

Contexto	Programa sobre deficientes físicos
Autor	Luiz Alberto, apresentador e locutor
Matéria	Cumprimento a político
Expressões	“Um abraço para o Euripão, prefeito de Bela Vista de Goiás...”, “Gente boa”, “de qualidade”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	Amizade em relação a um político
Valoração	Sentido positivo e elogioso
Autoridade do falante	Locutor do programa
Origem da informação	Recado de moradora da cidade de Bela Vista
Destino	Todos ouvintes

Produzido pela autora.

O áudio 1 refere-se ao programa “Ponto de Vista”, veiculado de segunda a sexta-feira das 12h às 13h30. Apresentado por Luiz Alberto, evangelista e integrante da igreja proprietária da emissora.

⁴⁴ Nesta pesquisa de 2016, a 99,5 FM e a rádio Terra ocupam a primeira e segunda colocação, respectivamente.

No dia do programa foi convidada para participar da programação uma mulher portadora de necessidades especiais, Luciana Martins, que é integrante da Assembleia de Deus e comanda uma ONG que auxilia deficientes.

A matéria abordada no dia se refere à vida dos deficientes, tendo como fato motivador da pauta o Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência. “Ponto de Vista” é um programa opinativo, sem veiculação de espécies de jornalismo informativo⁴⁵. No âmbito geral, o programa é otimista, pois afirma que as pessoas precisam ser inclusas na sociedade, traz à tona uma discussão de afirmação e toma posição em defesa dos deficientes.

Os falantes são integrantes da igreja e se posicionam em seus campos de ação, com o locutor/entrevistador se portando como autoridade; já a deficiente se revela militante nos temas referentes a esta minoria.

Dentre as categorias de análise, a que chama atenção em específico é o comentário realizado pelo apresentador após uma ouvinte deixar recado para a convidada do debate no número do WhatsApp da emissora.

Nestas espécies de participação, é de praxe os ouvintes deixarem nome e bairro/cidade de onde falam. Na Unidade de Análise selecionada a ouvinte diz ser da cidade de Bela Vista de Goiás e o apresentador elogia o prefeito do município, Eurípedes do Carmo, que é membro da mesma igreja e irmão do presidente da igreja Assembleia de Deus, Oídes do Carmo.

Apresentador Luiz Alberto - Neuza Ferreira, de Bela Vista de Goiás, passei suas palavras de incentivo e seus elogios aos convidados. Muito obrigada, querida. Um abraço para o Euripão, prefeito de Bela Vista de Goiás, que é gente boa da melhor qualidade.

O apresentador, ao tratá-lo pelo apelido “Euripão”, mostra intimidade e os adjetivos utilizados para caracterizá-lo revelam uma aprovação ao político da instituição.

Eurípedes do Carmo, do PSC, foi prefeito de Bela Vista por dois mandatos. Nas eleições de outubro de 2016, ele apoiou a candidatura de Leonardo Guimarães Silva (PSDB), com apoio do PSC, PEN, PSB, PT do B, PPS, PSL, PSD e PHS.

A inserção da referência ao conteúdo do programa ocorre no final, quando o locutor abre espaço para a participação dos ouvintes. Observa-se que existe uma tendência sistemática da emissora em elogiar a administração de Eurípedes, inclusive com a divulgação de uma suposta pesquisa de desempenho, em que ele teria 70% de aprovação em seu segundo mandato.

Também se pode observar nesta fala sinais de alinhamento, em que o locutor ordena na

⁴⁵ Notícias e reportagens, por exemplo, raramente são inseridas durante os debates.

mesma posição, como se fosse obrigatório, a rádio, a igreja e o governo. Desta forma cria uma informação de impacto para a denominação: a de que este alinhamento é bom e benéfico para a coletividade.

5.4 Análise de dados - Áudio 2 – Rádio Paz FM (21/09/2016)

Quadro 3 – Unidade de Análise –Áudio 2 (Luiz Alberto)

Contexto	Programa sobre as mudanças que a Reforma Protestante trouxe
Autor	Luiz Alberto, apresentador e locutor
Matéria	História da Reforma Protestante
Expressões	“O tempo passou e as nações mais desenvolvidas do mundo moderno são de cultura protestante”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	Religião protestante superior às demais
Valoração	(...) “nações mais desenvolvidas do mundo moderno são de cultura protestante”
Autoridade do falante	Locutor do programa
Origem da informação	Resumo da Reforma Protestante
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

O áudio 2 diz respeito também ao programa “Ponto de Vista”. Neste dia, o tema colocado em discussão é “As mudanças que a Reforma Protestante trouxeram para a sociedade atual”. Ao apresentar um breve histórico sobre a Reforma, o locutor Luiz Alberto diz que “as nações mais desenvolvidas do mundo moderno são de cultura protestante”. O apresentador não divulga a origem do dado e continua o programa com a apresentação dos convidados.

O primeiro deles é Luciano Masan, apresentado como coach, sociólogo e conferencista⁴⁶. Professor José Antônio Soares Cavalcanti é o segundo, sendo apresentado como mestre em filosofia política, jurista, teólogo e escritor. E o terceiro participante é o advogado tributarista e pastor Cristóvão do Espírito Santo. Com exceção de Masan, os demais se apresentam em seus currículos como teólogos evangélicos. O início do programa foi utilizado por todos os convidados para teorizar sobre o assunto com citação de personalidades renomadas como Santo Agostinho, Marx e Gramsci.

Quadro 4 – Unidade de Análise – Áudio 2 (professor Cavalcante)

⁴⁶ O evangélico caracterizado como conferencista é membro de uma instituição que discute em lugares fora da igreja assuntos variados sob o ponto de vista bíblico.

Contexto	Programa sobre as mudanças que a Reforma Protestante trouxe
Autor	Professor Cavalcante
Matéria	História da Reforma Protestante
Expressões	“(…) quem é (dos nossos políticos) que tem altivez ética para exigir, para impor condutas éticas a seus próprios colegas?”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	Políticos brasileiros não têm moral
Valoração	Dúvida com relação à moral dos políticos
Autoridade do falante	Convidado especial do programa, mestre, teólogo, etc
Origem da informação	Debate sobre ética e moral
Destino	Todos ouvintes

Produzido pela autora.

Durante o debate um dos convidados, professor Cavalcante, é indagado pelo apresentador para abordar sobre a moral dos políticos atualmente. O convidado responde através de um novo questionamento.

Professor Cavalcante - A crise que o Brasil vive tem uma matriz moral muito grande porque de mamando a caducando dos nossos políticos quem é que tem altivez ética para exigir, para impor condutas éticas a seus próprios colegas?

Quadro 5 – Unidade de Análise – Áudio 2 (professor Cavalcante)

Contexto	Programa sobre as mudanças que a Reforma Protestante trouxe
Autor	Professor Cavalcante
Matéria	História da Reforma Protestante
Expressões	“Não estamos fazendo juízo de valor”, “estados de tradição protestante”, “uma análise racional”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	Estados com tradição protestante respeitam o cidadão
Valoração	Opção pela política inspirada nos valores protestantes e crítica aos católicos
Autoridade do falante	Convidado especial do programa, mestre, teólogo, etc
Origem da informação	Debate sobre ética e moral
Destino	Todos ouvintes

Produzido pela autora.

Uma ouvinte participa da programação através do WhatsApp e diz que tanto os políticos como os cidadãos estão sem ética. Em resposta, o professor Cavalcante ataca o Estado com tradição católica e defende os países com reminiscência protestante. Assim como o locutor Luiz Alberto fez no início do programa, em que diz que “as nações mais desenvolvidas do mundo

são protestantes”, ele apresenta no conteúdo de sua fala elementos para descredenciar a política dos católicos. Para o professor, que a todo tempo embute elementos de autoridade, o melhor exemplo seria o Brasil, que não respeita o cidadão. Observa-se até que ponto o debate religioso na política tem eticidade, pois no discurso abaixo, ao colocar os países protestantes superiores aos católicos, há um conflito entre ética e defesa de interesses. Se na fala anterior o professor Cavalcante trabalha exclusivamente com a ética, aqui já não se pode afirmar. Afinal, é evidente a proteção aos estados protestantes. É possível extrair também uma dualidade entre individualismo e democracia. Entende-se que os estados protestantes privilegiam o indivíduo em detrimento à coletividade, o que distorce o princípio democrático que defende o povo em um todo. Aqui não se aborda os Estados Unidos como país ideal, apesar dele se encaixar na tradição protestante, porém em diversas falas existe uma espécie de idealização dos Estados Unidos, como se este país exemplificasse a forma que Deus faz as coisas.

Professor Cavalcante - O Estado brasileiro não respeita o cidadão. E se alguém pensa diferente, que mostre que respeita na educação, na saúde, na segurança. Como funcionam estruturalmente os estados de tradição protestante e como funcionam os estados de tradição católica? Aqui os ouvintes devem ter claro que nós não estamos fazendo juízo de valor sobre a religião A ou B. Estamos fazendo uma análise despretensiosa, uma análise racional. O estado brasileiro se coloca no centro enquanto que os indivíduos se colocam em torno desse estado para servir a este estado com impostos de tudo quanto é tipo, com o trabalho e o estado não dá o retorno desses impostos. Como funciona um estado de tradição protestante? Quem está no centro é o indivíduo e o estado em torno desse indivíduo desde a estrutura constitucional, a organização das instituições, a atuação do poder público trabalhando para atender os direitos fundamentais, individuais deste ente.

Quadro 6 – Unidade de Análise –Áudio 2 (professor Cavalcante)

Contexto	Programa sobre as mudanças que a Reforma Protestante trouxe
Autor	Professor Cavalcante
Matéria	História da Reforma Protestante
Expressões	“O bom cristão é também um melhor cidadão”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	Cristãos são cidadãos melhores
Valoração	“bom” e “melhor” são inseridos no conteúdo do discurso para apresentar um diferencial entre católicos e protestantes
Autoridade do falante	Convidado especial do programa, mestre teólogo, etc
Origem da informação	Debate sobre ética e moral
Destino	Todos ouvintes

Produzido pela autora.

Com uma fala maior que os demais convidados do programa, o professor Cavalcante defende, a partir de um pensamento de Santo Agostinho, que “o bom cristão é também um melhor cidadão”. De forma sensível, novamente, o professor convidado coloca os cristãos acima dos não cristãos. Cavalcante diz “que a consciência interna promovida pela fé e o comprometimento com o sobrenatural resulta na ideia que aquele que ama a Deus ame seu próximo”. O professor utiliza para exemplificar sua fala sobre o amor ao próximo o que está escrito em 1 João, capítulo 4 e versículo 20 da Bíblia⁴⁷.

O professor entra em uma lide de forma que o debate religioso não age com eticidade, pois o interesse prevalece à ética. Sendo assim, seria mais moral em uma emissora cristã abordar todas as formas religiosas sem preconceito, já que a pluralidade de informações é fundamental para a cidadania. Afinal, estar em uma emissora cristã e colocar os cristãos como superiores aos demais é uma atitude autoritária, desnecessária e prejudicial à sociedade democrática.

Professor Cavalcante – Outra coisa, Agostinho tem uma sentença fantástica. Ele diz assim: o bom cristão é também um melhor cidadão. Por quê? Porque essas consciências internas promovidas pela fé e comprometimento com o sobrenatural resulta na ideia de que aquele que ama a Deus ame seu próximo. Na sentença agostiniana a ideia de ser cristão deveria refletir no âmbito social no sentido de coletividade.

⁴⁷ Se alguém diz: Eu amo a Deus, e odeia a seu irmão, é mentiroso. Pois quem não ama a seu irmão, ao qual viu, como pode amar a Deus, a quem não viu?

5.5 Análise de dados - Áudio 3 – Rádio Paz FM (22/09/2016)

Quadro 7 – Unidade de Análise –Áudio 3 (Pastor Adilson)

Contexto	Debate sobre o fato de o crente votar em crente
Autor	Pastor Adilson
Matéria	Irmão vota em irmão?
Expressões	“Tem família”, “é crente”, “tem um bom testemunho de vida”, “pessoa correta”, “como uma atalaia”
Forma	Opinião
Tomada de posição	Em defesa do irmão da igreja ter espaço na esfera política
Valoração	É justo apoiar os candidatos das igrejas
Autoridade do falante	Pastor de grande influência na igreja
Origem da informação	Participação do pastor Adilson
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

O áudio 3 foi também extraído do programa “Ponto de Vista”, que reuniu novamente pessoas de diversas origens profissionais para tratar de questões políticas sob o viés da necessidade ou não do irmão votar em irmão em um processo eleitoral. O assunto voltará a ser abordado da mesma forma nos dias que antecedem as eleições, que revela, com a ação, um interesse na intensidade de exposição temática.

No dia do programa foram convidados para participar um advogado tributarista, pastor Cristovão Espírito Santo (Igreja de Cristo); Lucas Fernandes, advogado tributarista; pastor Adilson, da Assembleia de Deus (Vila Boa), e membro do Conselho Político do Campo de Campinas.

A discussão segue em torno da espécie de político que as igrejas desejam e da necessidade de se discutir sobre política nas igrejas, sem que alguns membros rejeitem o assunto. Durante a programação, todos os entrevistados defendem que a igreja deve, necessariamente, discutir sobre política e ter candidato. Todavia, ouvintes que participaram da programação mostraram discordância da fala dos participantes.

Pastor Adilson - Tem uma pessoa que passou por tudo. Tem família, é crente, tem um bom testemunho de vida e nós colocamos essa pessoa. O nosso pastor presidente faz uma reunião e é colocado em votação. Essa pessoa tem todas essas qualidades. Vamos apoiar? Aí nós colocamos a pessoa correta para defender, para estar lá como uma atalaia não só do campo que o elegeu, mas do segmento evangélico.

A discussão é de formato opinativo, com repetição frequente deste argumento ao longo de todo conteúdo, o que comprova a veemência dos participantes em comunicar tal necessidade política. Os debatedores exploram um motivo explícito, que é sintetizado por meio da participação do pastor Adilson. Ele trata do tema de forma procedimental: a pessoa deve corresponder a uma série de atributos que depois será julgado pelo pastor presidente da entidade e, por fim, assumirá a função de uma “atalaia”, termo bíblico que aparece, por exemplo, no livro de Ezequiel⁴⁸.

A ideia de instrumentalização da pessoa escolhida pela igreja também é notada, visto que o objetivo não é simplesmente ter alguém que represente a igreja. Na verdade, a pessoa selecionada é utilizada como meio ou instrumento para atingir os fins específicos determinados pela instituição religiosa.

Quadro 8 – Unidade de Análise – Áudio 3 (Ouvinte Ivani Moraes/pastor Adilson)

Contexto	Debate sobre o fato de o crente votar em crente	
Autor	Ouvinte e Pastor Adilson	
Matéria	Irmão vota em irmão?	
Expressões	Ouvinte Ivani Moraes: “Caráter” e “não importa quem”	Pastor Adilson: “pessoa lá de dentro”, “agora é tempo de política”, “Em defesa do irmão da igreja ter espaço na esfera “Nós precisamos ter uma representação”,
Forma	Opinião	
Tomada de posição	Ouvinte Ivani Moraes apresenta ideia geral de representatividade	Pastor Adilson é incisivo, peremptório e decisivo na defesa do voto no “irmão”
Valoração	Ouvinte Ivani Moraes: não importa quem	Pastor Adilson: É certo apoiar os candidatos das igrejas
Autoridade do falante	Ouvinte e Pastor com grande liderança dentro do campo	
Origem da informação	Comentário de ouvinte	
Destino	Todos os ouvintes	

Produzido pela autora.

Observa-se que neste áudio selecionado, do mesmo programa “Ponto de Vista”, o

⁴⁸ Ezequiel 33:6: “Mas, se quando o atalaia vir que vem a espada, e não tocar a trombeta, e não for avisado o povo, e a espada vier, e levar uma vida dentre eles, este tal foi levado na sua iniquidade, porém o seu sangue requererei da mão do atalaia”.

conteúdo exposto oferece um recurso de intensidade por conta do pastor Adilson, que reitera por duas vezes que não basta votar em quem tem caráter: o voto deve ser depositado no representante da igreja. “Eu quero esclarecer” significa, a partir do uso de paráfrase o mesmo que “deixar claro”. O pastor faz uso da linguagem para exprimir que é preciso atentar para quem é a pessoa indicada pelo pastor presidente Oídes:

Apresentador Luiz Alberto – Aqui pelo WhatsApp, Ivani Moraes: Áudio da Ivani Moraes – Boa tarde, Luiz Alberto! Eu acho que a gente tem que votar em quem tem caráter, não importa quem. E eu acho que não tem nada a ver esse problema de política na igreja. A igreja é um lugar como qualquer outro.

Luiz Alberto – Pastor Adilson, ela coloca duas questões e a primeira diz: não importa de onde é, o que importa é o caráter.

Pastor Adilson – Eu quero esclarecer o seguinte: quando nós vamos citar o nome de uma pessoa do campo de Campinas, indicada pelo nosso pastor presidente Oídes, nós precisamos que seja uma pessoa lá de dentro. E ele falou uma coisa muito verdadeira, há tempo para tudo e agora é tempo de política. Nós não estamos aqui há quatro anos falando de política. De forma alguma. Quando chega há um mês e essa campanha está bem curta, nós falamos de política com muito respeito, não tá sendo agressivo em cima do povo, porque nós respeitamos. A última vez que eu falei, foi depois do culto, aí que teve uma reunião. Então, nós precisamos de um representante para uma hora a gente chegar e dizer: agora eu preciso que você vá lá defender essa causa. Você tem que ir lá. Nós temos 450 igrejas e tem uma perseguição muito grande. Hoje para nós construirmos aqui no município de Aparecida, nós temos que pedir permissão para o vizinho da frente, de trás, dos lados para abrir uma igreja. Você abre um bar, uma boate ou uma casa de show e você não precisa disso. Nós precisamos ter uma representação dentro das Câmaras para irmos atrás e pedirmos os serviços, por exemplo, vai lá irmão, defende a causa honestamente. Não é porque é honesto e estará nos representando. Não, nós temos que colocar uma pessoa que temos o controle para pedir e ter o feedback.

Não restam dúvidas quanto a categoria referente a apreciação sobre a tomada de posição: o candidato é indicado pela igreja e não basta ter caráter, pois é preciso votar no que representa a igreja: o conteúdo “Não é porque é honesto e estará nos representando” reforça a reflexão “nós precisamos que seja uma pessoa lá de dentro”, que abre a nova participação do pastor Adilson.

O conteúdo da manifestação do pastor é explícito quanto ao verbo “controlar”, no sentido parafrástico “feedback”.

A democracia é desfacelada a partir do momento que a denominação quer um representante para ser dominado pela instituição: coloca-se uma pessoa que se tem o controle para pedir, por exemplo, a permissão para construir uma igreja, para não ter que pagar imposto, para não ter que diminuir os decibéis do som do louvor. Ou seja, a igreja tem um interesse específico. O debate ético que percorre alguns discursos é desmoronado neste. Em nenhum momento se analisa o direito do outro, da cidadania e da regra democrática.

Quadro 9 – Unidade de Análise – Áudio 3 (pastor Cristovão)

Contexto	Debate sobre o fato de o crente votar em crente
Autor	Cristovão do Espírito Santo
Matéria	Irmão vota em irmão?
Expressões	“uma nação para Jesus Cristo”, “a política era feita”, “não tem como desvencilhar”, “precisamos discutir a política”, “ideologia de gênero”, “Meu filho tem um ano que está estudando a cultura indígena e negra”
Forma	Opinião
Tomada de posição	Cristovão do Espírito Santo se coloca frontalmente favorável ao fato da igreja levar para dentro da instituição a discussão política e se posiciona contra questões como ideologia de gênero e estudos de culturas indígenas e negras.
Valoração	Pastor Cristovão: tem que votar em irmão (faço de suas palavras as minhas)
Autoridade do falante	Pastor e advogado
Origem da informação	Comentário de ouvinte (Edite)
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

Cristovão do Espírito Santo - Irmã Edite, faço de suas palavras as minhas e acrescento o seguinte: os Estados Unidos foram formados a partir de cem famílias que chegaram em um barquinho chamado Manflower, aportaram ali fugindo da perseguição religiosa da Europa. Dessas cem famílias, cinquenta morreram no primeiro inverno e milagrosamente os índios ensinaram os outros cinquenta a sobreviver. Eles assinaram um pacto, chamado de Manflower, em que eles disseram que construiriam uma nação para Jesus Cristo. Eles não fizeram isso apenas cultuando a Deus dentro da igreja. Havia as casas paroquiais e nessas casas a política era feita, os representantes eram eleitos. E essa nação se tornou a grande nação do mundo. Então, não tem como desvencilhar o ser humano das duas coisas, pois somos alma, corpo e espírito. Nós precisamos discutir a política com qualidade na igreja. Precisamos trazer pessoas que conheçam as ciências políticas, precisamos entender esses movimentos destrutivos de esquerda em especial o marxismo cultural, o esquerdismo e outros movimentos que estão destruindo os valores judaicos cristãos no mundo inteiro. A Europa é hoje um continente perdido espiritualmente. Nós estamos caminhando na mesma direção das igrejas dos Estados Unidos porque muitas igrejas no auge do avanço da esquerda nesse país se recolheram em muros e não tiveram coragem de apontar os problemas. Essas pessoas estão a cinquenta anos na dianteira. E só agora começamos como igreja a nos despertar para esse fenômeno. Esse tema tem que ser estudado sim! O fiel tem o direito de conhecer isso. Se nós não temos o conhecimento, vamos trazer para a igreja quem tem. Estou falando de discutir ciência política com qualidade. Nossos irmãos têm o direito de ter esse conhecimento. E se o governo não fornece, nós temos que fazê-lo, pois é da nossa responsabilidade. Nós estamos sendo atingidos diretamente como cristãos, basta ver a questão da ideologia de gênero neutra que querem impor aos nossos filhos de escola pública e escola particular. Esse material didático do MEC é um lixo. Eu tenho filho pequeno em escola particular cara, os livros são um lixo, não tem qualidade, mesmo sem coisas que contrariem a minha fé, são pobres. Meu filho tem um ano que está estudando a cultura indígena e negra. Não tem uma referência do cristianismo, uma referência da cultura europeia. Isso está nos livros que são vendidos para nossos filhos e isso tudo é política. Como que nós cristãos vamos omitir em relação a isso? Satanás está colocando suas garras sobre o mundo e nós vamos nos omitir porque não é ético discutir política na igreja? Isso é uma leviandade. Nós temos que discutir, sim, a boa

política para em época de eleição ter o discernimento de fazer boas escolhas. O bom cristão deve votar em outro bom cristão.

O pastor utiliza sua fala para contrapor a política europeia da americana tendo em vista assinalar que existe uma crise do cristianismo e a culpa seria o afastamento dos cristãos da arena política. Para contestar o argumento de que não se deve fazer política no ambiente das igrejas, ele reitera que os Estados Unidos nasceram a partir de uma prática: “Havia as casas paroquiais e nessas casas a política era feita, os representantes eram eleitos”. Ou seja, novamente há uma idealização do Estado americano quando surgem expressões como “nação para Jesus” vinculado aos Estados Unidos. Ao longo da exposição, ele utiliza 11 argumentos para dizer ao fim: “O bom cristão deve votar em outro bom cristão”.

Os argumentos utilizados por Cristóvão são intensos, como quando diz que não se omitirá da discussão política, ainda que tal prática seja considerada antiética: “Satanás está colocando suas garras sobre o mundo e nós vamos nos omitir porque não é ético discutir política na igreja?”. A tensão entre ética e interesse retorna neste trecho do discurso.

Existe um direcionamento político, conservador e de ideologia chamada “de direita” que contrapõe o conhecimento histórico referente às comunidades indígenas e negras ao cristianismo – que é explicitamente colocado em tensão com garantias, direitos individuais e cidadania. O conteúdo da fala é explícito ao apresentar seus polos opostos, realçando aquelas práticas que visam combater com seus representantes.

Quadro 10 – Unidade de Análise – Áudio 3 (advogado e pastor Lucas)

Contexto	Debate sobre o fato de o crente votar em crente
Autor	Pastor Lucas
Matéria	Irmão vota em irmão?
Expressões	“cidadão competente”, “um prefeito que é crente”, “ele revolucionou Bela Vista de Goiás”, “ele é crente, ele é sal e luz”, “cristão temente a Deus”, “competente e temente a Deus”
Forma	Opinião
Tomada de posição	Engajada, já que assume participar da estrutura
Valoração	Pastor Lucas: tem que votar em irmão (faço de suas palavras as minhas)
Autoridade do falante	Pastor e advogado
Origem da informação	Resposta a questionamento
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

A categoria de análise do pastor Lucas é a competência do evangélico. Ele utiliza um

exemplo prático para relatar que o “prefeito crente” é distinto dos demais. Sua tomada de posição é totalmente favorável ao prefeito Eurípedes do Carmo, que é citado, e demais políticos de orientação evangélica. O conteúdo da exposição é afirmativo, momento em que aprova e concorda com a prática de se votar em irmão de igreja.

Há uma negociação de sentidos entre virtude profana e virtude religiosa. Essa relação se dá, por exemplo, na afirmação: “(...) mas a primeira qualidade dele não é ser crente, ele é competente”. Quando se discute que é bom que o representante seja crente, há uma tendência para o lado religioso. E ao declarar que também é competente, o lado pende para o profano. O ser competente é o argumento utilizado para além da religião. Habermas discute que o religioso trabalha com essa negociação de sentidos o tempo todo quando vai à esfera pública. Ou seja, o religioso busca argumentos que não são da esfera religiosa para convencer.

Lucas – Quero trazer um exemplo prático desse cidadão competente: eu trabalho na prefeitura de Bela Vista de Goiás. Sou advogado e presto serviço para aquela cidade até o final do ano agora. Lá tem um prefeito que é crente, mas a primeira qualidade dele não é ser crente, ele é competente. Ele tem qualidade suficiente para ser gestor daquela cidade, ele revolucionou Bela Vista de Goiás. Se tivesse terceiro mandato, o prefeito Eurípedes do Carmo estaria reeleito. Nós temos uma pesquisa que foi feita na semana passada, que ele está com 75% de aprovação faltando três meses para acabar o segundo mandato. Então, ele é crente, ele é sal e luz. Mas ele é competente, sabe fazer as coisas e anda para frente. Não tem caráter perseguidor, pois faz para todos. Pergunte o pessoal de Bela Vista de Goiás que você terá essa percepção de como foi a administração de um cristão temente a Deus. Até porque 90% dos brasileiros são cristãos. Agora é competente e temente a Deus?

Quadro 11 – Unidade de Análise – Áudio 3 (apresentador Luiz Alberto)

Contexto	Debate sobre o fato de o crente votar em crente
Autor	Luiz Alberto
Matéria	Irmão vota em irmão?
Expressões	“Tivemos um exemplo”, “Senador Canedo”, “administração que revolucionou a cidade”
Forma	Opinião
Tomada de posição	Provocação para ouvinte
Valoração	Luiz Alberto: tem que votar em irmão (faço de suas palavras as minhas)
Autoridade do falante	Evangelista e apresentador
Origem da informação	Fechamento do discurso de Lucas
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

No mesmo programa sobre “Irmão vota em irmão?”, o apresentador Luiz Alberto usa o

microfone deliberadamente, sem que o tema estivesse em pauta, para falar das eleições que ocorreriam em Goiânia e sobre uma alternativa. Ele muda o assunto abordado e insere, na esteira da discussão sobre competência de evangélicos, uma referência velada ao então candidato Vanderlan Cardoso⁴⁹, cuja esposa tem um programa na mesma emissora, a missionária Isaura Cardoso.

A opinião é de ampla intensidade, pois o apresentador faz uso da expressão “revolucionou a cidade”. O conteúdo da frase demonstra uma má formação (“pergunte como a administração que revolucionou a cidade”), mas com nítido interesse em reforçar a competência do gestor que cuidou de Senador Canedo no passado.

Luiz Alberto – Tivemos um exemplo aqui em Senador Canedo alguns anos atrás. Tem um candidato hoje em Goiânia que já foi prefeito em Senador Canedo, pergunte como a administração que revolucionou a cidade.

Quadro 12 – Unidade de Análise – Áudio 3 (pastor Adilson)

Contexto	Debate sobre o fato de o crente votar em crente
Autor	Pastor Adilson
Matéria	Irmão vota em irmão?
Expressões	“nós temos que ser obedientes”, “quando é colocado um candidato com cobertura espiritual”, “o líder orou”, “e fazer o que nosso líder maior está pedindo”, “em nosso campo temos mulheres de Deus que estão se candidatando”, “prefeitura”, “homens de Deus, têm pessoas novas com um pensamento”
Forma	Opinião
Tomada de posição	Em situação de campanha, com clara indicação de que existem “mulheres” e políticos “pessoas novas”
Valoração	É justo e certo: crente deve votar em quem o líder decidiu
Autoridade do falante	Pastor e advogado
Origem da informação	Considerações finais em debate
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

Neste áudio em destaque, o pastor Adilson é chamado a se despedir e arremata detalhadamente, nos limites da legislação eleitoral, que o crente precisa votar em gente da igreja e que existem “mulheres” no campo da Assembleia, além de um candidato “novo” que “tem

⁴⁹ Vanderlan Cardoso (PSB) perdeu as eleições de 2016 para Iris Rezende (PMDB) no segundo turno. Durante a campanha se apresentou como novo e moderno em contraposição a Iris Rezende, que investiu na imagem de político experiente.

condições de fazer a diferença” na prefeitura de Goiânia.

A candidata Leia Klébia⁵⁰ (PSC), esposa do pastor Jorge Pereira, da Igreja Assembleia do Campo de Campinas, localizada no Jardim Mirabel, foi a escolhida para disputar as eleições de 2016. Nos bastidores, o então vereador que representava a Assembleia de Deus era o pastor Deivison Costa (PT do B), filho do pastor João da Costa, que já ocupou a vice-presidência da igreja. Ele não recebeu apoio da igreja e abriu mão de disputar a reeleição, se rebelando e aliando ao PT na disputa para a Prefeitura de Goiânia como candidato a vice-prefeito. Apesar do pastor Adilson falar em “outras mulheres” candidatas, naquele pleito, só concorreu Leia Klébia.

O sentido da obediência é acrescido de argumentos não religiosos, como o crescimento da cidade, por exemplo. O interesse religioso e não religioso se faz presente com o objetivo de legitimar, porque se subentende que o argumento só religioso não legitima completamente o candidato.

Pastor Adilson - Quero agradecer pelo convite e agradecer pela vida do pastor Lucas e do pastor Cristóvão. Eu quero dizer para os amados ouvintes que quando é colocado um candidato com cobertura espiritual, o líder orou, pesquisou e fez um trabalho. E nós temos que ser obedientes e fazer o que nosso líder maior está pedindo. Vamos colocar homens e mulheres que farão a diferença em defender a causa nossa. Eu quero que você esteja orando e pedindo a Deus, principalmente em nosso campo temos mulheres de Deus que estão se candidatando. E que você também possa estar fazendo isso na prefeitura porque temos aí homens de Deus, tem pessoas novas com um pensamento bom pra dar continuação ao crescimento da cidade de Goiânia que está muito abandonada. Nós precisamos fazer algo novo e tem homens aí que tem condições de fazer a diferença. Que Deus abençoe e obrigada por tudo.

Quadro 13 – Unidade de Análise – Áudio 3 (pastor Cristóvão)

Contexto	Debate sobre o fato de o crente votar em crente
Autor	Cristóvão do Espírito Santo
Matéria	Irmão vota em irmão?
Expressões	“estudar o assunto”, “voto é o coroamento”, “processo de despertamento”, “palavra de Deus”, “a verdade vai nos libertar”, “temos que conhecer a verdade”
Forma	Opinião
Tomada de posição	Favorável a que os crentes votem em irmão e que aceitem as discussões de política no âmbito da igreja
Valoração	Votar é despertar. A palavra de Deus diz que se conhecer a verdade é se libertar

⁵⁰ A candidata foi eleita em 2016 com 3.367 votos.

Autoridade do falante	Pastor e advogado
Origem da informação	Considerações finais em debate
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

Pastor Cristovão - Nós precisamos estudar o assunto, pois o voto é o coroamento de um processo de despertamento. A palavra de Deus fala que se conhecermos a verdade ela vai nos libertar e nós temos que conhecer a verdade em um todo.

Como se percebe na exposição de Cristovão, existe um vínculo direto entre voto e conversão: o voto é o coroamento, o momento, enfim, que acontece o despertamento do crente. Assim, votar certo, com a verdade da igreja, é conhecer a verdade de Cristo. Não se discute aqui a binariedade da salvação, boas obras/fé, mas o voto certo, que liberta.

5.6 Análise de dados – Áudio 4 – Rádio Difusora (26/09/2016)

Quadro 14 – Unidade de Análise – Áudio 4 (Laerte Júnior)

Contexto	Alto índice de indecisos nas eleições
Autor	Apresentador Laerte Júnior
Matéria	Pessoas indecisas com o voto
Expressões	“Parece que está com dificuldade de saber em quem votar”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	“Eu tenho minhas preferências e cada um precisa ter a sua”
Valoração	“Não posso”
Autoridade do falante	Apresentador do programa
Origem da informação	Aumento dos indecisos
Destino	Todos ouvintes

Produzido pela autora.

No programa “Café da Manhã”, da rádio Difusora, acontece uma simbiose de jornalismo com opinião. As notícias são apresentadas pelo locutor enquanto o padre Jesus Flores realiza comentários, no entanto, os apresentadores também emitem opiniões. Uma das pautas discutidas neste programa abordou o número de eleitores que não sabia em quem votar. O apresentador, Laerte Júnior, disse que muitas pessoas chegam até ele perguntando em quem devem votar. Mas foi enfático ao dizer que não pode indicar alguém.

Laerte Júnior - Eu sempre falo assim: não posso dizer para o senhor em quem votar. Teve uma pessoa que chegou a trazer um papelzinho aqui dizendo que não sabia em quem votar e pediu para eu falar, mas não posso falar. Eu tenho minhas preferências

e cada um precisa ter a sua. Parece que até hoje o eleitor está indeciso. Parece que está com dificuldade de fazer esse discernimento para saber em quem votar.

O apresentador Laerte Júnior, antes de falar que não poderia indicar ninguém, disse que o fato dele estar na rádio em um programa jornalístico faz com que as pessoas tenham interesse em saber seu voto. Em seguida, solicita a participação do padre Jesus Flores para comentar a indecisão das pessoas. Há uma renúncia a influência do voto.

Quadro 15 – Unidade de Análise – Áudio 4 (padre Jesus Flores)

Contexto	Utilização das redes sociais para fazer campanha
Autor	Comentarista padre Jesus Flores
Matéria	Redes sociais nas campanhas eleitorais
Expressões	“Não compartilho nem curto porque não estou interessado em ajudar nenhum candidato”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	“Não estou interessado em ajudar nenhum candidato”
Valoração	“Não faço campanha nenhuma”
Autoridade do falante	Comentarista do programa
Origem da informação	Debate sobre as campanhas eleitorais nas redes
Destino	Todos ouvintes

Produzido pela autora.

Ao ser questionado pelo apresentador sobre o uso das redes sociais nas campanhas, padre Jesus Flores explica que o panfleto é caro e se for jogado na rua o candidato ainda pode ser punido. Também diz sobre o alcance das redes sociais, que é maior em comparação a outros dispositivos comunicacionais. A partir do seu comentário, padre Jesus Flores coloca sua posição sobre as campanhas realizadas em rede.

Padre Jesus Flores - No meu caso, não faço campanha nenhuma, não compartilho nem curto porque não estou interessado em ajudar nenhum candidato, inclusive tenho muitos amigos candidatos. Eu não tenho nada com partido político, nunca me filiei e não tenho compromisso com ninguém.

A tomada de posição do padre se assemelha a do apresentador Laerte Júnior. Se foi decisivo ao afirmar que não poderia dizer em quem as pessoas deveriam votar, o padre Jesus Flores teve sua posição definida ao colocar que mesmo tendo muitos amigos candidatos, não estava interessado em ajudar nenhum. Em outro trecho o padre intensifica sua afirmação de que não estava aliado à política.

5.7 Análise de dados - Áudio 5 – Rádio Difusora (29/09/2016)

Quadro 16 – Unidade de Análise –Áudio 5 (padre Jesus Flores)

Contexto	Comentário sobre a reta final da campanha política
Autor	Comentarista padre Jesus Flores
Matéria	Reta final da campanha eleitoral
Expressões	“(…) não estou torcendo por nenhum político. O jogo está jogado.”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	“(…) não estou torcendo por nenhum político.”
Valoração	Sem apoio a qualquer candidato
Autoridade do falante	Comentarista do programa
Origem da informação	Discussão sobre a última semana de campanha
Destino	Todos ouvintes

Produzido pela autora.

A dois dias das eleições a pauta discutida no programa diz respeito a atuação dos candidatos. Após comentar a realidade da campanha política com as novas regras estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), padre Jesus Flores enfatizou que não apoia nenhum candidato. Seu discurso com o objetivo de manter distância dos pretendentes e da política se manteve durante todos os áudios selecionados. A temática é profana durante todo discurso não havendo uma vinculação entre religião e política. Quando o padre tece seus comentários, é um comentarista político como qualquer outro. O fato dele ser padre não interfere no discurso.

Padre Jesus Flores – Nessa eleição os recursos foram poucos, ninguém pôde gastar como antes com quantidades absurdas de cabos eleitorais balançando bandeiras em todas as esquinas da cidade, cavaletes e todos os canteiros, santinhos esparramados em todas as ruas, programas de rádio e televisão produzidos de uma forma caríssima. Nessa eleição não houve nada disso. Tudo foi produzido de uma forma mais simples possível, com o mais barato e com político tirando dinheiro do próprio bolso. Com uma campanha pobre vamos ver o resultado no próximo domingo. Saber quem é quem nessa história. Por mais que não esteja torcendo por nenhum político, o jogo está jogado. Agora é só esperar o resultado. Domingo a coisa já estará resolvida.

5.8. Análise de dados - Áudio 6 – Rádio Fonte FM (30/09/2016)

Quadro 17 – Unidade de Análise – Áudio 6 (apresentador Robson Alves)

Contexto	Comentário sobre em quem votar
Autor	Apresentador Robson Alves
Matéria	Conselhos para o eleitor analisar os candidatos
Expressões	“Verifiquem os candidatos à reeleição”, “é evangélico ou não”, “pedir para você”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	Analisar perfis, não anular
Valoração	“analise bem os candidatos”
Autoridade do falante	Apresentador do programa
Origem da informação	Conselhos para votar no domingo de eleição
Destino	Todos ouvintes

Produzido pela autora.

A rádio Fonte FM, como já informado anteriormente, não possui programas específicos de jornalismo e de opinião. As notícias são inseridas no decorrer da programação pelos locutores. A opinião dada neste áudio ocorreu durante um programa musical. Apesar do apresentador apenas aconselhar sobre o voto, citações sensíveis são perceptíveis a partir do histórico da igreja proprietária da rádio que teve candidato à reeleição. Neste caso, o ex-vereador Dr. Gian. O comentário também não está totalmente isento quando o apresentador pede para analisar se o candidato é evangélico ou não.

E mais uma vez é possível perceber o arrazoado religioso e não religioso para legitimar o discurso utilizado. Afinal, saber o que o candidato fez nos últimos quatro anos é algo independente da religião. Logo, o candidato precisa ser religioso e ao mesmo tempo fazer ações “para além da religião”.

Apresentador Robson Alves – Não esquece que neste domingo teremos o processo democrático em que vamos escolher nossos representantes: vereadores e prefeitos. Eu quero realmente pedir para você que analise bem os candidatos, por exemplo, se é evangélico ou não. Alguém pode dizer: Ah, mas eu não vou votar em ninguém. Vou anular tudo. Deixa eu te falar um negócio, não faça isso. É importante que você vote. É importante que você analise seu candidato e que você realmente se lembre em quem votou para poder cobrar depois. Na propaganda eleitoral e no plano de governo consta o que cada prefeito irá fazer. Vocês devem estar cientes para depois cobrar. Pesquisem bem a vida do candidato que vocês escolheram. (...) Verifiquem os candidatos à reeleição. O que esse candidato fez nos últimos quatro anos?

5.9 Análise de dados - Áudio 7 – Rádio Paz FM (30/09/2016)

Quadro 18 – Unidades de Análises – Áudio 7 (Luiz Alberto)

Contexto	Programa sobre “irmão vota em irmão?”
Autor	Luiz Alberto, apresentador e locutor
Matéria	Abertura com citação de pensamento sobre política sem revelar autor, que é ateu
Expressões	“Analfabeto político”, “burro”, “se você não tem essa compreensão”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	Apresentação de fatos, identificação de polissemia acentuada
Valoração	Apresentação de linguagem subliminar, com duas contradições: expor quem é analfabeto político, o categorizando como burro, e questionar como o cristão ter consciência
Autoridade do falante	Locutor do programa
Origem da informação	Abertura do programa através da leitura de “O Analfabeto político”, de Bertold Brecht, sem revelar a fonte e posição filosófica do autor
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

O áudio 7 refere-se ao programa opinativo “Ponto de Vista”, que é veiculado de segunda a sexta-feira, das 12h às 13h30. A presente análise de conteúdo flagrou desta vez uma repetição do mesmo debate realizado anteriormente: “Irmão vota em irmão?”.

Dessa vez, o programa traz para debaterem o assunto o prefeito de Bela Vista, Eurípedes do Carmo, e seu irmão e presidente da igreja Assembleia de Deus, pastor Oídes do Carmo. No mesmo encontro, a produção convidou o pastor Josué Gouveia, ex-vereador e pastor presidente da Assembleia do Campo da Vila Nova.

O programa em seu âmbito geral é aguerrido e enérgico na defesa de que o “irmão deve votar em irmão”. Todos os falantes são integrantes da igreja e se colocam frontalmente favoráveis ao fato de que a denominação deve ter representantes eleitos.

De forma proposital (apesar dos programas acompanhados durante a pesquisa, em sua maioria, trazerem ataques ao que chamam de “marxismo cultural”), o “Ponto de Vista” começa com uma reflexão clássica do ateu Bertold Brecht bastante popular e que trata do analfabeto político. O apresentador não dá créditos à reflexão, mas utiliza o “pensamento” para expressar que o “analfabeto” que não gosta de política é “burro”. Trata-se de conteúdo com amplas possibilidades de estudos referentes ao discurso, já que utiliza-se de várias expressões e jogos de palavras e frases para introduzir o tema principal: “Irmão vota em irmão?”. O ator religioso utiliza o texto não religioso de Bertold Brecht para legitimar o discurso religioso, porque não

está falando apenas para um público de igreja, mas para um público em geral.

O que o locutor considera como consciência política e cidadania dentro do discurso proferido é votar no irmão, como se tal afirmação fosse verdadeira. Mas é assim que se observa o modo como eles constroem o pensamento de cidadania, democracia e política. O narrador capta para dentro o conceito, modifica o sentido das palavras para dar a impressão de que sua afirmação é correta.

Luiz Alberto - Olá, boa tarde! Hoje o tema do nosso programa Ponto de Vista é: irmão deve votar em irmão? E hoje a bancada está recheada, pastor Oídes José do Carmo, nosso pastor presidente, pastor Josué Gouveia, pastor presidente do Ministério Vila Nova, pastor Eurípedes do Carmo, prefeito de Bela Vista de Goiás e você pode discutir com a gente pelo WhatsApp a partir de agora 81542638. Você acha que irmão deve votar em irmão? A gente começa com o seguinte pensamento: o pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, não participa dos acontecimentos políticos, não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato, do remédio e depende das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. E aproveito a brecha para dizer: como desenvolver a consciência política se você não tem essa compreensão da complexidade? Agora a gente pergunta: Como desenvolver a consciência política no meio cristão? Como despertar os valores de cidadania? Você acha que cristão deveria votar em cristão, que irmão deveria votar só em irmão? Estes e outros assuntos a partir de agora no Ponto de Vista da sua Paz FM.

Quadro 19 – Unidade de Análise – Áudio 7 (Luiz Alberto)

Contexto	Programa sobre “irmão vota em irmão?”
Autor	Luiz Alberto, apresentador e locutor
Matéria	Comentário de Luiz Alberto para esclarecer ouvintes
Expressões	“Irmão é um termo genérico”, “irmãs”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	Esclarecimento de que quando fala de irmão também significa irmã
Valoração	Precaução com a comunicação, para esclarecer possíveis confusões do Ouvinte
Autoridade do falante	Locutor do programa
Origem da informação	Esclarecimento após falar várias vezes a palavra “irmão”
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

O áudio 7 traz vários esclarecimentos ao longo do programa do apresentador para os ouvintes: ao falarem “irmão” o termo também abrange “irmã”. O apresentador se coloca como dentro do segmento evangélico ao usar a expressão “nós” temos candidatos, reafirmando que as igrejas e mídias têm representantes que disputas as eleições.

Luiz Alberto - Irmão é um termo genérico, pois nós temos candidatos e candidatas no Estado de Goiás e em todo Brasil, tanto para prefeito como para vereador temos

prefeitas e vereadoras também concorrendo.

Quadro 20 – Unidade de Análise – Áudio 7 (Luiz Alberto)

Contexto	Programa sobre “irmão vota em irmão?”
Autor	Luiz Alberto, apresentador e locutor
Matéria	Alerta aos ouvintes
Expressões	“nosso programa é livre”, “democrático”, “em respeito às leis vigentes do TRE”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	Apresentação de fatos, identificação de polissemia acentuada
Valoração	Apresentação de informações referentes ao jogo eleitoral e como a mídia pode participar
Autoridade do falante	Locutor do programa
Origem da informação	Comentário
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

O áudio 7 traz outra importante informação de conteúdo: o comando do programa sabe que não pode citar nomes de candidatas. Por isso evita apresentá-los e faz questão de ressaltar aos ouvintes que não os citem também. É uma restrição legal, que em outros discursos de outras denominações é infringido.

Luiz Alberto - Vou passar agorinha a pergunta da Edileuza para nossos convidados, mas antes quero dizer ao ouvinte que você ao participar pode dar opinião como quiser, pois nosso programa é livre e democrático. Só peço que por questão eleitoral, em respeito às leis vigentes do TRE, não cite nome de candidatas.

Quadro 21 – Unidade de Análise – Áudio 7 (Luiz Alberto)

Contexto	Programa sobre “irmão vota em irmão?”
Autor	Pastor Oídes
Matéria	Quantidade de candidatos evangélicos
Expressões	“tem o interesse de eleger seus representantes”, “povo de Deus precisa ser representado nos parlamentos”, “defesa da família”, “divide demais os votos”, “influência de liderança”.
Forma	Opinativo
Tomada de posição	Reforço de proposição
Valoração	É preciso lançar candidaturas e costuma dar certo a orientação do líder
Autoridade do falante	Pastor, presidente da Assembleia de Deus e responsável pela emissora

Origem da informação	Intervenção para reforçar o que foi dito por outro pastor quanto a divisão dos votos
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

O pastor Oídes reforça as mensagens anteriores com a assertiva de que a igreja é uma instituição e pode, sim, apresentar nomes para a disputa eleitoral. O presidente da Assembleia de Deus do Campo de Campinas diz que costuma dar certo sua orientação de voto e arremata com um dos argumentos que mais se repetem ao longo da programação diária da rádio Paz: “O povo de Deus precisa ser representado nos parlamentos”. O direito da representação é visto como obrigação de obediência aos interesses da igreja.

Pastor Oídes – Sobre este aspecto, quero esclarecer o seguinte: a igreja é um segmento organizado da sociedade. E a igreja graças a Deus se coloca como uma instituição ainda respeitada. Lógico que todo segmento organizado ele tem o interesse de eleger seus representantes. Então, o povo de Deus precisa ser representado nos parlamentos também. Aí você coloca alguém afinado com a aprovação cristã, com a defesa da família, com os princípios nossos... Mas se pulverizarmos muito se houver esse exagero nas candidaturas, a gente acaba não tendo representação, porque divide demais os votos desse segmento e fica sem representação. Agora a candidatura é legítima. Nós estamos em uma democracia. Você exerce influência de liderança mostrando o caminho e ele segue ou não. Graças a Deus a maioria das vezes as pessoas entendem a necessidade que nós temos e respondem positivamente.

Quadro 22 – Unidades de Análises – Áudio 7 (Pastor Oídes)

Contexto	Programa sobre “irmão vota em irmão?”
Autor	Pastor Oídes
Matéria	Continuidade
Expressões	“tomara que seja uma sucessão mesmo”, “a política não é corrompida”, “temos que eliminar esses tolos da vida pública”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	Estratégia para tratar das eleições em Bela Vista
Valoração	Torcer por sucessão com político honesto para não desfazer o trabalho do irmão
Autoridade do falante	Pastor, presidente da Assembleia de Deus e responsável pela emissora
Origem da informação	Intervenção para reforçar o que foi dito por outro pastor quanto a divisão dos votos
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

No áudio selecionado, o pastor Oídes reforça que o futuro prefeito de Bela Vista siga os projetos do atual gestor, pastor Eurípedes do Carmo, seu irmão. Em referência a discussões sobre corrupção na política, tratadas anteriormente, ele reforça que a política não é corrompida,

mas as pessoas que são colocadas para gerir.

Pastor Oídes - Por exemplo, chega outro prefeito em Bela Vista que irá suceder, e tomara que seja uma sucessão mesmo dos projetos que tem lá, e vai cuidar de algo que o prefeito não teve tempo nem recurso para cuidar. Eu ouvi o pastor Lourival dizer uma frase assim: a política não é corrompida, os tolos é que a corrompem. Nós temos que eliminar esses tolos da vida pública. Graças a Deus o Brasil tem sido passado a limpo e tem que continuar assim pra gente amanhã ter uma cidade onde as pessoas tenham orgulho de viver.

Quadro 23 – Unidade de Análise – Áudio 7 (Pastor Oídes)

Contexto	Programa sobre “irmão vota em irmão?”
Autor	Pastor Oídes
Matéria	Rebater acusação de Arnaldo Jabor de que Brasil sai do bolivarianismo para o fundamentalismo político
Expressões	“não tem projeto político”, “Quem tem projeto são os partidos”, “projeto de reino”, “A gente tem um projeto de ter representantes nas esferas de poder”, “um evangélico no Rio vai ganhar”, “presidente temente a Deus”, “um descarrego no palácio”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	Frases de conteúdo confuso que ora afirmam que o membro faz política, mas a igreja não.
Valoração	Projeção para futuro, com mais evangélicos na política
Autoridade do falante	Pastor, presidente da Assembleia de Deus e responsável pela emissora
Origem da informação	Comentário de opinião de Arnaldo Jabor, que fez uma comparação com o Estado Islâmico onde quem dirige o Estado são os religiosos. Segundo ele, os evangélicos querem tomar o poder no Brasil.
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

Ao responder o comentário realizado por Arnaldo Jabor, levado para o debate pelo apresentador, Oídes revela uma reflexão, cujo conteúdo reúne a separação do membro e da igreja. “A gente tem um projeto de ter representantes nas esferas de poder”, diz. Antes, todavia, ele disse “quero dizer que a gente não tem projeto político”. Eis a confusão: se a gente “tem projeto de ter representantes nas esferas de poder”, então, “a gente tem projeto político”, pois a política é conquistada através de poder. O pastor fala em “descarrego” no palácio, em uma crença otimista de que um evangélico se elegerá presidente. A ideia que perpassa é a de crentes no poder e não uma teocracia como poder político assumido pela própria igreja. Ele defende que os crentes têm que estar no poder e não um sistema de governo em que o poder político seja fundamentado no religioso. Quando o pastor Oídes fala que tem que ter homens de Deus no poder, ele diferencia o reino de Deus do poder político. Essa relação de sagrado e profano

(reino X poder político) se mostra a partir do momento que Oídes anseia um presidente temente a Deus que chegará ao poder por ser competente. A “competência” é o profano colaborando para a legitimação; e o sagrado assume sua posição no discurso quando explica que o poder da igreja evangélica é tomar o mundo para Cristo com a pregação do evangelho. De forma sensível, o pastor explica que a igreja quer um percurso de cristianização, que bate frontalmente com a cidadania e seus conceitos de liberdade e pluralidade.

Pastor Oídes - Quero dizer que a gente não tem projeto político. Quem tem projeto são os partidos, os políticos... A igreja tem um projeto de reino, de implantar o reino de Deus na terra. Agora, o Arnaldo Jabor vai escrever muitos artigos daqui pra frente porque o segmento evangélico cresce. Mas isso não quer dizer que queremos o poder. Nós já temos o poder. A gente tem um projeto de ter representantes nas esferas de poder. Nunca que o Brasil será igual o Estado Islâmico por causa dos religiosos. Agora religiosos na política vai ter sempre, mas não a instituição igreja. Ela nem aspira isso. Nós sabemos que o Brasil é laico onde a política é separada da religião. O que temos não é a atuação da igreja, mas sim a atuação de membros da igreja que legitimamente são cidadãos dessa pátria e dão sua contribuição. O Arnaldo Jabor está assustado porque um evangélico no Rio vai ganhar, em outro lugar vai ganhar e ele fica com essa história de que a igreja vai tomar o poder no Brasil. Isso não é verdade. Tomara que um dia nós tenhamos um presidente temente a Deus. Vai chegar lá com força própria porque é competente, preparado e chegará com temor de Deus. Fará um descarrego no palácio, fará uma limpeza lá. O Arnaldo Jabor pode ficar descansado porque a igreja evangélica não tem projeto político para tomar o poder no Brasil. Nós queremos tomar o mundo para Cristo com a pregação do evangelho.

Quadro 24 – Unidade de Análise – Áudio 7 (Pastor Josué Gouveia)

Contexto	Programa sobre “irmão vota em irmão?”
Autor	Pastor Josué Gouveia
Matéria	Alertar para não ocorrer divisão de votos dos evangélicos
Expressões	“a gente”, “tomar cuidado”, “estratégia do inimigo”, divide votos e aí nenhum deles ganham”
Forma	Opinativo
Tomada de posição	Pastor é contra muitos candidatos e quer alertar: o “inimigo” é que estrategicamente tenta fazer a igreja dividir seus votos
Valoração	Igreja tem que ter estratégia
Autoridade do falante	Pastor e presidente da Assembleia de Deus (Campo Vila Nova)
Origem da informação	Comentário precede fala de Eurípedes do Carmo sobre motivos que levam igreja a ter muitos candidatos
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

O ex-vereador Josué Gouveia, também pastor e presidente da Assembleia Campo Vila Nova, expõe um pensamento cujo conteúdo é de alerta para que o fiel das assembleias não vote em qualquer candidato de dentro da igreja, mas naquele que tem chances de vencer. Em seu discurso, ele reitera por duas vezes a ação do inimigo na tentativa de dividir votos dos

candidatos evangélicos: “talvez seja estratégia do inimigo” e “Às vezes pode ter essa estratégia do inimigo”.

Pastor Josué – Só complementando aqui, a gente tem que tomar cuidado com esse tanto de candidato, talvez seja estratégia do inimigo. A gente sabe que quando tem muitos candidatos no mesmo segmento aí se divide votos e aí nenhum deles ganham. Na nossa igreja às vezes tem candidato que não tem a mínima chance de ganhar, mas ele tira cem votos e acaba tirando a chance de quem realmente poderia ganhar. Às vezes pode ter essa estratégia do inimigo.

5.10 Análise de dados - Áudio 8 – Rádio Fonte (01/10/2016)

Quadro 25 – Unidades de Análises – Áudio 8 (apóstolo César Augusto)

Contexto	Pedido de voto em transmissão ao vivo
Autor	Apóstolo César Augusto
Matéria	Culto dominical
Expressões	“Só o seu voto não vai nos dar a vitória”, “Ninguém aqui é obrigado a nada”, “Vote no Gian”
Forma	Pedido
Tomada de posição	Reiteração de forma pessimista quanto à disputa eleitoral
Valoração	Súplica aos integrantes da igreja
Autoridade do falante	Pastor e presidente da Igreja Fonte da Vida
Origem da informação	Comentário precede a oração das ofertas
Destino	Todos os ouvintes

Produzido pela autora.

A partir de um discurso entremeado no culto o apóstolo César Augusto decide requerer voto para o genro, então vereador Dr. Gian⁵¹. O pedido ocorre antes da pregação no período subsequente ao pagamento de dívidas e ofertas. A emissora transmite ao vivo o culto noturno de domingo. O conteúdo do discurso combina expressões de otimismo e desconfiança. De desconfiança como: “Só o seu voto não vai nos dar a vitória”. E de otimismo: “Amanhã nós estaremos entre os seis mais bem votados da cidade de Goiânia”. O conteúdo do pedido é intenso ao reiterar e testar a plateia/audiência com a frase: “Posso contar com vocês?”

Durante o culto, a partir do conteúdo selecionado, atesta-se que existe uma predileção para o candidato da família, mas se ignora o pleito para o município. As expressões: “Senhor Jesus nós não fazemos nada sem a direção do senhor” indica que a igreja (nós) tende a seguir a

⁵¹ O candidato não venceu as eleições apesar de ter votos superiores a muitos que se elegeram. Os 5.453 votos conquistados não foram suficientes para sua terceira reeleição.

orientação de Deus e o apóstolo diz acreditar que essa indicação de voto “é a direção do Senhor”. Há um uso explícito do argumento religioso como motivação eleitoral.

Apóstolo César Augusto – Gente, eu preciso de vocês. Posso contar com vocês? Posso mesmo? Posso orar com você Gian? Estendam as mãos para o Gian e repitam comigo: Senhor Jesus nós não fazemos nada sem a direção do senhor. E acreditamos que essa é a direção do senhor. Abençoa esse irmão nosso. Dê a vitória para ele. Em nome de Jesus, amém. Não pensem que nós já ganhamos essa eleição porque nós não ganhamos. Só o seu voto não vai nos dar a vitória. E eu queria te pedir, por favor, que cada um dê cinco telefonemas de hoje para amanhã pra quem você conhece e peça voto para o Gian. Quem vai fazer isso? Levante as mãos. Ninguém aqui é obrigado a nada, mas se você nos ama e ama essa igreja vote no Gian. Esse é um projeto sério. Quem vai fazer cinco telefonemas? Só com seu voto não se ganha essa eleição. Temos que trabalhar. Quem vai trabalhar? Deixa-me ver. Levantem as mãos, por favor. Vamos juntos. Amém, irmãos? Abra a sua bíblia comigo... Amanhã nós estaremos entre os seis mais bem votados da cidade de Goiânia. Mas não se esqueçam de ligar para as pessoas.

5.11 Inferências e interpretações sobre conteúdo

Após a categorização dos conteúdos, pré-análise e operação dos mesmos, com o isolamento das unidades de análises, é possível utilizar os resultados obtidos para compreender se ocorreu, de fato, as hipóteses formuladas no início desta pesquisa. Através das ações de inferência, cuja matriz é a operação intelectual da autora frente às hipóteses e teorias que destacou durante o percurso bibliográfico, busca-se produzir um conteúdo científico que objetive a veracidade e a formulação geral de proposições.

Ao longo da captação de conteúdo ocorreu uma imensa produção de áudios que motivou a seleção da pesquisadora, sem, contudo, exaurir todo o manancial de temáticas e assuntos que apareceram ao longo dos registros. Destaca-se aqui a grande profusão de material que pode suscitar outras formas e modalidades de pesquisa tendo em vista a compreensão das mídias evangélicas em um contexto de discussões políticas.

Naquilo que é referente ao período eleitoral, observa-se um comportamento diferenciado das mídias evangélica e católica. Outro aspecto a ser notado é a diferença de cobertura do evento político entre as próprias emissoras de cunho protestante, com grande realce de umas em relação aos aspectos jornalísticos e outras que passaram completamente alheias ao processo eleitoral. A investigação do conteúdo permitiu observar sensíveis diferenças, principalmente na objetivação midiática tendo em vista a conquista do poder político.

Nas páginas seguintes, observa-se, portanto, os aspectos referentes aos referenciais teóricos e aos fatos suscitados com a produção de hipóteses formuladas no início desta pesquisa

em contraponto aos áudios investigados.

5.11.1 A apropriação da mídia pelo campo religioso

Pierre Bourdieu (2002) aponta a diferenciação dos campos sociais principalmente devido à capacidade de cada um conseguir relativa autonomia. Os campos, desta forma, apresentam agentes e regras próprias, além de capitais que foram acumulados. Neste contexto, os integrantes de campos comuns apresentam capacidade de reconhecer objetos e temas que interessam aos que são comuns.

O espaço de energia social acumulada, portanto, se perpetua por meio de hábitos repetidos de forma reiterada e que a cada tempo se renovam desde que exista uma permissão dos que controlam o campo.

No caso das igrejas em análise, todas elas fazem uso de um importante capital, que proporciona o exercício do poder simbólico. Se no passado, o campo não fazia uso deste instrumental, agora passa a ser quase que uma dinâmica. Por meio das emissoras de rádio, tais igrejas transmitem e inserem um conjunto de práticas, rotinas e hábitos exercidos no campo religioso.

A mídia rádio é, portanto, apropriada desde seus primórdios em Goiás e Goiânia por entidades religiosas, conforme visto anteriormente em Marques (2014). As concessões das emissoras não podem juridicamente estar a serviço das igrejas, mas se criou no Brasil um arranjo jurídico que torna a emissora um bem de sociedades jurídicas personalizadas que fazem parte do campo religioso.

As emissoras Difusora, Paz FM e Fonte FM estão todas relacionadas a grupos políticos ou agentes políticos que de alguma forma lidam com seus interesses. No caso da Difusora, emissora de doutrinação católica, ela é espaço de constantes assimilações por meio de agentes políticos, como a ex-vereadora Célia Valadão, que durante os 20 meses anteriores ao ano eleitoral de 2012 teve a seu dispor o programa “Conexão 3.0”. O deputado estadual Humberto Aidar (PT) mantém na mesma emissora diariamente programa com seu nome e que permite a constituição de sua visibilidade.

A Paz FM é um bem da Igreja Assembleia de Deus (Campo de Campinas), que tem na presidência o pastor Oídes do Carmo – irmão do prefeito de Bela Vista, Eurípedes do Carmo, e do suplente de senador, Luiz Carlos do Carmo. Por sua vez, a Fonte FM é a emissora do Grupo Fonte, cujo comando se dá por meio do apóstolo César Augusto, pai do deputado federal Fábio Sousa e sogro do ex-vereador Dr. Gian.

Durante a disputa eleitoral de 2016, a análise de conteúdo permitiu observar que as emissoras evangélicas se mostraram mais interessadas nos resultados das eleições do que a católica Difusora. A frequência, intensidade e engajamento dos debates revelaram que as emissoras Paz FM e Fonte FM se preocuparam antecipadamente com os resultados, tendo em vista que as igrejas que controlam as duas emissoras apresentaram candidatos para a disputa e sugeriram indicações eleitorais ao longo de sua programação.

Para pensar o poder simbólico destes veículos, é possível flexionar concepções de Bourdieu (1989): ele afirma que o poder simbólico tem o condão de classificar e categorizar. Uma das formas elementares do poder político teria consistido, diz Bourdieu, no “poder quase mágico de nomear e de fazer existir pela virtude da nomeação” (1989, p. 142). Na era moderna, as mídias eletrônicas, principalmente as emissoras de rádio, potencializam a existência, nomeiam e jogam luzes aos temas centrais da sociedade.

O campo religioso domina, assim, o que nas teorias de comunicação se convencionou chamar de Agenda Setting e Gatekeepers. Chamados de gatekeepers, aqueles que abrem e fecham as portas da programação das rádios concentram o poder de dar visibilidade e nomear. Desta forma, as igrejas, com as emissoras sob o controle, definem o que entendem como noticiável sob o prisma religioso. Conforme Shoemaker, a premissa básica da escola do gatekeeping é que as mensagens são geradas a partir de uma informação sobre eventos que tenha atravessado uma série de portões. E neles, como se flagra no cotidiano, ocorrem modificações ao longo do processo (SHOEMAKER, 2011, p. 37).

A mensagem religiosa, assim, não intervém diretamente no comportamento dos seus ouvintes, mas a seleção da forma que é feita impede que chegue na agenda das mídias assuntos que a direção da emissora não desejam: em todo caso, as mídias tendem a influenciar o modo como o destinatário organiza a própria imagem e situações que percebe (2005, p. 138). Como diz Wolf (2005, p. 143), a mídia apresenta ao público uma lista de fatos, a agenda setting, a respeito dos quais se pode ter uma opinião, debater e discutir. Ao longo da pesquisa que se realiza aqui, percebeu-se que a rádio Paz FM se interessou de forma mais incisiva pelo processo eleitoral, com a veiculação de inúmeros programas que tratam desde problemas da cidade, perfil dos candidatos até casos de sucesso político e temas que não são tão comuns nas demais mídias durante o pleito, como “as mudanças que a Reforma Protestante trouxe” e se “irmão vota em irmão”.

A agenda setting da rádio Paz FM foi a mais perceptível no sentido de reunir assuntos dominantes do período eleitoral. De forma semelhante, a Difusora realizou a cobertura política e administrativa das eleições, com destaque para os temas factuais, fundados nos

acontecimentos ocorridos durante a campanha.

A rádio Fonte FM não realizou cobertura jornalística do processo eleitoral, abdicando do debate sobre as questões suscitadas durante a campanha. Em todo caso, conforme percebido pelas categorias da análise de conteúdo, tentou impactar de alguma forma no resultado eleitoral, como se observa no áudio selecionado.

5.11.2 A cidadania comunicativa no processo eleitoral

No sentido dado para cidadania por Pedro Demo (1992, p. 17), percebe-se que as emissoras cristãs analisadas não efetivaram, no período, ações que visem tornar o ouvinte e receptor como um sujeito histórico consciente e que possa efetivar um projeto próprio de desenvolvimento social. Pelo que se apreende, o direito à comunicação não perpassou a produção de conteúdos das emissoras durante o período investigado. Percebe-se que – pelos conteúdos analisados – os processos de produção e circulação social dos sentidos expostos pela Paz FM, Difusora e Fonte FM são frágeis e desprovidos de polifonia – as vozes que falam são as mesmas ou na melhor das hipóteses representam discursos semelhantes. Em uma escala de análise, a mídia mais frágil é a Fonte FM, que sequer procurou debater o momento cívico eleitoral em profundidade.

Conforme Signates (2012b, p.12-13), somente pela comunicação, a democracia adquire condições de se realizar como tal. Por este viés, a solução não violenta dos conflitos, ao se tornar mediada pela linguagem, é um interessante modelo procedimental da democracia– desde que o jogo argumentativo e a disputa das imagens respeitem o receptor, garantindo a ele participação nos moldes categóricos do direito à informação, com garantias de circulação, de fala, de interação e respeito.

O que se viu na disputa eleitoral mediada, todavia, é um jogo de estratégias, que visa perpetuar esquemas e habitus do campo em que se insere a religião e seus meios eletrônicos. A doutrinação da Igreja Assembleia de Deus, ao dominar o conteúdo da Paz FM, instrumentalizou a maioria dos debates ocorridos no programa “Ponto de Vista”. Sob a pretensão de simular discussões e debates, a emissora convidou basicamente integrantes da igreja detentora da emissora e de denominações próximas, enfim, pessoas do mesmo perfil religioso e ideológico, para participarem dos programas analisados. Percebe-se a tentativa de impedir a pluralidade e diversidade de opiniões, princípios caros ao debate acerca de uma cidadania realmente comunicativa.

O debate em específico sobre as qualidades da reforma protestante e de como as sociedades protestantes seriam, conforme anuncia o programa, mais desenvolvidas e menos corruptas do que as católicas pode ser interpretado como uma afronta a legislação das concessões. A lei 4.117/62 estabelece no artigo 47: “nenhuma estação de radiodifusão” poderá ser utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político – inclusive seus órgãos, representantes ou candidatos. A mesma lei diz claramente que é ilícito “promover campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião”.

Durante o período eleitoral, sem a presença de um defensor do catolicismo, um grupo de evangélicos se revezou na tribuna da emissora para discorrer e afirmar que os protestantes fazem uma sociedade melhor. “Como funcionam estruturalmente os estados de tradição protestante e como funcionam os estados de tradição católica? (...) Estamos fazendo uma análise despretensiosa, uma análise racional”, anuncia o professor Cavalcante, um dos entrevistados da Paz FM, que resolve deliberadamente, sem ouvir o outro lado, afirmar que os protestantes deram certo como políticos e gestores públicos. Além da atitude não plural, percebe-se a manipulação deliberada para forjar uma agenda setting eleitoral que atenda a igreja, quando em menos de dez dias se repetiu o mesmo assunto para debate no programa desta emissora: afinal, se “irmão” deve votar em “irmão”.

A análise de conteúdo comprovou que nos dias 22 e 30 de setembro a emissora ligada a Assembleia de Deus realizou debate idêntico, tendo dentre os convidados nenhum que discordasse da premissa de que o evangélico deve aceitar a discussão política no período eleitoral. Ao contrário, o programa, através do apresentador Luiz Alberto, agiu de forma desleal ao usar o poema de Bertold Brecht, “O analfabeto político”, que subestima o eleitor que não gosta de política sendo que, na verdade, as palavras dos ouvintes que participaram e apresentaram opiniões contrárias é, geralmente, de que a igreja deve ser espaço “santo”.

Ao longo dos 15 dias de análise, os convidados da igreja se contrapuseram ao que chamam de “marxismo cultural”, denominando que tais comportamentos são inimigos dos bons cristãos e ainda, sim, fizeram uso do poema produzido por um intelectual ateu relativamente próximo aos grupos de seguidores do que denominaram de “marxismo cultural”⁵². O uso da

⁵²Reflexão externada pelo advogado Cavalcante no programa, em que se refere ao marxismo cultural: “Max Weber quando escreve a “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” ele demonstra contra a versão marxista de que a religião tem um peso fundamental inclusive nos processos econômicos, porque para Marx a religião era apenas uma superestrutura que se erguia em cima de uma brasa econômica e Weber contesta ferozmente e demonstra o equívoco da doutrina marxista. Em paralelo a isso, quero também demonstrar essa desconstrução moral do cristianismo não só no Brasil, mas no mundo como consequência de um movimento chamado marxismo cultural que teve seu catalisador a Escola de Frankfurt. Na verdade, estamos vivendo as consequências de uma longa

expressão “analfabeto político” quando convém à igreja e mídia, sem identificar autor e contexto, demonstra que a estratégia da emissora em nada muda dos demais produtores de conteúdo acusados de forjar teores e fatos para comunicar a agenda do próprio interesse.

O receptor teve, assim, negado seu direito à informação, fato que comprova o desinteresse em auxiliar no sentido de que transforme-o em sujeito histórico consciente que possa colocar em prática um projeto pessoal de desenvolvimento. Ao contrário, a emissora dá sinais de que tem interesses instrumentais no integrante da igreja, ao “comunicar” que precisa falar de política, mesmo que pareça antiético, como disse o pastor Adilson no áudio gravado do programa “Ponto de Vista”.

Assim, a análise de conteúdo mostra como a igreja se articula durante a campanha, tendo em vista persuadir o crente a votar em quem manda na igreja: o líder religioso orienta “nós temos que ser obedientes”. Não se percebe, como deseja Habermas, uma mídia religiosa que interage com os demais sistemas terrenos, identificáveis e previsíveis na busca do estado democrático.

5.11.3 A imposição do voto no ambiente midiático

A análise de conteúdo das emissoras comprovou que cada uma adota estratégia diferente na formação e influência da construção do apoio político e do voto. Percebe-se, como Gomes (2004) indica, uma gradação de instrumentais – que inclui também o uso da mídia. Em específico, a Fonte FM foi a que se referiu explicitamente quanto à existência de um candidato e que seus fiéis deveriam votar nele. A legislação⁵⁷ não permite que igrejas se manifestem por candidaturas, muito menos através do uso de dispositivos eletrônicos e midiáticos.

No caso em específico da rádio Paz FM, percebe-se que a programação foi toda voltada para influenciar o seu ouvinte no sentido de votar em candidatos evangélicos e da preferência indicada pelo líder da igreja, como visto em mensagem do pastor Adilson. A mídia usou estratégias sensíveis, que podem indicar, sem dar efetividade e certeza, de que os candidatos da igreja seriam uma mulher (a vitoriosa Leia Klebia), o derrotado Vanderlan Cardoso e o candidato apoiado por Eurípedes do Carmo, em Bela Vista de Goiás.

Por sua vez, a rádio Difusora, a partir do noticiário e dos comentários de Laerte Júnior e Padre Jesus Flores, conforme se estudou em seu conteúdo, demonstrou-se destituída de

marcha gramsciana que nasce na cabeça de Gramsci, na cabeça dos marxistas culturais e Escola de Frankfurt. Infelizmente essa longa marcha está chegando ao seu momento crucial e nós estamos sofrendo as consequências disso tanto no campo econômico como no moral e espiritual”.

engajamento político, não se manifestando por opções partidárias ou insinuando qualquer representante que seja de interesse da emissora ou da igreja católica⁵³.

Gomes observa que é um equívoco interpretar a disputa eleitoral sempre pelo viés midiático. Comprovou-se nesta pesquisa que a política midiática ou política de comunicação reúne um conjunto de habilidades e padrões de atividades que antes não existiam, mas que hoje é central para o debate político. Como entende Gomes (2004, p. 424), a política midiática é simplesmente um dos sistemas de práticas da política contemporânea. Não é determinante exclusivo, conforme se percebe na vitória no mesmo pleito eleitoral, por exemplo, do candidato à reeleição Rogério Cruz (PRB)⁵⁴, ligado à Igreja Universal e que não teve exposição midiática mensurável nas rádios.

As emissoras são apêndices das igrejas, no sentido de que podem ou não ser utilizadas na disputa. No caso específico das mídias, foi possível perceber que nos combates eleitorais proporcionais ela tem um peso menor, na medida em que o eleitor religioso vota em quem a igreja orienta, independente da exposição nas esferas eletrônicas. Conforme Baptista (2009, p.184), o eleitor vota no “candidato da igreja” porque ele confia na instituição e quer ajudá-la. Assim, o que influi mais intensamente é o carisma da instituição religiosa.

A comprovação de conteúdos que indicam manipulação dos ouvintes e pedidos incisivos fora da regra do jogo demonstram que é preciso avaliar em que medidas seria possível interpretar as mídias evangélicas como esferas públicas no conceito habermasiano, principalmente se observar o declínio da esfera pública política em um contexto de encontro com a esfera midiática.

Na conjuntura das emissoras, não se percebe no conteúdo um esclarecimento através de discussões públicas e racionais. Ao contrário do que se disse em muitos programas de debates, como “Ponto de Vista”, os participantes não usaram só discurso racional em suas fundamentações, mas religioso, já que focaram aspectos de interesse da emissora e da denominação evangélica.

Como instituições empresariais, as mídias se comportam tendo em vista o valor dinheiro, por vezes negando acesso às informações. Neste sentido, as mídias eletrônicas que exploram as temáticas religiosas sem dar voz e informação plural aos ouvintes nega o primado que se espera das esferas públicas. Avritzer e Costa (2006) acreditam que o campo da esfera pública controlado pelas mídias oferece relativa porosidade para absorver e processar os temas

⁵³O que não significa que a Igreja Católica deixe de ter políticos de seu interesse na disputa e que articule ações políticas para elegê-los.

⁵⁴Vereador eleito com robusta votação: 8.312 votos.

colocados pelos atores da sociedade civil. O mesmo não se procede nas esferas midiáticas religiosas, que optam em controlar acesso de fontes e temas, como se percebeu na análise de conteúdo.

A visão política de Habermas (1988) é de que o campo político pode, sim, ser afetado pelo religioso, desde que exista uma contribuição sensata principalmente quanto aos temas ainda não consensuados. O agir comunicativo, teorizado por ele, entretanto, leva a crer que recursos estratégicos como os utilizados pela Paz FM para convencer os ouvintes evangélicos a aceitarem a discussão de política no ambiente das igrejas, se revelam artifícios que negam o desejo de se construir uma ação plural orientada ao entendimento. O conteúdo indica um processo de comunicação estabelecido pelos participantes ativos (aqueles que têm voz) frente aos sem voz (apenas por meio de seleções de textos e áudios via WhatsApp e redes sociais) que não são informados na plenitude do direito à informação.

Por fim, é preciso avaliar que a rádio Paz FM ao utilizar com maior incidência suas características midiáticas obteve êxito na disputa para as eleições da vereadora da igreja. O mesmo não se pode dizer da Fonte FM, que não conseguiu manter na Câmara Municipal de Goiânia um integrante da igreja. Assim, percebe-se, a mídia pode não ser determinante, mas trata-se de ferramenta de grande alcance e força junto aos grupos mais próximos. A cada contexto, logo, é criado um ambiente histórico que apresenta agentes interessados em garantir a integração social e legitimação política, sendo a mídia um dos instrumentos utilizados nesta disputa.

UMA CONCLUSÃO EM ABERTO: NOVOS PROBLEMAS

Ao buscar compreender o comportamento de emissoras de rádio que produzem programação religiosa durante uma temporada eleitoral, esta pesquisa esquadrinhou aportes distintos que possibilitaram recortar e estruturar um marco teórico transversal. O esforço teve um motivo: atender campos múltiplos tendo em vista a análise hipotética de que a cidadania potencialmente teria sido ferida ao longo da veiculação dos programas investigados entre os meses de setembro e outubro de 2016.

Comprovou-se a percepção de Martino: nos períodos eleitorais ocorrem episódios significativos para perceber a intersecção entre os campos religioso, midiático e político. No mesmo compasso, Borelli e Verone reconheceram que o campo religioso é tocado de uma forma peculiar pela lógica da midiatização, o que foi observado durante a coleta de material para a pesquisa de conteúdo aqui realizada.

Diante da constatação de que a religião estabelece acordos e contratos midiáticos no âmbito da política, surgiu um problema a ser respondido e que diz respeito a toda montagem da análise de conteúdo. Compreender em que medida, afinal, as igrejas utilizam suas emissoras de rádio para falar de política em um período eleitoral inspirou a postulação de hipóteses variadas. Para a compreensão do problema foi necessário sondar a forma com que os campos de mídia, política e religião se conectaram em Goiânia e região tendo em vista o exame dos contornos da cidadania diante da questão apresentada.

A partir da janela epistemológica observada por Craig, os estudos de comunicação firmaram aqui paralelos com a pesquisa de tradição sociológica, considerada pelo teórico da comunicação como um entroncamento visível e de grande conectividade: estudos de mídia e comunicação social devem, portanto, abordar a religião e a política desde que se concentrem nas abordagens de problemas e hipóteses advindos da comunicação social. Diante desta possibilidade, e a partir de Bourdieu, foi possível criar um núcleo de pesquisa que perpassasse tanto os estudos de comunicação quanto a política, na medida em que as mídias surgiram como potencializadoras da produção de um poder – o poder simbólico, cuja distribuição em grande medida ocorre através dos meios de comunicação.

Ao evitar uma abordagem vicariante, a conexão dos campos permitiu uma aproximação de autores variados em torno deste poder que interessa tanto aos estudos sociais quanto às indagações das mídias e da política. Bourdieu ajudou a compreender que o poder simbólico decodifica o interesse humano e o decompõe no sagrado, sendo a mídia um dos principais suportes para sua disseminação.

Se inicialmente foi possível resolver a questão do campo da comunicação e da sua intersecção com outras duas áreas fronteiriças, existiu uma busca pela compreensão da cidadania comunicativa e seus contornos. Durante o percurso deste mestrado, foi possível compreender que não se deve abordar a comunicação social como um apêndice da cidadania. Ao contrário, como se depreende das reflexões de Signates, existe um acoplamento entre cidadania e comunicação que os estimula e força a se unirem. Desta forma, a sociedade será mais democrática e cidadã na medida em que forem livres e fortes os processos de produção e circulação social dos sentidos. E neste sentido surge a mídia como poderosa esfera pública, detentora de porosidade suficiente para recepcionar grandes temas da sociedade e rearticular discursos.

Ao perceber que somente pela comunicação é que a democracia adquire condições de se realizar de forma efetiva, surgiu, então, um dilema durante a consecução do estudo: se as igrejas costumam impor ou exercer pressão pelo voto do fiel/ouvinte da emissora nos ambientes midiáticos, o que resta de exercício de cidadania real nestas mídias investigadas a não ser uma cidadania rompida? Outra situação sondada possibilitou flagrar o exercício do poder simbólico tendo em vista as disputas eleitorais.

Na discussão referente a presença da política na mídia, esta pesquisa conclui com Wilson Gomes que ocorreu, de fato, uma transformação da política com sua aproximação cada vez mais desesperada junto às mídias, mas não ao ponto de suplantar a experiência política ou as barganhas. Ao contrário, política e mídia atuam sistemicamente: o acesso ao aparato tecnológico midiático, conforme Ortriwano, ao analisar a questão da propriedade do rádio, não ocorre sem a permissão da política, responsável por ofertar as concessões de emissoras. Trata-se, como se percebe durante a fase teórica e de pesquisa, uma relação de obrigação e muitas vezes cumplicidade com quem detém o poder político. Para a autora, desde o início os apadrinhamentos políticos é que facilitam a obtenção das emissoras de rádios, que acabam sempre nas mãos das elites consideradas.

Esta aproximação com a mídia tem exigido a percepção do comportamento das audiências bem como a produção de conteúdos. Stout e Buddenbaum alertaram que os pesquisadores de comunicação procuram compreender a interação de líderes e fieis e esta compreensão, na atualidade, exige uma atenção qualificada ao que se veicula nas igrejas.

Ao buscar respostas para a dimensão midiática das religiões, como orienta Thompson, foi possível perceber que existe uma grande variedade de instituições vocacionadas historicamente para acumular meios de informação. Ao se dedicarem essencialmente à produção e difusão de formas simbólicas destinadas à salvação, as instituições religiosas

conseguem acumular mídias e possibilidades de comunicação. Durante a pesquisa, foi possível perceber, conforme alertado por Borelli, simbioses de complexos dispositivos “tecnossimbólicos”. O sentido religioso se funde ao político durante as transmissões. Nota-se, ao acompanhar a programação das rádios, que não existe na emissora uma simples transposição de cultos e missas. Flagra-se, ao contrário, uma criação e até mesmo nova forma de fazer política e religião.

Por fim, é preciso ressaltar que a compreensão do arcabouço teórico de Habermas foi essencial para a limitação conceitual da pesquisa. A partir de Signates, Araújo e Pinzani veio à tona sua reflexão para o campo prático da análise. Em específico, como bem lembrou Signates, Habermas tratou pouco e de forma limitada de comunicação social. Chegou a ser impreciso ao lidar com as “formas generalizadas de comunicação”. Mesmo assim Signates abriu caminho para – ainda que de forma crítica – aplicar a teoria habermasiana aos estudos e pesquisas em comunicação social, em específico ao acoplamento teórico do Mundo Vida, poder e da técnica.

Ao reconhecerem dificuldades semelhantes no campo da comunicação, Araújo e Pinzani revelaram que compensava correr o risco a deixar de aplicar as categorias habermasianas na pesquisa da religião. É através destas percepções, acopladas a uma nova visão das esferas públicas, que surge o necessário debate referente à interação política entre doutrinas seculares e religiosas, tão bem explorado por Habermas, que revela, acima de tudo, uma grande preocupação com a postulação de uma democracia normativa e discursiva.

Toda a problemática, no apagar das luzes, caminha assim para as garantias do sufrágio. A disputa pelo voto é um dos momentos determinantes durante a realização procedimental da democracia. É a partir do voto que se estabelece uma vontade e um interesse cívico nos coletivos humanos, resolvendo, assim, fundamentos republicanos como os que garantem que “todo poder emana do povo” (HABERMAS, 1997, p. 173). Nas sociedades democráticas, o sufrágio é o sustentáculo de um direito político que visa garantir os demais, caso dos direitos sociais e individuais. Por isso sua disputa é tão necessária para a estruturação do Estado e dos poderes que nele se articulam.

A expressão da democracia liberal diz que esse poder que emana do povo, via confirmação do voto, é exercido por representantes ou pela própria população, nos termos das constituições. A soma de votos, desta maneira, cria ambientes de segurança jurídica e exercício de liberdades limitadas ao conjunto de leis referendadas pelo povo. A disputa política que ocorre por trás destes complexos eventos sociais por vezes fere as regras previamente estabelecidas.

Não é à toa que o aprimoramento do vínculo eleitoral tornou-se na atualidade uma das

principais preocupações da ciência, já que possibilita encorpar a democracia e tornar executáveis os projetos de cidadania almejados pelos indivíduos. Esta correlação de democracia e cidadania é dependente, portanto, do poder de decisão dado aos cidadãos. E influenciar o voto não é vedado pela legislação. Ao contrário, por interações face a face ou midiáticas, a partir de práticas dialógicas e comunicacionais, podemos impactar as convicções dos demais integrantes da sociedade e levá-los a comungar de ideias semelhantes.

Todavia, as ações inspiradas em estratégias, comunicações ardilosas e atividades ilegais são vetadas no jogo democrático por conspurcar o manto de imparcialidade e isonomia que deve cobrir as disputas eleitorais. Em tese, estes jogos devem ser democráticos e realizados por meio de uma comunicação não coagida. Por isso a cada pleito os tribunais eleitorais se despertam tendo em vista a proteção e o estabelecimento de rituais democráticos para que as pessoas não sejam embusteadas por jogos de palavras e combinações simbólicas.

Esta pesquisa, ao longo da investigação de 15 dias de conteúdo de três emissoras de rádio, percebeu que duas delas se interessam de forma determinante, excepcional e engajada pelo voto do eleitor “evangélico”. Ao projetar em seu dial debates e informações em torno das eleições, estas duas emissoras optaram em atuar de forma instrumental e estratégica perante suas audiências, com nítido interesse em deturpar o princípio democrático de que o voto é livre e deve ser exercido com irrestrita e ampla liberdade de escolha. Apesar dos ouvintes jamais terem, de fato, sofrido qualquer espécie de coação física para votarem no candidato A ou B, eles foram tocados pelo poder simbólico, que potencialmente afetou a capacidade de escolha dos ouvintes durante o período investigado.

Ao se antecipar em 15 dias durante o pleito de 2 de outubro de 2016, esta pesquisa conseguiu captar tendências e interesses das igrejas Assembleia de Deus e Fonte da Vida em tentar influenciar seus ouvintes a votarem em representantes das igrejas evangélicas. A repetição de um tema durante a programação (Irmão vota em irmão?) reafirmou o caráter instrumental das mídias, antes exposto por Wilson Gomes, já que se observou nítido interesse em utilizar a programação da rádio para procurar influenciar o ouvinte a votar conforme a orientação do líder espiritual.

Ao fim da pesquisa, percebeu-se que no caso investigado as mídias de orientação evangélica foram mais instrumentalizadas do que a emissora católica, como se percebeu durante a análise. Os programas da rádio Difusora, apesar de voltados para o debate político, não visaram a constituição de ambientes ideais e da escolha de determinados representantes para obtenção de resultados políticos.

Como compreendido por Wilson Gomes, outras formas políticas foram executadas

durante as eleições de 2016. Próprios representantes do campo religioso obtiveram sucesso sem o uso das mídias. O vereador Rogério Cruz (PRB), integrante da Igreja Universal, por exemplo, obteve significativa quantidade de votos, apesar de sequer ser goiano e não ter um passado de vivência na capital que o reelegeu. Apesar das facilidades de uso do conglomerado de mídias, o pastor político optou em realizar outra modalidade de campanha que não a midiática – o que comprova a exposição de Wilson Gomes (2004) referente a hipótese de que a política midiática é uma dentre outras habilidades que a política possa fazer uso.

Esta investigação possibilitou extrair algumas considerações preliminares referentes ao uso das mídias religiosas em temporadas eleitorais:

a) As igrejas se apropriam de mídias eletrônicas tendo em vista o exercício de poderes simbólicos que afetem o campo político. A história da constituição das emissoras de rádios revela que desde a década de 1940, em Goiás, a política de concessões era mediada pela política.

b) As emissoras evangélicas se revelaram mais engajadas com a questão eleitoral, já que deixaram claro que seus representantes participaram do jogo político. A emissora católica se mostrou menos entusiasmada quanto aos resultados, na medida em que não indicou existir candidatos do interesse da denominação.

c) Flagra-se o rompimento do conceito de cidadania comunicativa durante inúmeras programações analisadas durante esta pesquisa. Os programas investigados pela análise de conteúdo não abrem espaço para a participação dos ouvintes e se apresentam monofônicos, na medida em que convocam enunciadores que observam a realidade de forma unívoca. Ou seja, as mídias cristãs, por meio dos seus gatekeepers, fecham as portas para a participação de enunciadores que se revelam contraditórios ao que eles enunciam. As fontes não são seculares e de denominações contrárias, o que revela nítido interesse em produzir mensagens que vedam o princípio da pluralidade.

d) Ao indicar que os ouvintes e fiéis devem seguir a orientação do pastor líder na escolha de seus candidatos e ao declinar o nome de candidatos durante a programação ocorre uma grave agressão ao princípio da isonomia durante o período eleitoral. As ações das emissoras podem ser questionadas sob a égide da legislação de concessão de emissoras e normas eleitorais. Tal prática dificulta a construção do sujeito histórico, reduzindo suas chances de realizar uma escolha individual. Assim, rompe-se a noção de cidadania comunicativa ao ferir seus elementos de liberdade e autonomia.

e) Percebe-se que as emissoras agem de forma a deturpar a informação, tendo em

vista influenciar suas comunidades de ouvintes, como ocorre com o uso do poema “Analfabeto Político”, de Bertold Brecht, em um programa da rádio Paz FM. E com isso agride de forma escancarada o que Habermas elenca como direitos fundamentais, quais sejam, a transparência e igualdade de chances nos processos de formação da opinião e da vontade.

Além destas questões e hipóteses avaliadas, durante a pesquisa, novos problemas foram suscitados, como a percepção de como os receptores são impactados pela programação religiosa, como os gatekeepers agem na seleção dos temas colocados em prática no cotidiano e de que forma os políticos evangélicos que ignoram o uso das mídias procedem para conquistar seus votos. Nas eleições municipais de 2016, em Goiânia, foram eleitos quatro evangélicos dedicados às suas igrejas (Oséias Varão, PSB, ligado à Assembleia de Deus-Fama; Leila Klébica, PSC, ligada à Assembleia de Deus-Campinas; Rogério Cruz, PRB, ligado à Igreja Universal; Alysson Lima, PRB, ligado à Igreja Universal) e um político ligado ao segmento católico (Felisberto Tavares-PR). Percebe-se, de antemão, que neste pleito a Igreja Católica liberou lideranças a apoiarem discretamente determinadas candidaturas, mas sem uso de seus espaços midiáticos durante o período de campanha.

Por fim, em um breve futuro, a questão do líder de opinião deve ser mensurada tendo em vista a análise mais detida de como o eleitor religioso forma sua convicção política, se intermediada por ações e pontos de vista seculares ou se por meio de pensamentos religiosos configurados por meio de relacionamentos interpessoais e midiáticos. Em comunicação, o líder de opinião foi investigado inicialmente nas primeiras décadas do século 20, principalmente por meio de sondagem realizada por Paul Lazarsfeld quando delimitou a Two Step Flow, teoria do duplo fluxo da comunicação.

Diante deste cenário de uso das mídias e de confrontos comunicativos cada vez mais intensos, permanecem várias interrogações que motivam o resgate do que diz Richard Dawkins sobre o acesso sensível dos religiosos às consciências dos eleitores. Investigar a interação destes campos (político, midiático e religioso) se mantém uma missão urgente no Brasil atual tendo em vista aprimorar o exercício da cidadania comunicativa.

REFERÊNCIAS

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social:** para trabajadores sociales. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ARAÚJO, L. B. L. **Religião e modernidade em Habermas.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

ARRIBAS, Célia. **Pode Bourdieu contribuir para os estudos em Ciências da Religião?** In: Numen. Minas Gerais: UFJF, 2012.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre a cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil.** São Paulo: Ed. Annablume, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal Estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BARBERO, Jesus Martin. **Ofício de Cartógrafo:** travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTIDE, Roger. **Éléments de sociologie religieuse.** France: Stock, 1997. BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** Brasília: EDU – UNB, 2002.

BLAINEY, G. Uma breve história do mundo. São Paulo: Fundamento Educacional Ltda., 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Lisboa: Difel, 1992. BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRAGA, José Luiz. **Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação.** In: Contracampo. Rio de Janeiro: UFF, 2004.

-----, **Constituição do Campo da Comunicação.** In: Verso e Reverso. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

CHEVALIER, Jean. **Dicionário de símbolos.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

CRAIG, Robert T. **Communication Theory as a Field.** In: Communication Theory, 9 (2), may 1999, p. 119- 161.

DENCKER, Ada de Freitas Manetti & VIÁ, Sarah Chucid de. **Pesquisa empírica em ciências humanas com ênfase em comunicação.** 2º ed. São Paulo: Futura, 2001.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa:** o sistema totêmico na Austrália. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. (Vol. I) HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera Pública – investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução, Flávio R. Kothe. Rio

de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

INTERVOZES. **Concessões de rádio e TV** – onde a democracia não chegou. Publicado em novembro de 2007. Disponível em <http://www.intervozes.org.br/arquivos/interrev001crtodnc>. Acessado em 6/11/2016.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2006.

LAZARFELD, Paul F.; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. **The People's Choice**. How the Voter Makes Up his Mind in a Presidential Campaign. New York: London, 1944.

LIPPMAN, Walter. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1996.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARQUES, Edmilson Ferreira. A história do Rádio em Goiás (1942-1947). 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História. Universidade Federal de Goiás. 2009.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2005.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**: lúmpem e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.
MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e Poder Simbólico**. São Paulo: Paulus, 2003.

MELLO, Maria Góes de. **Movimentos sociais em luta pela democratização da comunicação**: da Confecom ao projeto de lei da mídia democrática. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Comunicação. Universidade de Brasília. 2015.

MORIN, Edgar. Cultura de Massas no Século XX, O espírito do tempo, 1 – Neurose. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

ORTRIWANO, Gisela S. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002.

SANCHOTENE, Carlos Renan Samuel. **O fiel em tempos de web 2.0: interações sociais no blog de Edir Macedo**. In: BORELLI, Viviane. (Org.). *Mídia e religião: entre o mundo da fé e o do fiel*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1994.

SIGNATES, L. **O poder simbólico e o conflito das liberdades**. In: TEMER, A. C. R. P. *Mídia, cidadania & poder*. Goiânia: UFG, 2011.

SIGNATES, Luiz. **A sombra e o avesso da luz: Habermas e a comunicação social**. Goiânia: Editora Kelps, 2009.

SIGNATES, Luiz e MORAES, Ângela. **A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania**. In: SIGNATES, Luiz e MORAES, Ângela. (Orgs.). *Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa*. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

STOUT, Daniel A. e BUDDENBAUM Judith M. **Religion and Mass Media: audiences and adaptations**. London: Sage Publications, 1996.

VERONE, Sandro Luis Wodzik e BORELLI, Viviane. **Novas relações entre a igreja e seus fiéis: um estudo dos dispositivos midiáticos da Assembleia de Deus de Santa Maria – RS**. In: BORELLI, Viviane. (Org.). *Mídia e religião: entre o mundo da fé e o do fiel*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

VERTER, Bradford. **Social Capital: Theorizing Religion with Bourdieu against Bourdieu**. *Sociological Theory*, vol. 21, n. 2, 2003.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

WEBER, Max. **Ciência e política duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011.

ANEXOS

Anexo A

Rádio: Paz FM (89,5)

Programa: Ponto de vista

Data: 20 de setembro de 2016

(...) (Luiz Aberto – apresentador) Neuza Ferreira de Bela Vista de Goiás passei suas palavras de incentivo e seus elogios aos convidados. Muito obrigada, querida. Um abraço para o Euripão, prefeito de Bela Vista de Goiás que é gente boa da melhor qualidade.

Anexo B

Rádio: Paz FM (89,5)

Programa: Ponto de vista

Data: 21 de setembro de 2016

(L.A – apresentador) - A Reforma Protestante foi um movimento cristão que surgiu no início do século 16 com Martinho Lutero. Foi através das suas 95 teses no dia 31 de outubro de 1517, na porta da igreja do castelo de Wittenberg, que protestou contra diversos pontos da doutrina da igreja católica romana propondo uma reforma não só no aspecto religioso, mas Lutero queria também uma reforma no âmbito político e econômico. Ele foi apoiado por vários religiosos e governantes europeus provocando uma revolução religiosa iniciada na Alemanha, mas que se espalhou por toda a Europa. O resultado da Reforma Protestante foi a divisão da igreja do ocidente entre os católicos romanos e o chamados católicos reformados que posteriormente foram denominados de protestantes. O tempo passou e as nações mais desenvolvidas do mundo moderno são de cultura protestante, sobretudo pela fé que tem na prosperidade e na riqueza. Quais avanços o movimento protestante trouxe para a sociedade moderna? O que nós poderíamos aprender hoje no Brasil com esses pilares? Esses e outros assuntos agora no Ponto de Vista. E nós trouxemos especialistas para debater esse assunto com a gente aqui na rádio Paz. Estamos recebendo Luciano Mazan que é executivo de coach, palestrante, conferencista e sociólogo. O que o Brasil precisa aprender com essas nações históricas que cresceram a luz dessa revolução? (Luciano) – Boa tarde Luiz Alberto, aos convidados que estão do meu lado e aos ouvintes. Olha de fato há várias coisas que podemos observar e levar em consideração. Acredito que tudo aquilo que a religião diz ou tudo aquilo que o povo acredita quando compõe na sua cultura vai interferir nos resultados. Então nós temos que observar com atenção pra ver o que nós podemos aprender e o que podemos considerar a partir daí. (L. A – apresentador) - Além do Luciano, a gente também recebe aqui o professor José Antônio Soares Cavalcante que é mestre em filosofia política, teólogo, jurista e escritor. (professor Cavalcante) – Boa tarde aos meus colegas e aos ouvintes. Primeiramente eu gostaria de dizer que fiquei feliz com a temática proposta. Agora naquilo que o editorial coloca de uma relação religião e melhoria de vida isso tem que ser recebido com muito cuidado, porque a religião ela pode sim ser instrumento de melhoria de vida, mas nós temos inúmeros indícios que ela é também instrumento de piora de vida. Ao discutir a questão protestante me parece ser indispensável se discutir a dimensão da ética protestante e não meramente a religião pela religião. (L.A – apresentador) – No seu livro o conceito de Estado em Agostinho aborda esse aspecto? (professor Cavalcante) – Agostinho como toda tradição cristã tem uma perspectiva de justiça que coloca em cheque a nossa perspectiva secular de justiça. Por quê? Porque os fundamentos da justiça em Santo Agostinho como na aparição protestante não aceitam que uma lei simplesmente por ser uma lei ela seja justa. E qual é a pedra de toque do conceito de justiça na aparição cristã? O quanto uma lei é capaz de promover o bem de toda a sociedade. E quem vai contribuir nessa direção é a reflexão protestante. (L.A – apresentador) – Um dos aspectos que o senhor aborda no livro é a moral e a conservação do Estado. Como é que o senhor vê esse patrocínio do governo hoje da desconstrução da moral? O senhor acha que se continuarmos nesse caminho o Brasil vai arruinar assim como Roma que arruinou após essa desconstrução da moral? (professor Cavalcante) – Você precisa analisar isso de duas perspectivas, a primeira é saber de que moral você está falando, porque a moral cristã é a moral de Santo Agostinho, mas existe outra perspectiva a qual nós brasileiros não satisfazemos nem a cristã nem a moral com fundamentos meramente racionais. Hoje existem nações no mundo que se construíram em bases protestantes, mas hoje se afastaram inteiramente do teor religioso, mas não se afastaram do teor ético. O que nós temos? Ausência de um teor religioso porque há uma ruptura expressa entre nosso conceito de moral e qualquer manifestação religiosa seja católica ou protestante. Mas por outro lado, a crise que o Brasil vive ela tem uma matriz moral muito grande porque de mamando a caducando dos nossos políticos quem é que tem altivez ética para exigir, para impor condutas éticas a seus próprios colegas? Parece-me que nós estamos sem laços nem do ponto de vista cristão e nem do ponto de vista estritamente racional que é o fundamento de uma ética que não recorre às confissões, a fé ou senso crítico. (L.A- apresentador) – Quando se fala de moral e ética a gente também lembra dos

fundamentos cristãos não só dos conceitos judaicos, mas também do próprio conceito grego de ética. E quando se aborda a questão de ética na Grécia antiga, você vai ver que de alguma forma a ética está intimamente ligada a moral. Não tem como construir uma sociedade ética e imoral. Como o senhor vê esse momento do Brasil essa desconstrução da ética e da moral? Nós corremos um risco de um Estado sem ética e sem moral que não respeita nem a propriedade privada? (professor Cavalcante) – Quando você fez referência a Santo Agostinho ele coloca com todas as letras que efetivamente o que destruiu o Império Romano foi o distanciamento dos seus governantes dos fundamentos históricos estoicos. Todos os juristas, filósofos romanos eles eram estoicos. O que isso significa? Significa que a felicidade do homem e a felicidade de um povo repousam sobre fundamentos éticos. E não necessariamente em aquisição de coisas materiais. O que acontece com nós hoje, qual é nosso referencial para nos conduzirmos em uma ética? Parece que não temos nenhum. Eu defendo que do ponto de vista do nosso DNA social nós não somos um povo. Não é uma questão só dos nossos políticos. É uma questão de quem nós somos, porque os nossos políticos saíram do nosso meio. Então não basta apenas apontar para o poder dirigente. A base também tem seus problemas. (L.A – apresentador) – Nós estamos recebendo também para esse debate o Cristóvão do Espírito Santo que é advogado tributarista. (Cristóvão) – Vou aproveitar a oportunidade para bater uma bola com o professor. Quero hoje tratar nas minhas colocações dois aspectos: primeiro nós temos que entender que a referência de uma ética protestante em uma sociedade saudável, apesar de que isso se perdeu no século 20, é a nação norte americana. Quer dizer, a grande referência de país que se desenvolveu em bases éticas cristãs é a americana. Max Weber quando escreve a Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo ele demonstra contra a versão marxista de que a religião tem um peso fundamental inclusive nos processos econômicos, porque para Marx a religião era apenas uma superestrutura que se erguia em cima de uma brasa econômica e Weber contesta ferozmente e demonstra o equívoco da doutrina marxista. Em paralelo a isso, quero também demonstrar essa desconstrução moral do cristianismo não só no Brasil, mas no mundo como consequência de um movimento chamado marxismo cultural que teve seu catalisador a Escola de Frankfurt. Na verdade, estamos vivendo as consequências de uma longa marcha gramsciana que nasce na cabeça de Gramsci, na cabeça dos marxistas culturais e Escola de Frankfurt. Infelizmente essa longa marcha está chegando ao seu momento crucial e nós estamos sofrendo as consequências disso tanto no campo econômico como no moral e espiritual. (L.A – apresentador) – Uma pessoa estava na Suécia e lá o pobre e o rico andam de ônibus tranquilamente. Tinha uma catraca que deixava o ticket e passava e outra que passava livre. A pessoa perguntou por que podia passar livre na outra catraca. Alguém explicou que se alguém não tiver dinheiro poderia passar pela catraca livre. E o brasileiro perguntou: e se eu fingir que estou sem dinheiro? Ela respondeu: e porque alguém faria isso? (professor Cavalcante) – Essa é a questão que eu apresentei: de que moral está falando? Porque se nós falarmos em termos religiosos, a religião é a que fornece o mais amplo fundamento em termos numéricos para uma ética e para a moralidade. Acontece que os fundamentos da religião para uma conduta ética não são contrários aos fundamentos da razão. Qual a diferença? É que o indivíduo pode não crer em um ser transcendente para fundamentar sua conduta, mas isso não tira dele a sua racionalidade. E que do ponto de vista da pura razão ele pode e deve ter uma clara consciência do que é bom ou mal certo ou errado. Aí quando você faz menção do exemplo, um povo educado em fundamentos racionais realmente não entende a indagação: e se eu me fizer sem dinheiro para passar pela catraca? Ora, quem tem consciência coletiva, tem consciência ética. Esse exemplo sueco demonstra que não entra na cabeça deles fazer mal de um coletivo do qual faço parte. (L.A – apresentador) – Onde que está faltando ética, na política ou na população? (Luciano) – A percepção de pertencimento tem que começar desde cedo. Eu vejo as pessoas postarem no facebook com uma frase: isso é Brasil. E normalmente estão dizendo algo negativo. Que indivíduo compartilha isso e sente orgulho de ser brasileiro? Hoje o brasileiro sofre de uma baixa autoestima generalizada. Nós achamos que nosso país é pior que todos os outros, mas não é. Na verdade nós estamos passando por um momento muito ruim, mas este momento muito ruim pode expressar o que é nossa sociedade ou a exceção que é nossa sociedade. Será que os políticos que estão lá nos representam? Esses dias um feirante falou que todos que estão na política são iguais. Eu falei que ele não era igual porque você levanta de madrugada para trabalhar, então você não é ladrão. Eu também não sou. Ele percebeu que ele

não poderia se encaixar no caso. Não é que sejamos perfeitos, mas qual povo é? Quem aqui acha que brasileiro é pior que outro? Mas qual é o povo perfeito. Então nós precisamos criar uma percepção sobre nós como povo. Acredito que a maioria dos brasileiros são honestos. (Cristóvão) – Com relação às invasões das escolas, é preciso tomar cuidado com essa ideia de coletividade, porque a ideia de coletividade é distorcida e se torna um leviatã que todos devoram. Eu não sou contra a prestação de serviços comunitários por jovens, mas é preciso ter cuidado. O que deixou Tocqueville admirado com a cultura americana é que eles sem ter um monarca conseguiu se organizar em comunidades, gerenciar o país, manter a liberdade individual e ao mesmo tempo ter respeito a coletividade. Então é esse equilíbrio que nós devemos buscar. Quando diz a coisa pública, tudo que é público é meu porque somos as pessoas que mais trabalham no planeta pra pagar impostos. E de acordo com as pesquisas somos os que menos recebem em função dos impostos que paga. (L.A – apresentador) – A Euza participa agora pelo WhatsApp: moro em Senador Canedo e a ética está faltando na coletividade tanto na política quanto na sociedade. E a decadência está cada vez mais acentuada. E a resposta vem no início do próximo bloco no seu programa Ponto de Vista aqui na rádio Paz FM. Estamos com o professor Cavalcante, o advogado Cristóvão e o sociólogo e conferencista Luciano Manzan falando dos avanços que a Reforma Protestante trouxe para a sociedade moderna. Professor Cavalcante antes sua resposta do bloco anterior (professor Cavalcante) – Como nós estamos analisando um assunto a luz do cristianismo em parte do protestantismo, há um texto da escritura que diz que um abismo chama outro abismo. Ora, o Estado brasileiro não respeita o cidadão. E se alguém pensa diferente que mostre que respeita na educação, na saúde, na segurança. Como funcionam estruturalmente os estados de tradição protestante e como funcionam os estados de tradição católica. Aqui os ouvintes devem ter claro que nós não estamos fazendo juízo de valor sobre a religião A ou B estamos fazendo uma análise despretensiosa, uma análise racional. O estado brasileiro se coloca no centro enquanto que os indivíduos se colocam em torno desse estado para servir a este estado com impostos de tudo quanto é tipo, com o trabalho e o estado não dá o retorno desses impostos. Como funciona um estado dessa tradição protestante? Quem está no centro é o indivíduo e o estado em torno desse indivíduo desde a estrutura constitucional a organização das instituições a atuação do poder público trabalhando para atender os direitos fundamentais, individuais deste ente. Então há uma inversão enorme. O centro nos países protestantes é o homem. Isso é tão sério que o nosso próprio discurso sobre direitos humanos é um discurso totalmente equivocado, porque quando falamos em direitos humanos o humano é o cidadão seja ele o honesto ou o que cometeu crime, seja rico ou pobre, seja hétero ou o homoafetivo. Cidadão é cidadão, mas nosso discurso é equivocado, porque quando nós falamos em direitos humanos estamos pensando na minoria. Qualquer cidadão que chega a qualquer órgão público é protegido pela lei para que o estado lhe conceda aquilo que a lei que diz que deve conceder. Ele não precisa dizer se ele é pobre, hétero ou negro. O estado deveria simplesmente atendê-lo cumprindo a previsão Constitucional respeitando-o como ser humano. (L.A – apresentador) Apelidaram nas redes sociais direitos humanos com direitos dos “manos”. (professor Cavalcante) – Não interessa a gravidade do crime que A e B tenham cometido, a luz dos direitos humanos eles têm todos direitos de proteção do estado e de serem, atendidos, mas o cidadão de bem é do mesmo jeito. E qual a ênfase? É mais ideológico que por se referir a um grupo minoritário a ser protegido. Outra coisa, Agostinho tem uma sentença fantástica. Ele diz assim: o bom cristão é também um melhor cidadão. Por quê? Porque essas consciências internas promovidas pela fé e comprometimento com o sobrenatural resulta que aquele que ama a Deus ame seu próximo. Na sentença agostiniana a ideia de ser cristão deveria refletir no âmbito social no sentido de coletividade. O que nós temos nos países historicamente de tradição protestante? O senso de coletividade. O indivíduo ele pode beber, mas ele não pode que seu pessoal ameace a vida coletiva, como dirigir bêbado. (Luciano) – Pra você ver o que é a sinergia, o professor falou do desrespeito do estado para com o cidadão. Todos os planos estaduais e municipais rejeitaram a doutrina de gênero. Os gayzistas são os gays misturados com o estilo nazista. O problema é o sujeito que é homossexual e quer impor isso como uma condição de estado buscando poder. Os gayzistas defendem a tese de que não existe gênero de que a criança nasce sem sexo, ou seja, ela vai escolher. É tão descabido que eles têm mais de 50 definições de gênero até zoofilia. Então daqui a pouco os cartórios serão obrigados a casar um homem com um cavalo, homem com uma galinha

porque a zoofilia é um gênero a ser respeitado. Vamos voltar ao MEC. Todos os planos estaduais e municipais de educação foram contrários a esta doutrina explicada aqui. O MEC sabedor disso foi obrigado a retirar, mas o MEC fez uma licitação com as maiores editoras do país e obrigou as editoras a revisarem e incluírem a questão do gênero neutro nos livros. São os mesmos livros com páginas adicionadas para atender uma indicação do MEC contrária aos planos estaduais e municipais de educação. Ou seja, o estado fazendo o contrário do que quer a sociedade. (L.A – apresentador) – Isso é uma ditadura?

(professor Cavalcante) - Se o estado não tem respeito pelo cidadão, ele não ouve o cidadão. Quando o cidadão se manifesta e o representante do povo deveria atender aquilo que é a vontade da maioria e não o faz. O Estado na calada da noite toma esse tipo de decisão contrariando aquilo que é a mentalidade da sociedade. (Cristóvão) – Nós não temos tempo de aprofundar isso, mas existe todo um processo histórico que vem desde a Escola de Frankfurt, na Alemanha, que defendia ideias semelhantes a essa do gênero neutro. Você tem na Hungria chamado Lukács foi o marxista que começou a distorcer a sexualidade da juventude húngara, das crianças. E ele gerou uma geração de psicopatas, estupradores, assassinos a partir do seu experimento social na Hungria nos anos 50. Então, na verdade, o que se faz no Brasil é a reedição dos experimentos sociológicos desse marxista chamado Lukács porque uma sociedade sexualizada ela mais facilmente dominada, ela mais contingenciada pelo Estado. Ou seja, você vende mais, comercializa mais. Você domina mais em uma sociedade sexualizada. Outra coisa, nosso país é campeão na pedofilia. É campeão na prostituição infantil. (L.A – apresentador) – A gente está perguntando hoje no Ponto de Vista da Paz FM, onde está faltando ética, na política ou na população? O Gilson faz um comentário aqui pelo whatsapp. (áudio do WhatsApp do Gilson) – Eu trabalho no eixo anhanguera e pude vivenciar um fato da falta de ética de hoje em dia, por causa de tantas leis que vieram a dar tantos direitos. Não que seja contra os direitos. Mas tinha uma mulher se sentindo ofendida e começou a menosprezar nosso motorista. Ele só rindo porque não queria reagir. Aí, ela jogou uma lata de água na cara dele porque achou que ele estava rindo da cara dela. Ela queria pular a catraca para agredi-lo. Aí se ele empurra ela no sentido de se defender, com certeza iria responder pela lei Maria da Penha. Onde vai chegar o ser humano? Hoje em dia os conceitos estão desvirtuadas. (Cristóvão) – Existe o princípio da isonomia mesmo direito que tenho de ser respeitado como homem, a mulher o tem. Então, se a mulher desrespeita o homem, o homem tem direito de se defender. Tem mulheres hoje bem mais fortes que homens e muito homem apanhando em casa que deveria convocar a lei Maria da Penha. Na verdade existe uma inversão de valores que permeia a sociedade em vários aspectos, como esse exemplo citado pelo nosso ouvinte. (Luciano) – A mídia ensina que a mulher pode fazer o que ela quiser, ela pode dar tapa na cara do sujeito. Tem programa de televisão que já abre com um tapa na cara e nas novelas tudo do mesmo jeito. Eu conheço um caso interessante em que o sujeito de um metro e noventa e um e se casou com uma mulher linda. Na lua de mel ela dá um tapa na cara dele. Passaram mais alguns dias e ela deu outro tapa e ele quieto. Quando ela deu o terceiro tapa, ela levou de volta. É claro que o tapa dele é muito pior que o dela. Ela não foi na delgacia porque nesse caso como em muitos outros ela sabia que era responsável. (L.A. – apresentador) – Vamos ouvir agora a Débora. (áudio do WhatsApp da Débora) – Respondendo à pergunta, eu acho que falta ética tanto na política quanto na população, porque o povo sempre deixa tudo pra última hora, o jeitinho brasileiro. Então, acho que falta a ética em todos dos lados. (L.A. – apresentador) - Voltando ao eixo central, porque o assunto é tão vasto que não dá para esgotar em um programa. Você que está chegando aqui agora, nós estamos falando dos avanços que o movimento protestante trouxe pra sociedade moderna. Dentro dessa perspectiva, temos que abordar muitas questões históricas e entre elas o que está passando no Brasil hoje. Essa falta de ética onde ninguém respeita ninguém. A pergunta pra vocês é essa: existe alguma relação entre a busca pela fé e as melhorias da condição de vida econômica? O que falta para o Brasil entrar nos trilhos? (Cristóvão) – Nós precisamos de menos esquerdismo, menos marxismo, precisamos de um Estado menor, precisamos de liberdade econômica. (L.A. – apresentador) Você diz Estado menor, mas os próprios estudantes de São Paulo estão pedindo passe livre. Isso não é pedir mais Estado? (Cristóvão) – São muitas das vezes estudantes doutrinados pelo ideário de esquerda. São Paulo vive uma dicotomia entre PSDB e PT há muito tempo. Então quando PSDB está no poder, o PT pega os movimentos sociais e se antagoniza com o mesmo.

Mas nós precisamos de um Estado menor que respeite nossas crianças, que não queira impor a cultura da pedofilia. E eu queria só acrescentar uma questão que o professor Cavalcante colocou muito bem. O cristianismo é uma coisa tão boa, tão positiva que até no catolicismo foi relevante. Lembrando que Lutero veio do catolicismo. As grandes universidades da Europa que surgiram, todas foram da igreja católica. Os mosteiros conservaram inclusive o conhecimento científico durante séculos na Idade das Trevas, que não teve nada de trevas. O cristianismo foi fundamental. Quando o iluminismo surge, conta-se a história de que a Idade Média foi de atraso, que a igreja obscureceu o avanço científico, mas é tudo inverdade. O catolicismo mesmo na Idade Média foi fundamental para a preservação do conhecimento. E a nossa civilização do Ocidente como a conhecemos nasceu desse fundamento cristão judaico. É isso que estão tentando destruir e nós não podemos aceitar. (L.A. – apresentador) – Luciano, qual seria o caminho? (Luciano) – Realmente essa é uma questão muito importante e que o ouvinte decida aprender. Mas temos que ser mais cristãos de fato. Ontem mesmo estava xerocando um plano de leitura bíblica anual e quando eu mostrei para o cristão que estava ali me atendendo, ele se espantou. Ele disse: nossa, é pra ler a bíblia em um ano? Eu disse que dava só dez minutos por dia. Acho vergonhoso algumas coisas. Esses dias estava em uma igreja e a maioria admitiram que nunca tinham lido a bíblia toda, inclusive líderes. Quer dizer, é vergonhoso para um cristão há mais de dois anos que não tenha lido a bíblia pelo menos uma vez. Então, você que está nos ouvindo, quanto de fato você é cristão? Ou você é mais igrejeiro do que cristão? Nós precisamos fazer com que tenhamos de fato impacto nessa sociedade. Mas com base em que? Um dos primeiros desafios que me fizeram e quero transmitir para vocês é que se você é capaz de observar a razão da sua fé. Explicar que acredita nisso por causa disso e disso, porque razão e fé não são coisas antagônicas. A capacidade de raciocinar é uma coisa do ser humano. Aliás, foi citado aqui pelo Cristóvão a questão das universidades da Europa, mas nos E.U.A tem Harvard e Yale que tem influência evangélica. Francis Bacon, o pai do método científico, era cristão. Então, a ideia de que cristianismo e ciência são antagônicos é uma ideia de gente tapada. Ou a ideia de que quem é cristão não pensa é de gente preconceituosa. Você que é cristão tem que pensar, tem que conhecer a palavra de Deus e obedecer. O cristianismo não está aqui para formar cidadãos melhores, mas é impossível que um bom cristão não seja um grande cidadão. (L.A – apresentador) – Professor Cavalcante fique à vontade – (professor Cavalcante) – O caminho para sair da crise é muito conhecido, mas apesar de se saber a receita não se tem tomado o remédio. Não resta dúvida de que o caminho é o caminho do aperfeiçoamento educacional, técnico. Agora, sem ilusões. A gente não deve confundir escolarização e achar que a escolarização resulta automaticamente em conduta ética. Usando a expressão que o colega usou há pouco, políticos que são ladrões são altamente escolarizados. Agora, o apelo que eu lanço em tom paternal é para aqueles jovens evangélicos que entram para a faculdade. Biblicamente vocês tem o dever de serem os melhores. Parafraseando Santo Agostinho: um bom cristão, um ótimo estudante, um ótimo cidadão, um ótimo trabalhador. Não há como se querer mudar economicamente sem aperfeiçoamento técnico, sem o ter o que se oferecer para a sociedade na qual nós estamos integrados. E um texto da escritura sagrada a este respeito é: em Jesus Cristo estão ocultos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento, Colossenses, capítulo 2, versículos 9 e 10. E se nós queremos essa melhoria, Provérbios 2, temos que trabalhar como um mineiro que cava profundidades pra procurar um pedaço de ouro. É isso que Provérbios 2 e Jó 28 colocam. O caminho é o caminho da educação.

Anexo C

Rádio: Paz FM (89,5)

Programa: Ponto de vista

Data: 22 de setembro de 2016

(...) (pastor Adilson) Tem uma pessoa que passou por tudo. Tem família, é crente, tem um bom testemunho de vida e nós colocamos essa pessoa. O nosso pastor presidente faz uma reunião e é colocado em votação. Essa pessoa tem todas essas qualidades. Vamos apoiar? Aí nós colocamos a pessoa correta para defender, para estar lá como uma atalaia não só do campo que o elegeu, mas do segmento evangélico. (L.A. – apresentador) – Doutor Lucas. (Lucas) – A igreja que eu frequento não tem nenhum curral eleitoral (falha técnica e continuação) (...) Ontem mesmo parou a cidade de Goiânia um movimento liderado por um partido que até recentemente dominava o Brasil, mas agora com seus interesses contrariados levou a sua militância para a rua para manifestar contrário. Por que? Porque seu interesse pessoal está em jogo. Então eles fazem essa pressão psicológica, que é diferente na maioria esmagadora dos segmentos sociais, seja católico, evangélico, espírita, pessoal da Maçonaria, que se organizam para levar adiante a bandeira que eles tem, especialmente no parlamento. (Cristóvão) – Só para exemplificar, na nossa igreja, a Igreja de Cristo, o procedimento é muito claro: qualquer irmão tem direito de se candidatar a qualquer cargo eletivo. Os pastores se reúnem, ouve esse irmão e tendo bom testemunho a igreja pode fazer uma sugestão, mas não se limita a isso. Ele não sobe no púlpito para pregar, ele não sobe no púlpito para defender proposta. É só informar para a igreja que ela tem um candidato e que a igreja entenda que esse é um bom candidato, uma pessoa idônea. É isso. Outra coisa, só vai existir curral eleitoral se o eleitor crente ou não for um idiota, porque o sufrágio é universal, secreto, você fica sozinha de frente para a urna, você não é obrigado a votar a quem em tese foi indicado para votar. Você tem toda liberdade de votar em quem você quiser como bem entender. O próprio voto em si é resguardado para essa finalidade. Então eu não vejo nenhum sentido em se falar em curral eleitoral. Eu não conheço nenhum caso em que houve o uso de curral eleitoral e se houve é por total desinformação e por uma imbecilidade do eleitor que não se justifica. (L.A. – apresentador) – Aqui pelo WhatsApp Ivani Moraes. (áudio da Ivani Moraes) – Boa tarde, Luiz Alberto! Eu acho que a gente tem que votar em quem tem caráter, não importa quem. E eu acho que não tem nada a ver esse problema de política na igreja. A igreja é um lugar como qualquer outro. (L.A. – apresentador) Pastor Adilson, ela coloca duas questões e a primeira diz: não importa de onde é, o que importa é o caráter. (pastor Adilson) – Eu quero esclarecer o seguinte: quando nós vamos citar o nome de uma pessoa do campo de Campinas, indicada pelo nosso pastor presidente Oídes, nós precisamos que seja uma pessoa lá de dentro. E ele falou uma coisa muito verdadeira, há tempo para tudo e agora é tempo de política. Nós não estamos aqui há quatro anos falando de política. De forma alguma. Quando chega há um mês e essa campanha está bem curta, nós falamos de política com muito respeito, não tá sendo agressivo em cima do povo, porque nós respeitamos. A última vez que eu falei, foi depois do culto, aí que teve uma reunião. Então, nós precisamos de um representante para uma hora a gente chegar e dizer: agora eu preciso que você vá lá defender essa causa. Você tem que ir lá. Nós temos 450 igrejas e tem uma perseguição muito grande. Hoje para nós construirmos aqui no município de Aparecida, nós temos que pedir permissão para o vizinho da frente, de trás, dos lados para abrir uma igreja. Você abre um bar, uma boate ou uma casa de show e você não precisa disso. Nós precisamos ter uma representação dentro das Câmaras para irmos atrás e pedirmos os serviços, por exemplo, vai lá irmão, defende a causa honestamente. Não é porque é honesto e estará nos representando. Não, nós temos que colocar uma pessoa que temos o controle para pedir e ter o feedback. (Cristóvão) – O que as

pessoas precisam entender é que o cristianismo está sendo ameaçado e é uma ameaça global. Esse fenômeno do combate ao cristianismo que coincide com o avanço do esquerdismo no mundo afeta o Brasil até a Europa. Então, o cristão não está tendo escolhas no momento. Ou ele realmente enfrenta essa batalha, que é uma batalha pelo cristianismo, pelos valores judaicos cristãos, ou nós vamos sucumbir a este esquerdismo, a essas ideologias que tem como propósito destruir a cultura cristã. Eu vou dar um exemplo, nos Estados Unidos tem o sistema bipartidário, basicamente dois partidos que mandam. Hoje o partido republicano, não digo na sua totalidade porque também está contaminado, tem o candidato Donald Trump que vem para o Brasil em traduções da imprensa totalmente distorcido, por isso que no Brasil ele é impopular. A imprensa criou uma imagem sobre ele totalmente desfavorável. Mas se for a fundo e estudar quem é Donald Trump, quem está por trás de Donald Trump, você vai entender que ele se colocou ao lado do povo evangélico. E do outro lado você tem Hillary Clinton que representa 50 anos de marxismo cultural nos Estados Unidos. Ou seja, 50/60 anos de avanço da política da esquerda americana. Hoje o partido democrata poderia até mudar de nome, poderia ser o partido comunista dos Estados Unidos. As pessoas as vezes acham que o partido democrata é o mesmo partido de Truman de JFK. O partido passou por uma transformação nos últimos 50 anos pela infiltração de marxistas, esquerdistas no seu seio. Hillary Clinton é o ápice desse processo assim como o Obama é. São duas escolhas claras nos Estados Unidos: ou vai se escolher a continuidade da desconstrução do cristianismo naquele país ou se vai escolher uma reação contrária que pode até ser chamada de extremada que se faz necessária se o cristianismo quiser sobreviver e se os Estados Unidos quiser continuar a ser a luz do mundo cristão. (Lucas) – Parte-se do princípio que todo candidato tem que ter caráter. Agora tem que analisar a conduta moral e ética daquela pessoa. Verificar onde ele foi formado, forjado, porque nós podemos também sofrer decepção com irmãos. Isso faz parte do processo, pois todos nós estamos sujeitos a isso. Pastor Adilson foi muito feliz quando falou aqui, que não foi durante uma reunião de celebração que se foi falar em política. Foi em uma reunião posterior, ou seja, fica quem quer. E se elege um que não corresponde a expectativa daquela sociedade que o elegeu daqui quatro anos a população tem todo direito de votar em outro. O pastor Cristóvão nos faz um alerta do enfrentamentos. Nossos filhos vem sofrendo via Ministério da Educação. Então se votarmos em qualquer um assim, daqui a pouco você que tem seus filhos pequenos igual eu tenho vamos nos sujeitar a uma cultura totalmente diferente dos princípios bíblicos que norteiam a nossa vida em primeira e última instância. (L.A. – apresentador) – A pergunta do nosso Ponto de Vista hoje é: irmão deve votar em irmão? Qual a sua opinião a respeito do assunto? Luiz Alberto ,eu sou a Geralda, moro no setor Conde dos Arcos e acho que o cristão deve votar em um cristão verdadeiro porque eu não acho certo nos dias de culto, por exemplo, um irmão ficar na porta da igreja e nem cumprimentar os irmãos e já vai logo perguntando em quem as pessoas irão votar e entregando os santinhos. Geralda, essa sua colocação é boa. Me permita fazer a partir da sua opinião uma pergunta para nossos convidados. É correto falar de política na igreja? O que vocês acham? Responderemos no próximo bloco. (L.A. – apresentador) Irmão deve votar em irmão? Esse é o tema do nosso Ponto de Vista de hoje. Nossa foto está na Fanpage, da esquerda para a direita doutor Lucas Fernandes que é advogado tributarista e também de direito público, ao lado o pastor Cristóvão que também é advogado tributarista e pastor da Igreja de Cristo do setor Façalville, ao lado Luiz Alberto e logo em seguida pastor Adilson que é dirigente da igreja Assembleia de Deus na Vila Boa e membro do conselho político do campo de Campinas. A nossa ouvinte Andrea de Senador Canedo enviou um áudio pelo WhatsApp. (áudio da Andrea) – Eu não concordo que igreja tem que falar de política, tem que falar de outras coisas. Hoje muitos crentes tem perdido o foco, que é Jesus, e ficam falando de política. Irmão tem que votar

em irmão quando você ver que tem um projeto bom. Muitos estão dentro dos templos, mas não estão preparados para governar. (L.A. – apresentador) – Obrigado pela participação. Aproveitando aqui a Andrea e a Geralda do Conde dos Arcos, é correto falar de política na igreja? (Lucas) – Vamos lá. Tem que entender por parte essa resposta. O templo é prioritariamente para celebração de cultos ao nosso Deus. Contudo, há uma comunidade que se reúne ali. Alguns templos há mais tempo estabelecidos tem seus salões de festas onde a comunidade se reúne para após do culto ou antes do culto debater ou familiarizar. O bispo Manuel Ferreira escreveu um livro que fala o seguinte: nós somos cidadãos do céu e enquanto cidadãos do céu nosso destino é o céu, é a nova Canaã. Nós não temos na condição espiritual a necessidade daqui. Contudo, temos os pés na terra e tendo os pés na terra nós temos as necessidades como qualquer cidadão. Nós precisamos de pessoas que nos represente neste aspecto. E outra coisa, dentro da igreja no momento da celebração do culto não é a hora de falar da política, mas de adorar a Deus. Mas nada está de errado quando o líder da igreja que você frequenta convida os seus fieis para debater política. Até porque a nossa vida com os pés na terra passa pela política, a educação do meu e seu filho perpassa pela política, a saúde pública passa pela política, a segurança pública passa pela política, a gestão dos impostos que nós pagamos passa pela política. Então se nós que somos crentes não falarmos de política, nós seremos governados por pessoas sem temor, sem respeito ou por pessoas que não te respeitarão por causa da sua convicção de fé e de vida. A não ser que essas pessoas que estarão lá também tenha o mesmo pensamento que você ou segmento que representa. (pastor Adilson) – Eu nasci escutando para não assistir televisão porque televisão é coisa do diabo. Aliás, as grandes emissoras foram adquiridas por homens e mulheres que não tinham princípios e começaram a enfiar coisas na televisão que nós tivemos que ouvir, ver... Agora que acordamos, outros segmentos evangélicos estão adquirindo emissoras de televisão pra pregar a palavra do senhor. A mesma coisa é a política. Hoje nós podemos ver os deputados federais que estão lá na bancada evangélica fazendo a diferença. São 93 deputados que fizeram a diferença, pois blindaram a família contra as leis absurdas. São os atalaias vigiando o meio evangélico, os princípios da palavra do senhor pra fazer a diferença. (Cristóvão) – pastor Adilson só complementando, a bancada evangélica quando trata de assunto relacionado a família se une com a bancada católica porque tem os mesmos princípios. (L.A – apresentador) – Estou aqui no WhatsApp e a Edite do bairro São Domingues tem um áudio, vamos escutar. (áudio Edite) – Na minha opinião, eu acho que irmão deve sim votar em irmão, porque nós temos que ter consciência de colocar lá para nos representar homens de Deus, homens que estarão lá com o coração voltado para o Senhor. (Cristóvão) – Irmã Edite, faço de suas palavras as minhas e acrescento o seguinte: os Estados Unidos foram formados a partir de cem famílias que chegaram em um barquinho chamado manflower, aportaram ali fugindo da perseguição religiosa da Europa. Dessas cem famílias, cinquenta morreram no primeiro inverno e milagrosamente os índios ensinaram os outros cinquenta a sobreviver. Eles assinaram um pacto, chamado de manflower, em que eles disseram que construiriam uma nação para Jesus Cristo. Eles não fizeram isso apenas cultuando a Deus dentro da igreja. Havia as casas paroquiais e nessas casas a política era feita, os representantes eram eleitos. E essa nação se tornou a grande nação do mundo. Então, não tem como desvencilhar o ser humano das duas coisas, pois somos alma, corpo e espírito. Nós precisamos discutir a política com qualidade na igreja. Precisamos trazer pessoas que conheçam as ciências políticas, precisamos entender esses movimentos destrutivos de esquerda em especial o marxismo cultural, o esquerdismo e outros movimentos que estão destruindo os valores judaicos cristãos no mundo inteiro. A Europa é hoje um continente perdido espiritualmente. Nós estamos caminhando na mesma direção das igrejas dos Estados Unidos

porque muitas igrejas no auge do avanço da esquerda nesse país se recolheram em muros e não tiveram coragem de apontar os problemas. Essas pessoas estão a cinquenta anos na dianteira. E só agora começamos como igreja a nos despertar para esse fenômeno. Esse tema tem que ser estudado sim. O fiel tem o direito de conhecer isso. Se nós não temos o conhecimento, vamos trazer para a igreja quem tem. Estou falando de discutir ciência política com qualidade. Nossos irmãos tem o direito de ter esse conhecimento. E se o governo não fornece, nós temos que fazê-lo, pois é da nossa responsabilidade. Nós estamos sendo atingidos diretamente como cristãos, basta ver a questão da ideologia de gênero neutra que querem impor aos nossos filhos de escola pública e escola particular. Esse material didático do MEC é um lixo. Eu tenho filho pequeno em escola particular cara, os livros são um lixo, não tem qualidade, mesmo sem coisas que contrariem a minha fé, são pobres. Meu filho tem um ano que está estudando a cultura indígena e negra. Não tem uma referência do cristianismo, uma referência da cultura europeia. Isso está nos livros que são vendidos para nossos filhos e isso tudo é política. Como que nós cristão vamos omitir em relação a isso? Satanás está colocando suas garras sobre o mundo e nós vamos nos omitir porque não é ético discutir política na igreja. Isso é uma levandade. Nós temos que discutir sim a boa política para em época de eleição ter o discernimento de fazer boas escolhas. O bom cristão deve votar em outro bom cristão. (pastor Adilson) – Tem pessoas que são contra falar de política. Eu como pastor de igreja vejo a insatisfação quando a gente está orientando o povo, dando um alvo para as pessoas. Mas é interessante que quando acaba o culto a pessoa está lá na cantina vendendo salgadinhos, vendendo algum produto que trabalha... Mas a igreja não é só a palavra do Senhor? A gente está aqui, a gente tem que se virar. O pastor Lucas estava aqui mencionando em off que de madrugada essas pessoas ligam para quem? Para o pastor. Meu filho está passando mal, daí a gente sai de madrugada vai lá e procura um vereador, um deputado, mas isso ninguém vê. O pastor Oídes tem 450 igrejas são setenta e dois mil membros. É todo dia alguém batendo lá querendo alguma coisa pra ajudar. Ah, não pode falar. Irmão, nós não estamos falando 100% é pouca coisa. É irrisório o tanto que a gente fala de política. As pessoas ficam revoltadas com o pastor, algumas até saem da igreja. Na ceia retrasada houve pessoas que se levantaram no final. Que isso? Vamos ter maturidade espiritual e maturidade como cidadão pra ver que as coisas não funcionam dessa forma. (L.A. – apresentador) – A Elba do Jardim Inês responde nossa pergunta pelo WhatsApp. (áudio Elba) – Acho esse debate importantíssimo. Na minha opinião, o pior analfabeto é aquele que é analfabeto político. Eu acredito que nós devemos sim eleger pessoas que tem temor de Deus, que carrega os princípios da palavra e pessoas que tenham capacidade para estar ocupando esses cargos. Eu concordo que política deve ser incentivada sim dentro da igreja porque só assim iremos mudar nosso país. Nós não podemos ser omissos. (L.A. – apresentador) – Já que tem muita gente que fica chateada, como deveria ser a forma correta de discutir política na igreja? É fazer uma reunião fora, conversar antes não só no processo eleitoral... A resposta no próximo bloco. (L.A. – apresentador) – O assunto do Ponto de Vista hoje é: irmão deve votar em irmão? Os pastores Cristóvão, Lucas e Adilson participam aqui com a gente. Agora o áudio da Maria Ferreira de Trindade: Eu gosto de política, acho que tem que falar mesmo porque a política move o mundo. Olha os Estados Unidos a potência que é e a briga que está tendo lá. A única coisa que eu acho é a seguinte, eu acho que pra ser candidato deveria ter segundo grau, mas lei é lei. Outra coisa que acho absurdo é o menino poder votar com 16 anos e não poder trabalhar. O tema é bom e deve ser sim falado na igreja. (L.A. – apresentador) – Ela fala duas coisas aqui que as pessoas pensam, mas parece que não é verdade. Primeiro ela fala que o candidato deveria ter o segundo grau. O que a lei fala sobre isso? (lucas) – A lei fala que o cidadão tem que ser alfabetizado. Maria Ferreira é bom saber que existem pessoas esclarecidas como você. Você faz duas

observações: lei é lei pra o candidato e para o menor de 18 anos . Quem fez as leis? São as casas de leis, Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa e o Congresso Nacional. Então lei é lei até se fazer outra lei por homens e mulheres que podem revogar esse pensamento. Vai começar no Brasil uma briga previdenciária e o meu coração dói porque minha carteira foi assinada como trabalhador aos catorze anos. Eu estou com trinta anos de contribuição e vou ter que me aposentar com 65. Eu sei que no coletivo precisa achar uma solução para a previdência. Eu sei que a partir do momento que você votar em homens e mulheres corretos, honestos e que tem o mesmo princípio seu te dará um bom resultado. (L.A – apresentador) Maria Ferreira, é um mito pensar que jovem não pode trabalhar. Jovem pode trabalhar sim. Existem programas em que o jovem pode ser inserido. Então, é um mito dizer que o menor de idade no Brasil não pode trabalhar. É bem verdade que dos anos de 1990 pra cá, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, houve algumas mudanças que tiveram restrições para os jovens trabalhar. Mas não é proibido. Pode e deve. Lázaro Júnior do setor Centro Oeste diz: não podemos votar em um político só porque ele diz que é evangélico, tem que ser competente e pensar na comunidade como um todo. Não sou contra votar em político que seja cristão, mas incentivamos a todos a pesquisar sobre os projetos, os planos e o histórico desse candidato antes de votar. (Lucas) – Quero trazer um exemplo prático desse cidadão competente: eu trabalho na prefeitura de Bela Vista de Goiás. Sou advogado e presto serviço para aquela cidade até o final do ano agora. Lá tem um prefeito que é crente, mas a primeira qualidade dele não é ser crente, ele é competente. Ele tem qualidade suficiente para ser gestor daquela cidade, ele revolucionou Bela Vista de Goiás. Se tivesse terceiro mandato, o prefeito Eurípedes do Carmo estaria reeleito. Nós temos uma pesquisa que foi feita na semana passada, que ele está com 75% de aprovação faltando três meses para acabar o segundo mandato. Então, ele é crente, ele é sal e luz. Mas ele é competente, sabe fazer as coisas e anda para frente. Não tem caráter perseguidor, pois faz para todos. Pergunte o pessoal de Bela Vista de Goiás que você terá essa percepção de como foi a administração de um cristão temente a Deus. Até porque 90% dos brasileiros são cristãos. Agora e competente e temente a Deus? (L.A – apresentador) – Tivemos um exemplo aqui em Senador Canedo alguns anos atrás. Tem um candidato hoje em Goiânia que já foi prefeito em Senador Canedo, pergunte como a administração que revolucionou a cidade. Então, como se tem um cristão que é realmente competente e que age de forma correta, as coisas mudam. Feliz é a nação cujo Deus é o senhor. Outra coisa, o povo se alegra quando o justo governa. Independente se é cristão ou não, quando o justo governa o povo se alegra. A Sandra Batista do setor Façalville, que é da Embaixada Rocha Viva, diz que a respeito da política na igreja é da mesma forma quando Jesus entrou e viu aqueles homens vendendo, se aproveitando do templo, eu acredito que Jesus não se agrada disso não. Eu não gosto e não concordo porque a casa de Deus é casa de pregar o evangelho. Sobre a questão de Jesus ter tomado aquela atitude meio extremista tem uma explicação histórica e lógica. Pode falar pastor Cristóvão. (Cristóvão) – Eu respeito o ponto de vista da Sandra, mas há um equívoco, porque a passagem na verdade faz uma crítica é de se usar o templo como uma espécie de empresa. São aquelas igrejas, iguais nos dias de hoje, que são criadas com fins empresariais em que o fiel é explorado, sangrado e nós temos exemplos, mas não vamos citar nomes. Quando o indivíduo é mal caráter, a igreja é um excelente negócio, mas e contra isso que Jesus se levanta. Agora em momento algum Jesus condena que a igreja tenha acesso ao poder político ou que não possa discutir na igreja. Tanto é que a igreja surge como organização política. O que é a política? É a ciência da relação entre os homens. A igreja é a relação entre os homens com o propósito de alcançar vidas através do nosso senhor Jesus Cristo. O problema é que a política no Brasil é tão prostituída que as pessoas tem uma visão negativa sobre ela a ponto de achar que política não pode ser discutida na igreja.

Pelo contrário, como eu disse nós estamos no meio de uma revolução cultural, no meio de uma guerra cultural. E eu quero te dar uma má notícia irmã, nós estamos perdendo essa guerra. Se não houver um ato de Deus, nós vamos perder essa guerra. No mínimo nós temos que fazer algum tipo de resistência e só conseguiremos se tivermos uma formação política de qualidade, se tivermos representantes de qualidade. E pra finalizar eu vou dar um exemplo simples: nós ficamos mais de uma década vivendo um governo federal totalmente laico e anticristão. Quer dizer, os crentes foram isolados da administração pública. E qual foi o resultado? Respondem minha pergunta. O resultado de um governo totalmente laico durante mais de uma década é positivo? Quando um povo como nós, conservadores cristãos, é tirado a pretexto de alegar que o Estado é laico, os resultados são desastrosos, porque Estado laico não é Estado ateu. Somos um povo de formação cristã e não temos que ter vergonha disso e nem ter vergonha de trazer isso para a política. Mesmo depois de dez anos nós resistimos e estamos tentando reverter esse processo destrutivo de um Estado sem Deus. (pastor Adilson) – Meu pai era maestro e nós íamos no museu do Ipiranga fazer culto ao ar livre no domingo. Todo domingo fazíamos culto ao ar livre. Quando a prefeitura de São Paulo passou para as mãos dos esquerdistas, simplesmente cercaram o museu do Ipiranga e proibiram ter qualquer movimento ao ar livre de culto. Podia ter berimbau, mas culto não. Isso passou pela Câmara Municipal e tinha um vereador que se chamava Adilson Rossi e ele o único evangélico lá dentro. Ele brigou, falou, mas passou para o Plano Diretor. E no museu do Ipiranga não pode ter culto. As vezes as pessoas reclamam que não podem fazer mais culto no museu do Ipiranga, mas quando falamos em eleger um homem de Deus a pessoa vai contra. Pode ser homem ou mulher de Deus pra fazer a diferença porque na hora que for colocado uma pauta lá como esse projeto do museu do Ipiranga explicar que a decisão vai prejudicar o povo evangélico. (L.A. – apresentador) – O Emival fala com a gente aqui no WhatsApp. Irmão deve votar em irmão? (áudio Emival) – Boa tarde! Eu concordo que a gente pode como deve votar em irmão. O que vale mesmo é analisar as propostas do candidato, rever sua administração na política. Quando é irmão a gente coloca esse voto de confiança. Aliás, ele não deve administrar pensando em uma determinada religião. Ele vai administrar a cidade. Temos que reforçar e botar pessoas de Deus lá. (L.A. – apresentador) – E você que está na Paz FM acha que irmão deve votar em irmão? (...) Estamos conversando com o pastor Cristóvão, o pastor Lucas que também é advogado como o pastor Cristóvão e o pastor Adilson que é membro do conselho política da igreja Assembleia de Deus. Vamos escutar a opinião da Jânia. (áudio Jânia) – A paz do senhor. Boa tarde a todos. O tema de hoje é um tema muito bom, tema propício para as eleições nos próximos dias. Eu estou amando e nós temos que votar em um cristão, pelo menos em uma pessoa que tenha o temor de Deus, porque se não tiver alguém para nos defender, estamos perdidos. (L.A. – apresentador) – Para finalizar, pastor Lucas: irmão vota em irmão? (Lucas) – Eu quero agradecer o privilégio de mais uma vez participar aqui com você e com meus pares. A você que nos ouve tenho uma palavra de sugestão: vote no irmão ou vote na irmã desde que ela tenha caráter, tenha princípio e principalmente que você veja competência nessa pessoa para te representar. E que você veja nessa pessoa que estará ocupando o cargo uma visão de que ela seja missionária para testemunhar Jesus, seja pelo seu modo de agir e pelo seu modo de ser. E o resto é a palavra do nosso pastor: para frente sempre e deixar que Jesus seja a nossa luz. E que participemos de tudo com zelo e princípio cristão. Abraço a todos. (L.A. – apresentador) – Dica final do pastor Cristóvão: irmão deve votar em irmão? (Cristóvão) – Primeiro quero agradecer por participar dessa mesa, que é uma das melhores que participei, com irmãos queridos, pastores. Eu só quero enfatizar algumas coisas para finalizar. Nós cristãos precisamos entender que estamos no meio de uma guerra cultural, nós estamos no meio de um processo de revolução cultural que não é

só no Brasil. É um processo global. E nós precisamos estudar o assunto, pois o voto é o coroamento de um processo de despertar. A palavra de Deus fala que se conhecermos a verdade ela vai nos libertar e nós temos que conhecer a verdade em um todo. Eu preciso entender o que é o movimento esquerdista, o que é o marxismo cultural, o que é o ateísmo, como essas forças se digladiam umas com as outras e entender que nós somos adversários comuns a todas essas forças que vão contra os cristãos. O cristianismo mundial seja católico ou protestante é o adversário do marxismo cultural, é o adversário do esquerdismo. Se nós não tivermos essa consciência, nós não vamos entender a relevância de discutir política na igreja e é uma relevância mais que urgente porque estamos há décadas defasados. Enquanto nossos adversários discutem estratégias políticas há 200 anos, nós estamos discutindo a poucos anos e isso é um problema. Que Deus desperte em nossos corações uma sede por esse conhecimento pela ciência política, conhecimento de irmãos idôneos, capacitados que possam nos representar com dignidade. Não só a nós, mas a todas as pessoas de bem. Que busquemos esses irmãos e que tenhamos consciência que um bom cristão deve votar em um bom cristão e que isso hoje é urgente porque estamos sendo devorados por ideologias destrutivas. Que Deus abençoe todos. (L.A.- apresentador) – Inácio agora pelo WhatsApp. (áudio WhatsApp) – Eu concordo com esse irmão aí, mas não sou a favor de discutir isso na hora do culto. Concordo que tem que falar e orientar, mas em outro horário porque o culto é para Deus. Mas acho que irmão deve votar em irmão sim. Pastor Adilson sua palavra final: irmão deve votar em irmão? (pastor Adilson) – Quero agradecer pelo convite e agradecer pela vida do pastor Lucas e do pastor Cristóvão. Eu quero dizer para os amados ouvintes que quando é colocado um candidato com cobertura espiritual, o líder orou, pesquisou e fez um trabalho. E nós temos que ser obedientes e fazer o que nosso líder maior está pedindo. Vamos colocar homens e mulheres que farão a diferença em defender a causa nossa. Eu quero que você esteja orando e pedindo a Deus, principalmente em nosso campo temos mulheres de Deus que estão se candidatando. E que você também possa estar fazendo isso na prefeitura porque temos aí homens de Deus, tem pessoas novas com um pensamento bom pra dar continuidade ao crescimento da cidade de Goiânia que está muito abandonada. Nós precisamos fazer algo novo e tem homens aí que tem condições de fazer a diferença. Que Deus abençoe e obrigada por tudo. (L.A – apresentados) – Obrigado a você que nos acompanhou e obrigado Elicênia Pires da cidade de Cristianópolis ela diz que o assunto é ótimo, concorda que é importante votar em irmão justamente por defender a bandeira do evangelho. Isso é muito sério e devemos ter consciência. Obrigado pela sua audiência, Elicênia. Estamos finalizando mais um programa Ponto de Vista que acontece de segunda a sexta (...).

Anexo D

Rádio: Difusora (640 AM)

Programa: Jornal

Data: 26 de setembro de 2016

(apresentador) - Nós estamos chegando na última semana da campanha eleitoral e nós temos indecisos demais. O índice de indecisos está praticamente como terceiro colocado. E conversando com as pessoas, padre, e por conta de estarmos aqui na rádio fazendo um programa jornalístico as pessoas chegam e falam: em quem devo votar? Como que eu faço para votar? Eu sempre falo assim, eu não posso dizer para o senhor em quem votar. Teve uma pessoa que chegou a trazer um papelzinho aqui dizendo que não sabia em quem votar e pediu para eu falar, mas não posso falar. Eu tenho minhas preferências e cada um precisa ter a sua. Parece que até hoje o eleitor está indeciso, além de indignado. Parece que está com dificuldade de fazer esse discernimento pra saber em quem votar. Será só descrença? (padre Jesus Flores) - Acho que são vários elementos, porque a campanha eleitoral desse ano não atingiu o emocional das pessoas. As pessoas gostam mais do emocional do que pelo intelectual. O que a pessoa quer mesmo é o emocional. E essa campanha, de fato, foi muito fria e não tiveram quaisquer forças para atingir a emoção das pessoas. Não houve produção nem emoção dos candidatos até porque o tempo foi muito curto e cada um tentando convencer a partir da parte intelectual. Não houve qualquer trabalho no nível emocional. E como não atingiu o emocional, as pessoas não foram atingidas. A grande maioria da população é atingida pelo emocional. Nesse quesito emocional, as campanhas não fizeram nada, pois todos queriam ser racionais. E ficaram de argumento em argumento e para o povo isso não serve para nada. (apresentador) – A gente sempre tem falado aqui das diferenças da campanha eleitoral desse ano. Tem pouca movimentação em relação aos anos anteriores. A veiculação de propagandas em carro de som está menor, distribuição de santinho está muito menor por causa dos próprios limites que a legislação tem obrigado. E a alternativa tanto para os candidatos à prefeitura como para os candidatos a vereador é a movimentação nas redes sociais. Uma eleição curta, com pouco recurso, com uma série de limites e o que sobra como alternativas são as redes sociais. Então os candidatos estão trabalhando e confiando na repercussão que tem suas postagens e publicações. Tem candidato que chega a fazer programa eleitoral somente focado nas redes sociais, pois o tempo é bastante limitado. Talvez essa eleição seja prova de fogo, porque nunca fizemos uma eleição em que as redes tivesse uma importância tão grande. Será uma prova de fogo também para os marqueteiros. Será que vão saber utilizar a força das redes sociais nas eleições? Será que vai dar algum resultado? (padre Jesus Flores) – Você que mexe com isso, que futrica nisso, acha que está valendo a pena utilizar as redes sociais para o trabalho eleitoral? (apresentador) – Tem aqueles que sabem utilizar e utilizam de forma inteligente para debates e tal, mas tem aqueles que não investem. Tem políticos que utilizam de forma inteligente, sem encher o saco do povo no WhatsApp, sem encher a timeline da gente, não fazem pedidos escandalosos de voto, mas colocam temas para discussão. Eu penso que esse é o diferencial entre aqueles que simplesmente pedem voto e faz um bocadinho de promessas e aqueles que de fato aproveitam para debater a cidade e são poucos que fazem isso. Minha percepção é essa! Tem candidatos que acham que é só colocar o santinho na rede social e está valendo. Isso não dá resultado. (padre Flores) – Tem gente que pensa que está abafando, mas está apenas perdendo tempo. (apresentador) – Tem profissionais do marketing que estão ganhando muito dinheiro com esse trabalho nas redes sociais. Mas os candidatos não têm muitas alternativas já que fazer panfleto é caro e não pode jogar na rua porque o candidato pode ser punido. Sem falar no alcance da rede social que é bem maior. Mas como o senhor disse é um público segmentado. Agora eu não sei se esse público que tem acesso às redes sociais que a gente coloca entre 16 e 33 anos está interessado em acompanhar, curtir e repercutir. No meu caso, que não faço campanha nenhuma, não compartilho nem curto porque não estou interessado em ajudar nenhum candidato, inclusive tenho muitos amigos candidatos. Mas é um fenômeno novo, padre. Creio que nunca tivemos uma dependência tão grande das redes sociais para realizar uma campanha eleitoral. (padre Flores) – O pessoal não aprendeu usar rádio nem televisão para as campanhas eleitorais porque deixaram de fazer campanha

para fazer marketing e muitas vezes de forma errada como nas últimas eleições presidenciais. (apresentador) - Se não aprenderam com o rádio e a televisão, tomara que aprendam com as redes sociais. A rede social te dá uma liberdade, mas tem muitos inconvenientes. A Zenaira da Vila Lucy ligou aqui pra gente e perguntou se anulando o voto esse voto vai para algum candidato. E se tivermos 51% de votos nulos se a eleição é anulada. Zenaira voto nulo não é voto válido. Quando se conta os votos, contam-se os votos válidos e voto nulo não é voto válido. (padre Flores) – O voto nulo e branco não é contado. (apresentador) – outro ouvinte aqui não diz o nome, mas ele fala que o PT acabou com o Brasil e que agora o povo fala que é culpa do governo atual. Agora essas greves nos prejudicam mais ainda que são manobras do PT para desestruturar o governo. (padre Flores) – A corrupção no país não começou com o PT. No escândalo da Petrobrás entrou PT, PMDB, PP e muitos parlamentares envolvidos. Eu não tenho nada com partido político, nunca me filiei e não tenho compromisso com ninguém. Também não tenho nenhum compromisso com o governo Temer. Não tenho nenhum compromisso com a infidelidade nem se foi ou não golpe. Agora dizer que a greve na saúde em Goiânia é golpe do PT contra o governo Temer é uma ofensa contra os funcionários públicos de Goiás. Dizer que os funcionários públicos do Brasil estão apenas fazendo greve por causa do PT é uma ofensa aos funcionários públicos do Brasil.

Essa questão da previdência vai atingir todos. E o pode tem que entrar para discutir. A Previdência precisa ser discutida. A questão salarial dos funcionários públicos. A questão do teto salarial precisa ser discutida no Brasil inteiro. E essa coisa que todo mal veio do PT e todo bem de Michel Temer é uma tolice, infantilidade. A imprensa brasileira é tendenciosa, é mentirosa, é partidária. Por isso, abram os olhos com esse governo porque eles estão ligados com os patrões, com o FMI, com a banca internacional e podem estar trabalhando para eles e não para o Brasil. Prestem atenção! Acordem! Acordem em quanto é tempo! (apresentador) – O Sebastião enviou mensagem falando que tem candidato em Goiânia prometendo as sete maravilhas. Ele pede para o eleitor ficar acordado. Outro ouvinte diz que o PT foi o que mais roubou em Goiás. (padre Flores) – Todos roubaram. Todos os políticos no Brasil roubaram. Todos, todos, todos! Nunca falei que o PT não roubou. Todos os partidos roubaram e muito. (apresentador) – O Ronivon diz que a Lava Jato só foca em gente do PT. (padre Flores) – Isso é verdade. Quando é de outro partido não tem esse alvoroço todo. Parece que o barulho só acontece com o PT. No Supremo também se faz muito barulho com o PT. (apresentador) – Eu tenho a sensação de que vão criar uma cortina de fumaça. Pega esse, pega aquele e deixa esse do jeito que está. (padre Flores) – Quando se agride determinados setores, algumas operações são passadas rapidamente e jogadas de lado. Quando aparece Aécio Neves joga para o lado. Quando apareceu Renan, José Sarney, Romero Jucá e Temer tudo foi jogado para o lado. Existe uma seletividade, principalmente em Curitiba. Tudo parece ser feito para ocupar as capas dos jornais e das revistas. Todo domingo eu compro as revistas e vejo a seletividade que vem acontecendo. Dizer que há um partido inocente no Brasil não existe. Todos são culpados. Todos são grandemente criminosos. Todos devem ser punidos rigorosamente. Todos devem ser julgados rigorosamente. E todos que forem encontrados no crime devem ser punidos rigorosamente. Tem exceção? Tem.

Anexo E

Rádio: Difusora (640 AM)

Programa: Jornal

Data: 29 de setembro de 2016

(padre Jesus Flores) – Nessa eleição os recursos foram poucos, ninguém pôde gastar como antes com quantidades absurdas de cabos eleitorais balançando bandeiras em todas as esquinas da cidade, cavaletes em todos os canteiros, santinhos esparramados em todas as ruas, programas de rádio e televisão produzidos de uma forma caríssima. Nessa eleição não houve nada disso. Tudo foi produzido de uma forma mais simples possível, com o mais barato e com político tirando dinheiro do próprio bolso. Com uma campanha pobre vamos ver o resultado no próximo domingo. Saber quem é quem nessa história. O jogo já está jogado. Agora é só esperar o resultado. Domingo a coisa já estará resolvida.

ANEXO F

Rádio: Fonte FM (103,7)
Programa: Tribo da Alegria
Data: 30 de setembro de 2016

(apresentador) – Não esquece que neste domingo teremos o processo democrático em que vamos escolher nossos representantes, vereadores e prefeitos. Eu quero realmente pedir para você que analise bem os candidatos. Alguém pode dizer: ah, mas eu não vou votar em ninguém. Vou anular tudo. Deixa eu te falar um negócio, não faça isso. É importante que você vote. É importante que você analise seu candidato e que você realmente se lembre em quem votou para poder cobrar depois. Na propaganda eleitoral e no plano de governo consta o que cada prefeito irá fazer. Vocês devem estar cientes para depois cobrar. Pesquisem bem a vida do candidato que vocês escolheram. Eu tenho um critério. Sempre entro no site do TRE para ver a questão dos meus candidatos, saber se são do grupo de ficha limpa. Também entro no Tribunal de Justiça e vejo se tem algo. Tem muitos candidatos a vereador que nem sabem o que faz um vereador. As vezes por voto de protesto colocam lá e eles ficam por lá por quatro anos simplesmente recebendo e mais nada. O vereador é um legislador. Ele tem poder legislativo. Neste domingo então tem eleições municipais. Verifiquem os candidatos a reeleição. O que esse candidato fez nos últimos quatro anos? Se não fez nada pula fora porque vai continuar do mesmo jeito.

Anexo G

Rádio: Paz FM (89,5)

Programa: Ponto de vista

Data: 30 de setembro de 2016

(L.A - apresentador) Olá, boa tarde! Hoje o tema do nosso programa Ponto de vista é: irmão deve votar em irmão? E hoje a bancada está recheada, pastor Oídes José do Carmo, nosso pastor presidente, pastor Josué Gouveia, pastor presidente do Ministério Vila Nova, pastor Eurípedes do Carmo, prefeito de Bela Vista de Goiás e você pode discutir com a gente pelo WhatsApp a partir de agora 81542638. Você acha que irmão deve votar em irmão? A gente começa com o seguinte pensamento: o pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, não participa dos acontecimentos políticos, não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato, do remédio e depende das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. E aproveito a brecha para dizer: como desenvolver a consciência política se você não tem essa compreensão da complexidade? Agora a gente pergunta: Como desenvolver a consciência política no meio cristão? Como despertar os valores de cidadania? Você acha que cristão deveria votar em cristão, que irmão deveria votar só em irmão? Estes e outros assuntos a partir de agora no Ponto de vista da sua Paz FM. Estamos recebendo aqui nos estúdios da rádio Paz FM o nosso pastor presidente Oídes José do Carmo que é presidente da Convenção Estadual das Assembleias de Deus Madureira, presidente do Campo de Campinas e presidente do Sistema Evangélico de Comunicação do qual a rádio Paz faz parte. Agradecemos sua presença, boa tarde pastor Oídes! (Pr. Oídes) - Boa tarde Luiz Alberto, boa tarde a todos ouvintes. E já de início aqui abraçar meus colegas de hoje, meu irmão Eurípedes do Carmo e o pastor Josué, amigo nosso de longas datas. É um prazer voltar aqui na nossa rádio. Eu sei que venho pouco aqui até porque confio na minha equipe que segura o Ibope lá em cima. E também devido minhas atividades que exerço na igreja, na convenção, no Brasil, não tenho muito tempo. Estou aqui aos domingos ao meio-dia no programa “A voz do pastor”. Dou graças a Deus por estar aqui hoje para debater, para tratar de um assunto de suma importância e que está em voga. A bíblia diz que há tempo para todas as coisas, a ideia é que não se discuta esse assunto aqui, porém esse é um momento oportuno para essa discussão. (L. A – apresentador) A sua equipe está indo muito bem. O pastor Elizeu Lima é um baita profissional, o senhor está bem representado aqui. Além do pastor Oídes, pastor Josué Gouveia que é pastor presidente da Assembleia de Deus do Ministério Vila Nova. Talvez seja um dos presidentes mais novos do Estado de Goiás ou do Brasil. Está correta essa afirmação, pastor Josué? Boa tarde! (Pr. Josué) – Boa Tarde, Luiz Alberto! Boa tarde a todos os ouvintes! É uma alegria poder estar aqui falando desse assunto. Quero parabenizar a rádio por discutir esse assunto, para trazer esclarecimento para a população. Respondendo sua pergunta, eu realmente não sei. Tem o pastor Darlan que é mais jovem... (L. A – apresentador) – A gente também está recebendo aqui o pastor Eurípedes do Carmo, que é uma pessoa muito apropriada para participar do nosso programa de hoje porque também é prefeito, exerce um cargo político. Ele é prefeito da cidade de Bela Vista de Goiás pelo Partido Social Cristão e o pastor Eurípedes é um dos prefeitos de melhor avaliação do Brasil nos últimos oito anos. Ele está finalizando o seu segundo mandato e mudou a cara de Bela Vista de Goiás. O povo de Bela Vista anda mais feliz nas ruas depois de quase oito anos de mandato do pastor Eurípedes. Boa tarde, pastor Eurípedes! (pastor Eurípedes) – Boa tarde, Luiz! Boa Tarde, ouvintes! É um prazer imenso estar aqui trocando umas ideias com todos vocês. (L.A – apresentador) – O pastor Eurípedes é nosso diretor administrativo aqui e também irmão do pastor Oídes. A primeira pergunta para vocês e para nossos ouvintes é a seguinte: vocês acham que irmão deve só votar em irmão? Antigamente a gente era meio parecido com essa definição de que a gente era meio analfabeto político. Todo mundo pensava que política era coisa do diabo. E aí entregou tudo para o diabo tomar conta. Hoje, já tem outros em outro extremo pensando que a política vai resolver todos os problemas da humanidade. Vocês acham irmão deve votar em irmão? Faltam apenas dois dias para a eleição acho que essa reflexão é boa vindo de líderes e pessoas esclarecidas como vocês. (pastor Oídes) – É claro que na medida do possível sim, mas não que seja algo

obrigatório ou constrói um projeto nesse sentido. Além de que muitas vezes no processo eleitoral nem existe irmão que concorre. Às vezes não existe diretamente um irmão. A gente procura utilizar aquele versículo da bíblia “faça bem a todos, principalmente aos da família da fé”, dá preferência. Mas tem muitas nuances. Acho que devemos usar isso em termos relativos. Muitas vezes temos um irmão, mas ele não tem as qualificações necessárias. Na política tem que ter vocação, competência e capacidade para representar. Em termos, o irmão deve priorizar o irmão, se é que existe esse irmão candidato. Mas temos que levar em consideração duas coisas: o temor de Deus e a capacidade para galgar essa posição. (L.A – apresentador) – Pastor Josué Gouveia que foi vereador em Goiânia, o senhor acha que irmão deve votar em irmão? (pastor Josué) – Olha, o que o pastor disse aqui é verdade. Às vezes você tem no pleito pessoas que não te representa. É lógico que você vai buscar na sociedade aqueles que têm pelo menos projetos que venham defender a instituição, a família, isso a gente sempre prisma em nosso meio. Infelizmente, tem muitas pessoas como no texto que você leu que são analfabetos políticos dentro da nossa igreja. A gente recebe muitas críticas na igreja porque às vezes eu falo de política e oriento a igreja e as pessoas falam que a igreja não precisa. Acho que elas se esqueceram de que a igreja está no meio da sociedade. Nós vivemos no meio da sociedade e precisamos votar. Até porque a igreja precisa de um representante. Imagina se não tivéssemos uns representantes na Câmara Municipal e Câmara Federal? O que seria da nossa igreja? Porque é lá que se fazem as leis e muitas pessoas não entendem isso. Eu acredito que se tivermos bons irmãos para se votar que representa a igreja. Acho que nós temos um compromisso, né? E se cada um pensar bem vota no seu irmão. (L.A – apresentador) – Irmão é um termo genérico, pois nós temos candidatos e candidatas no Estado de Goiás e em todo Brasil, tanto para prefeito como para vereador temos prefeitas e vereadoras também concorrendo. Prefeito Eurípedes, o senhor acha que irmão deve votar em irmão? (pastor Eurípedes) – Bem, eu acho que se você tem as pessoas com as qualificações para assumir essa posição seja no poder legislativo ou executivo, sim. Agora muitas pessoas têm as qualificações, mas tem que ser uma pessoa que a gente possa confiar. E normalmente nós temos pessoas em nosso meio que a gente confia porque convivemos mais de perto e isso eu acho que é diferencial. Em um momento de decisão tão importante acho que isso tem que ser levado em conta porque a gente está próximo da pessoa, conhece o pensamento da pessoa, os ideais da pessoa que nos representa. Por isso acho importante sim valorizar os nossos irmãos na política. (L.A – apresentador) – Que qualificações seriam essas que vocês falam? (pastor Oídes) – Eu imagino que se a pessoa se denomina irmão ele tem que ser um verdadeiro irmão e não um falso irmão. Quando se fala em irmão, você sabe que a pessoa tem temor de Deus, é uma pessoa honesta, uma pessoa que não é corrupta, que sabe entender o processo que está inserido na sociedade, uma pessoa que tem amor no coração e que o objetivo maior é ser servo de todos. Então, o irmão ele tem que ser qualificado em todos os sentidos, principalmente em relação à honestidade, porque hoje nós estamos enfrentando uma situação que ninguém acredita mais em político. E isso não é correto porque temos os bons e maus políticos. Acho que as pessoas rejeitam os políticos e não a política tem que saber diferenciar. Nós estamos falando de política e não de políticos porque quando falamos de políticos você associa a corrupção a ele. Então, se o irmão é uma pessoa que tem Deus na vida, que se orienta pelos princípios bíblicos é uma pessoa totalmente qualificada. Agora temos eleição para prefeito aqui em Goiânia e quase todo mundo é irmão, porque o Iris é irmão, o Vanderlan é irmão, o Waldir é irmão, tudo é irmão. Agora vamos ver se essas pessoas de fato carregam o nome de Cristo, se orientam pela palavra de Deus e não se corrompem. Nesse sentido é que se verificam as qualificações de quem é irmão. O verdadeiro cidadão do céu tem o coração puro e não se envolve em corrupção. Então é essa pessoa que pode ser chamada de irmão. (pastor Josué) – O pastor Oídes praticamente disse tudo. Mas uma das coisas que eu sempre falo é que quem entra na política tem que gostar, porque eu vejo muitos políticos que detestam política e querem se candidatar. Se não gostar, não vai fazer um bom serviço. Tudo na vida a gente tem que gostar pra fazer bem feito e na política não é diferente. Sabemos da dificuldade que é difícil ser um prefeito, um vereador, um deputado, pois se destaca muito. Infelizmente, alguns entram na política pensando já nas coisas erradas. Mas, tem os que entram para fazer o bem a sociedade, para ajudar o povo... Muitos políticos são sérios e estão lá fazendo algo para a sociedade. Infelizmente tem aqueles poucos pra fazer coisas que não convém. Eu acredito que os políticos que estão se candidatando agora para vereador e prefeito tem

muitos bons, com qualificações... Até mesmo os que nunca foram nada são qualificados para representar bem a sociedade na Câmara Municipal e na Prefeitura. (L.A – apresentador) – Vou passar agorinha a pergunta da Edileuza para nossos convidados, mas antes quero dizer ao ouvinte que você ao participar pode dar opinião como quiser, pois nosso programa é livre e democrático. Só peço que por questão eleitoral em respeito às leis vigentes do TRE, não cite nome de candidatos. A Edileuza fez uma pergunta muito polêmica, mas não citou nome. Já agradeço seu carinho e sua confiança e agorinha vou passar para os convidados. E nunca me furtei com pergunta polêmica. Pastor Eurípedes eu gostaria de falar um assunto polêmico com o senhor antes da pergunta da Edileuza. Quando o senhor entrou para a Prefeitura de Bela Vista de Goiás, o pastor Oídes e o pastor Josué estão falando aqui de mãos limpas, de ter uma vida pura na igreja, mas também como prefeito ou vereador. O senhor quando entrou pela primeira vez foi eleito o senhor recebeu proposta indecorosa? (pastor Eurípedes) – Bem Luiz Alberto, pesa sobre nós cristãos uma responsabilidade muito grande, porque você tem acima de qualquer coisa o temor de Deus. E você está fazendo política com uma responsabilidade muito maior. Você está representando um povo que tem em tese uma responsabilidade e um temor de Deus na sua vida. Então, com muito temor a gente exerce essa função pensando em representar muito bem aquelas pessoas que confiaram na gente. Então, realmente nós entramos na política justamente pra fazer diferente. Eu sei que há muitos políticos corretos, honestos que tem feito política da maneira correta. Mas, infelizmente, isso não é a generalidade. Há muitas pessoas que participam da política e enveredam para um caminho que não é correto. Nós implantamos graças a Deus, graças ao temor e responsabilidade que temos de representar todo o povo uma cultura nova na cidade de não conviver com coisas erradas, seja de qualquer espécie. Recebemos sim diversas propostas desonestas, mas em nenhuma delas fomos tentados a aceitá-las. Em todos os momentos refutamos. (L.A – apresentador) – Senhor sabe que eu sou curioso e gosto de perguntar. Já chegou alguém que não conhecia a postura do senhor como prefeito e falou olha vamos vender esse produto aqui e vamos fazer esse contato com a prefeitura. O valor é esse e vamos tirar 10% para o senhor, 20% para a secretaria. O senhor já presenciou essas coisas? (pastor Eurípedes) – Recebi inúmeras propostas nesse sentido. Inúmeras. Pelo menos no início, porque depois as pessoas começaram a me procurar com essas propostas indecorosas e todos sabiam da minha resposta de não aceitar. Essa notícia correu. Eu sempre dizia para as pessoas que se essa prática existia antes, a partir daquele momento que fui escolhido para prefeito jamais iria acontecer esse tipo de coisa. Eu estava ali para ser diferente, para honrar o povo que tinha me colocado ali. Cabia a mim a responsabilidade de fazer a coisa de forma correta, ou seja, não roubar, não deixar roubar e administrar os recursos públicos como eu administro os meus. Graças a Deus implantamos isso e deu muito certo. Hoje todas as cidades sabem da nossa seriedade e que é o certo. Não estou ali para fazer diferente de ninguém, mas apenas fazer o que é correto. E as pessoas entenderam isso. E nós, os crentes, temos uma responsabilidade ainda maior porque nós não podemos errar. A nós não é dado o direito para cometer nenhum deslize na administração pública. (L.A – apresentador) – O senhor não aceita e não permite nenhum secretário também? (pastor Eurípedes) – Não aceito e não permito. Graças a Deus tem sido assim e Deus tem dado a oportunidade de honrar esse compromisso. (L.A – apresentador) – E como as pessoas chegam ao senhor hoje em dia já sabendo da sua postura? (pastor Eurípedes) – Hoje ninguém ousa propor esses tipos de coisas pra gente. Hoje as pessoas sabem da nossa seriedade. Nas licitações do município eu nem participo. Quem tiver o melhor preço leva. Os pagamentos são feitos em dia. Não tem nenhum favor pra ninguém. Nós implantamos essa cultura na cidade e graças a Deus que deu certo. E pode dar certo em qualquer lugar, basta que o político tenha essa postura. (L.A – apresentador) – Hoje a sua aprovação após oito anos na prefeitura é qual? (pastor Eurípedes) – Hoje temos entre ótimo e bom 70% , 20% regular e apenas 10% que sempre falam mal, e isso é normal. (pastor Oídes) – Nem Jesus agradou todo mundo, né? [risos] (L.A – apresentador) – O nosso WhatsApp está livre pra você falar com a gente. Se você estiver fora de Goiânia ou do Brasil, o DDD é o 62 81542638. Estamos conversando com o pastor Oídes, o pastor Eurípedes, prefeito de Bela Vista de Goiás e o pastor Josué Gouveia. Estamos discutindo o tema: irmão deve votar em irmão? Qual é a sua opinião? Faltam só dois dias para decidir seu candidato. Vai votar em irmão ou não? A Edileuza faz uma pergunta aqui polêmica e eu amo essas perguntas. (ouvinte Edileuza) Luiz Alberto e todos que fazem esse programa boa tarde. Há poucos dias um tema do

programa era sobre ideologia de gênero e a igreja não apoia. Agora tem candidato evangélico sendo apoiado pela pessoa que queria colocar esse tema nos livros das escolas. Será que dá para votar nessa pessoa que está recebendo esse apoio? (L. A – apresentador) – Ponto de vista com o tema: irmão deve votar em irmão? Você que está acessando nossa Fanpage vai acompanhar a foto dos candidatos, da esquerda para a direita, prefeito de Bela Vista de Goiás pastor Eurípedes do PSC, ao lado o pastor Josué Gouveia, pastor presidente do Ministério Vila Nova e o pastor Oídes, que é presidente do Sistema Evangélico de Comunicação, presidente da Convenção Estadual dos Ministros da Assembleia de Deus e presidente da Assembleia de Deus Campo de Campinas. No final do bloco anterior fizemos uma pergunta bem polêmica da ouvinte Edileuza. Ela disse o seguinte: há poucos dias, ela ouviu falar sobre a ideologia de gênero e que a igreja não apoia. E alguém falou para ela que alguém teria autorizado ser implantado o material de ideologia de gênero na escola do estado e que tem candidato evangélico sendo apoiado por essa pessoa. Então não dá para votar sem analisar o bom cristão. Edileuza, você faz a citação como se o governador já tivesse autorizado ideologia de gênero. O governador autorizou ideologia de gênero no estado? (pastor Oídes) – Eu estava lendo hoje em uma frase do jornal que nunca se mente tanto antes de uma eleição, em tempo de guerra e depois de uma pescaria. Então, há muita mentira antes da eleição cada pessoa lança mão do que acha que deve lançar mão. Primeiro, nós não temos essa informação. Segundo, nós sabemos que o mundo jaz no maligno. Quer dizer, se você observar bem nós teremos que sair desse mundo porque se o Governo do Estado autorizou o Governo Federal autorizou também, ou seja, todos estão comprometidos com o projeto. Somos a igreja, o povo de Deus, e na política você faz aliança. Você não pode dispensar apoio de ninguém. Ninguém chega ao poder sozinho. A gente precisa de base, apoio, estrutura... Paulo em primeiro coríntios diz que já por carta nos foi escrito que não vos associeis com os que se prostituem. Então, há muitas autoridades prostituídas. São aqueles que violentam a palavra de Deus... Isso não quer dizer absolutamente com os devassos deste mundo, ou com os avaros, ou com os roubadores, ou com os idólatras; porque então vos seria necessário sair do mundo. Paulo está dizendo que nós, os crentes, não podemos associar com a pessoa falsa. Agora o outro pode pensar diferente de mim, pois ele é autêntico, ele defende aquilo e aqui é o mundo. Se você não for associar com uma pessoa que pensa diferente de você terá que sair do mundo. Aonde você vai ter gente com o pensamento mundano. Aí você não vai negociar com as pessoas só porque são mundanas? Agora você tem que evitar até comer com o falso crente, que fala que é irmão, mas é devasso, idólatra, mentiroso. Iguais alguns políticos que falam que são evangélicos, mas são corruptos. Aproveitando o gancho aqui, você perguntou se ele recebeu uma proposta indecorosa. Um irmão nosso estava concorrendo em um município aí. E no primeiro dia uma empresa poderosa na área do petróleo foi lá e falou que a empresa paga uma comissão de 30% para o prefeito. Ele levantou e falou sai da minha sala agora. Prefeito que está aqui agora não é corrupto não. Expulsou-o da sala. Essa é uma atitude de irmão. Agora, nesse meio é importante ter apoio, estrutura... Independente se as pessoas são amarelas, pretas... (L. A – apresentador) – Com relação à pergunta da Edileuza, se o estado de Goiás tivesse aprovado, não teria que primeiro ter passado pela Assembleia Legislativa? (pastor Oídes) – Com certeza, todas as políticas dessa área ela passa pela Câmara Municipal pela Assembleia, Câmara Federal... Foi alvo de votação na Assembleia e foi rejeitado. Então, o governo não pode de forma paralela implementar isso. Não deve ser verdade. E mesmo se for verdade, qualquer candidato pode receber apoio político da pessoa. Ele não vai concordar com aquilo. Eu posso ser seu amigo e ter restrições de certas coisas que você fala. (L.A – apresentador) – Os livros que vieram no começo do ano para o Estado de Goiás é o estado ou o Ministério da Educação que envia? O pastor Eurípedes pode me ajudar a responder, pois lida com essa situação no município. (pastor Eurípedes) – O Ministério da Educação. (L.A – apresentador) – O que a gente sabe Edileuza é que os livros que chegaram no começo do ano foram enviados pelo Ministério da Educação contra a vontade da Câmara Federal, que votou contra a ideologia de gênero. E de forma arbitrária o MEC enviou para os municípios, inclusive aqui em Goiânia foi feita uma ação dos vereadores evangélicos alertando o prefeito Paulo Garcia. Agora eu não sei se estão usando os livros ou não. Mas não foi aprovado. E se você ver algo do tipo, deve ser denunciado. Pastor Josué qual é a importância do vereador nesse momento? (pastor Josué) – Tem importância fundamental. Até porque os nossos vereadores votaram contra. Por isso que a gente fala

que tem que apoiar um irmão ou mesmo um que não seja, mas que esteja de acordo com os nossos projetos. Eu fui vereador de 2005 a 2008, quando chegou o Plano Diretor na Câmara Municipal. E o Plano, infelizmente, atrapalhava todo o crescimento da igreja. Você só podia construir igreja em lugares com duas pistas, tinha que ter impacto de vizinhança, projeto de acústico, detector de metais se tivesse mais de 300 pessoas. Esses partidos da esquerda trabalharam para que fosse aprovado, mas nós do segmento e alguns vereadores companheiros nosso tiramos. Nós sabemos os benefícios da igreja. Mas uma parte da população vai na onda da mídia, porque a mídia ia lá falava que a igreja estava fazendo barulho. Só pegava isso e não pegava os benefícios da igreja. E nós retiramos. Se não estivéssemos lá essa lei ia ser aprovada e hoje teríamos dificuldade para construir igrejas. Se um vizinho não aceitasse, não poderia construir a igreja. Eu tive o privilégio de estar na Câmara nesse período, inclusive ano que vem estará na Câmara Municipal o Projeto de Revisão do Plano Diretor. Nós que participamos e amamos a Cristo e as igrejas têm que ficar ativos, porque infelizmente as pessoas votam nesses vereadores que falam mal da igreja. Acho que seja pecado votar neles porque o camarada está contra a sua igreja, contra Jesus e você está de braços dados com ele. Assim não dá! (L.A – apresentador) – Pastor Eurípedes, a gente vivia antigamente como o analfabeto político, política era do diabo, a gente não mexe com isso. Ou seja, não gostávamos do sistema político de forma nenhuma. Hoje tem outros que vão para o outro extremo, que acham que a política irá resolver a vida dele e de todo mundo. Por que tem tanto candidato evangélico hoje? Seria interesse da coletividade ou interesse pessoal? (pastor Eurípedes) – Primeiramente eu acho que tem muito candidato evangélico porque somos muitos mesmo. Hoje temos 40% de evangélicos. Agora alguns com certeza o motivo deles não sejam tão nobres, mas eu acredito que a maioria das pessoas tem um motivo nobre. (pastor Josué) – Só complementando aqui, a gente tem que tomar cuidado com esse tanto de candidato, talvez seja estratégia do inimigo. A gente sabe que quando tem muitos candidatos no mesmo segmento aí se divide votos e aí nenhum deles ganham. Na nossa igreja às vezes tem candidato que não tem a mínima chance de ganhar, mas ele tira cem votos e acaba tirando a chance de quem realmente poderia ganhar. Às vezes pode ter essa estratégia do inimigo. (pastor Oídes) – Sobre este aspecto, quero esclarecer o seguinte, a igreja é um segmento organizado da sociedade. E a igreja graças a Deus se coloca como uma instituição ainda respeitada. Lógico que todo segmento organizado ele tem o interesse de eleger seus representantes. Então, o povo de Deus precisa ser representado nos parlamentos também. Aí você coloca alguém afinado com a aprovação cristã, com a defesa da família, com os princípios nossos... Mas se pulverizarmos muito se houver esse exagero nas candidaturas, a gente acaba não tendo representação, porque divide demais os votos desse segmento e fica sem representação. Agora a candidatura é legítima. Nós estamos em uma democracia. Você exerce influência de liderança mostrando o caminho e ele segue ou não. Graças a Deus a maioria das vezes as pessoas entendem a necessidade que nós temos e respondem positivamente. (L.A – apresentador) – O pastor Eurípedes disse agora a pouco que o segmento em Goiás representa 40%. Ou seja, nós deveríamos ter 40% de deputados e vereadores. Isso em todas as câmaras de Goiás. Eu digo no mínimo 40% porque no segmento evangélico seria quase 40% hoje em Goiás, mas se você tem um parente que não é evangélico, mas vota em você, acredita em você e vota em você. Se você tem um vizinho, um colega de trabalho, colega de escola que não é evangélico, mas gosta de você, confia em você e vota em você. Nós temos pelos menos 40% das câmaras hoje? (pastor Oídes) – Não, não temos. Essa representação é bem inferior. É igual às mulheres. Elas são a maioria do eleitorado e elas estão aí com 10%, 11%. Elas estão subrepresentadas. Assim como está o nosso segmento também. Eu li agora na revista veja dizendo que em 20 anos os evangélicos serão 55%. Aí não terá dificuldade, esse povo é que irá governar mesmo. Hoje é que nós temos essa dificuldade porque somos minoria e precisamos ter nossa representação e trabalhamos para isso. Então acho que o povo de Deus com o tempo vai adquirindo um sentimento de cidadania. Eu sempre lembro uma frase do bispo Manuel Ferreira que escreveu um livro que se chama “Cidadania pés no chão”. Ele diz que quando a pessoa converte a Jesus ele não tira os pés do chão. Você converte e tem que continuar com os pés no chão porque você vai continuar a beber, comer, ter roupa, moradia, transporte. Você não pode ficar alheio a estas questões. Nós temos que ter essa militância como cidadão. O fato de dizer que é cidadão do céu e que seu lugar é lá não impede e não tira sua responsabilidade de ser um cidadão influente aqui nesse mundo. É esta a consciência que a gente luta

para criar no meio do povo de Deus. (L.A – apresentador) – Hoje nós estamos discutindo irmão deve votar em irmão? Pastor Oídes, pastor Eurípedes e pastor Josué Gouveia estão ao vivo com a gente no estúdio. Quero pedir desculpas aos ouvintes que estão enviando áudio. Hoje, desde cedo, estamos com problema no áudio. Peço desculpas porque deveria ter falado desde o começo. Por gentileza, mande texto no WhatsApp. (Ouvinte) – Discordo que as pessoas que não gostam de política são analfabetos políticos. A própria política no Brasil fez muitos assim como eu perder a fé e a confiança nos políticos e na política. Claro que não todos, mas uma boa parte. Detalhe: até hoje não tenho candidato justamente por isso. (L.A – apresentador) – Alcione a gente responde sua questão até porque tem muitas pessoas que estão desanimadas com o sistema político em face dos escândalos de corrupção. A resposta vem no início do próximo bloco. Voltamos com o programa Ponto de vista com a pergunta: irmão vota em irmão? Faltam apenas dois dias para a eleição. E você já decidiu seu candidato? Estamos conversando com o pastor Oídes, prefeito de Bela Vista de Goiás, pastor Eurípedes do Carmo e pastor Josué Gouveia. O deputado João Campos está viajando, mas enviou um áudio para a gente. Ele fala sobre a questão da aptidão na política. (pastor Oídes) – O dep. João Campos tentou participar hoje aqui, mas não teve como devido à viagem. Ele vai naquela linha que falamos aqui. Essa coisa de irmão vota em irmão não é uma coisa definitiva. Irmão vota em irmão desde que esse irmão seja um político autêntico, não corrupto, mãos limpas para ocupar espaço na vida pública. Eu já votei em irmão e já votei em quem não é irmão. Isso não quer dizer nada. Esse irmão não precisa estar necessariamente na igreja, mas tem que defender os princípios cristãos. Tem 5% ou 6% que são contra Deus. Felizmente uma minoria. Esses esquerdopatas como diz o Silas Malafaia, a gente sabe de longe como eles agem. Esses não tem mesmo o respaldo Cristão. (L.A – apresentador) – Neuza Ferreira de Bela Vista de Goiás diz que é bom demais ver o prefeito Eurípedes do Carmo no programa e parabeniza pelo trabalho que fez em Bela Vista e que vai deixar saudade. Ela pergunta se ele apoia algum candidato, mas não podemos falar Neuza. Existe o princípio da isonomia. Tem que dar espaço igual para todos. Voltando a pergunta da Alcione, ela disse que nem sabe em quem vai votar porque o sistema político está cheio de escândalos e só vai votar porque é obrigada. O que vocês diriam para essas pessoas que estão desacreditadas e pensam: não vou votar em irmão porque não vai adiantar nada. (pastor Eurípedes) – Em primeiro lugar eu acho que se está desacreditada é que em boa parte também o eleitor tem colocado pessoas que não são corretas. Você tem que procurar escolher uma pessoa de bem e colocar na Câmara dos vereadores, Câmara dos deputados e no Senado. Só assim nós vamos mudar isso. Se as coisas não vão bem e a gente desanima, com certeza não vai consertar nunca. A gente precisa agora escolher pessoas do bem, eleger em alguém que a gente acredita e com certeza há muitas pessoas do bem. A responsabilidade está nas mãos dos eleitores para que possa escolher pessoas que nos representem bem. (pastor Josué) – É interessante essa fala do pastor Eurípedes. A gente vê, infelizmente, que parte da população é pior que os políticos. Tem político que entra no sistema sem nem ser conhecido porque tem muito dinheiro e é eleito. Eles votam em alguém que não tem compromisso nenhum com o estado e acabam se elegendo. Por quê? Porque dá R\$ 500 para um, R\$ 1000 para outro. Na política municipal também é assim. Quando um político é eleito, as pessoas pedem um estágio, uma cesta básica. E acaba que os amigos viram inimigos porque não tem como ajudar todo mundo. A política não é individual é para um coletivo. Infelizmente, a população em grande parte é culpada por esses políticos que decepcionam e fazem besteiras. (L.A- apresentador) – Luciana de Damôlandia diz que devemos sim votar em candidatos evangélicos e defendem a nossa bandeira. Aqui em Damôlandia esperamos eleger dois vereadores do segmento. Obrigado pela participação, Luciana. Pastor Oídes, as pessoas não tem uma falsa expectativa de que a política vai resolver todas as mazelas humanas? (pastor Oídes) – Com certeza a frustração é grande em todos os sentidos. Por exemplo, o prefeito e o vereador são eleitos para que faça uma cidade feliz, dê condição de vida boa com saúde, moradia e transporte. Ele é o homem que implementa a paz na cidade. É igual um pastor de igreja. Ele tem que contribuir para que haja paz. Muitas vezes as pessoas se frustram porque os que chegam lá chegam para se beneficiar. Não é igual meu irmão Eurípedes que eu posso falar, pois o conheço. Em todos os sentidos ele é mais prejudicado do que ajudado. É um cidadão que está dando oito anos da vida dele para criar um ambiente de prosperidade e harmonia na cidade. Jesus falou uma palavra que o mundo vai de mal a pior mesmo. Só quem consegue resolver os problemas da

humanidade é Cristo. Jesus disse que um dos sinais do final dos tempos é a peste. Por mais que as autoridades não investem na saúde, a demanda aumentará. A violência, quem cerca? A vida não vale nada, se mata por qualquer coisa. Qual o político que consegue banir isso? Por isso o povo frustra, pois cria uma expectativa irreal. Ninguém nessa terra vai conseguir. Mas, claro, que é preciso amenizar os problemas. Outra coisa, com um mandato só ninguém resolve tudo. Uma cidade tem demandas em todos os sentidos. O governador no passado priorizou a saúde e cuidou bem, pois construiu hospitais regionais. Naquilo ele tirou nota dez, mas nos demais não dá, até porque nem tem dinheiro pra isso. Por isso não pode ter repetição, tem que ter renovação. Por exemplo, chega outro prefeito em Bela Vista que irá suceder, e tomara que seja uma sucessão mesmo dos projetos que tem lá, e vai cuidar de algo que o prefeito não teve tempo nem recurso para cuidar. Eu ouvi o pastor Lourival dizer uma frase assim: a política não é corrompida, os tolos é que a corrompem. Nós temos que eliminar esses tolos da vida pública. Graças a Deus o Brasil tem sido passado a limpo e tem que continuar assim pra gente amanhã ter uma cidade onde as pessoas tenham orgulho de viver. (L.A – apresentador) – Notícia agora da Folha de São Paulo: Polícia Federal aponta destruição de provas e pede prisão de Palocci e ex-assessor. O senhor é a favor da continuidade da Operação Lavajato? (pastor Oídes) – É claro que não pode parar. A investigação tem que ir até o fim doa a quem doer. Tem que pegar todo mundo. Agora a Justiça cuida desses corruptos e o Brasil precisa voltar a viver. Não podemos ficar na expectativa pra saber quem será o próximo a ser preso. Ninguém está dando norte para o país, não há projeto para o amanhã. Deixa a Justiça com a polícia cuidar dos corruptos, mas alguém precisar dizer o que fazer para o Brasil crescer. Não podemos ficar só discutindo Lava jato. (L.A- apresentador) – O jornalista Arnaldo Jabor fez um comentário hoje pela manhã criticando a atuação dos evangélicos na política. Ele fez uma comparação com o Estado Islâmico onde quem dirige o Estado são os religiosos. Ele disse que estamos saindo da política bolivariana para uma política fundamentalista. Segundo ele, os evangélicos querem tomar o poder no Brasil. Como combater essa visão dele, sendo que esta visão é a da imprensa que tem poder de opinião sobre os brasileiros? Essa resposta vem no próximo bloco. (L.A – apresentador) – Ponto de vista agora na Paz FM. Irmão vota em irmão? Arnaldo Jabor teria denegrido a imagem dos evangélicos comparando a igreja evangélica com o Estado Islâmico. Dizendo o seguinte: nós saímos do estado bolivariano e agora vamos para o estado fundamentalista. A igreja, pastor Oídes, quer tomar o poder político no Brasil? (pastor Oídes) – Essa pergunta muita gente faz. Quero dizer que a gente não tem projeto político. Quem tem projeto são os partidos, os políticos... A igreja tem um projeto de reino, de implantar o reino de Deus na terra. Agora, o Arnaldo Jabor vai escrever muitos artigos daqui pra frente porque o segmento evangélico cresce. Mas isso não quer dizer que queremos o poder. Nós já temos o poder. A gente tem um projeto de ter representantes nas esferas de poder. Nunca que o Brasil será igual o Estado Islâmico por causa dos religiosos. Agora religiosos na política vai ter sempre, mas não a instituição igreja. Ela nem aspira isso. Nós sabemos que o Brasil é laico onde a política é separada da religião. O que temos não é a atuação da igreja, mas sim a atuação de membros da igreja que legitimamente são cidadãos dessa pátria e dão sua contribuição. O Arnaldo Jabor está assustado porque um evangélico no Rio vai ganhar, em outro lugar vai ganhar e ele fica com essa história de que a igreja vai tomar o poder no Brasil. Isso não é verdade. Tomara que um dia nós tenhamos um presidente temente a Deus. Vai chegar lá com força própria porque é competente, preparado e chegará com temor de Deus. Fará um descarrego no palácio, fará uma limpeza lá. O Arnaldo Jabor pode ficar descansado porque a igreja evangélica não tem projeto político para tomar o poder no Brasil. Nós queremos tomar o mundo para Cristo com a pregação do evangelho. (pastor Josué) – A gente fica contrariado com essas comparações, mas na verdade nosso projeto é conduzir esse povo ao céu. É lógico que nós temos representantes e muitos bons. Por isso que temos prefeitos, teremos governadores, porque são pessoas que converteram a Cristo e hoje estão na política. A gente louva a Deus pela vida dos nossos políticos. O pastor Eurípedes que é prefeito de Bela Vista fez um grande trabalho. Só porque somos evangélicos não podemos assumir postos altos da sociedade? Jamais a igreja quer assumir poder. Nós trabalhamos para ganhar almas. Arnaldo Jabor um dia vai ver o que a igreja faz em favor do Brasil. Se não fosse a igreja, nós estaríamos complicados. Milhares de pessoas que eram assaltantes, prostitutas, assassinos e hoje estão na igreja. Queria mandar um abraço para o pastor Antônio que está desde o início nos ouvindo.

(L.A- apresentador) – Pastor Eurípedes, o próprio Jesus disse que o reino dele não é desse mundo. Então Jesus não quis implantar aqui o reino dele. Ele está fazendo tudo novo, inclusive até nossa carne será renovada. Para finalizar, nós tivemos uma tragédia em Itumbiara essa semana. E alguns municípios registram momentos de tensão. O senhor acha que é o momento da igreja estar orando por essas eleições? (pastor Eurípedes) – Com certeza. Acho que nós que somos tementes a Deus temos que orar para trazer paz para as cidades. Que as eleições que acontecerão em todo país sejam tranquilas. Nós como cristãos fazemos a diferença porque jamais nenhum cristão vai perturbar a paz da cidade. Gostaria de pedir a todos que estão nos ouvindo para que oremos por esse final de semana com uma eleição pacífica e que as pessoas escolham o candidato melhor. (L.A – apresentador) – O pastor Eliezer de Jesus que é advogado diz que irmão vota em irmão que é preparado e que tenha história de credibilidade, caráter e compromisso com a verdade, com Deus e com o próximo. Só para finalizar, uma coisa que pode e o TRE orienta. Pode levar a colinha para que evite filas e agilizar o processo. Você vai votar para prefeito, vice, vereador ou vereadora. Leve a colinha, o santinho. Pastor Oídes obrigado pela sua presença. (pastor Oídes) – Quero agradecer a Deus pela oportunidade de ficar uma hora e meia aqui para informar porque temos a responsabilidade com a verdadeira informação, transmitir a verdade é a filosofia da rádio Paz. Quero louvar a Deus pela vida do pastor Josué Gouveia e do prefeito de Bela Vista Eurípedes do Carmo. Quero dizer que depois de amanhã será a grande festa da democracia em que as pessoas têm total liberdade para de escolher os seus representantes. Que você faça com consciência. Não se deixe levar por dinheiro. Não venda seu voto. Vamos fazer domingo uma grande festa. É apenas uma eleição, mas acredite no seu projeto. Agora está com você, faça uma boa escolha. (L.A – apresentador) – Pastor Josué fique a vontade. (pastor Josué) – Obrigado à rádio pelo convite. Agradecer a Deus pela vida do pastor Oídes e do pastor Eurípedes. Que cada um de nós tenhamos consciência de votar certo porque serão quatro anos de convivência. E quero aproveitar para mandar um abraço para minha esposa e meus filhos. (L.A – apresentador) – Fique à vontade pastor Eurípedes. (pastor Eurípedes) – Obrigado a todos e que Deus abençoe todos vocês. (L.A – apresentador) – Obrigado por todos que acompanharam o programa.

Anexo H

Rádio: Fonte FM (103,7)

Programa: Culto de domingo ao vivo

Data: 01 de outubro de 2016

(apóstolo César Augusto) Gente, eu preciso de vocês. Posso contar com vocês? Posso mesmo? Posso orar com você Gian? Estendam as mãos para o Gian e repitam comigo: Senhor Jesus nós não fazemos nada sem a direção do senhor. E acreditamos que essa é a direção do senhor. Abençoa esse irmão nosso. Dê a vitória para ele. Em nome de Jesus, amém. Não pensem que nós já ganhamos essa eleição porque nós não ganhamos. Só o seu voto não vai nos dar a vitória. E eu queria te pedir, por favor, que cada um dê cinco telefonemas de hoje para amanhã pra quem você conhece e peça voto para o Gian. Quem vai fazer isso? Levante as mãos. Ninguém aqui é obrigado a nada, mas se você nos ama e ama essa igreja vote no Gian. Esse é um projeto sério. Quem vai fazer cinco telefonemas? Só com seu voto não se ganha essa eleição. Temos que trabalhar. Quem vai trabalhar? Deixa-me ver. Levantem as mãos, por favor. Vamos juntos. Amém, irmãos? Abra a sua bíblia comigo... Amanhã nós estaremos entre os seis mais bem votados da cidade de Goiânia. Mas não se esqueçam de ligar para as pessoas.